



## O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro

ANA MARTINS PANISSET



Ana Martins Panisset

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO  
E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro

Belo Horizonte  
Escola de Belas Artes  
Universidade Federal de Minas Gerais  
2011

---

Panisset, Ana, 1975-

O inventário como ferramenta de diagnóstico e conservação preventiva [manuscrito]: estudo de caso da coleção “Santos de casa” de Marcia de Moura Castro / Ana Martins Panisset. – 2011.

264 f. : il.

Orientadora: Maria Regina Emery Quites

Dissertação (mestrado)– Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Belas Artes.

1. Patrimônio cultural – Inventários – Teses. 2. Inventários – Teses. 3. Santos de Casa – Catálogos – Teses. 4. Santos (Arte) – Inventários – Teses. 5. Arte sacra – Conservação e restauração – Teses. 6. Arte – Coleções particulares – Teses. I. Quites, Maria Regina Emery, 1958- II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Belas Artes. III. Título.

CDD: 350.85

---

Ana Martins Panisset

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO  
E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Artes.

Área de concentração: Arte e Tecnologia da Imagem  
Linha de pesquisa: Criação, crítica e preservação da imagem

Orientação: Dra. Maria Regina Emery Quites

Belo Horizonte  
Escola de Belas Artes  
Universidade Federal de Minas Gerais  
2011

Ana Martins Panisset

O INVENTÁRIO COMO FERRAMENTA DE DIAGNÓSTICO  
E CONSERVAÇÃO PREVENTIVA

Estudo de caso da coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Artes, da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais, na Área de concentração “Arte e Tecnologia da Imagem” com a linha de pesquisa “Criação, crítica e preservação da imagem”.

Banca examinadora:

---

Profa. Dra. Maria Regina Emery Quites – Orientadora

---

Profa. Dra. Letícia Julião

---

Profa. Dra. Yacy-Ara Froner Gonçalves

À minha avó-mãe Beatriz (*in memoriam*)  
com eterna admiração e gratidão

# Agradecimentos

Nessa fase de conclusão me vejo tomada por tanta alegria e sentimento de gratidão, que fica difícil conseguir colocar no papel tudo o que sinto em relação aos que colaboraram para minha formação e para que esta dissertação fosse concluída. O tempo de mestrado foi um período de muitos acontecimentos: o vai e volta de São Paulo para Belo Horizonte, a mudança de cidade e o maior de todos: o nascimento de meu filho João. Em meio a tantos novos fatos, recebi apoio, carinho e colaborações de muitos; participações sem as quais não seria possível continuar e concluir.

Ao meu filho João, agradeço por tornar minha vida tão mais feliz, mais cheia de amor e de vontade de crescer e me tornar uma pessoa melhor.

Aos meus queridos pais, Letícia e Álvaro e Ulysses e Maria Letícia, grandes apoiadores que tanto me ajudaram a me manter firme.

À minha mãe Letícia pelo apoio incondicional, sem o qual teria sido realmente impossível a realização desse mestrado. Agradeço também pelo exemplo de dedicação profissional e familiar, mostrando que é possível conciliar mesmo nas fases mais adversas.

Ao meu querido pai Ulysses, figura repleta de força de vida, que sempre foi apoiador nas minhas dúvidas, nos erros e nos acertos, grande amigo e conselheiro.

Ao meu avô, Amilcar Vianna Martins (*in memoriam*), meu primeiro mestre, pelo exemplo. Por ter incentivado em mim, desde criança, a curiosidade e a vontade de aprender.

Ao meu avô Ulysses, eterno colaborador e professor, exemplo de vida, ética e alegria.

Ao meu "namorado" e companheiro, Raphael Lupo, que colaborou tanto para que eu passasse dessa fase sempre bem feliz, e pela compreensão e apoio nas horas em que tive que me dedicar exclusivamente à dissertação e andava com os nervos à flor da pele.

Aos meus irmãos Álvaro, Marina e Pedro, que têm se tornado amigos e estiveram tão presentes durante todo esse processo.

À Paula de Souza Damasceno Santos, por cuidar do João com tanto carinho e dedicação, contribuição fundamental para que eu pudesse ficar tranquila para estudar e escrever.

À professora Maria Regina Emery Quites, minha queridíssima orientadora e mestre, agradeço pela confiança, pelo carinho, pela compreensão nos momentos complicados e por sempre me encorajar na minha caminhada. Com ela aprendi muito sobre histórico, técnicas, materiais, e classificações de esculturas religiosas, mas, sobretudo, aprendi com sua postura ética, fundamental ao conservador-restaurador.

À professora Yacy-Ara Froner Gonçalves, pelas inestimáveis contribuições não apenas na qualificação, mas em todas as etapas deste trabalho. Pelo carinho, pela generosidade, pela dedicação, pelo estímulo e pelas sugestões apresentadas ao longo desta pesquisa.

Às professoras Alessandra Rosado e Anamaria Ruegger Almeida Neves pelas valiosas contribuições na qualificação desta dissertação.

Agradeço imensamente à colecionadora Marcia de Moura Castro por me receber tão carinhosamente nas várias horas em que invadi sua casa para estudar, fotografar e apreciar sua coleção. Agradeço também suas conversas e seus casos maravilhosos. Aproveito para agradecer a toda a família de dona Marcia, que me autorizou a trabalhar com sua coleção, em especial seus filhos Claudio (que me concedeu entrevista e colaborou com informações preciosas) e Marcio de Moura Castro.

À querida amiga Helen Potter Pessoa (a genial Birimbica), sem a qual não teria acesso a essa maravilhosa coleção. Foi devido a ela que dei início a essa pesquisa desde minha graduação. Agradeço muito as suas ideias, sua ajuda, seu carinho, sua inteligência e sua paciência, deixo aqui meu sincero carinho e gratidão.

Aos professores da Escola de Belas Artes Bethania Reis Veloso, Jussara Vitória Freitas, Luiz Souza, Marilene Corrêa Maia, Soraya Aparecida Alvares Coppola, Willi de Barros Gonçalves pelas dicas, referências e apoio.

Aos professores Alexandre Cruz Leão e Paulo Baptista, e ao fotógrafo do CECOR Cláudio, pela enorme colaboração com instruções de fotografia.

Às alunas da graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis Thaís Venuto, por trabalhar comigo em parte do diagnóstico e fotografia das esculturas, e à Nelyane Gonçalves, pela disponibilidade em colaborar.

À conservadora-restauradora Tatiana Duarte Penna pela grande ajuda no trabalho de campo de identificação e registro fotográfico das imagens, me socorrendo quando mais precisei.

Aos professores da banca Letícia Julião, Yacy-Ara Froner Gonçalves, Antonio Fernando Batista dos Santos e Magali Meleu Sehn.

À Giselle Rocha, verdadeira "culpada" por este mestrado, agradeço pela amizade, pelo companheirismo, conversas e parcerias de estudo e trabalho.

À Angela Guedes, assessora de comunicação do Museu Histórico Nacional pela doação de livros fundamentais para essa pesquisa e prontidão em colaborar.

À France Desmarais, Diretora de Programas do ICOM, pela autorização para o uso da Lista de controle da norma Object ID e pelo estímulo para a realização desta pesquisa.

Aos colegas Ana Paula Silva, Fábio Donadio e Mônica Elisque do Carmo, pela troca de experiências e companheirismo.

À toda a família Panadés, companheiros de todas as horas, pela amizade, pelo carinho e disponibilidade.

À Beatriz Coelho e toda a equipe do CEIB - Centro de Estudos da Imaginária Brasileira.

À Virgínia Gomes Junqueira, pela revisão feita com tanta rapidez, mas com tanto cuidado.

À CAPES – REUNI, pela bolsa de estudos que possibilitou, durante seu tempo de vigência, a dedicação exclusiva à pesquisa.

À bibliotecária Lia Baião Feder, que me introduziu ao funcionamento do *software Winisis* e participou ativamente da formatação do banco de dados com instruções fundamentais.

Ao querido Leandro Lopes, amigo e exemplo de profissional da conservação, sempre disposto a trocar ideias e dispor de seu conhecimento.

À Luiz Sá, do blog Arte Sacra, pela disponibilidade em colaborar e pelo belo trabalho que disponibiliza na internet.

Ao querido Dom Mauro Fragoso OSB, grande conhecedor da Arte Sacra Brasileira, amigo e colaborador sempre disponível a ajudar.

À Professora Maria Izabel Ribeiro, minha orientadora de graduação e grande mestra, que despertou minha paixão pela história da arte e contribuiu de forma significativa para que eu seguisse o caminho da conservação-restauração.

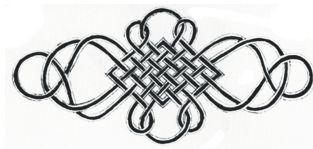
À Zina, Sávio e toda a equipe da Secretaria e Colegiado da Pós-graduação da escola de Belas Artes, pela paciência e atenção.

À minha coordenadora no Arquivo Histórico Wanda Svevo - Fundação Bienal, Adriana Villela, por ter acreditado em mim quando dava meus primeiros passos como técnica em conservação, me incentivado sendo tão companheira e compreensiva.

Ao professor Renato César de Souza, diretor de Conservação e Restauração do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), por apostar em mim nessa nova fase de minha carreira, depositando sua confiança ao me convidar para o cargo de Gerente de Elementos Artísticos do IEPHA.

Agradeço muito a todos os amigos e familiares que me deram força sempre com palavras de carinho e incentivo.

E finalmente, ao meu querido Santo Antoninho, que sempre me ajudou e me colocou nesse caminho, e também a todos os outros santos, sem os quais não seria possível essa pesquisa.

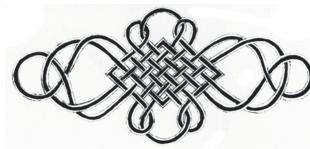


## Resumo

Esta dissertação tem como objetivo enfatizar a importância do processo de inventariação de bens culturais, e sua gestão, como ferramenta indispensável para as ações de conservação preventiva. Assim, a presente dissertação propõe o desenvolvimento e aplicação de uma metodologia de inventário para coleções de esculturas religiosas pertencentes a acervos particulares, visando a criar protocolos e assegurar procedimentos mais sistemáticos. Como objeto de estudo para implantação da metodologia sugerida, foi selecionada a Coleção "Santos de Casa", de Marcia de Moura Castro.

## Abstract

The main objective of this dissertation is to emphasize the process of developing an inventory of cultural goods – and the management of this inventory, as indispensable tools for preventive conservation activities. Thus, the dissertation proposes the development and the implementation of an inventory methodology for private collections of religious sculptures, aiming at creating [specific] protocols and ensuring more systematic approaches [to inventorization]. The Collection "Santos de Casa" (Household Saints), property of Marcia de Moura Castro was used as the object of study.



## Lista de ilustrações

FIGURA 1 - Marcia de Moura Castro e parte de sua coleção de Ex-Votos.....	23
FIGURA 2 - Salas de jantar e estar da casa de Marcia de Moura Castro.....	26
FIGURA 3 - Armário/mesa de madeira que abriga os santos de menor porte.....	27
FIGURA 4 - Armário/mesa de madeira que abriga os santos de menor porte (detalhe).....	27
FIGURA 5 - Papeleira estilo D. José especialmente dedicada às peças de marfim.....	27
FIGURA 6 - Detalhe de uma das mesas onde está localizada parte da coleção.....	28
FIGURA 7 - Medição de escultura com paquímetro: altura, largura e profundidade.....	126
FIGURA 8 - Material utilizado para marcação.....	129
FIGURA 9 - Estúdios improvisados com caixa de papelão.....	134
FIGURA 10 - Estúdios improvisados com caixa de papelão.....	134
FIGURA 11 - Estúdios improvisados com caixa de papelão.....	134
FIGURA 12 - Estúdio adquirido em lojas de fotografia.....	134
FIGURA 13 - Fotografia de identificação.....	135
FIGURA 14 - Posicionamento do objeto e escala.....	137
FIGURA 15 - Posicionamento do tripé e câmera em relação ao objeto.....	138
FIGURA 16 - Ícone que caracteriza o <i>self-timer</i> .....	138
FIGURA 17 - Fotografias em todos os ângulos da escultura.....	140
FIGURA 18 - Formulário de entrada de dados do inventário – <i>software Winisis</i> .....	185
FIGURA 19 - Lista de escolha - Pick-list.....	189

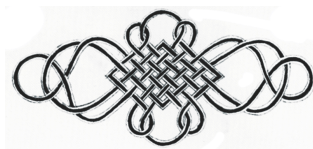
## Lista de tabelas

TABELA 1- Comparativa - Fichas de inventário de órgãos patrimoniais.....	219
TABELA 2- Comparativa - Fichas de inventário de museus.....	222
TABELA 3- Campos de catalogação recomendados e a correlação com diversas diretrizes.....	260

## Abreviaturas e siglas

BIREME	- Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde
CDS	- Computerized Documentation System (Sistema de Documentação Computadorizada)
CDWA	- Categories for the Description of Works of Art (Categorias para a Descrição de Obras de Arte)
CECOR	- Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis
CIDOC	- ICOMs International Committee for Documentation (Comitê Internacional para Documentação do ICOM)
EPA	- École du Patrimoine Africain (Escola do Patrimônio Africano)
IAPH	- Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico
ICCROM	- International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Heritage (Comitê Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais)
ICOM	- International Council of Museums (Conselho Internacional de Museus)
ICOMOS	- International Council on Monuments and Sites (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios)
IEPHA/MG	- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
INBMI	- Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados
INEPAC	- Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - Rio de Janeiro
IPAC	- Inventário do Patrimônio Artístico e Cultural
IPAC/MG	- Inventário de Proteção ao Acervo Cultural de Minas Gerais
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISIS	- Integrated Set of Information Systems (Conjunto Integrado de Sistemas de Informação)
ISO	- International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)
MARC	- Machine Readable Cataloging Records (Registros Catalográficos Interpretáveis por Máquina)

- MHAB - Museu Histórico Abílio Barreto
- MHN - Museu Histórico Nacional
- PUC-MG - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
- SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
- SIMBA - Sistema de Informatização do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes
- SIPHA - Sistema de Información del Patrimonio Histórico de Andalucía
- SPHAN - Serviço do Patrimônio Artístico Nacional
- UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais
- UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
- VRA - Visual Resources Association (Associação de Recursos Visuais)



# Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. O COLECIONADOR E A COLEÇÃO.....	20
3. A DOCUMENTAÇÃO COMO FERRAMENTA DE PRESERVAÇÃO: O CONHECIMENTO É O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO.....	30
3.1. Os inventários.....	39
3.2. O inventário como proteção do patrimônio cultural público: iniciativas internacionais e nacionais.....	43
4. METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DO INVENTÁRIO.....	56
4.1. Descrição iconográfica: diante da lacuna do documento a fala do objeto.....	60
4.2. Sistematização e normatização: a importância dos protocolos de documentação.....	64
4.3. Informatização do sistema de documentação: criação do banco de dados.....	72
4.3.1. Banco de dados: definição.....	75
4.3.2. Ferramenta: software para banco de dados.....	76
4.4. Modelo de inventário para coleções particulares: esculturas religiosas.....	79
4.4.1. Base de dados do inventário: definição dos campos de preenchimento.....	81
5. CONSIDERAÇÕES.....	90
REFERÊNCIAS.....	92

APÊNDICES.....	120
A. Manual de preenchimento de inventário: esculturas religiosas.....	121
A.1. Metodologia do inventário.....	124
A.2. Metodologia para marcação de esculturas religiosas.....	127
A.3. Metodologia para documentação fotográfica.....	132
A.4. Regras gerais de preenchimento e numeração.....	141
A.5. Iconografias presentes na coleção.....	143
A.6. Roteiro para descrição de esculturas religiosas.....	157
A.7. Lista autorizada de termos.....	163
A.8. Lista de campos da ficha de inventário.....	168
A.9. Banco de dados: especificações técnicas.....	170
A.10. Cuidados com a coleção.....	187
A.11. Glossário.....	188
B. Fichas de inventário.....	193
C. Tabelas.....	218
ANEXOS.....	225
A. Cartas Patrimoniais.....	226
B. Resoluções ICOM.....	248
C. Sistema de numeração do inventário anterior.....	259
D. Tabela.....	260
E. <i>Object ID Checklist</i> .....	263

# 1. Introdução

A presente dissertação é um desdobramento da pesquisa realizada em meu Trabalho de Graduação Interdisciplinar – Santo Antônio Santo de Casa: identificação, análise e estudos para conservação de imaginária brasileira – apresentado como exigência parcial para obtenção de certificado de conclusão de Curso de Bacharelado em Educação Artística com Habilitação em Artes Plásticas na Fundação Armando Álvares Penteado, Faculdade de Artes Plásticas, em junho de 2007.

Para a realização da pesquisa de graduação acima citada, foi escolhida a coleção de santos de casa de Marcia de Moura Castro. Formada em sua maioria por peças barrocas do século XVIII provenientes de Minas Gerais, a coleção possui duzentas e quarenta e nove esculturas de diferentes santos em diversos materiais e tipologias. Este trabalho apresentou estudos prévios à conservação-restauração, essenciais às primeiras etapas de pesquisa para futuras intervenções em conservação e restauração da imaginária sacra brasileira. A pesquisa visou a, além de fornecer dados para a maior compreensão dessas imagens, servir como base para procedimentos a fim de garantir a permanência da coleção estudada.

O acervo de Marcia de Moura Castro é bastante diverso, contendo peças de diversas categorias, e não somente os chamados por ela de Santos de Casa, que serão tratados aqui nessa pesquisa. Sua coleção representa um dos mais variados e abrangentes repertórios de arte sacra do País. Esses objetos devocionais, sintetizados nas pequenas dimensões, contam a evolução da arte de origem barroca e testemunham aspectos importantes da vida social na colônia e no império.

Como resultado de estudos prévios em uma pequena amostragem de vinte e quatro imagens de Santo Antônio, foram detectados alguns problemas, tanto na identificação e inventariação das peças, quanto na conservação. Quanto à identificação e inventário, existem problemas metodológicos, problemas de confusão entre a iconografia de alguns santos e falta de identificação de outros, assim como equívocos na análise dos materiais de fatura e de datação e proveniência das imagens.

Dentre os protocolos estabelecidos para conservação de um bem cultural, consideramos o processo de inventário uma das ferramentas primárias, inicial e primordial, para o reconhecimento do acervo, sua quantificação e qualificação. O inventário cumpre o papel de registro e, considerando ferramentas como Diagnóstico de Risco e Diagnóstico em Conservação Preventiva, ele significa um dos primeiros protocolos de controle de acesso, evitando roubos e perdas, bem como é a primeira estratégia de reconhecimento para avaliação das coleções.

A imaginária sacra é, sem dúvida, uma das mais importantes expressões da arte brasileira do período colonial, portanto, sua identificação e sua preservação estão diretamente ligadas à identificação e à preservação das tradições e da identidade cultural de nosso povo. Seu estudo se mostra de extrema importância para a preservação da arte, da memória e da história do país. Orlandino S. Fernandes (1999, p. 1) define:

Chamamos de Imaginária o estudo das imagens, ou seja, das esculturas que representam santos da Igreja Católica. Como toda e qualquer obra de arte, as estátuas assim concebidas são nada mais, nada menos, que uma determinada porção de material transformado pela vontade do homem, e na nova forma assumida resultará estar registrado o que se queira significar, simbolizar ou comunicar.

Ao definir a Imaginária, Fernandes (*Id., Ibid.*) completa:

Na execução da obra de arte, como é caso das imagens, resultará que o artista, condicionado culturalmente pela sociedade a que pertence, imprimirá na obra esses condicionamentos, de tal modo que a obra refletirá esta sociedade [...] Através dos tempos, as obras mostram a evolução de períodos de desenvolvimentos de um corpo social determinado.

A imaginária sacra testemunha, portanto, nossa evolução histórica, artística e social (ETZEL, 1979, p. 31).

Dentro do conjunto de imaginária sacra, temos algumas diferentes tipologias que são devidas à destinação das esculturas. As imagens aqui estudadas, de pequeno porte, pertencentes à coleção de Marcia de Moura Castro, fazem parte da quarta tipologia de imaginária – os santos de casa, imagens de culto doméstico – apontada por Myriam Oliveira:

[...] a destinação das esculturas é fator determinante de suas características, tanto no aspecto iconográfico básico, já que a invocação da imagem deveria ser facilmente identificada, quanto em seus aspectos técnicos e estilísticos. Quatro funções principais podem ser assinaladas às esculturas devocionais da época barroca, definindo em consequência tipologias diferenciadas: a exposição em retábulos de igrejas ou capelas, o uso em procissões e outros rituais católicos a céu aberto, a participação em conjuntos cenográficos, notadamente vias-sacras e presépios, e a inclusão em oratórios de culto doméstico (OLIVEIRA, 2000, p. 41).

Os estudos sobre escultura religiosa brasileira dos séculos XVIII e XIX concentram-se principalmente no campo da imaginária sacra pertencente ao patrimônio histórico e artístico

nacional e muito tem sido feito para preservar as obras de grande porte e fatura refinada. Encontramos poucas referências sobre os santos de culto doméstico pertencentes a coleções particulares, inacessíveis ao alcance do público geral, com exceção das que compõem acervos de museus. Esses santos de menor porte, como observa Cláudio de Moura Castro, “são mais simples, mais rústicos, mais espontâneos” do que aqueles que habitam as igrejas barrocas brasileiras (CASTRO, 2006, n.p.).

Ao contrário do exuberante barroco das igrejas, os santos de casa são pequenos, modestos e tendem a ser mais ingênuos. Mas não são por isso menos interessantes e expressivos. Os santos de casa falam muito da cultura e da estética do nosso povo. Eles são íntimos, são parte da família. Na evolução da imaginária passamos do coletivo para o particular, do grande para o pequeno e da capela para o oratório, seu correspondente doméstico. Nessa evolução, vemos uma identificação cada vez mais íntima, e de significado sempre mais profundo e pessoal, com o culto religioso (ETZEL, 1971, p. 151). Santos Filho (2001, p. 74) destaca a “intimidade” da população mineira nos séculos XVIII e XIX:

com seus santos de devoção, que eram tratados de maneira particular. Esse culto muito particular e doméstico forçou o aparecimento de alguns milhares de pequenas imagens entre 10 e 30 centímetros, muitas de cunho erudito, [...] e também enorme quantidade de imagens mais simplificadas, de caráter popular.

Quando a obra de arte possui uma matéria, como é o caso da imaginária, está sujeita a degradações de naturezas diversas que resultam em prejuízo tanto de seu aspecto físico como de sua significação histórica e artística. De acordo com Luiz Souza (1994, p. 87), "o simples fato de que os objetos culturais são compostos por matéria já é um fator primordial para que sua existência seja influenciada pelo ambiente no qual estes são conservados".

A conservação preventiva compreende um conjunto de operações de conhecimento e análise, assim como uma série de ações de prevenção, controle e manutenção. As operações de conservação preventiva se iniciam através do conhecimento dos objetos tutelados, seu registro e sua identificação, tarefa esta realizada através dos inventários e catálogos de bens culturais, instrumentos tradicionais para a proteção do patrimônio histórico e cultural. O inventário é um instrumento importante de conservação indireta ou preventiva, como meio de conhecimento e valoração dos bens culturais (GONZÁLEZ-VARAS, 2003).

Gaël de Guichen do Comitê Internacional de Estudos para a Conservação e a Restauração dos Bens Culturais (ICCROM) enfatiza: "O inventário é atualmente reconhecido como um

dos elementos chaves em projetos de conservação preventiva [...]” (GUICHEN *apud* MAIA, 2001, p. 12).

A dissociação e a dispersão das informações relativas a uma coleção é matéria relevante para a observação dos parâmetros da conservação preventiva. "Para contrariar o risco de dispersão, a inventariação 'cuidada e discriminada' é de importância fundamental, dado que, ao mesmo tempo que permite um analítico reconhecimento do patrimônio histórico-artístico, promove também a aquisição de uma 'cultura da memória'" (PONTIFÍCIA, 1999, p. 38).

O objeto de arte sacra incorporado a uma coleção, ao ser retirado do contexto original e transferido, perde seu valor primário de uso/função. Esse assume papel de bem artístico, cuja "preciosidade" é evidenciada por sua carga documental e simbólica, que o distingue da condição anterior. Por isso torna-se necessário o estudo dessas obras (CÂNDIDO, 2000, p. 39). As imagens aqui estudadas, pertencentes a uma coleção particular, já não são mais objetos de devoção em seu valor de uso primário, mas são testemunhos da devoção popular de um povo, em uma época. Carregam em si marcas de uma cultura, de um fazer e de um olhar. Concedendo o valor de objeto de arte à imaginária, agregamos também o valor documental, que deve ser preservado para o futuro. Para sua conservação é necessário, portanto, conciliar o respeito à obra de arte como documento histórico e como criação artística e estética.

[...] o potencial de um [objeto] como bem cultural se estabelece a partir do somatório das informações de que ele se torna portador. Ou seja, materiais, técnicas, usos, funções, alterações, associados a valores estéticos, históricos, simbólicos e científicos, são imprescindíveis para a definição do lugar e da importância do objeto como testemunho da cultura material (CÂNDIDO, 2000, p.32).

Percebemos aqui a importância dos colecionadores para a preservação, resgate e valorização de nossa memória cultural. Colecionar é uma maneira de preservar, mas implica em outras ações além do mero reunir de objetos afins. O ato de preservar inclui a coleta, a aquisição, assim como o estudo de seus significados históricos, sociais e culturais.

Fato relevante é que boa parte das coleções particulares pode vir a integrar o acervo de um museu ou instituição pública, como é o caso das coleções: Coleção Angela Gutierrez (Museu do Oratório), Coleção Mário de Andrade (IEB), Coleção Geraldo Parreiras (Museu Mineiro)<sup>1</sup>. Se as peças estiverem devidamente registradas e preservadas, caso isso ocorra, chegarão a essas instituições mantendo seu valor de bem cultural, artístico e documental, sem riscos de dispersão e dissociação, e, assim, poderão contribuir para o resgate da memória visual de um

---

<sup>1</sup> Cf. GUTIERREZ, 1999; BATISTA, 2004; MUSEU, 1994.

importante período da história do País. A família de Marcia de Moura Castro, por exemplo, aventa a possibilidade de criar um museu que manterá junta toda coleção.

Os objetos pertencentes a coleções particulares não são necessariamente inventariados ou catalogados, registrados ou fotografados. Como tentativa de ratificar a implantação dos inventários em coleções particulares o documento *Recomendação para a Proteção de Bens Culturais Móveis*<sup>2</sup>, gerado na vigésima sessão da Conferência Geral da UNESCO realizada em Paris em 1978, recomenda, em seu décimo quarto artigo, medidas para a prevenção de riscos em coleções particulares:

14. Os Estados-Membros deverão também, em conformidade com sua legislação e sistema constitucional, facilitar a proteção das coleções pertencentes a entidades privadas ou indivíduos:

(a) convidando os proprietários a fazer inventários de suas coleções, a comunicar os inventários para os serviços oficiais responsáveis pela proteção do patrimônio cultural e, se a situação exige, a conceder o acesso aos curadores oficiais e técnicos a fim de estudar e aconselhar sobre as medidas de salvaguarda;

(b) se for o caso, fornecendo incentivos para os proprietários, tais como assistência para a conservação dos itens listados nos inventários ou medidas fiscais adequadas<sup>3</sup> [...] (UNESCO, 1978, tradução nossa).

Para atingirmos o objetivo de afirmar a importância da documentação como ferramenta de preservação, incentivar a implantação de inventários em coleções particulares e de implementar uma metodologia específica e sistematizada, desenvolvemos a dissertação da seguinte forma:

O primeiro capítulo traz informações sobre a colecionadora e a coleção. Trabalhamos o conceito de coleção através de diferentes autores; a formação dos colecionadores de esculturas religiosas no Brasil; uma pequena biografia da colecionadora Marcia de Moura Castro e as características de sua coleção.

O segundo capítulo aborda a importância da documentação como ferramenta de Conservação Preventiva. Apontamos as definições de inventário e seu histórico como instrumento de preservação do patrimônio. O objetivo deste capítulo é frisar a importância do processo de documentação e sua gestão, como ferramenta indispensável para a tomada de decisões e como registro das ações de conservação e restauração.

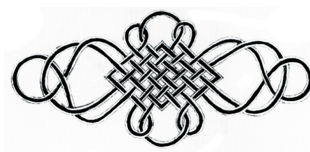
---

<sup>2</sup> *Recommendation for the protection of movable cultural property.*

<sup>3</sup> *14. Member States should also, in conformity with their legislation and constitutional system, facilitate the protection of collections belonging to private bodies or individuals by: (a) inviting the owners to make inventories of their collections, to communicate the inventories to the official services responsible for the protection of the cultural heritage and, if the situation requires, to grant access to the competent official curators and technicians in order to study and advise on safeguarding measures; (b) if appropriate, providing for incentives to the owners, such as assistance for the conservation of items listed in the inventories or appropriate fiscal measures [...].*

O terceiro capítulo traz a aplicação e desenvolvimento da metodologia de inventário no acervo Santos de Casa. Apresentamos a metodologia desenvolvida; a importância das análises iconográficas na identificação; a importância dos protocolos e da normatização nos processos de identificação; os processos de informatização; o *software* utilizado como ferramenta de bancos de dados assim como as formas de registro e identificação dos objetos.

A literatura consultada indica que toda proposta de metodologia de inventário ou sistema de documentação, seja este sumário ou mais detalhado, deve ser acompanhada de um manual que contenha as diretrizes e normas para seu preenchimento e demais procedimentos. Por este motivo desenvolvemos um manual de preenchimento para o inventário da coleção de esculturas religiosas de Marcia de Moura Castro. O manual traz instruções de preenchimento e normatização, assim como orientações de como proceder na identificação, medição, marcação e fotografia das imagens. O manual é voltado ao acervo pesquisado neste estudo de caso, porém é adaptável a quaisquer acervos particulares com a mesma tipologia de bens culturais – esculturas religiosas. Acreditamos que o manual desenvolvido, de fácil compreensão, poderá ser de grande utilidade para colecionadores de imaginária de pequeno porte, colaborando para que cada vez mais acervos possam ser inventariados e, conseqüentemente, colaborar para sua preservação.



## 2. Colecionadora e coleção

Colecionar é eleger, recolher, conservar [...] (RIBEIRO, 1992, p. 23).

A progressiva criação de coleções e museus destinados a abrigar os objetos mais diversos entre si indica que o homem mantém intacta sua compulsão pela reunião e conservação de objetos. Nosso objeto de estudo desta dissertação, a Coleção Santos de Casa, de Marcia de Moura Castro, reafirma essa tendência. Para entendermos de forma abrangente o que seria uma coleção, o ato de colecionar e quais os fatores que motivam o colecionador, lançamos aqui algumas definições expostas por diversos autores.

Durost (*apud* PEARCE, 2001, p. 157), um dos primeiros estudiosos do colecionismo, declara que uma coleção é basicamente determinada pela natureza do valor atribuído a um objeto ou os significados que este possui. Se o valor predominante de um objeto ou de seu significado for aquele de uso ou propósito, ou qualquer outro valor intrínseco ao objeto, o mesmo não forma uma coleção. Se o valor predominante é o representativo ou representante, ou seja, se o objeto ou seu significado é valorizado principalmente pela relação que mantém com algum outro objeto ou significado, ou objetos ou significados, como sendo parte de uma série ou parte de um todo, então é objeto de uma coleção.

Para Benjamim, os colecionadores têm "uma relação muito misteriosa com a propriedade..." uma relação com as coisas que não põe em destaque o seu valor funcional ou utilitário, a sua serventia, mas que as estuda e as ama como o palco como o cenário de seu destino" (...) "tudo que é lembrado, pensado, conscientizado, torna-se alicerce" (...) "a época, a região, o dono anterior, para o verdadeiro colecionador todos esse detalhes se somam para formar uma enciclopédia mágica, cuja quintessência é o destino de seu objeto" (...) "Os colecionadores são os fisiognomonistas<sup>4</sup>do mundo dos objetos...Basta observar um colecionador manuscando os objetos em seu mostruário de vidro. Mal o segura em suas mãos parece inspirado a olhar através deles para os seus passados remotos..." (BENJAMIM *apud* HORTA, 1998, p. 355).

Benjamim (1892-1940) define o colecionador como aquele que transfigura as coisas, conferindo-lhes valor afetivo no lugar do valor de uso (BENJAMIN *apud* JULIÃO, 2002, p. 19).

Rheims (1910-2003) (*apud* RIBEIRO, p. 30) aponta que as razões do colecionador são essencialmente quatro: "desejo de posse, tendência a desenvolver uma atividade espontânea,

---

<sup>4</sup> Peritos na arte de conhecer o caráter do indivíduo a partir de suas feições.

tendência a se ultrapassar e tendência a classificar. Adiciona a afinidade natural de certos homens com o que lhes parece belo e o desejo pessoal de ordem ou desordem estética."

Baudrillard (1929-2007) diz que "coleções são empreendimentos apaixonados de posse". Para o autor, há a projeção do proprietário em seus objetos, resultando em tantas imagens de si quantos forem os termos da série. "A coleção reconstitui um mundo na privacidade e sistematiza o tempo real em um plano fixo e reversível, permitindo, assim ao colecionador jogar com segurança o jogo, irreversível na realidade, do nascimento e da morte" (JULIÃO, 2002, p. 19).

Pomian (1934-) define como coleção "qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial, num local fechado preparado para este fim, e expostos ao olhar do público" (POMIAN, 1997, p. 53). Estar "fora do circuito das relações econômicas" não significa a perda do valor de troca, que na maioria dos casos é aumentado muitas vezes, mas remete à necessidade de que os objetos recebam proteção e sejam preservados, mantendo algum tipo de relação entre si; refere-se ao fato de o objeto de coleção perder sua função prática.

O caráter de portador de significado do objeto e o estabelecimento de séries são fatores de identificação da coleção, e a torna distinta da acumulação. Entre os vários conjuntos de objetos existentes, a coleção apresenta característica própria de ser formada apenas por semióforos. "Os semióforos caracterizam-se por serem portadores de significado, representando aspectos não visíveis, situados em outro tempo, outro espaço, ou outras instâncias. A sua função é significar" (RIBEIRO, 1992, p. 10). As razões para colecionar são sempre várias. Dado que por definição o objeto da coleção é um semióforo, a primeira razão que move o colecionador é aproximar-se do significado.

Os motivos para o objeto integrar uma coleção estão relacionados com sua capacidade de significar. Diversas informações, antes desnecessárias, passam a importar quando o objeto assume função exclusiva de significar, ampliando seu caráter de portador de sentido: sua origem; percurso percorrido até chegar ao domicílio atual; proprietários anteriores; material e procedimentos com que foi feito; a existência de outros semelhantes ou a ele relacionados e sua unicidade em relação a algum aspecto. (*Id., Ibid.*, p. 20).

Os objetos geralmente são coletados por serem antigos, preciosos ou raros; por suas características estéticas ou por terem testemunhado fatos de destaque. O colecionador recolhe o que seu lugar social permite naquele momento, e a partir daí abre-se espaço para o exercício de seus padrões pessoais de escolha.

Na década de 1920 – com o desdobramento da Semana de Arte Moderna de 1922 e das expedições formadas por Mário de Andrade para as cidades históricas de Minas Gerais – acontece no Brasil uma revalorização do Barroco e da Arte Colonial. "A valorização do passado colonial e a releitura da estética barroca fizeram emergir uma consciência da necessidade de se preservar o patrimônio histórico e artístico nacional" (JULIÃO, 2002, p.41). As obras de nosso passado colonial são consideradas então como os testemunhos mais autênticos de nossa cultura e identidade nacional.

Em decorrência dessa revalorização das obras barrocas e do valor de patrimônio nacional agregado, houve uma sensibilização do público colecionador de antiguidade. Nesse contexto, Julião (2002, p. 50) descreve:

Todo o investimento intelectual e técnico do SPHAN<sup>5</sup>, ocorrido a partir de 1937, resultou não apenas em um conjunto significativo de bens protegidos, como também revelou o legado da arte colonial para um público de estudiosos e interessados, despertando uma verdadeira febre de colecionismo das "antiguidades dos setecentos". Conferindo status a seus titulares, multiplicavam-se as coleções privadas de arte barroca, que passava a ser valorizada no mercado de antiguidades, fruto de uma devoção ao estilo das elites do país, em particular em Minas. Franklin de Sales abordou o fenômeno, em um artigo de 1942:

"A mania dos objetos antigos continua a empolgar a consciência brasileira. Tornou-se uma doença contagiosa, como sarampo ou catapora (...) há os indivíduos verdadeiramente apaixonados pelas coisas do passado e, estudando o assunto carinhosamente, não há segredos que não desvendem nos velhos estilos coloniais [...]" (SALES *apud* JULIÃO, 2002, p. 50).

É a partir da década de 1940 que os santos de casa começam a vir à superfície do circuito cultural, quando os primeiros antiquários de Ouro Preto passam a fornecer peças para colecionadores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nos anos 60, o comércio de antiguidades atingiu um ponto alto e várias coleções se formaram, embora poucas se dedicassem exclusivamente aos santos de pequeno porte (NEMER, 2008, p. 37). A coleção de Marcia de Moura Castro foi umas das precursoras e é um belo exemplo dessas raras coleções, pois como exceção entre outros colecionadores, esse tipo de objeto já rondava seu universo familiar.

Marcia de Moura Castro (1918-) (FIG. 1) é uma colecionadora "geneticamente programada". Nasceu em uma família de colecionadores, tornando-se assim "fanática por coleções" (como ela própria se intitula) por uma decorrência natural do ambiente em que vivia. O avô materno José Joaquim de Queiroz Júnior foi colecionador de peças antigas de arte, mobiliário e objetos variados. A mãe, Anna Amélia Carneiro de Mendonça (1896-1971), poetisa e tradutora, além de grande colecionadora, militou muito próxima ao grupo liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, responsável pela criação do SPHAN. O pai, Marcos

---

<sup>5</sup> Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Carneiro de Mendonça (1894-1988), historiador, formou uma vasta biblioteca sobre o Brasil. O irmão José Joaquim Carneiro de Mendonça – conhecido como Juko – foi também colecionador de arte brasileira. (CASTRO, C., 2007, n.p.).



FIGURA 1 - Marcia de Moura Castro e parte de sua coleção de Ex-Votos.

Carioca, filha de mãe carioca que viveu anos em Minas e de pai mineiro que viveu anos no Rio, passava suas férias na Usina Esperança – primeira siderúrgica comercial a funcionar regularmente no Brasil –, em Itabirito, Minas Gerais, centro da região do ciclo do ouro. Morou a maior parte de sua vida no Rio de Janeiro. Mais tarde, já casada e com filhos, foi morar na Usina Esperança e posteriormente mudou-se para Belo Horizonte, onde reside até hoje.

Passando suas férias e posteriormente morando em Itabirito, Marcia de Moura Castro viajou muito pela região à procura de peças originais. De acordo com sua sobrinha Helen Marcia,

que cuidou do inventário anterior do acervo, as principais andanças pela região eram "capitaneadas pelo Calixto, motorista de caminhão de carvão e minério da Usina que tomou gosto pela 'coisa', ensinado pela Anna Amelia, minha avó. Quando elas chegavam à Usina já vinha logo o Calixto pra dizer que em tal e tal lugar tinha um 'antigório', referindo-se a antiguidade de verdade, coisa boa. E lá iam elas em revoada atrás do antigório, fazendo, às vezes, parte do caminho no lombo de burro" (CASTRO, M., 2007, n.p.).

Segundo seu filho Claudio, Marcia de Moura Castro é um exemplo clássico do colecionador cuja visão treinada percebeu o valor do que não era valorizado pelo mercado das artes plásticas. Foi uma precursora, uma das primeiras a colecionar e decifrar o conteúdo artístico dos Santos de Casa em Minas Gerais. "Os Santos de Casa frequentam antiquários e feiras de antiguidade, faz tempo. Mas sempre foram considerados um prêmio de consolação para quem não podia ter um santo 'de verdade'" (CASTRO, C., 2007, n.p.).

Assim como o colecionador de Arte Sacra José dos Santos<sup>6</sup>se posiciona: "somos guardiões do patrimônio quando compramos essas peças. Se a gente guardando o cupim já come, que dirá se elas fossem deixadas por aí para se perder [...]" (COLEÇÃO..., 2005, p. 9). Marcia e toda sua família apontam que antes de ter críticos de arte e profissionais preparados para decifrar nossa tradição artística, o Brasil tinha colecionadores. É com eles que começa o processo de definir o que é arte, de interpretar o que tinham diante de si, de decidir o que valia a pena chamar a atenção e selecionar o que era para ser considerado como valioso. Alguns valorizam, colecionam e preservam. "Em muitos casos, são esses colecionadores que salvam imagens e móveis destinados a virar lenha para os fogões" (CASTRO, C., 2007, n.p.).

Durante toda sua vida, Marcia juntou centenas de imagens que colaboram como base para o levantamento histórico da arte sacra mineira no ciclo do ouro. A coleção é fruto de uma intensa pesquisa realizada pela colecionadora.

Toda a coleção é tratada com muito carinho. Marcia de Moura Castro está sempre verificando cuidadosamente seus santos, constantemente preocupada com sua manutenção. Ela possui uma relação íntima com essas peças, mas não uma relação de devoção como objetos de fé. Fato muito interessante é que a colecionadora diz não ter fé alguma, se considera atea. O que importa para ela na coleção é o valor artístico e cultural das peças. Outro fato que chama a atenção é que sempre colecionou para seu prazer e sua própria

---

<sup>6</sup> Colecionador, restaurador e antiquário pernambucano.

satisfação, não fazendo questão alguma de divulgar suas peças a fim de adquirir qualquer *status*, diferenciando-se da categoria de colecionadores que reúnem objetos com esse objetivo.

Marcia é bem conhecida em todos os antiquários de Belo Horizonte que frequentou durante muitos anos, quase todos os dias à procura de uma peça que lhe chamasse a atenção. É dito que, devido ao seu olhar treinado, os antiquários jamais ofereciam a ela uma peça que não fosse verdadeira.

Seu acervo é bastante diverso, contendo peças de diferentes categorias. Dentre elas, destacamos: Arte Sacra (Santos de Casa, Ex-votos e Objetos Litúrgicos), Arte Pré-Colombiana, Mobiliário, Louças, Arqueologia, Arte Popular e Memorabilia. Afirmando-se como colecionadora de antiguidades – "com valor em si mesmas, objetos impregnados de significado relacionados ao tempo e a origem" (ALSOP *apud* RIBEIRO, 1992, p. 26) –, Marcia declara que "tudo o que é antigo é mais bonito" (CASTRO, M., 2007, n.p.). Sua casa é formada e mobiliada com essas antiguidades que recolheu ao longo do tempo.

A maior de todas as coleções é a de Santos de Casa, objeto de estudo desta dissertação, com um total de duzentas e quarenta e nove imagens, formada em sua maioria por peças barrocas do século XVIII provenientes de Minas Gerais, colecionadas durante mais de cinco décadas.

Entre os santos colecionados, estão aqueles de maior apelo popular, como o Cristo Crucificado, Sant'Ana, Santo Antônio, Menino Jesus, São João Batista e muitas Nossas Senhoras. Mas também são encontradas figuras menos conhecidas, como a de Santa Gertrudes, São João Nepomuceno, São Gregório e Santo Inácio de Loyola.

Letícia Julião (2002, p. 56), ao descrever a casa do colecionador Geraldo Parreiras – "o ambiente característico e peculiar que cerca colecionadores", sugere que as três salas reservadas para abrigar a coleção compunham "um misto de residência e museu privado". No caso de Marcia de Moura Castro, toda sua casa compõe "um misto de residência e museu privado": sofás, mesa de centro, tapetes, em meio a oratórios, ex-votos, imagens de santos, louças, pinturas e os diversos objetos de seu acervo.



FIGURA 2 - Salas de jantar e estar da casa de Marcia de Moura Castro.

As peças da coleção Santos de Casa estão espalhadas por toda a casa, concentrando-se principalmente na sala, como parte da decoração (FIG. 2). Os santos menores se encontram dentro de um interessante armário/mesa de madeira, móvel mineiro do século XVIII (FIG. 3e 4). Suas prateleiras são forradas de feltro. Encontramos nesse armário não apenas os santos de menor porte, mas também miniaturas diversas, de diferentes materiais, provenientes de todos os cantos do mundo. Outras imagens um pouco maiores se encontram distribuídas basicamente em quatro móveis. Uma papelreira estilo D. José especialmente dedicada às peças de marfim de origem indo-portuguesa (FIG. 5). Duas mesas onde se encontram as peças de maior porte (FIG. 6) e um armário mineiro todo policromado. Algumas poucas imagens estão em outros cômodos da casa.



FIGURAS 3 e 4 - Armário/mesa de madeira que abriga os santos de menor porte.

FIGURA 5 - Papeleira estilo D. José especialmente dedicada às peças de marfim.





FIGURA 6- Detalhe de uma das mesas onde está localizada parte da coleção de Santos de Casa.

A aquisição das peças da coleção não possui nenhum registro, nenhuma documentação que ateste procedência, autoria ou origem das peças. Sabemos somente através de entrevistas com a colecionadora e sua família que a procedência da maioria dos santos é de Minas Gerais, adquiridos em antiquários em Belo Horizonte e em suas andanças pelo interior. Marcia viajava sobretudo pela área de Itabirito, Ouro Preto, Mariana e São João Del Rei.

A falta de documentação não ocorre somente na coleção de Marcia de Moura Castro, o universo dos Santos de Casa – a imaginária de pequeno porte dos séculos XVIII e XIX, principalmente mineira – é historicamente desprovido de elementos documentais, bibliográficos e referenciais, o que torna difícil a tarefa de sua identificação e documentação. Podemos citar alguns elementos complicadores da identificação imediata de certos dados históricos e artísticos concernentes a essa tipologia de escultura:

Os Santos de Casa são sempre de pequeno porte – altura máxima de 30cm, o que denota serem de devoção doméstica:

Como tal, [estas esculturas] não são fruto de encomendas formais, como aquelas feitas pelas irmandades aos artistas mais notáveis. Nesta esfera, é sabido que as primeiras identificações de autores e atribuições de autoria sempre foram feitas a partir de recibos dados às confrarias. No caso do autor popular, como essa

documentação não existe, a obra já nasce na informalidade, sem qualquer dado que comprove o contexto de seu nascimento (NEMER, 2008, p. 35).

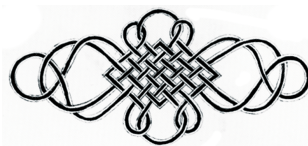
Em sua grande maioria, é inexistente a assinatura das obras por seus autores – com raríssimas exceções em que se usam as iniciais. "Como a atividade de santeiro vem da medieval tradição dos ofícios, não se cogitava o status de artista tal como se conhece hoje. Sobretudo ao autor popular não ocorria esse tipo de afirmação da individualidade" (*Id., Ibid.*).

Devido ao seu pequeno porte e por serem de devoção familiar e caseira, os Santos de Casa acompanhavam o grupo familiar em suas viagens e mudanças. Por isso, cada peça traz em si longas histórias de viagens cronológicas e espaciais, o que dificulta ainda mais as possíveis definições de suas origens geográficas, e que poderiam eventualmente ajudar em outras definições, como as do período de sua criação ou mesmo de sua autoria.

Sendo assim, os colecionadores e os comerciantes de antiguidades passam a ser as principais fontes de informação para a pesquisa das origens dessas obras.

Colecionar é eleger, recolher, conservar e seriar, agindo de acordo com critérios pré-estabelecidos. Classificar os objetos recolhidos, confrontar sua aparência e significados com as características dos demais objetos e ordenar o aspecto do mundo eleito para indagação metódica ou informal. O catálogo é um meio de ordenação do conjunto a partir de um critério pré-estabelecido. Curiosamente é comum que o catálogo não seja feito pelo colecionador. Sua proximidade e seu envolvimento com a coleção tornam-se empecilhos para que consiga perceber os traços distintivos do acervo e suas nuances. Em algumas vezes o estudo metódico da coleção, mesmo que superficial, só é feito quando ela está a um passo de ser desmanchada e surge a necessidade dos herdeiros do colecionador elaborarem um catálogo dividido em tópicos [...] (RIBEIRO, 1992, p. 23).

É importante frisar que o propósito da família é criar um museu mantendo a coleção original, sem se desmembrar, e com isso criar um registro das intenções da colecionadora e da importância da preservação dessas obras, que se deu graças à formação dessa coleção. Por esse motivo, acreditamos que a documentação criteriosa dessa coleção colabore para que a mesma não seja desmembrada, e que caso seja aventada a possibilidade de aquisição por alguma instituição pública, o processo de transferência do acervo seja facilitado sem riscos de dissociação. Se as peças estiverem devidamente registradas e preservadas, caso isso ocorra, chegarão a essas instituições mantendo seu valor de bem cultural, artístico e documental.



### 3. A documentação como ferramenta de preservação: o conhecimento é o princípio da proteção

Na verdade, não é possível conceber qualquer ação de conservação do patrimônio cultural que não parta do conhecimento prévio e, o mais abrangente possível, da realidade dos bens que integram esse patrimônio<sup>7</sup> (GONZÁLEZ-VARAS, 2003, p. 77, tradução nossa).

Para Camillo Boito (1836-1914), restaurador, arquiteto e grande pensador do século XIX, as relações imbricadas da conservação perpassam o entendimento e as relações afetivas e, portanto, fenomenológicas que o monumento, o documento e a obra de arte suscitam. Dessa forma, ele abriu sua conferência *I Restauratori*, realizada na Exposição de Turim em 1884, conduzindo o ouvinte a perceber que entender e amar são verbos correlatos. Concordando com as palavras de Boito, podemos dizer que entender um bem cultural é a chave para sua preservação. Quanto melhor conhecemos e entendemos nosso patrimônio, mais o valorizamos.

Para bem restaurar, é necessário amar e entender o monumento, seja estátua, quadro ou edifício, sobre o qual se trabalha, e do mesmo modo para a arte antiga em geral. Ora, que séculos souberam amar e entender as belezas do passado? E nós, hoje, em que medida sabemos amá-las e entendê-las? (BOITO, 2002, p. 31, grifo nosso).

As operações de salvaguarda começam pelo conhecimento dos bens, tarefa esta que é executada primordialmente pela devida documentação. A documentação de bens culturais se define como um processo contínuo que consiste em investigar, registrar (inventariar), documentar e gerenciar as informações sobre um determinado bem, permitindo sua melhor compreensão.

Conforme destaca Yacy-Ara Froner (2001, p. 263), "os objetos adquirem valor pelas mãos do conhecimento [...]. O objeto existe enquanto um elemento a ser preservado quando lhe é imputado um valor histórico, artístico e cultural". As atividades de registro e documentação dos bens culturais supõem, portanto, seu reconhecimento como objeto, que exige tutela e

---

<sup>7</sup> *En efecto, nos es posible concebir ninguna acción de conservación de patrimonio cultural si no es partiendo del conocimiento previo, y lo más exhaustivo posible, de la realidad de bienes que integran este patrimonio.*

proteção. Esse reconhecimento do valor e importância de um bem cultural é muitas vezes o primeiro passo para a sua conservação:

A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade (UNESCO; ICCROM; ICOMOS, 1994, art. 9).

Por muitos anos, as investigações sobre os bens culturais eram efetuadas mediante aproximações, e com base em critérios empíricos, não havia uma abordagem metodológica e científica em relação a sua conservação (GONZÁLEZ MOZO, 2004). Essa prática metodológica só teve início em finais do século XIX, com as bases da formação da conservação-restauração como disciplina, contando com discussões teóricas e com o advento da fotografia.

A contribuição teórica de Camillo Boito é fundamental para a introdução da metodologia nas intervenções de conservação-restauração, fixando a prática do uso de documentação como embasamento das intervenções e como forma de sistematizar o registro dessas intervenções, elaborando diretrizes para uma política de tutela.

Boito fundamentou seu trabalho em análises aprofundadas da obra, procurando apreender seus aspectos formais e técnico-constructivos, baseado em estudos documentais e na observação, bem como em levantamentos métricos do edifício. Fez largo uso de desenhos e também de fotografias, examinando a configuração geral do complexo [...] (KÜHL, 2002, p. 13).

Propondo critérios de intervenção, Camillo Boito contribuiu de forma direta para a formulação dos princípios modernos de restauração. Boito teve atuação primordial na construção do documento gerado a partir do *III Congresso dos Engenheiros e Arquitetos Italianos* de Roma em 1883. Esse documento é considerado a primeira carta de restauro italiana, a primeira formulação de uma série de normas de intervenção coerentes com uma teoria rigorosa.

Dentre os sete axiomas propostos no congresso, os dois últimos prescrevem a necessidade de se documentar detalhadamente as intervenções:

[...] registrar as obras, apontando-se a utilidade da fotografia para documentar a fase antes, durante e depois da intervenção, devendo o material ser acompanhado de descrições e justificativas e encaminhado ao Ministério da Educação; colocar uma lápide com inscrições para apontar a data e as obras de restauro realizadas (KÜHL, 2002, p. 21).

Esse documento, adotado então pelo Ministério da Educação italiano, foi um ponto de referência fundamental para as cartas patrimoniais<sup>8</sup>, que regem as práticas preservacionistas contemporâneas.

Seguindo as recomendações do documento italiano de 1883, diversas dessas cartas citam o registro dos bens culturais e a documentação dos processos de conservação como tarefas fundamentais para a salvaguarda do patrimônio. Existem cerca de vinte documentos<sup>9</sup> provenientes de convenções nacionais e internacionais que têm recomendações sobre o registro e a documentação dos bens patrimoniais. Os inventários em especial ocupam lugar significativo em grande parte deles (Cf. ANEXO A). Os inventários são utilizados nas atividades iniciais da documentação – identificação e registro de bens culturais.

Após a iniciativa italiana, as primeiras medidas normativas de caráter internacional são introduzidas através da *Carta de Atenas – Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações*, do Escritório Internacional dos Museus – de 1931. Esse documento dá ênfase à utilidade de uma documentação internacional, e já preconizava o registro dos monumentos e formatação de inventários nacionais, regionais ou locais.

c) Utilidade de uma documentação internacional

A conferência emite o voto de que:

1º - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações; [...]. (IPHAN, [2006], grifo nosso).

É também no início do século XX que diversas disciplinas científicas – química, física, biologia – começam a contribuir com as tarefas de investigação dos bens culturais, principalmente em relação ao estudo e compreensão dos materiais e seu estado de conservação. Essa colaboração é fundamental para o estabelecimento de metodologias de documentação mais fundamentadas.

---

<sup>7</sup> As chamadas cartas patrimoniais são documentos internacionais no formato de cartas, recomendações, convenções, normas ou regulamentos, criados por diversos órgãos internacionais de defesa do patrimônio histórico e cultural. As cartas são documentos importantes para o entendimento da evolução do pensamento preservacionista através dos tempos.

<sup>9</sup> Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Recomendação Paris (1964), Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas (1968), Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais (1970), Compromisso Brasília (1970), Compromisso Salvador (1971), Carta do Restauro (1972), Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), Resolução de São Domingos (1974), Declaração de Amsterdã (1975), Convenção de San Salvador (1976), Recomendação de Nairóbi (1976), Recomendação para a Proteção dos Bens Culturais Móveis (1978), Carta de Burra (1980), Carta de Washington (1986), Carta Petrópolis (1987), Carta de Lausanne (1990), Conferência de Nara (1994), Declaração de Sofia (1996), Declaração de São Paulo II (1996), Carta de Fortaleza (1997), Princípios para a documentação de monumentos, grupos de edifícios e sítios (1996), Cartagena de Índias - Colômbia (1999).

A Carta de Veneza de 1964, documento considerado basilar para a prática de conservação-restauração, seguida como um código de ética, registra a necessidade da documentação durante os processos de conservação:

Artigo 16º - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhados pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação (IPHAN, 1987, p. 107).

O documento ratificado pela 11ª Assembleia do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS)<sup>10</sup> de 1996, denominado *Princípios para a documentação de monumentos, grupos de edifícios e sítios*<sup>11</sup>, teve seu conteúdo inteiramente dedicado à importância dos registros. Nesse texto são listadas as principais razões, responsabilidades, medidas de planejamento e gestão para a devida documentação do patrimônio cultural.

Sendo o patrimônio cultural uma expressão única da realização humana; sendo que o patrimônio cultural está permanentemente em risco; sendo a documentação um dos principais meios disponíveis para dar significado, compreensão, reconhecimento e definição dos valores do patrimônio cultural; sendo que a responsabilidade pela conservação e manutenção do patrimônio cultural não é somente tarefa de seus proprietários mas também de especialistas em conservação, de profissionais, gestores, políticos e administradores que trabalham em todos os níveis de governo, como também do público; e sendo conforme exige o artigo 16 da Carta de Veneza, é essencial que as organizações responsáveis e os indivíduos registrem a natureza do patrimônio cultural<sup>12</sup> (ICOMOS, 1996, tradução nossa) (Cf. ANEXO A).

A maioria das cartas patrimoniais e publicações sobre os métodos de documentação são dirigidas principalmente ao patrimônio edificado – bens imóveis. "A noção de autenticidade do Patrimônio Cultural embasado no critério de monumento serviu de justificativa à concentração de esforços para com esse tipo de bem cultural" (FRONER, 2001, p. 469).

Porém acreditamos, de acordo com Feilden (1981, p. 27), que apesar da diferença de escala e extensão, os princípios básicos de conservação são os mesmos, tanto para bens culturais móveis quanto para os bens imóveis. Principalmente os princípios éticos e metodológicos da documentação.

---

<sup>10</sup> *International Council on Monuments and Sites*

<sup>11</sup> *Principles for the recording of monuments, groups for buildings and sites* (Tradução nossa).

<sup>12</sup> "As the cultural heritage is a unique expression of human achievement; and as this cultural heritage is continuously at risk; and as recording is one of the principal ways available to give meaning, understanding, definition and recognition of the values of the cultural heritage; and as the responsibility for conserving and maintaining the cultural heritage rests not only with the owners but also with conservation specialists and the professionals, managers, politicians and administrators working at all levels of government, and with the public; and as article 16 of the Charter of Venice requires, it is essential that responsible organizations and individuals record the nature of the cultural heritage".

Algumas poucas iniciativas foram tomadas exclusivamente em relação aos bens culturais móveis. Consideramos duas dessas iniciativas especialmente importantes no que se refere à documentação. A primeira delas é a *Reunião de Especialistas sobre Métodos Modernos de Inventário de Bens Móveis*<sup>13</sup>, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>14</sup> em Barcelona, no ano de 1976, voltada unicamente para os inventários de bens móveis, na qual foram elaboradas recomendações para a documentação e registro desses bens. O encontro exaltou a importância dos inventários como ferramenta indispensável para a salvaguarda do patrimônio cultural móvel:

1. É importante para a sobrevivência da civilização que o patrimônio cultural em cada Estado-Membro seja documentado e que esta informação seja disponibilizada tanto para as pessoas de cada Estado quanto para o resto do mundo. Por estas razões, pedimos que a UNESCO fortemente recomende a cada Estado-Membro a adoção de uma política nacional sobre a documentação do seu patrimônio cultural, e sugerimos que estas orientações incluam:
  - a) diretrizes nacionais para a documentação dos bens culturais móveis;
  - b) programas de levantamento de dados para a inventariação dos bens culturais;
  - c) programas de divulgação através dos quais as informações nos inventários serão disponibilizadas para aqueles que dela necessitam<sup>15</sup> (UNESCO, 1976, tradução nossa).

A outra iniciativa foi adotada durante a Conferência Geral da UNESCO, realizada em Paris em 1978. O documento *Recomendação para a Proteção de Bens Culturais Móveis*<sup>16</sup>, citado anteriormente (Cf. p. 18), aborda a questão dos Bens Patrimoniais Móveis de maneira exclusiva. No documento, "o patrimônio móvel é considerado mais susceptível aos danos ocasionados por conflitos armados, acidentes e, principalmente, roubo e tráfico ilícito. A documentação que possibilite a identificação desses elementos torna-se [portanto] fundamental à sua salvaguarda" (FRONER, 2001, p. 273). No artigo décimo segundo das medidas recomendadas lê-se:

- Medidas para a prevenção de riscos:
12. Os Estados-Membros devem tomar todas as medidas necessárias para assegurar a proteção adequada aos bens culturais em museus e instituições afins. Em particular, devem:
    - (a) incentivar a inventariação e catalogação sistemática dos bens culturais, com o máximo possível de detalhes e de acordo com os métodos desenvolvidos especialmente para esses meios [...]. Tal inventário é útil quando se deseja determinar os danos ou deterioração de bens culturais. Com essa documentação as informações necessárias podem ser divulgadas, com todas as precauções devidas, às

---

<sup>13</sup> *Meeting of experts on the modern methods of inventory of movable cultural property.*

<sup>14</sup> *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

<sup>15</sup> "1. It is important to the survival of civilization that cultural properties in every member state be documented and that this information be made available both to the people of each state and to the rest of the world. For these reasons we ask that UNESCO strongly urge each member state to adopt a national policy on the documentation of its cultural heritage, and suggest these policy statements include: a) national guidelines for the documentation of movable cultural property; b) data collection programmes for the inventorying of cultural objects; c) dissemination programmes by which the information in the inventories will be made available to those who need it."

<sup>16</sup> *Recommendation for the protection of movable cultural property.*

autoridades nacionais e internacionais responsáveis pela luta contra os roubos, o comércio ilícito e a circulação de falsificações,  
(b) incentivar, conforme o caso, a identificação padronizada de bens culturais móveis[...]”<sup>17</sup> (UNESCO, 1978, tradução nossa).

Conforme podemos constatar através dos documentos internacionais, das legislações e da teoria da conservação, a documentação é parte integral da conservação e gestão dos bens culturais; é o fio que percorre todo o processo de preservação do patrimônio cultural e se apresenta como ferramenta indispensável nas ações de conservação e restauração. Verificamos uma indissociabilidade entre as práticas de preservação e da documentação: "a catalogação, pesquisa e inventário são indispensáveis no processo de estruturação dos projetos de preservação, locais, nacionais ou internacionais" (FRONER, 2001, p. 270).

A documentação possibilita a compreensão, o monitoramento e a manutenção dos bens culturais, atuando nos processos de conservação antes, durante e depois. É somente a partir de uma documentação exaustiva e coerente que podemos assegurar o rigor e precisão nas tomadas de decisão para a salvaguarda desses bens. Uma documentação bem empreendida permite uma melhor compreensão do valor econômico, histórico, científico, estético e social de um bem cultural.

Segundo um artigo – publicado na reconhecida revista sobre conservação *The Getty Conservation Institute Newsletter* – no qual a documentação é defendida como base para os processos de conservação preventiva:

A documentação do patrimônio cultural, amplamente definida, inclui duas atividades principais: (1) a captura de informações sobre os bens culturais, incluindo suas características físicas, história e problemas, e (2) o processo de organizar, interpretar e gerenciar essas informações<sup>18</sup> (LEBLANC; EPPICH, 2005, p. 6, tradução nossa).

Podemos enumerar diversos motivos para utilizarmos obrigatoriamente a prática da documentação na metodologia de conservação, incluindo:

- avaliar os valores e importância do patrimônio em questão;

---

<sup>17</sup> "Measures for the prevention of risks. 12. Member States should take all necessary steps to ensure adequate protection for cultural property in museums and similar institutions. In particular, they should:(a) encourage the systematic inventorying and cataloguing of cultural property, with the fullest possible details and in accordance with methods specially developed for the purpose (standardized fiches, photographs - and also, if possible, color photographs - and, as appropriate, microfilms). Such an inventory is useful when it is desired to determine damage or deterioration to cultural property. With such documentation the necessary information can be given, with all due precautions, to the national and international authorities responsible for combating thefts, illicit trading and the circulation of fakes;(b) encourage, as appropriate, the standardized identification of movable cultural property using unobtrusive means offered by contemporary technology;"

<sup>18</sup> "Documentation of cultural heritage, broadly defined, includes two main activities: (1) the capture of information regarding monuments, buildings, and sites, including their physical characteristics, history, and problems; and (2) the process of organizing, interpreting, and managing that information."

- conhecer a história, características físicas, tecnologia de fatura e atuais condições de conservação do bem cultural;
- orientar o processo de conservação, quando se deve registrar todas as intervenções preventivas e curativas;
- garantir que as intervenções respeitem as características do patrimônio;
- registrar os resultados após as intervenções;
- realizar um registro permanente do patrimônio cultural antes da alteração, planejada ou não;
- fornecer bases para o monitoramento, gerenciamento e manutenção de rotina;
- fornecer uma ferramenta de acompanhamento e gestão do patrimônio em todos os níveis.

A importância da documentação se estende além de seu uso como ferramenta nas atividades de conservação-restauração. Constitui ainda uma importante fonte de pesquisa sobre o patrimônio histórico e cultural para diversas áreas e disciplinas. É também um meio de comunicação com o público em geral, ajudando a educá-lo sobre a importância do patrimônio e promovendo seu envolvimento na preservação.

As decisões concernentes à dotação de recursos e à Conservação das propriedades culturais implicam em considerações políticas. Um maior apoio político para a conservação e a preservação de bens culturais dependerá de uma maior consciência pública de sua necessidade. (FRONER, 2001, p. 46).

A documentação também pode ser considerada como uma espécie de apólice de seguro contra perda e como um registro para a posteridade, para as gerações futuras, em caso de catástrofes e destruição. A documentação, se bem empreendida e devidamente gerenciada, fornece um registro duradouro do patrimônio cultural. No caso dos bens móveis, é crucial para medidas de proteção contra roubos e tráfico ilícito, uma vez que bens não documentados se tornam difíceis de recuperar. A UNESCO e outras organizações internacionais vêm ressaltando a importância da documentação como medida de proteção a roubos e tráfico ilícito de bens culturais em diversas recomendações. A *Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais*, realizada pela UNESCO em Paris, de 12 a 14 de novembro de 1970, enfatiza o estabelecimento de um inventário nacional para assegurar a proteção dos bens culturais:

ARTIGO 5º

A fim de assegurar a proteção de seus bens culturais contra a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícitas, os Estados-Partes na presente Convenção se comprometem, nas condições adequadas a cada país, a estabelecer em seu território, se ainda não existirem, um ou mais serviços de proteção ao

patrimônio cultural, dotados de pessoal qualificado e em número suficiente para desempenhar as seguintes funções:

[...]

b) estabelecer e manter em dia, com base em um inventário nacional de bens sob proteção, uma lista de bens culturais públicos e privados importantes, cuja exportação constituiria empobrecimento do patrimônio cultural nacional [...] (UNESCO, 1972, p. 5).

A documentação meticulosa é tomada como parte de um gerenciamento de riscos eficiente, fator primordial para evitar os riscos de dissociação de acervos. A dissociação – considerada como um dos agentes de deterioração aos quais está submetido um acervo pela visão do gerenciamento de riscos (WALLER, 2008, p. 181) – resulta na perda irreversível de objetos e no desmembramento de uma determinada coleção. A dissociação inclui a perda dos objetos por extravio, perda permanente de dados sobre os objetos e uma série de outras deficiências intelectuais e legais, que reduzem a utilidade e o valor das coleções. Uma documentação periódica e bem empreendida – registro e inventário –, além de criar um elo da informação com o objeto, ajuda na prevenção de riscos na medida em que, ao fazer o levantamento de dados, estamos verificando o estado atual do acervo. A realização de inventários periódicos funciona também como um diagnóstico recorrente da coleção. A documentação atua, portanto, em dois estágios do gerenciamento de riscos: evitar e detectar.

A preparação de uma documentação bem elaborada traz também benefícios econômicos aos projetos de conservação. Uma boa documentação economiza tempo e dinheiro, ajudando a priorizar recursos e evitando a duplicação de esforços.

Utilizar a documentação exaustiva é um compromisso ético do conservador-restaurador. Os relatórios dos procedimentos adotados durante um processo de conservação e restauro fazem parte do código de ética do profissional que atua em qualquer bem cultural móvel ou imóvel. Intervenções de conservação se constituem em um momento crítico na vida de um bem cultural, e um registro cuidadoso pode preservar informações que serão a base para avaliações futuras e novos tratamentos. A *Recomendação para a Proteção de Bens Culturais Móveis* – acima citada – indica que "os especialistas responsáveis [pela conservação] devem incluir nos inventários informações sobre o estado físico dos objetos e recomendações relativas às condições ambientais necessárias" <sup>19</sup> (UNESCO, 1978, art. 6, tradução nossa).

---

<sup>19</sup> *The responsible specialists should include in the inventories data on the physical state of the objects and recommendations concerning the requisite environmental conditions.*

Cientes dessa responsabilidade, as associações de classe no Brasil incluíram no código de ética do conservador-restaurador quatro artigos dedicados à pesquisa e documentação.

Destacamos:

14. Antes de iniciar qualquer ação ou intervenção em uma obra o conservador-restaurador deve colher todas as informações capazes de gerar e salvaguardar o conhecimento a seu respeito [...].

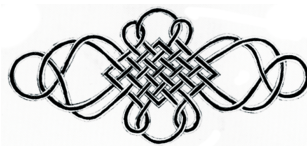
15. Durante o tratamento devem ser anotadas todas as intervenções de conservação-restauração [...]. A documentação fotográfica deverá acompanhar os passos mais expressivos do tratamento e registrar o efeito final da obra após o término do trabalho. (CÓDIGO, 2005, p. 5).

Embora existam tantas vantagens de se empreender em uma documentação exaustiva, toda sua importância tenha sido salientada nos instrumentos internacionais de preservação e sua obrigatoriedade seja assinalada nos códigos de ética, é de comum acordo para pesquisadores da área que a mesma permanece ainda inadequadamente empregada. O campo carece de normas e diretrizes e uma melhor comunicação entre os profissionais. Há concordância também no entendimento de que as ferramentas são incompletas, a formação insuficiente de profissionais e os recursos limitados – fora do campo, os tomadores de decisão muitas vezes desconhecem os objetivos e benefícios da documentação (LEBLANC; EPPICH, 2005, p. 7).

Nesse contexto, em âmbito nacional, Mendonça (2009, p. 340) aponta que existe uma lacuna entre o conhecimento dos conceitos éticos da documentação e a prática profissional, sendo esses critérios esquecidos ou negligenciados, e destaca:

Cabe aos novos cursos de formação [...] sensibilizar e orientar os novos profissionais que estão ingressando na área, como também as associações de classe, reforçar junto aos seus associados uma maior seriedade no cumprimento desse artigo do nosso código de ética.

Precisamos, portanto, tomar medidas para assegurar que a documentação não seja apenas uma operação técnica, mas o resultado de uma abordagem cultural complexa, pois "coleccionar dados não é o bastante" (CARVALHO, 2010, p. 2). Há a necessidade de implementarmos normas e orientações internacionais para que a comunicação seja completa e as ações de documentação efetivas. Como cientistas da conservação, é nosso dever divulgar os benefícios da documentação para nossa prática profissional, resultando em uma maior qualidade nas práticas de preservação.



### 3.1. Os Inventários

Para proteger temos que conhecer, para conhecer temos que inventariar.  
(IEPHA, [2002]).

Conforme assinalamos anteriormente, a documentação do patrimônio cultural é parte integrante do processo de conservação. As operações de conservação preventiva começam pelo conhecimento dos objetos tutelados, tarefa realizada através de catálogos e inventários de bens culturais.

Inventariar é criar uma identidade. O ato do inventário dá nome às coisas, divulga os objetos quando os registra, preserva-lhes a memória material e conceitual, arruma-os, disponibilizando essa memória [...]. Inventariar tem, portanto, uma importância que nunca será demais valorizar, quer como ação de conhecimento que as tutelas das políticas culturais e de gestão do patrimônio histórico-artístico deverão ter em conta, quer enquanto instrumento fundamental de comunicação desse conhecimento ao público (PORTUGAL, 2004, p. 13).

A ênfase de nosso estudo se dá nos procedimentos de inventário de bens culturais, especificamente de bens móveis, visando a criar protocolos e assegurar procedimentos mais sistemáticos. Os inventários – inegavelmente um dos mais importantes mecanismos de preservação patrimonial – são ainda mais significativos quando estamos tratando da preservação dos bens móveis e integrados, pois devido às suas pequenas dimensões e à sua mobilidade intrínseca, se tornam alvos de tráfico ilícito e estão sujeitos a várias formas de dissociação.

Abaixo apontamos as diversas definições encontradas para o termo inventário, priorizando os significados de inventário cultural.

“Há uma relação simbiótica entre a ideia de patrimônio – propriedade herdada – e à elaboração de um inventário – uma lista detalhada” (COUNCIL, 2009, p. 15). Os inventários são utilizados para avaliar os valores e importância do patrimônio em questão, registrar um bem e conhecê-lo a fundo, trazendo para si o status de bem cultural, e portanto merecedor de preservação"[...]. São considerados instrumento fundamental para conhecer, identificar, quantificar e classificar os bens a serem protegidos" (MAIA, 2001, p.20). Além disso, o inventário sistemático e recorrente aponta o estado de conservação de um bem, possibilitando

o estabelecimento de prioridades dentro de uma coleção ou acervo, sendo assim base para a definição de estratégias para os trabalhos de conservação preventiva.

A inventariação constitui o primeiro passo na atividade de conhecimento, de salvaguarda e de valorização do patrimônio histórico-artístico [...]. Com efeito, tal operação permite acima de tudo impedir a dispersão do patrimônio, porquanto fornece um suporte material através do qual a sua memória vai ser conservada; a mesma operação permite ainda registrar ulteriores desenvolvimentos, transformações, extravaiamentos (*sic*) e aquisições (PONTIFÍCIA, 1999, p. 31).

Embora os termos catálogo e inventário sejam frequentemente usados como sinônimos, em sentido estrito devemos considerar que são instrumentos de proteção que envolvem níveis distintos de identificação, registro e conhecimento do objeto (GONZÁLEZ-VARAS, 2003). Os inventários são instrumentos de caráter mais sumário, centralizados na identificação, descrição e localização do objeto, como forma básica de conhecimento e com independência de sua significação artística ou científica. Os catálogos somam a estes requisitos uma valoração histórico-artística ou cultural do objeto e são, portanto, instrumentos que associam-se a um trabalho mais profundo de investigação." A catalogação, é, pois, o termo ou maturação de uma iniciativa cognoscitiva da qual a inventariação constitui a indispensável fase preliminar" (PONTIFÍCIA, 1999, p. 21).

“Inventário” é termo procedente do latim tardio *inventarium* (lista), que por sua vez procede de *invenire* (encontrar) (GONZÁLEZ-VARAS, 2003, p. 541).

O significado de “inventário”, no que podemos considerar o sentido mais amplo do termo, segundo o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009), é: "[...] 6. levantamento minucioso dos elementos de um todo; rol, lista, relação. Ex.: <o i. dos monumentos artísticos da cidade>. 7. qualquer descrição detalhada, minuciosa de algo. "Já a locução “inventário cultural” traz consigo a ideia de proteção: "levantamento dos bens considerados como representativos de uma cultura com vistas a sua preservação" (grifo nosso).

Da mesma forma, segundo o *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, inventário cultural é o "levantamento sistemático dos bens culturais [...], visando o conhecimento e a proteção do acervo de uma determinada cultura" (FERREIRA, 1998, p. 964, grifo nosso).

De acordo com a definição dada pela Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, enfatizamos o inventário como atividade basilar para fins de salvaguarda dos bens culturais:

Um inventário é a metodologia de pesquisa que constitui o primeiro passo na atividade de conhecimento, de salvaguarda e de valorização dos bens culturais de um acervo, consistindo na sua descrição individual, padronizada e completa, para

fins de identificação, classificação, análise e conservação (MINAS GERAIS, [2011], s. p.).<sup>20</sup>

Como destaca a historiadora Maria Tarcila Guedes (1987), são muitas as definições dadas para o inventário cultural, e a contribuição do arquiteto Guillermo Trimmiño Arango – consultor da UNESCO – esclarece muito essa questão. Esse autor classifica e define o inventário cultural em três categorias:

1a) Inventário de simples conhecimento ou listagem - "consiste em efetuar um simples reconhecimento do Patrimônio a ser listado, tendo em conta sua localização, proprietário, época, autor etc."; 2a) Inventário científico - "tem por objetivo recolher, buscar e agrupar todas as informações possíveis para o conhecimento profundo e exaustivo de cada bem cultural"; 3a) Inventário de Proteção - "reúne os elementos suficientes e necessários que permitam identificar com precisão os bens e valores que devam ser salvaguardados" (ARANGO *apud* GUEDES, 1987, p. 87).

Conforme as classificações dadas por ARANGO, podemos verificar que os inventários possuem diversas funções e níveis de profundidade, e por isso é às vezes confundido com a catalogação.

Apresentando o inventário sob o âmbito jurídico, como instrumento constitucional de salvaguarda, temos as seguintes definições:

Sob o ponto de vista prático o inventário consiste na identificação e registro por meio de pesquisa e levantamento das características e particularidades de determinado bem, adotando-se, para sua execução, critérios técnicos objetivos e fundamentados de natureza histórica, artística, arquitetônica, sociológica, paisagística e antropológica, entre outros (MIRANDA, 2008, p. 2).

Sob o ponto de vista do ordenamento jurídico brasileiro, o inventário é um instrumento de proteção do patrimônio cultural, "com regramentos jurídicos precisos e bem definidos, contribuindo decisivamente para uma maior preservação dos bens culturais, sem a necessidade de se lançar mão do instituto mais restritivo e obtuso [...] do tombamento." (*Id.*, *Ibid.*, p. 20). O inventário é ferramenta protetiva de estatura constitucional, autônoma e autoaplicável<sup>21</sup>.

Inventário e tombamento não se confundem, são instrumentos que possuem efeitos inteiramente distintos. O inventário é instituto de efeitos jurídicos muito mais brandos do que o tombamento, mostrando-se como uma alternativa interessante que pode ser efetuada de forma muito mais rápida.

---

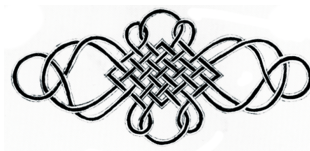
<sup>20</sup> Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

<sup>21</sup> Norma de aplicação imediata, sem a necessidade de outra lei para regulamentá-la.

Carlos Marés – citado por Marcos Miranda – enfatiza que o inventário confere aos bens móveis e imóveis o status de bem patrimonial, ou seja, dotado de valor cultural. O inventário, portanto, colabora para a formação oficial do patrimônio cultural, por constituir técnica jurídica destinada a elevar determinado bem à condição de participante desse patrimônio:

É evidente que a própria existência do inventário tem, como consequência, a preocupação sobre o bem e o reconhecimento de que ele é relevante. [...] Sua realização criteriosa estabelece a relação dos bens culturais portadores de referência e identidade, cujo efeito jurídico é, no mínimo, prova da necessidade de sua preservação, em juízo ou fora dele (MARÉS *apud* MIRANDA, 2008, p. 12).

Desta forma, não se concebe que um bem inventariado como patrimônio cultural possa ser degradado ou destruído, tornando-se obrigatória a sua preservação e conservação para as presentes e futuras gerações.



## 3.2. O inventário como proteção do patrimônio cultural público: iniciativas internacionais e nacionais

O Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.  
(BRASIL, 1988, grifo nosso)

Os inventários têm sido reconhecidos, internacionalmente, como uma das mais antigas formas de gestão e proteção do patrimônio cultural. Diversos países e organizações internacionais, certificando a importância do inventário como instrumento de reconhecimento e identificação, e portanto de preservação de seu patrimônio histórico, artístico e natural, têm, ao longo dos anos, instituído o inventário através de leis, decretos, normas e recomendações. Com o advento da informatização, os programas de inventário nacionais e internacionais tornaram-se grandes sistemas de gerenciamento e divulgação das informações recolhidas.

Por seu pioneirismo e extensão, destacamos a experiência francesa. Segundo o historiador da arte francês André Chastel (1912-1990), a ideia de um "inventário geral" dos bens culturais na França e a realização de arrolamentos data de fins do século XVIII (CHASTEL, 1990). Quanto a uma política formal de inventário, a França é precursora com a criação do Comitê de Artes e Monumentos<sup>22</sup> em 1837, que tinha o objetivo de "publicar e ilustrar todos os monumentos que já existiram ou ainda existem por todo solo da França<sup>23</sup>" (FRANÇA, [1964], p. 9, tradução nossa). Em decreto no ano de 1964, foi instalada a Comissão Nacional do Inventário e a criação do *Inventário Geral dos Monumentos e Riquezas Artísticas*,<sup>24</sup> formando os princípios do atual *Inventário Geral do Patrimônio Cultural*<sup>25</sup>. O inventário geral promulgado por lei em 2004 possui fins de "[...] identificar, analisar e promover os bens patrimoniais que apresentam interesse cultural, histórico ou científico<sup>26</sup>" (FRANÇA, 2004, tradução nossa). Através dessas medidas, a França garantiu a identificação de uma vasta quantidade do acervo

---

<sup>22</sup> *Comité des arts et monuments.*

<sup>23</sup> [...] *publier et illustrer « tous les monuments qui ont existé ou qui existent encore sur le sol de la France ».*

<sup>24</sup> *L'inventaire général des monuments et des richesses artistiques.*

<sup>25</sup> *Inventaire Général du Patrimoine Culturel.*

<sup>26</sup> « [...] *recense, étudie et fait connaître les éléments du patrimoine qui présentent un intérêt culturel, historique ou scientifique* » (art. 95 de la loi n°2004-809 du 13 août 2004).

patrimonial de cada região do país, sejam de propriedade pública ou mesmo privada (MAIA, 2001). O programa continua ativo e constante, assegurando cada vez mais a proteção do patrimônio francês. A página de internet do Ministério da Cultura da França disponibiliza informações sobre o programa nacional de inventário, legislação, relatórios e manuais de documentação, assim como os bancos de dados dos bens catalogados.<sup>27</sup>

Por toda a Europa, em fins do século XIX e início do século XX, verificamos a tentativa de ações sistemáticas de inventariação nacional e divulgação dos bens protegidos em publicações, utilizando o inventário como um instrumento de proteção suplementar ao tombamento. Além da iniciativa francesa, podemos citar os programas: Tchecoslováquia, iniciado em 1846; Alemanha, em 1860; Grã-Bretanha, em 1904; Áustria, criado em 1907, e cerca de mais quinze outros países. Com exceção da Alemanha, que teve uma exemplar continuidade, a maioria dos países só teve êxito em perseguir o objetivo após a II Guerra Mundial.

Na década de 60 surge um novo interesse pelos inventários culturais, inaugura-se uma nova etapa na luta de preservação do patrimônio cultural em todo mundo. Várias iniciativas de recomendações do uso de inventários foram tomadas por organizações como a UNESCO, o ICOMOS e o Conselho Internacional de Museus (ICOM) (AZEVEDO, 1987). (Cf. ANEXOS A e B).

O Conselho da Europa<sup>28</sup> teve como uma de suas primeiras ações, em matéria de proteção do patrimônio cultural, definir métodos e critérios comuns para a elaboração do *Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural Europeu*, de acordo com o seminário realizado em 1965. Publica também diversos documentos de orientação na preparação de inventários nacionais e internacionais, e em 2008 lança as *Orientações sobre inventários e documentação do patrimônio cultural*<sup>29</sup>, documento compilatório que traz diversas recomendações publicadas desde 1990, e que busca a normatização das iniciativas de inventários por toda Europa.

Atualmente, uma iniciativa a se destacar na Europa é da *Junta de Andalucía*, órgão responsável pela administração da região autônoma espanhola. O *Centro de Documentação do Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico* (IAPH) iniciou em 1991 o desenvolvimento do *Sistema de Información del*

---

<sup>27</sup> Disponível em: <<http://www.inventaire.culture.gouv.fr/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

<sup>28</sup> Organização internacional que atua em defesa dos direitos humanos, o desenvolvimento democrático e a estabilidade político-social na Europa, fundada em 1949.

<sup>29</sup> *Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage.*

*Patrimonio Histórico de Andalucía* (SIPHA)<sup>30</sup>, cujos objetivos básicos são normalizar e sistematizar de forma integrada os dados que identificam e definem informações do patrimônio histórico andaluz. Atualmente o sistema inclui mais de setenta mil registros sobre o patrimônio histórico (bens imóveis, móveis, imateriais, centros históricos etc.). No site do IAPH<sup>31</sup> encontramos publicações que apresentam os critérios, metodologias e normas para identificação e registro dos bens, recursos como um *thesaurus online* e o banco de dados para consulta dos bens já cadastrados.

Outro país que se destaca em programas nacionais de inventário é o Canadá, cujo governo desenvolve, desde 1972, programas e publicações para orientar a documentação de acervos através do *The Canadian National Inventory Programme*. (MAIA, 2001, p. 21). O programa canadense é um dos pioneiros na informatização dos inventários de bens culturais nos acervos públicos nacionais (HOMULOS, 1978, p. 153).

Na América Latina, ressaltamos as ações da *Dirección de Patrimonio* do Ministerio de Cultura da Colômbia, que possui um vasto projeto de inventário do patrimônio cultural colombiano - *Programa de Inventario y Registro del Patrimonio Cultural Colombiano*, agregado ao *Sistema Nacional de Información Cultural* (SINIC)<sup>32</sup>, que divulga as atividades. A *Dirección de Patrimonio* lançou diversas publicações, como manuais de inventários e guias de preenchimento e glossários que determinam a metodologia – objetivo e aplicação, etapas e aspectos organizacionais para o desenvolvimento de inventários. As publicações estão disponíveis no site da *Dirección de Patrimonio*<sup>33</sup>.

No Brasil, remetemos ao período colonial as primeiras catalogações do patrimônio cultural, como o inventário realizado por Francisco Mesquita, escrivão da Fazenda Real, que listou os prédios existentes em Recife e Maurícia, após a expulsão dos holandeses. Em seu inventário foram relacionados duzentos e noventa imóveis com descrição de suas técnicas construtivas e origem estilística (AZEVEDO, 1987, p. 82).

Em 1722 e 1723 Frei Agostinho de Santa Maria (1642-1728) publicou em Lisboa a obra denominada *Santuário Mariano e histórias das imagens milagrosas de Nossa Senhora*, uma compilação

---

<sup>30</sup> Sistema de Informação do Patrimônio Histórico da Andaluzia

<sup>31</sup> Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/nav/index.jsp>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

<sup>32</sup> Disponível em: <<http://www.sinic.gov.co/SINIC/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/?idcategoria=1153>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

em dez tomos, com levantamento e descrição das imagens da Virgem Maria e dos templos que se encontravam em Portugal e colônias. O levantamento feito no Brasil no Arcebispo de Bahia e nos Bispados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Maranhão, Pará, Rio de Janeiro e Minas Gerais foi divulgado nos volumes nove e dez. Frei Agostinho de Santa Maria jamais esteve em solo brasileiro; as informações de campo foram minuciosamente recolhidas por Frei Miguel de São Francisco entre 1712 a 1714. O tomo décimo da publicação foi reeditado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro (INEPAC) em 2007.

Outra experiência de inventariação no período colonial brasileiro aconteceu no final do século XVIII. Monsenhor Pizarro (1753-1830), assumindo o cargo de Padre Visitador, inicia visitação às igrejas e comarcas do recôncavo do Bispado de São Sebastião do Rio de Janeiro. Em suas visitas, que duraram cerca de quatorze meses, Monsenhor Pizarro procedeu com o levantamento de todos "os pertences das igrejas matrizes e os usos e costumes praticados em cada uma delas", desenvolvendo um inventário de arte sacra da região que registrou em livro manuscrito denominado *Livro das Visitas Pastorais*. É importante ressaltar que, devido ao inventário deixado pelo padre, é possível localizar, estudar e comparar os acervos ainda existentes, colaborando com o desenvolvimento de ações atuais de preservação, possibilitando também, de certa forma, saber um pouco sobre o patrimônio já desaparecido. O atual Inventário de Arte Sacra Fluminense, feito com base nas informações contidas em suas vistas, foi publicado em 2008, e suas informações disponibilizadas em portal na internet<sup>34</sup> (INEPAC, 2008).

A realização destes e outros inventários no Brasil colônia constituem fontes fundamentais para o estudo de nosso patrimônio colonial, ainda que na época atendessem de imediato a outras funções. Em muitos casos, esses registros são a única fonte de conhecimento sobre obras de arte desaparecidas. Infelizmente as iniciativas eram de modo esporádico e isolado, sem atentar para a função protecionista do instrumento, e sem maiores consequências para o desenvolvimento de uma conscientização sobre a preservação do patrimônio histórico do país.

Conforme apontamos anteriormente, é na década de 20, com o desdobramento do movimento modernista, que se inicia uma preocupação efetiva com a proteção de nosso patrimônio cultural. Na época, uma das reivindicações que surgiram foi a de "inventariar, o

---

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://www.artesacrafluminense.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

que vale dizer, identificar e registrar as manifestações culturais para a história [...]" (AZEVEDO, 1987, p. 82). É nessa mesma década – anteriormente à criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>35</sup> em 1937 – que foram apresentados diversos projetos com objetivos de criar mecanismos para a proteção legal do patrimônio, em âmbito nacional e estadual. Segundo Azevedo (*Id., Ibid.*), "a obrigatoriedade da inventariação dos bens culturais está presente [...] em todas as tentativas de criação de uma legislação de proteção aos bens culturais do país". No final da década, inventários chegaram a ser iniciados nos estados da Bahia e Pernambuco com a criação de respectivas Inspetorias Estaduais de Monumentos, mas foram desativados por se basearem em legislações pouco eficientes.

Com a constituição de 1934, a proteção do patrimônio histórico e artístico torna-se um princípio constitucional, mas nenhum instrumento protetivo, como o tombamento ou o inventário, é institucionalizado:

Art. 148 - Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual. (BRASIL, 1934).

Mário de Andrade (1893-1945), ao redigir o Anteprojeto de Criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional, define os requisitos necessários para os fins de tombamento, propondo uma metodologia de inventário abrangente e avançada para o seu tempo. O anteprojeto previa não só o registro do patrimônio histórico cultural e natural, mas também o registro do patrimônio etnográfico:

Cada obra a ser tombada terá sua proposta feita pela Comissão Regional competente acompanhada dos seguintes requisitos:

1. Fotografia ou várias fotografias;
2. Explicação dos caracteres gerais da obra, tamanho, condições de conservação, etc.
3. Quando possível, nome do autor e biografia deste;
4. Datas;
5. Justificação de seu valor arqueológico, etnográfico ou histórico no caso de pertencerem a uma destas categorias;[...] (ANDRADE, M., 1987, p. 282).

No entanto, o anteprojeto sofreu mudanças significativas até que fosse aprovado o texto final do decreto que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional: Decreto-Lei nº 25.

---

<sup>35</sup> O órgão responsável pela proteção do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil passa, ao longo de sua história, por sucessivas mudanças de denominações. "Entre 1937 e 1946 chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional SPHAN; em 1946, passou a denominar-se Diretoria (DPHAN); em 1970, transforma-se em Instituto (IPHAN); em 1979, foi criada a Fundação Pró-Memória, para executar a política do IPHAN; ao longo da década de 1980, muda várias vezes de nome, e hoje é Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN." (JULIÃO, 2008, p.11).

A Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, institui a fundação do SPHAN como órgão oficial de preservação do patrimônio cultural brasileiro:

Art. 46. Fica creado (*sic*) o Serviço do Patrimônio (*sic*) Histórico e Artístico Nacional, com a finalidade de promover, em todo o País (*sic*) e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio (*sic*) histórico e artístico nacional. (BRASIL, 1937b).

O SPHAN é então regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano. O decreto é o primeiro a trazer uma legislação específica para a preservação do patrimônio cultural, tornando-se precursor na América Latina:

Art. 1º Constitue (*sic*) o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse (*sic*) público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. (BRASIL, 1937a).

Com a criação do SPHAN em 1936, e sua oficialização em 1937, inicia-se a tentativa de realização do inventário e tombamento dos bens de valor histórico e artístico de nosso patrimônio – principalmente dos monumentos arquitetônicos, que deveriam constar do livro de tomo para proteção e conservação. A atividade de inventariação foi ressaltada por Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898 - 1969) como a mais importante do órgão em sua primeira fase, pois para a aplicação do tombamento foi necessário o estabelecimento de inventários que tiveram como objetivo identificar objetos e edificações que deveriam ser objeto de preservação. Para Rodrigo de Andrade (1987, p. 36), a inventariação "requer não só o exame direto dos bens e monumentos disseminados em todo o território nacional, como a reunião e estudo da documentação fotográfica e dados históricos coligidos a respeito de cada um deles."

Apesar da importância dada para a atividade de inventário na primeira fase do SPHAN, este não era tratado como um instrumento de proteção em si mesmo, era uma ferramenta dependente do processo de tombamento e não complementar. Conforme aponta Paulo Ormino de Azevedo (1987, p. 82), "[...] o recenseamento de nossa cultura [nessa fase] seria confundido com o tombamento, aplicado apenas aos bens excepcionais, o que reduziria o inventário a uma atividade limitada e dependente."

Com a continuidade das atividades do SPHAN, e sua afirmação como órgão de proteção, essa postura começa a se modificar e o inventário aos poucos se transforma em uma ferramenta independente e complementar, em instrumento de preservação em si mesmo e

não apenas como ferramenta de identificação e gestão de bens tombados. Segundo destaca Azevedo (*Id., Ibid.*):

Cresce [...] o entendimento de que o inventário, a par de sua função precípua, desempenha um papel próprio na preservação do acervo cultural, podendo ser transformado em um instrumento complementar ao tombamento, possibilitando que a vigilância do Estado e da sociedade seja estendida a todo o universo cultural da nação, através da conscientização popular e da adoção de medidas administrativas.

O arquiteto Lúcio Costa (1902-1998), ao ser encarregado da direção da Divisão de Estudos e Tombamento do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), em 1947, assumiu uma postura radical diante da necessidade de um inventário completo dos bens culturais e enfatiza a importância da inventariação em seu Plano de Trabalho:

A importância dessa tarefa fundamental é de tal ordem, que não me vexaria de recomendar a paralisação quase completa das obras em andamento e o cancelamento dos nossos serviços – com exceção dos de proteção provisória [...], a fim de que as verbas da dotação anual do DPHAN fossem integralmente aplicadas, durante dois ou três exercícios consecutivos, nessa empresa de colheita e compilação maciça de informações – fundamento sobre o que deverão assentar todas as iniciativas da Repartição (COSTA *apud* GUEDES, 1987, p. 86, grifo nosso).

É fundamental ressaltar que, apesar de o Decreto-Lei nº 25 estabelecer a defesa de todos os bens, móveis e imóveis que se possam considerar particularmente expressivos da cultura brasileira<sup>36</sup>, a ênfase sempre foi dada aos monumentos e edifícios, assim como podemos verificar também nas cartas patrimoniais<sup>37</sup>. Nesse contexto, Sérgio Miceli afirma que "no que concerne aos segmentos da cultura material selecionados [para proteção], firmou-se uma opção inequívoca pelos bens de "pedra e cal" em detrimento de outras modalidades de acervo [...]" (MICELI, 1987, p. 44). Lygia Martins Costa, historiadora da arte e museóloga, também concorda que a prioridade sempre foi dada ao patrimônio edificado, e que "a defasagem entre a proteção dos bens móveis e imóveis é grande no Brasil." Os serviços de arrolamento, inventário e pesquisa "foram também prestados a esse patrimônio [bens móveis e integrados], em diminuta escala porém, o que é compreensível por ter sido estabelecida como prioritária a proteção dos bens imóveis e faltarem posteriormente condições para enfrentar outros setores" (COSTA, L. M., 1987, p. 146, 149). Foram tombados, até o final de 1969, oitocentos e três bens, sendo setecentos e quarenta e seis (746) pertencentes ao patrimônio edificado (religioso, civil, militar e urbanístico), trinta e seis (36) bens móveis, seis (6) bens arqueológicos e quinze (15) bens naturais (FONSECA, 1997, p. 125).

---

<sup>36</sup> Cf. p. 51.

<sup>37</sup> Cf. ANEXO A.

Acreditamos que diversos motivos contribuam para a ênfase da preservação sobre o patrimônio imóvel, citaremos alguns. Miceli (1987, p.44) afirma que "essa orientação se associa sem dúvida ao fato de terem sido os arquitetos os principais mentores na fixação de prioridade da política preservacionista". Para Rodrigo Melo Franco de Andrade, o trabalho de inventariação do SPHAN iniciou-se com o inventário dos monumentos arquitetônicos por serem estes o "núcleo primacial de nosso patrimônio" e "por ser mais aplicável a investigação a seu respeito" (ANDRADE, R., 1987, p. 29). De fato, a preservação de bens móveis e integrados é uma das mais difíceis tarefas na área da preservação patrimonial, "face às reduzidas dimensões dos objetos a serem protegidos, à fragilidade dos suportes, à dificuldade de identificação e à mobilidade intrínseca às suas funções de uso" (RIBEIRO; SILVA, 2009, p. 115). Froner nos indica que o que se viu no Brasil em relação à política de preservação estruturada ao redor do patrimônio edificado "é um reflexo dos modelos intelectuais forjados desde a Carta de Atenas" (FRONER, 2001, p. 455). Outro fator que nos arriscamos a supor é a visibilidade que as medidas de preservação destes bens imóveis propicia, pelas suas dimensões monumentais e por estarem sempre expostos aos olhos do público, são muito mais visíveis e colaboram para maior "propaganda" das políticas preservacionistas e amostragem do trabalho exercido pelo Estado na salvaguarda dos bens culturais.

Na esperança de fazer algo para a proteção dos bens móveis e integrados ao estudar a proteção de um imóvel, o SPHAN instituiu a norma de arrolar e, quando possível, fotografar os bens móveis e integrados constituintes de tal imóvel passível de tombamento. Porém, a ocorrência desse trabalho foi assistemática, e as informações recolhidas, incompletas (COSTA, L. M., 1987). Em sua experiência ao organizar a publicação *Devoção e Arte*, sobre o Inventário de Bens Móveis e Integrados de Minas Gerais, ocorrido entre 1986 e 1998, a restauradora Beatriz Coelho pôde comprovar que "[...] os bens móveis do acervo destes monumentos [tombados pelo SPHAN] foram arrolados de forma genérica e, apesar de protegidos pela lei do tombamento, não tinham identificação de suas características específicas" (COELHO, 2005, p. 13).

A realização de inventários de bens móveis e integrados foi iniciada de maneira dispersa na década de 70 nos estados de Minas Gerais e Pernambuco, porém assistemáticas e sem padronização metodológica (RIBEIRO; SILVA, 2009).

Enfatizamos que a prioridade dada à documentação e registro do patrimônio edificado no Brasil, em detrimento do patrimônio móvel, acarretou em grande perda, pois durante décadas

sem ser devidamente identificado e sem ter proteção legal, foi alvo de tráfico internacional e sujeito a diversas formas de degradação. Lygia Martins Costa, em artigo publicado na revista do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1987, destaca a situação dos bens culturais móveis no país até então:

"[...] O patrimônio móvel *tão mais complexo* por seu número e extrema variedade, e *tão mais exposto* pela facilidade de transporte, cobiça de interessados ou até indiferença por sua conservação, não encontrou ainda respaldo suficiente para assegurar-lhe o inventário sistemático estudo, proteção contra desfigurações, deterioração, fuga do país e até destruição, intencional ou não." (COSTA, L. M., 1987, p. 151).

O Conselho Consultivo do IPHAN, em sua 116ª reunião, realizada em 13 de agosto de 1985, decidiu estender os efeitos do tombamento aos bens móveis e integrados das edificações religiosas tombadas. Foi determinando também que os inventários fossem anexados ao processo de tombamento, efetivando assim a necessidade de se prever nos programas de trabalho do IPHAN o inventário dos acervos das edificações religiosas tombadas. Em decorrência dessa resolução, a partir de 1986 o IPHAN desenvolveu, com o apoio da Fundação Vitae, o Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados (INBMI). O INBMI, que foi realizado até o ano de 2006, contemplou o inventário dos seguintes estados: Alagoas, Bahia, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. Foram cerca de 57 mil bens inventariados em todos os estados (DINIZ, [2011]). O INBMI reuniu ações amplas de inventário segundo uma metodologia padronizada para todo país. O programa contou com a normalização de fichas, manuais de preenchimento e vocabulário controlado com *thesaurus* específico. O objetivo do projeto era identificar de forma sistemática bens móveis e integrados, "isolados e ou componentes de edificações e logradouros com valor cultural em todo território brasileiro" (*Id., Ibid.*). A ênfase foi dada ao acervo das edificações religiosas. A partir dos trabalhos realizados, foram lançadas duas publicações sobre os acervos inventariados dos estados de Minas Gerais e Maranhão: *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais* (COELHO, 2005) e *Olhos da alma: escola maranhense de imaginária* (BOGÉA; RIBEIRO; BRITO, 2002).

Com a Constituição Federal de 1988, o inventário foi finalmente instituído como instrumento jurídico de proteção do patrimônio cultural no Brasil: "Art. 216, parágrafo 1º - O Poder Público, com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventário, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Foi desenvolvido também pelo IPHAN, desde 1997, o *Cadastro Nacional de Bens Culturais Procurados* (BCP). O *Banco de Dados de Bens Culturais Procurados*, no qual é possível verificar os bens procurados no Brasil, está disponível *online* no portal do IPHAN. No site também é possível encaminhar denúncias de desaparecimento dos bens diretamente à Polícia Federal e Interpol. O IPHAN, a Polícia Federal/Interpol, o Conselho Internacional de Museus (ICOM) e a UNESCO continuam desenvolvendo em conjunto a campanha *Luta Contra o Tráfico Ilícito de Bens Culturais* com o intuito de recuperar e devolver aos lugares de origem as obras de arte roubadas, furtadas ou extraviadas. A iniciativa é fundamental para a proteção de nossos bens culturais, porém, ao pesquisar o *Banco de Dados de Bens Culturais Procurados*, sente-se falta da ligação do banco a um *thesaurus* que guie a busca – assim como é disponível no banco de dados da *Junta de Andalucía*, ou do Ministério de Cultura da França. A falta de sistematização de nomenclatura consistente e de controle terminológico dificulta a navegação e a busca de objetos específicos.

Outro instrumento importante de arrolamento de informações sobre os bens culturais móveis é o *Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, de Obras de Arte de Qualquer Natureza, de Manuscritos e Livros Antigos ou Raros*. Os negociantes são obrigados a cadastrar semestralmente as relações descritivas dos objetos que têm disponíveis para comercialização com "a finalidade de incluir no Inventário Nacional de Bens Culturais de Natureza Material [...] e identificar os que são passíveis de acautelamento como patrimônio histórico e artístico nacional" (IPHAN, [2011]). Esse cadastro tem a sua obrigatoriedade prevista conforme os artigos 26 e 27 do Decreto-Lei nº 25 acima citado (BRASIL, 1937a).

Atualmente o IPHAN trabalha com o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), desenvolvido a partir de 2007 e lançado no final de 2009. O SICG tem certas similaridades com os modelos andaluz e colombiano de informação integrada citados anteriormente. Esse padrão traz a reunião de diversos tipos de inventários, mapeando com abrangência o patrimônio cultural brasileiro. "Além de propor um modelo e metodologia única de documentação e inventário de bens culturais, o SICG possibilita o cadastro unificado dos bens culturais, constituindo a base de uma cartografia do Patrimônio" (IPHAN, [2010]). O SICG é um instrumento ainda em construção e já foi testado em algumas regiões do Brasil.

O Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG é um instrumento que tem por objetivo integrar os dados sobre o patrimônio cultural, com foco nos bens de natureza material, reunindo em uma base única informações sobre cidades históricas, bens móveis e integrados, edificações, paisagens, arqueologia, patrimônio ferroviário e outras ocorrências do patrimônio cultural do Brasil. (IPHAN, 2009, p. 10)

No Brasil, em âmbito estadual, ao que sabemos, a primeira iniciativa legislativa sobre o tema é do estado do Rio Grande do Sul, que promulgou uma lei que trata o inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural, disciplinando sucintamente, mas de forma importante, o seu regime jurídico (MIRANDA, 2008).

Em Minas Gerais, temos um exemplo importante de empreendimento do Estado com o *Inventário de Proteção do Acervo Cultural de Minas Gerais (IPAC/MG)*, realizado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA)<sup>38</sup>. O IPAC caracteriza-se como uma atividade sistemática e permanente de pesquisa, identificação e documentação, visando o cadastramento do patrimônio cultural mineiro. A elaboração do IPAC prevê a disponibilização de um sistema de cadastro e consulta de Bens Culturais, em portal na internet, que reúne a base de dados do IEPHA e a base de dados dos municípios, propriedade que ainda se encontra em fase de testes. O IPAC disponibiliza também em seu sítio na internet um glossário de termos que colabora com a navegação. A metodologia adotada pelo IPAC/MG apresenta quatro atividades vinculadas: identificação de bens culturais; fichamento dos dados; arquivamento e disponibilização, desenvolvendo-se em um período definido com atualizações periódicas previstas. Segundo as descrições do IEPHA:

O IPAC/MG é um programa de pesquisa dinâmico e sistemático de conhecimento das diversas manifestações culturais do Estado. Busca identificar em cada um dos 853 municípios de Minas Gerais os bens culturais de natureza material e imaterial e formar um banco de informações que revelará o patrimônio cultural e a evolução da ocupação em Minas, servindo de instrumento à definição de políticas públicas locais e regionais (IEPHA, [2010]).

O IPAC segue as premissas da Constituição Estadual de Minas Gerais que prevê e reafirma a identificação e proteção de nosso patrimônio através do instituto do inventário, assim como na Constituição Federal:

Art. 207 [...]

IV – adoção de medidas adequadas à identificação, proteção, conservação, revalorização e recuperação do patrimônio cultural, histórico, natural e científico do Estado;

[...]

Art. 209 – O Estado, com a colaboração da comunidade, protegerá o patrimônio cultural por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, de outras formas de acautelamento e preservação e, ainda, de repressão aos danos e às ameaças a esse patrimônio (MINAS GERAIS, 1989).

Outra iniciativa interessante, também em Minas Gerais, é o Portal do Patrimônio Cultural<sup>39</sup>. O portal é uma ação do Grupo Memória Arquitetura – empresa particular – e consiste em

---

<sup>38</sup> Disponível em: <<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2010.

<sup>39</sup> Disponível em: <<http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/>>. Acesso em 26 mar. 2010.

um site que reúne iniciativas diversas de inventário, com trabalhos técnicos de responsabilidade de múltiplos órgãos e profissionais do estado. A ideia é hospedar fichas de inventário de municípios de todo o Estado de Minas Gerais, facilitando a busca integrada e a comunicação expandida do que pertence ao patrimônio mineiro. O Portal do Patrimônio Cultural funciona como um inventário dos inventários existentes em Minas Gerais.

No Rio de Janeiro, apontamos o programa do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), que promove o *Inventário de Identificação dos Bens Culturais do Estado do Rio de Janeiro* e disponibiliza, em portal na internet<sup>40</sup>, o banco de dados do *Inventário de Arte Sacra Fluminense* – inventário citado anteriormente – e o banco de dados dos Bens Culturais Procurados.

Iniciativa também considerável é da Igreja Católica. A Pontifícia Comissão para os Bens Culturais da Igreja - órgão de tutela do patrimônio histórico e artístico da Igreja Católica – publicou em 1999 a Carta circular *Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do patrimônio cultural da igreja* (PONTIFÍCIA, 1999), instituindo e incentivando o uso destes instrumentos como ferramenta de proteção do patrimônio. A publicação traz a conceituação das ferramentas, sua função e forma de aplicação. Desde então, diversas arquidioceses vêm instituindo seus inventários. Temos o exemplo da Arquidiocese de Belo Horizonte em parceria com a *Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais* (PUC -MG), que lançou projeto de inventariação de seu acervo: *Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte*. As diversas dioceses de Portugal, através do Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, em parceria com o Instituto Nacional de Museus, estão lançando seus inventários em sites bastante completos e ilustrados<sup>41</sup>. Algumas dioceses, como a Diocese de Viseu, divulgam *online*<sup>42</sup> as orientações para formatação de um inventário, manuais e fichas de catalogação, para que sejam adotadas em suas diversas igrejas. No Chile, a Conferência Episcopal de Chile, através da *Comisión Nacional de Bienes Culturales de la Iglesia*, lançou projeto de conservação, documentação e inventário, disponibilizando manuais de conservação, inventariação e os modelos de fichas de inventário para uso em todo país<sup>43</sup>.

---

<sup>40</sup> Disponível em: <<http://www.artesacrafluminense.rj.gov.br/index.php>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

<sup>41</sup> Arquidiocese de Braga - Disponível em: <<http://diocese-braga.inwebonline.net/>>; Arquidiocese de Évora - Disponível em: <<http://www.inventarioevora.com.pt/>>; Diocese de Lamego - Disponível em: <<http://diocese-lamego.inwebonline.net/geral.aspx>>; Diocese do Porto - Disponível em: <<http://inweb.bcdp.org/>>; Diocese de Viana do Castelo - Disponível em: <<http://diocese-vianadocastelo.inwebonline.net/>>. Acessos em: 10 abr. 2011.

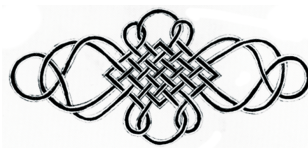
<sup>42</sup> Disponível em: <<http://bensculturais.diocesedeviseu.pt/>>. Acesso em 26 mar. 2011.

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.iglesia.cl/bienesculturales/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

Pudemos verificar que as iniciativas de inventário são muitas vezes isoladas e assistemáticas, e que quando realizadas, o são uma única vez, ao passo que deveriam ser atividades permanentes, ordenadas, constantemente atualizadas e monitoradas. "[...] O inventário deve ser o esqueleto de nosso legado cultural" (COSTA, L.M., 1987, p. 151).

A inventariação [...] favorece o encontro da comunidade [...] com o seu patrimônio cultural, tornando-se um estímulo ao seu conhecimento, conservação, fruição e enriquecimento. Tutela, conservação, manutenção, valorização, aumento do patrimônio histórico-artístico são, pois aspectos intimamente ligados com a inventariação, na medida em que a pressupõem (PONTIFÍCIA, 1999, p. 31).

Afirmamos aqui a importância da plena divulgação dos inventários realizados – mesmo que de maneira sumária, com fins de segurança<sup>44</sup> – através de publicações e de páginas na internet nas quais são disponibilizados os bancos de dados para pesquisa. No Brasil são poucas as iniciativas realmente propagadas ao público de maneira sistemática, salvo alguns exemplos recentes. Essa divulgação sobre o patrimônio cultural se torna instrumento de conscientização e intercâmbio de informações, conseqüentemente aumentando o espectro desse instrumento de proteção, sensibilizando a todos sobre a importância de seu patrimônio cultural e incentivando a valorização dos acervos e as ações de salvaguarda. "Entendemos que a partir do momento que a informação passa a ser comunicada, ela também passa a ser preservada, o conhecimento disseminado é uma forma de preservação da memória" (YASSUDA, 2009, p. 27). Acreditamos ser fundamental sempre seguir a premissa: comunicar para preservar e preservar para comunicar.



---

<sup>44</sup>É possível organizar um sistema de divulgação tendo como ponto de referência a segurança do bem cultural, de modo que nem todos os elementos previstos para ao registro completo sejam informados para a divulgação geral, apenas o mínimo necessário para torná-lo conhecido. Podemos deixar campos – como a localização, o valor monetário, entre outros – fora de alcance do público geral, garantido assim a divulgação do patrimônio sem ameaçar sua segurança.

## 4. Metodologia para elaboração do inventário

Nesta pesquisa, sugerimos uma metodologia para a realização do inventário de esculturas religiosas pertencentes a um acervo particular – a coleção "Santos de Casa", do acervo de Marcia de Moura Castro –, foco de nosso estudo de caso. Nessa perspectiva, desenvolvemos uma metodologia que possibilita o tratamento, a transferência e a recuperação da informação desses bens culturais.

Para o levantamento da coleção "Santos de Casa", elaboramos um modelo simples de inventário, que constitui de campos apontados como essenciais para a identificação de um bem cultural. Como referência inicial, procuramos aproximar de conceitos e procedimentos teórico-metodológicos comuns a outros inventários de bens culturais, implantados por órgãos patrimoniais e similares, partindo de critérios, categorias e técnicas já estabelecidas internacionalmente.

Para estruturar as fichas de inventário convém que se usem metodologias aceitas a nível nacional e internacional. Durante esse trabalho, pode-se proceder a partir de uma organização elementar, que permita compilar um ficheiro essencial, rumo a uma organização mais elaborada, que permita a recolha e articulação de mais dados. É, pois, necessário que a estruturação do trabalho de inventariação permita ulteriores desenvolvimentos e integrações (PONTIFÍCIA, 1999, p.41).

Acreditamos que, para assegurar o registro dos bens culturais, deve-se implantar uma metodologia simplificada de inventário, que, apesar de criteriosa e sistematizada, deve ser de fácil execução. Caso contrário, o registro fundamental pode ser inviabilizado. Devemos deixar a complexidade de estruturação de campos de preenchimento e um trabalho mais profundo de identificação para as atividades de catalogação que trazem a análise histórica, estilística, técnica, etc. Uma vez que consideramos como pressuposto desta pesquisa a preservação do patrimônio cultural, o que propomos é garantir o registro de informações essenciais de inventariação de forma simples e factível, para ser possível então assegurar a conservação e preservação desses bens.

Para a estruturação de um sistema de inventário, é importante estabelecer previamente os objetivos a serem alcançados. Além de uma definição categórica dos propósitos a serem atingidos e dos dados a serem levantados, é preciso que se tenha uma ideia aproximada do volume e do tipo de acervo a ser trabalhado. Um sistema de inventário deve ter um nível de descrição que permita identificar um objeto e suas diferenças entre outros similares. No

modelo apresentado, reunimos categorias apontadas como essenciais e mínimas para a definição do objeto e de categorias de fácil reconhecimento, que trazem informações complementares específicas da tipologia e do acervo estudados.

Cabe ressaltar que já existe um inventário geral do acervo. A existência desse inventário facilitou o processo inicial de reconhecimento e localização das obras. Os códigos de registro (identidade de cada obra) que foram designados nesse inventário anterior da coleção não serão mantidos e figuram como número de inventário anterior na nova ficha desenvolvida. (Cf. ANEXO C).

Para a formulação do modelo de inventário, seguimos os seguintes procedimentos vinculados – as etapas aqui citadas não estão necessariamente em ordem de execução, muitas foram feitas consecutivamente às outras:

- Levantamento e reconhecimento do acervo: identificação dos bens presentes na coleção; quantidade de peças; diferentes tipologias e mapeamento da localização – com a finalidade de conhecer o acervo a ser inventariado para descobrir as necessidades de documentação, o nível de profundidade necessário e o que será registrado, assim como a localização das peças;
- Pesquisa bibliográfica da literatura existente sobre modelos de inventários de bens culturais adotados internacionalmente e comparação entre eles para definir os campos essenciais;
- Definição dos campos de preenchimento e suas especificações: a partir do levantamento geral do acervo, de suas necessidades e dos modelos pesquisados;
- Pesquisa do *software* para banco de dados: busca de um *software* livre, de interface fácil, adaptável ao modelo proposto e com solidez de uso. Aprendizado do funcionamento do programa;
- Construção do vocabulário controlado, definição de sintaxe e regras de preenchimento: a partir da definição dos campos, foram pesquisadas e definidas suas especificações técnicas;
- Definição de indexação: de acordo com a necessidade de recuperação da informação em relação ao acervo, foram definidos os padrões de indexação;
- Elaboração do manual para preenchimento do inventário: uma proposta de metodologia de inventário deve ser acompanhada das diretrizes e normas para seu preenchimento e demais procedimentos. Por esse motivo, desenvolvemos um manual para

o inventário da coleção de esculturas religiosas, que traz instruções de preenchimento e de normatização, assim como orientações de como proceder na identificação, medição, marcação e fotografia das imagens. Elaboramos também para o manual de inventário, uma compilação da análise iconográfica de todas as invocações presentes na coleção, a fim de auxiliar a identificação das esculturas;

- Elaboração da ficha de identificação e estruturação da base de dados: neste momento foi criada a base de dados e o cadastramento das fichas com todos os seus campos de preenchimento, assim como a indexação dos campos e a formatação da sua apresentação visual;
- Aplicação do modelo na amostragem do acervo estudado: foram seguidos todos os passos da metodologia sugerida, procedendo com o inventário das vinte esculturas escolhidas e seu cadastro no banco de dados desenvolvido;
- Plano de segurança: *back-up* e impressão das fichas cadastradas; previsão de aquisição de HD para *back-up* de segurança de todo o sistema; previsão de manutenção e atualização dos dados e, se necessário, de todo o sistema informatizado. "O inventário deve ser conservado num lugar idôneo e seguro. Pode-se pensar na realização de uma unidade central e de outras periféricas, segundo as diversas exigências gerais e locais" (PONTIFÍCIA, 1999, p. 41).

De acordo com Cândido (2000, p.34), especialistas destacam algumas medidas de natureza técnica consideradas essenciais para a eficácia do sistema de documentação de bens culturais. São elas:

- clareza e exatidão no registro dos dados sobre os objetos [...];
- definição dos campos de informação integrantes da base de dados do sistema [...];
- obediência a normas e procedimentos pré-definidos, os quais devem estar consolidados em manuais específicos [...];
- controle de terminologia por meio de vocabulários controlados [...];
- indexação para identificar e localizar os objetos dentro do sistema, favorecendo a recuperação rápida e eficiente da informação;
- previsão de medidas de segurança com relação à manutenção do sistema, garantindo-se a integridade da informação.

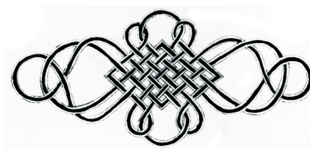
Todas as medidas supracitadas foram respeitadas e implantadas na criação da metodologia proposta, colaborando para a eficácia do sistema de documentação elaborado para o acervo.

Em seu formato final, o modelo de inventário adota padrão único de ficha, cujo preenchimento dos campos obedece a orientações indicadas em manual próprio (Cf.

Apêndice A)<sup>45</sup>. Portanto, a cada objeto do acervo deve corresponder uma ficha contendo suas informações específicas, disponibilizando todo o conjunto em um banco de dados, segundo a ordem numérica de registro de bens.

Para a aplicação do modelo proposto neste estudo de caso, foram escolhidas vinte imagens dentre as duzentas e quarenta e nove esculturas pertencentes à coleção Santos de Casa. Após o reconhecimento e identificação geral de todas as esculturas da coleção – através de estudo *in loco* e do inventário anterior –, optamos por selecionar as obras de forma a abranger todos os materiais e técnicas existentes na coleção. As esculturas foram selecionadas quanto aos materiais – madeira, barro, marfim e pedra, e quanto às técnicas empregadas na fatura – policromadas e sem policromia; com douramento e sem douramento; imagens de vulto de talha inteira; de roca ou articuladas. Acreditamos que esse recorte ofereça uma amostragem dos diversos tipos de esculturas religiosas presentes na coleção e possibilite a verificação da metodologia proposta, assegurando que sua aplicação seja viável. A metodologia apresentada deve, portanto, contribuir para a aplicação e sistematização de inventários voltados a essa tipologia de bens culturais.

É de importância fundamental lembrar que um inventário nunca está acabado, "estratégias são necessárias para manutenção, atualização e para assegurar a consistência das informações registradas" (COUNCIL, 2009, p.13). O inventário caracteriza-se como uma operação permanente, dinâmica e sistemática.



---

<sup>45</sup> O manual é voltado ao acervo pesquisado neste estudo de caso, porém é adaptável a quaisquer acervos com a mesma tipologia de bens culturais.

## 4.1. Descrição iconográfica: diante da lacuna do documento a fala do objeto

A descrição iconográfica é parte fundamental na metodologia de inventário de esculturas religiosas, pois dá o título à obra, ou seja, é o principal item de sua identificação. Portanto, entender a fundo a iconografia dos santos é essencial para que a identificação dessa tipologia de bens seja feita de forma correta.

Segundo Réau (2005), a palavra “iconografia”, em sua origem etimológica – *eikon*, imagem, e *graphein*, descrever –, significa a descrição de imagens. Iconografia é o estudo descritivo da representação visual de símbolos e imagens, tal como se apresentam nas obras de arte. Porém, esse sentido se torna restrito, pois um estudo iconográfico não deve se limitar à descrição das imagens, mas também se ater à sua classificação e interpretação, principalmente no que concerne à arte cristã.

Conforme Panofsky (1892-1968), a "iconografia é o ramo da história da arte que trata do tema ou mensagem das obras de arte em contraposição à sua forma" (1979, p. 47). A iconografia “[...] implica um método de proceder puramente descritivo, ou até mesmo estatístico” (*Id., Ibid.*, p. 53). A análise iconográfica, mais do que as experiências práticas, requer uma familiaridade com conceitos e temas específicos que podem ser adquiridos por meio de fontes literárias dirigidas às imagens, histórias ou alegorias que analisamos numa obra de arte. Contudo, o autor ressalta que as fontes literárias não asseguram a exatidão da análise; além das fontes literárias, teremos que utilizar o nosso conhecimento da história dos estilos, isto é, comparando as várias maneiras de como o motivo foi representado ao longo da história por outros artistas. Essa investigação, nomeada pelo autor como História dos Tipos, visa à “[...] compreensão da maneira pela qual, sob diferentes condições históricas, temas ou conceitos foram expressos por objetos e eventos” (*Id., Ibid.*, p. 65).

Podemos afirmar, de acordo com Myriam Oliveira (2000), que a partir do século XII as características gerais da iconografia dos novos santos passaram a ser estabelecidas nas cerimônias de canonização. Além de símbolos comuns a todos os santos, atributos de uso geral foram criados como identificadores da classe integrada por cada santo, como é o caso da palma do martírio ou do livro. Fora esses atributos gerais, outros atributos específicos referentes a passagens na vida de cada santo definiam sua individualidade a fim de possibilitar

sua identificação nas representações artísticas, apontando seus aspectos particulares. Ao longo dos séculos, diferentes símbolos e atributos foram creditados pela devoção popular e acrescentados ao modelo original concebido pela devoção oficial da igreja.

Para o procedimento de identificação das imagens, é necessário proceder a uma avaliação e interpretação que devem levar em conta: as características fisionômicas e anatômicas, a indumentária, os atributos coletivos e os atributos individuais.

De acordo com Jorge Tavares (2001, p. 181), esse processo de identificação pode ser mais complexo quando: por vezes, as imagens perdem os atributos ou a legenda que as identifica, e, nessa altura, tornam-se indecifráveis na maioria dos casos. Outras vezes, o artista não executa a imagem com o rigor necessário, ou perde-se um indicativo esclarecedor, e a identificação da imagem torna-se difícil ou de interpretação controversa. Há ainda o caso de troca de atributos, por acidente, ignorância ou ação bem-intencionada, de que resultam equívocos ou erros de interpretação. É importante, portanto, que se faça uma análise cautelosa antes de tomar decisões, ou então somente designar a ordem religiosa, grupo ou algo identificável na imagem estudada.

É necessária a análise presencial e minuciosa de cada santo em seus diversos ângulos e detalhes, utilizando métodos e instrumentos de análise – análises a olho nu e com lupa de mão, assim como toda sua documentação fotográfica, para se ter maior fidelidade ao estudo iconográfico de uma coleção.

Para que a iconografia seja identificada de forma correta, é necessário, em um primeiro momento, proceder a um minucioso levantamento bibliográfico. As referências bibliográficas se constituem aqui em dicionários iconográficos e hagiográficos, artigos e estudos sobre a iconografia dos santos no Brasil, assim como livros com referências fotográficas de acervos constituídos de esculturas religiosas – principalmente brasileira e portuguesa do período barroco –, para estudo comparativo.

Depois dessa etapa, foram realizadas as atividades de compilação dos dados iconográficos de cada santo: pesquisa, dentre as invocações identificadas na coleção, das diversas formas de representação e de todos os atributos e características dos santos estudados. Nesse momento, elaboramos uma espécie de dicionário iconográfico que define as características dos santos presentes na coleção. (Cf. APÊNDICE A.5).

Outra forma de validar a pesquisa iconográfica foi a comparação visual com as imagens já identificadas nas diversas publicações consultadas, tornando assim possível formar um repertório visual comparativo das representações encontradas na coleção com aquelas já designadas por especialistas.

Dentre as obras bibliográficas consultadas, observaram-se algumas divergências. De um lado, foi observada a visão dos autores religiosos, e de outro, dos especialistas, baseando-se em dados concretos, mas também, e principalmente, dentre estes, notaram-se alguns desencontros entre latino-americanos e europeus, notadamente por algumas invocações locais. Os santos registrados nas obras de referência em sua maioria europeias – dicionários iconográficos e hagiográficos – sofreram transformação iconográfica, sobretudo devido à regionalização das devoções.

Mesmo dentre as obras brasileiras, notou-se uma divergência em algumas invocações, principalmente naquelas do ciclo mariológico<sup>46</sup>, mas também na invocação de santos de caráter mais popular, fator que dificulta às vezes a identificação devido à simplificação das representações.

Como resultado de reconhecimento do inventário anterior, detectamos alguns problemas de identificação, principalmente de confusão entre a iconografia de alguns santos, a falta de identificação de outros e a afirmação de invocações das quais não temos elementos suficientes para validá-las. Verificamos também que alguns erros de interpretação iconográfica se devem ao fato de a colecionadora haver comprado os santos já com as invocações errôneas.

No conjunto das imagens da coleção foram encontrados mais de cinquenta santos e invocações. Neles estão representados os santos de maior apelo popular e facilmente reconhecíveis – como Santana, Santo Antônio, Menino Jesus, São João Batista, Cristo Crucificado e diversas invocações de Nossa Senhora – principalmente Nossa Senhora da Conceição. Mas também são encontradas figuras menos conhecidas, como a de Santa Gertrudes, São João Nepomuceno, entre outros.

Mesmo após todo o estudo iconográfico realizado, cerca de vinte imagens da coleção estudada não foram identificadas. Isso se deve à perda de atributos, às características únicas

---

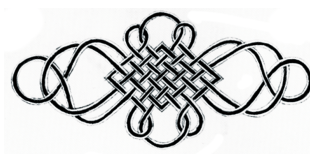
<sup>46</sup> Invocações da Virgem Maria.

de representação – não encontradas na bibliografia até aqui estudada –, e aos problemas de conservação, que causam dificuldade na fruição integral das peças.

Enfatizamos a diferença encontrada entre as representações mais eruditas, que seguem fielmente os modelos apontados pela "oficial" iconografia cristã, e aquelas mais populares, que sofrem a interferência de diversas questões: a falta de modelos originais, a imaginação dos artistas e falta de apuro técnico, a simplificação das formas e iconografias, assim como as lendas populares e regionais sobre a vida de cada santo.

Um fato importante a ser destacado é que, diante da lacuna do documento, "a iconografia é de auxílio incalculável para o estabelecimento de datas, origens e, às vezes, autenticidade; e fornece as bases necessárias para quaisquer interpretações ulteriores" (PANOFSKY, 2007, p. 53).

Por ser um fator intrínseco ao objeto, a iconografia caracteriza-se como colaborador fundamental para sua identificação, pois as características composicionais e iconográficas são qualificações e propriedades inerentes à obra de arte. Uma interpretação realmente exaustiva do significado intrínseco ou conteúdo poderia até nos mostrar técnicas características de um país, período ou artista [...] (*Id., Ibid.*, p. 52). Uma observação iconográfica sujeita a uma interpretação e identificação escrupulosa das imagens ou outros motivos expostos na obra que estamos a examinar, pode nos proporcionar um correto estabelecimento de datação, origem e, muitas vezes, a autoria da obra de arte.



## 4.2. Sistematização e normatização: a importância dos protocolos de documentação

Para que a transmissão e preservação de informação sejam consistentes e eficientes, é necessário que seu registro, análise e classificação sejam feitos através de protocolos preestabelecidas. Isto se aplica para informações registradas independentemente do modo, seja ele manual ou informatizado. A normatização da estrutura, da sintaxe e da terminologia – também denominada de vocabulário controlado, vem sendo empregada nos sistemas de documentação mesmo antes da informatização, porém, com o advento do uso de computadores e a automação dos sistemas, essa normatização se tornou indispensável.

Além da necessidade de padronização de linguagem, é muito importante que medidas sejam tomadas para a documentação sistemática e permanente, desenvolvida segundo metodologia instituída e contando com uma periodicidade para revisão de informações e armazenamento de dados. "Documentar cada peça, de forma completa, exige um sistema apropriado, baseado em estruturas técnicas gerais e especializadas e na adoção de algumas convenções" (CÂNDIDO, 2000, p. 35).

As organizações internacionais que lidam com gestão do patrimônio cultural – como a UNESCO, o *Getty Institute* e o ICOM – vêm demonstrando, ao longo dos anos, uma preocupação especial em relação à padronização de informações. O Comitê Internacional para Documentação - CIDOC foi criado pelo ICOM em 1950 com o objetivo específico de fornecer métodos e padrões aperfeiçoados para o registro de informação museológica. O CIDOC possui um grupo de trabalho voltado especialmente para a discussão de *standards* de documentação<sup>47</sup>. Diversas outras instituições têm realizado parcerias para o desenvolvimento destes padrões.

A normatização foi enfaticamente recomendada pela *Reunião de Especialistas sobre Métodos Modernos de Inventário de Bens Móveis*<sup>48</sup> realizada pela UNESCO em Barcelona em outubro de 1976. Durante o encontro foi aconselhada a criação de comitês nacionais de documentação em cada Estado-membro, recomendando que estes deveriam ser responsáveis pelo

---

<sup>47</sup> CIDOC Documentation Standards Working Group. Disponível em: <[http://cidoc.mediahost.org/wg\\_docstand%28en%29%28E1%29.xml](http://cidoc.mediahost.org/wg_docstand%28en%29%28E1%29.xml)>. Acesso em: 12 out. 2010.

<sup>48</sup> Cf. p. 37.

estabelecimento de *standards* para o registro de informações em seus museus (OLCINA, 1978). Infelizmente não encontramos informações sobre a implementação desses comitês.

O ICOM-CIDOC e *The Getty Art History Information Program* (atualmente *Getty Research Institute*) se uniram em 1993 para desenvolver o projeto *Evolução nos Standards de Informação dos Museus e do Patrimônio Cultural*<sup>49</sup>, visando à criação de padrões de informação para a gestão de bens culturais. Conforme aponta a publicação desenvolvida pelo projeto, a definição mais básica para *standard*<sup>50</sup> é "designação acordada mutuamente que ajuda a garantir um resultado consistente"<sup>51</sup> (CIDOC, 1995a, tradução nossa).

Os *standards* oferecem um modelo que pode ser utilizado como base para criação de sistemas práticos e de diretrizes. Fornecem regras para a estruturação da informação de modo que os dados inseridos em um sistema possam ser lidos, indexados, classificados, recuperados e comunicados com segurança entre sistemas. (CIDOC, 1995).

Os padrões de informação podem ser variáveis, partindo de normas mais rigorosas e específicas para orientações mais flexíveis, de acordo com as necessidades do acervo ou instituição. O relatório do *Grupo de Trabalho sobre Standards de Descrição Arquivística*<sup>52</sup> publicado na revista *American Archivist* (WALCH *et al.*, 1989, p. 452-453) descreve três diferentes teores de *standards*:

- Normas técnicas: as mais exigentes e, quando seguidas corretamente, permitem resultados idênticos;
- Convenções: mais flexíveis que as normas técnicas, permitem algumas variações locais e, quando seguidas corretamente, produzem resultados similares, mas não necessariamente idênticos;
- Orientações: fornecem um amplo conjunto de critérios de prática ou de serviços com os quais os produtos ou programas podem ser medidos.

O projeto *Evolução nos Standards de Informação dos Museus e do Patrimônio Cultural* aponta quatro tipos de padrões necessários para a descrição de bens culturais em museus e organizações de patrimônio cultural:

---

<sup>49</sup> *Developments in International Museum and Cultural Heritage Information Standards.*

<sup>50</sup> Utilizamos aqui para conceituar a normatização os termos *standards*, padrões e normas. Na literatura pesquisada, quase toda em inglês, o termo *standard* é usado unanimemente para descrever a padronização de informações. A palavra já foi incorporada ao português e seu significado de acordo com o Dicionário Houaiss da língua portuguesa (2009) é: padrão, tipo, modelo, norma.

<sup>51</sup> "[...] mutually agreed-upon designation that helps to ensure a consistent result"

<sup>52</sup> *Working Group on Standards for Archival Description.*

- Padrões de sistemas de informação: definem os componentes funcionais do sistema de informação como um todo;
- *Standards* de dados: definem a estrutura, conteúdo e valores que englobam as informações sobre acervos. Enquanto cada nível pode operar de forma independente dos outros, idealmente, a normatização deve progredir do geral – sistema de informação, para o particular – valor do dado. Subdividem-se em estruturais, de conteúdo e de valor:
  - *Standards* estruturais definem quais elementos constituem um sistema de informação, um banco de dados ou um registro, como os diferentes campos utilizados para registrar informação e suas relações;
  - *Standards* de conteúdo fornecem as regras e convenções que regem o modo como os dados são inseridos em cada campo, incluindo regras de catalogação, controle de sintaxe e obrigatoriedade – ou não – de preenchimento;
  - *Standards* de valor fornecem o vocabulário aceitável para preenchimento de determinado dado – vocabulário controlado – termos, nomes, códigos alfanuméricos, etc. Esses *standards* incluem as listas de termos autorizados e os *thesauri*;
- *Standards* processuais: definem o âmbito dos procedimentos de documentação necessários para gerir as operações de forma eficaz.;
- *Standards* de intercâmbio de informação que definem o quadro técnico para a troca de informações, seja entre sistemas em uma única instituição ou entre sistemas em várias instituições. Ex.: MARC 21<sup>53</sup>.

No âmbito de protocolos para coleções particulares, optamos por trabalhar somente como segundo grupo de padrões citado acima: os *standards* de dados que definem a estrutura, conteúdo e valores que englobam as informações sobre o acervo, pois o sistema de documentação desenvolvido para acervos particulares não necessita ser tão complexo quanto o sistema de uma instituição museológica.

De acordo com o artigo quarto do documento *Declaração de princípios da documentação de museus*<sup>54</sup> produzido pelo CIDOC – com a finalidade de orientar a documentação nas instituições

---

<sup>53</sup> Os formatos MARC são padrões para a representação e comunicação de informações bibliográficas e afins, formam um conjunto de códigos e designações de conteúdo definido para codificar registros que serão interpretados por máquina. Sua principal finalidade é possibilitar o intercâmbio de dados, ou seja, importar dados de diferentes instituições ou exportar dados de sua instituição para outros sistemas.

museológicas – em conformidade com o Código de Ética do ICOM artigo 2.20 (ICOM, 2006):

4. O sistema de documentação e as informações devem estar em conformidade com as normas de documentação desenvolvidas por organizações nacionais e internacionais, incluindo conceitos de registro e os termos utilizados dentro destes conceitos[...]. As normas devem estar direcionadas para as informações que são necessárias para apoiar a gestão de coleções, catalogação [e] pesquisa [...].<sup>55</sup> (CIDOC, 2007, p. 1, tradução nossa)

A fim de possibilitar uma comunicação eficiente, é importante que exista, dentro do possível, uma padronização internacional.

A adoção de padrões internacionais existentes e o desenvolvimento de *standards* nacionais suplementares é importante por vários motivos:

- criar bancos de dados compatíveis e consistentes dentro do sistema de inventário;
- permitir uma eficiente recuperação de informações;
- facilitar o intercâmbio de informação;
- permitir a utilização da informatização, necessária para o gerenciamento de grande quantidade de dados e estruturas complexas;
- permitir uma gestão a longo prazo e assegurar uma migração de dados sem risco, na medida em que as tecnologias evoluem e novos sistemas de informação substituem os antigos;
- até mesmo economizar tempo, aproveitando a experiência dos outros.<sup>56</sup>

(COUNCIL, 2009, p. 53-54, tradução nossa)

Para correta identificação de um objeto e para controle de inventário, é necessário o estabelecimento de um conjunto mínimo e padrão de categorias de descrição – *standards* estruturais, esse mínimo é essencial para o intercâmbio de dados e a interoperabilidade entre os sistemas de informação. Sabemos que não é possível a imposição de normas técnicas rígidas para a descrição de um bem cultural, pois as necessidades variam regionalmente e entre os diferentes acervos, porém uma das formas de conquistar uma padronização internacional que favoreça o intercâmbio de informações é através da criação de um conjunto de categorias que se adaptem a qualquer espécie e tipologia de acervo. Cada acervo deve então adaptar o modelo para suas necessidades na medida em que continua a cumprir os critérios gerais.

---

<sup>54</sup> *Statement of principles of museum documentation*

<sup>55</sup> *The documentation system and information should conform to the documentation standards developed by national and international organisations, including recording concepts and the terms to use within these concepts (Code 2.20). The standards should be concerned with the information needed to support collections management, cataloguing, research and public access.*

<sup>56</sup> *Consideration of the existing international standards and the development of additional national standards are important for several reasons, not least the desirability of saving time by taking advantage of the experience of others: to create compatible and consistent databases within the inventory system; to enable efficient information retrieval; to facilitate information exchange; to enable the use of computer supported technologies, which are required to manage large quantities of data and complex data structures; to provide long-term management and ensure the risk-free migration of data as technologies evolve and new systems replace old ones.*

Em encontro realizado na Suécia em 1978, o CIDOC iniciou a discussão sobre o estabelecimento de um conjunto mínimo de categorias necessárias para se estabelecer um inventário de um acervo de bens móveis, independente de sua tipologia<sup>57</sup> – categorias projetadas para identificar um objeto, registrar a história de sua propriedade e uso e fornecer informações para uso nos inventários. Essa sugestão já havia sido proposta na *Reunião de Especialistas sobre Métodos Modernos de Inventário de Bens Móveis* em 1976, e por Robert Chenhall e Peter Homulos no artigo "Padrões de dados para museus"<sup>58</sup> (CHENHALL; HOMULOS, 1978). Depois de alguns anos, o projeto *Object ID*<sup>59</sup> retomou essa proposta com algumas modificações e oficializou sua implementação.

Além de se utilizar um conjunto padrão de campos para descrição dos objetos, é muito importante que se adote terminologia e sintaxe consistentes para registro de informação nesses campos – *standards* de conteúdo e valor. Para que a documentação seja sistematizada, é aconselhável, na medida do possível, utilizar vocabulário controlado e o mesmo sistema de descrição para objetos e itens similares dentro de um determinado acervo. Nos sistemas de inventário, é de particular importância o desenvolvimento de uma terminologia para os tipos de objetos do acervo.

A normatização de conteúdo e valor de dados se caracteriza como uma classificação que controla uma categoria de dados para que a informação registrada seja precisa, consistente e confiável, de acordo com as necessidades do acervo estudado. Dependendo da categoria de dados, esse tipo de padrão pode envolver:

- Regras de sintaxe que definem a forma com que a informação no campo é estruturada. O controle de sintaxe padroniza o formato ou a ordem em que os termos são registrados, significando que devem ser criteriosamente registrados dentro do formato padronizado. Um exemplo de controle de sintaxe é a ordem e forma de entrada de datas, dd mmm. aaaa<sup>60</sup>. Deve-se adotar também uma aproximação criteriosa na maneira de separação das entradas – como vírgula, ponto final, etc. As

---

<sup>57</sup> Oito categorias foram propostas como adequadas para qualquer tipo de coleção: (1) nome da instituição; (2) nome do objeto; (3) classificação; (4) descrição física; (5) método de aquisição; (6) data de aquisição; (7) lugar ou origem de aquisição; (8) número de inventário.

<sup>58</sup> "Museum Data Standards".

<sup>59</sup> Conjunto internacionalmente aceito de standards para descrição ou identificação do patrimônio cultural, fundamental para controlar o tráfico ilícito de bens culturais. Cf. ANEXO E.

<sup>60</sup> Formato: dia (com dois dígitos), mês (abreviado em três letras e finalizado por ponto final – exceto maio) e ano (com quatro dígitos). Ex.: 25 out. 2011

regras de sintaxe devem adotadas para se assegurar a indexação e recuperação de dados precisas.

- Regras de terminologia – vocabulário controlado define os termos que são aceitos em determinado campo. O controle de vocabulário padroniza os termos utilizados para registrar os objetos. Os dados daquela categoria devem ser termos ou outros símbolos que foram retirados de um arquivo controlado. O registro se torna mais fácil e confiável ao utilizar o mesmo termo para descrever objetos que pertencem a uma mesma definição geral.

Alguns campos, como o de descrição do objeto, são considerados de livre preenchimento. Contudo, é importante assegurar-se uma uniformidade de informações com a adoção de um esquema de descrição preestabelecido. O roteiro deve ser desenvolvido, assim como os controles de sintaxe e terminologia, de acordo com o acervo tratado, e deve também estar presente no manual de preenchimento<sup>61</sup>. As informações registradas com objetivo de inventário não devem ser interpretativas ou subjetivas de forma alguma; a informação deve ser objetiva e documentável.

Determinados objetos podem ser descritos de uma forma exata e até mesmo codificada, seguindo uma convenção preestabelecida. Para esse fim, são utilizados os *thesaurus* e as listas autorizadas de termos.

Uma lista autorizada de termos é uma lista de palavras ou termos aprovados previamente para o registro de unidades específicas de dados. Por exemplo, nomes de objetos, materiais, técnicas, etc. Algumas instituições criam suas listas de termos de acordo com suas necessidades específicas, outras utilizam listas já publicadas. Uma lista autorizada de termos inclui todos os nomes possíveis pelos quais um conceito é conhecido e expressa quais termos são preferíveis para uso.

Um *thesaurus* é uma forma estruturada de lista de palavras que é capaz de representar relações mais complexas entre termos. Possui uma estrutura hierarquizada, cada termo geral desenvolve em termos cada vez mais específicos.

Um *thesaurus* é um conjunto de conceitos ordenados, de modo claro e livre de ambiguidade, a partir do estabelecimento de relações entre os mesmos [...]. Do ponto de vista de sua função, é um instrumento de controle terminológico adotado por sistemas e/ou centros de informação [...] com o objetivo de tronar a indexação

---

<sup>61</sup> Cf. APÊNDICE A.

do conteúdo temático de documentos [...] mais consistente e, conseqüentemente, garantir maior precisão na recuperação de informações. Quanto à sua estrutura, é um vocabulário controlado e dinâmico de termos que têm entre si relações semânticas e genéricas, e que se aplica a uma área particular do conhecimento (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p XV).

Internacionalmente já foram publicados diversos *thesauri* voltados para uso em acervos museológicos. Vários *softwares* mais sofisticados, desenvolvidos para a catalogação em museus, incluem seus próprios *thesauri*, tornando possível a fácil seleção de termos apropriados. Encontramos também alguns *thesauri* disponíveis para consulta *online*. O *thesaurus* apontado como mais usado por diversos modelos internacionais é o *Art & Architecture Thesaurus*, do *Getty Research Institute*<sup>62</sup>, porém, apesar de possuir termos em diferentes línguas, o *thesaurus* desenvolvido pelo Instituto Getty não possui termos em português; é prioritariamente em inglês. Foi criada também uma versão do *thesaurus* em espanhol – parceria entre o Instituto Getty e o Governo do Chile – *Tesouro de Arte e Arquitetura*, que, assim como a versão em inglês, está disponível *online*<sup>63</sup>.

No Brasil não encontramos nenhuma iniciativa parecida. A única publicação do gênero, elaborada para suprir a ausência de uma terminologia controlada e de um sistema de classificação, é o *Thesaurus para acervos museológicos* (FERREZ; BIANCHINI, 1987), desenvolvido em 1987 para uso no Museu Histórico Nacional e publicado em parceria com o Ministério da Cultura. O *Thesaurus* é ainda hoje utilizado na maioria das instituições brasileiras, mas é de comum acordo, inclusive entre as autoras (*Id., Ibid.*, p. XVII), que o *thesaurus* deve ser um instrumento dinâmico, e iniciativas de revisão e atualização precisam ser feitas periodicamente para possibilitar um constante aperfeiçoamento, assim como em todos os sistemas de documentação. Em 2006, o IPHAN, baseado no *thesaurus* acima citado, publicou o *Tesouro para Bens Móveis e Integrados*, porém sua circulação é de caráter interno – o instrumento é de uso exclusivo do órgão.

Idealmente, deveria se buscar uma uniformidade nacional na designação e na classificação dos bens culturais, respeitando as características regionais e locais. Cabe aos órgãos responsáveis pelo patrimônio cultural, conforme recomendado pela UNESCO e ICOM (OLCINA, 1978), a elaboração dessa normatização para assegurar o registro criterioso dos bens patrimoniais, colaborando, portanto, para sua conservação e preservação.

---

<sup>62</sup> Disponível em: <<http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/>>. Acesso em: 24 mar 2011.

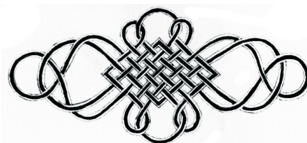
<sup>63</sup> Disponível em: <<http://www.aatespanol.cl/taa/publico/portada.htm>>. Acesso em: 24 mar 2011.

A normatização é particularmente importante no uso de sistemas informatizados de base de dados. Estrutura e conteúdo devem ser padronizados para que os dados sejam corretamente recuperados. Toda tecnologia muda eventualmente, os sistemas precisam ser atualizados ou a informação migrada para equipamentos e/ou *softwares* diferentes. A normatização da informação não apenas garante que o banco de dados seja internamente consistente de modo que possa ser gerido com eficácia, mas também permite que os dados sejam formatados e armazenados, de modo que sejam mais fáceis de serem exportados e migrados para outros sistemas.

A falta de consistência na nomenclatura empregada para designar os objetos e na estrutura de classificação não permite que os catálogos e bancos de dados funcionem como eficientes instrumentos de armazenagem e recuperação de informações sobre o acervo. "Em qualquer processo de catalogação, é fundamental que as informações registradas, em cada categoria de dados, sejam cuidadosamente controladas" (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. XVIII).

A fim de implementar a normatização no acervo estudado, determinamos a estrutura geral do banco de dados – os campos constituintes de cada registro e os *standards* que controlam o preenchimento dos campos através de sintaxe –, conteúdo, e terminologia – valores. Buscamos em diversas publicações nacionais e internacionais os *standards* que empregamos para este estudo de caso e adaptamos às necessidades do acervo estudado.

Conforme indicado pelo CIDOC (1995), por Andrew Roberts (2007, p. 34) e pela instituição inglesa *Collections Trust*<sup>64</sup> (HARRISON, 2010), as regras de sintaxe e terminologia definidas para a gestão de informação de determinado acervo devem estar presentes em um manual de inventário e/ou catalogação, assim como as demais instruções de preenchimento. Por esse motivo, apresentamos as regras pertinentes à catalogação do acervo aqui estudado, elaborando um Manual de preenchimento do inventário: Acervo Marcia de Moura Castro - Esculturas religiosas (Cf. APÊNDICE A).



---

<sup>64</sup> A *Collections Trust* é a organização britânica oficial para gestão de coleções. Seu objetivo é "melhorar a qualidade de vida, assegurando que acervos culturais estarão disponíveis para uso e fruição, por todos, agora e no futuro" (COLLECTIONS TRUST, [2010], tradução nossa).

### 4.3. Informatização do sistema de documentação: criação do banco de dados

O uso de computadores para o gerenciamento de inventários culturais e documentação museológica é mais antigo do que podemos imaginar. Em meados dos anos 50, acompanhando o desenvolvimento da tecnologia de computadores, já se pesquisava o uso da computação na gestão museológica (SHER, 1978, p. 133). O *National Museum of Natural History*, da *Smithsonian Institution*, iniciou sua pesquisa em sistemas de documentação automatizados no início dos anos 60, implementando um sistema informatizado em 1969 (GAUTIER, 1978, p. 160). O Canadá foi um dos países pioneiros na informatização de seus inventários nacionais, iniciando o programa *The Canadian National Inventory Programme* em 1972 (HOMULOS, 1978, p. 153) – conforme mencionado anteriormente no capítulo 2.

Em 1976, a UNESCO reuniu especialistas – museólogos e técnicos em sistemas de computador – para defender e discutir a informatização dos inventários, no encontro realizado na Espanha intitulado *Reunião de Especialistas sobre Métodos Modernos de Inventário de Bens Móveis* (UNESCO, 1976). O objetivo do encontro era a defesa da documentação como instrumento de preservação (Cf. p. 37) e a troca de experiências no uso de computadores e na normatização dos processos para o registro de bens culturais. Em 1978, a revista *Museum*<sup>65</sup> teve uma edição intitulada *Museum and Computers*, especialmente dedicada ao uso de computadores para gestão de documentação museológica, levantando a discussão em torno do uso de novas tecnologias; seus modelos; suas vantagens e suas consequências e divulgando as iniciativas realizadas em todo o mundo. Por volta dessa época, a disponibilidade de uso da tecnologia de computadores já estava largamente viabilizada em museus, pelo menos na América do Norte e Europa.

Desde então, o uso de computadores para administração de informação sobre os bens culturais vem sendo amplamente disseminado. Hoje em dia existem inúmeros *softwares* para criação e gestão de bancos de dados computadorizados, e cada vez mais se discute a importância dessas ferramentas e a padronização de modelos necessárias para seu uso. O

---

<sup>65</sup> As edições de 1970 e 1971 da revista *Museum* já traziam alguns artigos sobre a informatização, mas não eram dedicadas ao todo ao assunto.

desenvolvimento tecnológico na área de informação determinou a criação de diversos serviços e formatos para tratamento e utilização das informações.

O uso de banco de dados informatizado é fundamental para a divulgação dos bens culturais e para a rápida pesquisa e disseminação de informação, assim como controle e fácil acesso às informações. Conforme aponta o *Handbook of Standards* desenvolvido pelo ICOM (1996), os objetivos de um sistema de inventário informatizado incluem:

- guarda da documentação do acervo em um formato que pode ser facilmente mantido e desenvolvido;
- apoio à gestão do acervo, facilitando a atualização das informações sobre cada objeto;
- contribuição para a segurança do acervo, mantendo cópias duplicadas das informações e também tornando-as mais disponíveis para disseminação;
- contribuição como ferramenta de pesquisa sobre as informações dos acervos.

Algumas vantagens que podemos destacar é que os bancos de dados computadorizados ocupam menos espaço do que os sistemas de documentação em papel e permitem que o *back-up* – cópia de segurança – das informações seja feito com facilidade. Também colaboram para que informação seja armazenada de forma estruturada e ordenada, permitindo a rápida pesquisa e recuperação de registros.

Os sistemas informatizados de gestão documental armazenam as imagens de documentação de uma maneira mais flexível do que os sistemas manuais e permitem que a informação seja ligada às imagens digitais do objeto, possibilitando assim a visualização imediata. A maioria dos bancos de dados facilita também o armazenamento de informações sobre qualquer tipo de documentação de variados suportes.

A informação digital é fácil de compartilhar e, sendo assim, as fotografias e descrições dos bens culturais podem ser enviadas com rapidez para pesquisadores, organizações como polícia e alfândegas<sup>66</sup>, ou outras instituições. As informações contidas nos bancos de dados podem ser reutilizadas de diversas maneiras, incluindo a criação de catálogos, relatórios, etc.

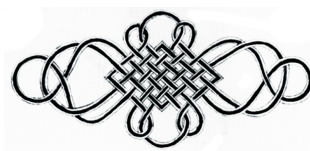
Quando iniciamos a implantação de um sistema de gestão de acervos informatizado, inicialmente nossas preocupações tendem a ser somente em relação aos aspectos tecnológicos

---

<sup>66</sup> Através do sistema computadorizado e da internet, torna-se fácil e rápido o envio de informações sobre os objetos em casos de furto ou roubo.

– o uso de *softwares* e equipamentos, que são realmente fundamentais. Mas o sucesso da utilização do banco de dados depende também de diversos outros fatores. A definição dos campos, dos dados e das linguagens de comunicação é essencial para que a recuperação seja adequada. Além disso, um dos maiores pré-requisitos para o bom funcionamento de um sistema de informação computadorizado é a uniformização da base de informação, a normatização do vocabulário utilizado para descrever os objetos – tema discutido no item 4.2 deste capítulo. Os computadores tornam possível o armazenamento, organização e comunicação das informações de forma confiável e rápida, mas não eliminam a necessidade de que a coleta de informações sobre bens culturais seja feita de forma sistemática e cuidadosa.

O uso de computadores é sem dúvida um ganho para o desenvolvimento dos inventários e do gerenciamento de documentação, porém é importante salientar que a informatização dos inventários sem o devido controle de preservação e sem um sistema ativo de gestão torna-se ineficaz. A atualização periódica das informações acerca das peças inventariadas é necessária para um gerenciamento eficiente da documentação. O sistema proposto deve incluir disposições relativas à segurança, sustentabilidade e salvaguarda das informações a longo prazo, tais como armazenar *back-ups* dos registros e assegurar a migração da informação digital para novos formatos e sistemas atualizados, quando necessário (CIDOC, 2006).



### 4.3.1. Banco de dados: definição

Para o desenvolvimento de um inventário informatizado, utilizamos os *softwares* de banco de dados. Para que entendamos melhor no que consiste o banco de dados, daremos algumas definições.

O banco de dados é um mecanismo de coleta, sistematização e apresentação de informações. É um complemento indispensável para a gestão do patrimônio, a inventariação e a comunicação. Define-se como uma coleção de bases de dados que, de forma geral, relacionam-se umas com as outras (BIREME, 2005). A base de dados é constituída pelo conjunto de dados que são estruturados com a finalidade de fácil acesso e manipulação. A base é formada por unidades chamadas registros, na qual a informação é armazenada, e cujos diversos atributos são representados por campos e subcampos.

Cada registro – ficha individual – é uma nova entrada na base de dados e representa um objeto ou documento catalogado, sendo composto por campos que são definidos pelo usuário. O registro é definido como o "conjunto estruturado de dados que permite acomodar determinado assunto" (BIREME, 2005, p. 25).

O campo corresponde a um elemento de dados. Um dado é toda e qualquer informação inserida num determinado campo, isto é, uma letra, uma palavra, uma frase ou ainda, um simples espaço em branco. Alguns campos podem ser compostos também de subcampos – "elemento que contém a menor porção de informação de um campo, cujo sentido pode não ser claro se não for analisado em conjunto com os outros elementos relacionados" (*Id., Ibid.*).

Os dados registrados são interligados em um arquivo mestre que permite a indexação<sup>67</sup> desses dados, possibilitando assim a recuperação de informação através de diversas formas de pesquisa na base de dados. Ou seja, cada campo que for indexado na base de dados permite a recuperação de sua informação. O sistema de recuperação de informação cria índices de palavras contidas em cada categoria de dados, é então possível pesquisar cada categoria para a ocorrência de alguma palavra ou frase. Registros que correspondem aos critérios de pesquisa são exibidos na tela, e podem ser impressos ou incluídos em um relatório.

---

<sup>67</sup> "Procedimento de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos que representam os assuntos correspondentes a esse documento com o objetivo de recuperá-lo posteriormente" (BIREME, 2005, p. 25).

### 4.3.2. Ferramenta: *software* para banco de dados

A escolha do *software* para gerir a documentação é uma das etapas mais importantes do processo de documentação, pois afeta diretamente o desempenho do banco de dados. Para a implantação do modelo de inventário proposto em banco de dados informatizado, escolhemos o *software Micro CDS/ISIS*<sup>68</sup>, conhecido como *Winisis*, em sua versão com interface gráfica para o sistema operacional *Windows*. A escolha se deve, em primeiro lugar, por ser um *software* livre<sup>69</sup>, ou seja, é um programa de computador de acesso gratuito<sup>70</sup>. Outros motivos importantes para a escolha foram a facilidade da interface – meio pelo qual o usuário interage com o programa –; seu uso já a longo prazo em instituições por todo mundo; estar disponível em diversas línguas inclusive em português e por ser desenvolvido e mantido pela UNESCO, fato que garante sua qualidade, estabilidade e extensibilidade.

O *software CDS/ISIS* é um sistema genérico de armazenamento e recuperação de informação, especializado em gerenciamento de bases de dados cujo conteúdo principal é texto. A UNESCO iniciou o desenvolvimento do *software CDS/ISIS* para computadores *mainframe* – computadores de grande porte – em meados dos anos 60. O *Micro CDS/ISIS*, versão para microcomputadores, foi desenvolvido pela UNESCO, desde 1985, para o tratamento de dados bibliográficos, visando a "satisfazer a necessidade expressa por várias instituições, especialmente em países em desenvolvimento, de administração das atividades de processamento de informação através da utilização de tecnologias modernas (e relativamente econômicas)"<sup>71</sup> (UNESCO, [2011], tradução nossa).

A primeira versão do *software* para sistema operacional *Windows*, *Winisis*, foi lançada em 1997. Com a nova versão surgiram as primeiras bases de dados ISIS multimídia, que permitem a inclusão de hipertexto, imagem, som e vídeo. A linguagem de formatação também foi enriquecida com todos os recursos gráficos do *Windows* (formatação de estilo de fontes,

---

<sup>68</sup> *Computerized Documentation System - Integrated Set of Information Systems*(Sistema de Documentação Computadorizada - Conjunto Integrado de Sistemas de Informação).

<sup>69</sup> Segundo a *Free Software Foundation* o *software* livre tem as características de que pode ser usado, adaptado, copiado, estudado e redistribuído sem restrições. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

<sup>70</sup> O *download* do programa ou solicitação de cópia podem ser realizados gratuitamente, mediante registro, por qualquer indivíduo ou instituição no site da UNESCO. Disponível em: <<http://www.unesco.org/webworld/portal/processing/forms/cds-isis/form.php>>. Acesso em 18 dez. 2010.

<sup>71</sup> "[...] satisfy the need expressed by many institutions, especially in developing countries, to be able to streamline their information processing activities by using modern (and relatively inexpensive) technologies".

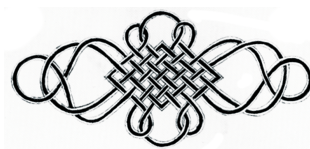
parágrafos, etc.). Esses novos atributos colaboraram para a expansão do uso do *software* no desenvolvimento de bancos de dados de bens culturais diversos.

As principais características e funções do sistema são:

- eficiência com informações de diferentes naturezas;
- registro, campo e subcampo de tamanho variável, economizando espaço em disco e permitindo o armazenamento de grande quantidade de informação;
- preenchimento opcional dos campos da base de dados;
- campos de dados repetitivos, permitindo o registro de indefinidas ocorrências;
- utilização de subcampos;
- integração com arquivo de relações conceituais, geográficas e cronológicas;
- permitir ao usuário a definição de base de dados coma inclusão dos elementos desejados;
- permitir a inserção, modificação ou remoção de registros em uma determinada base de dados;
- serviço de entrada e modificação de dados através de formulários criados pelo próprio usuário;
- alto desempenho na recuperação de informação;
- poderosa linguagem de pesquisa, recupera registros a partir de conteúdo, através de uma linguagem de busca sofisticada;
- linguagem de formatação de exibição e saída, fornecendo ferramenta para a ordenação e geração de produtos impressos tais como: relatórios, catálogos, etc.;
- registros, ou parte dos mesmos, exibidos de acordo com a necessidade do usuário;
- intercâmbio de dados através de norma internacional ISO 2709;
- linguagem de programação integrada, permite o desenvolvimento de aplicações específicas de acordo com a necessidade do usuário;
- funções que permitem criação de base de dados relacionais.

O *software* ainda permite a publicação do banco de dados em internet e gravação em CD-ROM, tanto para consulta quanto para preenchimento, com o auxílio de outros aplicativos.

O banco de dados do Acervo de Marcia de Moura Castro foi criado e formatado com sucesso no *software Winisis*, permitindo a inclusão de todas as tipologias de bens culturais que fazem parte do acervo. O trabalho até agora realizado foi a identificação e inclusão da Coleção Santos de Casa, formada por esculturas religiosas de pequeno porte, foco do estudo de caso desta pesquisa.



## 4.4. Modelo de inventário para coleções particulares: esculturas religiosas

Abaixo descrevemos os campos de informação constituintes da ficha de preenchimento para a realização do inventário, assim como suas especificações quanto ao banco de dados informatizado. A elaboração desse modelo é resultado da pesquisa e revisão de diversos documentos e publicações nacionais e internacionais que descrevem padrões já estabelecidos para modelos de documentação de bens culturais<sup>72</sup>. Fizemos uma adaptação dos modelos museológicos e patrimoniais para o universo das coleções particulares, e a ênfase foi dada à tipologia do acervo referente ao estudo de caso: esculturas religiosas.

Alguns campos que fazem parte da maioria dos modelos de documentação museológica e que consideramos importantes no caso de acervos públicos foram aqui excluídos por não se adaptarem às coleções particulares, ou mesmo por não apresentarem informações primordiais para acervos privados.

O modelo de documentação, citado anteriormente, *Object ID* (THORNES, 1999) que é direcionado para os campos essenciais na identificação de um bem cultural, assim como a pesquisa realizada para elaboração deste modelo (THORNES, 1995), avalizaram nossas escolhas.

Para definir uma base de dados, devemos ter em mente as tipologias de objeto que estão sendo documentados e quais os resultados que esperamos encontrar. O banco de dados proposto é dedicado particularmente a esculturas religiosas presentes em acervos particulares, devido ao estudo de caso aqui proposto. Porém, o modelo pode ser adaptado para quaisquer tipologias de bens culturais móveis presentes em acervos particulares.

---

<sup>72</sup> Caderno de diretrizes museológicas 1 (CÂNDIDO, 2000); *Cataloging cultural objects: a guide to describing cultural works and their images* – CCO (VISUAL, [2010]); *Categories for the description of works of art* – CDWA (BACA; HARPRING, 2009); Ficha do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados: manual de preenchimento (IPHAN, [2000]); *Guía para el inventario, catalogación y documentación de colecciones de museos: arqueología, arte, etnografía, historia* (COLÔMBIA, 2004); *Handbook of standards: documenting African collections* (ICOM, 1996); *Instructivo para inventarios de bienes culturales muebles: grupos artístico y utilitario* (COLÔMBIA, 2005); *International guidelines for museum object information: the CIDOC information categories* (CIDOC, 1995); *Inventario de Bienes Culturales de la Iglesia en Chile: manual y fichas de inventario* (INFANTE V., 2008); Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais – IPAC/MG (IEPHA, [2010]); Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura (FERREZ; PEIXOTO, 1995); *Manual para la elaboración de una ficha de identificación de un bien cultural* (NOVAL, [2010]); Normas de inventário: escultura (PORTUGAL, 2004); *Object ID: an international standard for describing art* (ICOM, [2010]); Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG (IPHAN, 2009); *Spectrum: the UK museum documentation standard* (MCKENNA, 2009); *VRA Core* (VISUAL, [2010]); entre outros.

Para o sucesso da utilização do banco dados, o catalogador – pessoa responsável pelo preenchimento – precisa ter conhecimento, mesmo que mínimo, das funções básicas do programa a ser utilizado, do formato do banco de dados e das normas e padrões de inclusão de dados empregados.

O modelo de padrão de dados deve normalmente incluir (a) uma definição cuidadosa de cada categoria de dados a ser registrado sobre cada tipo de objeto, e (b) uma declaração relativa à sintaxe e controle de vocabulário que devem ser utilizados durante o registro de informação dentro de cada categoria de dados<sup>73</sup> (CHENHALL; HOMULOS, 1978, p. 212, tradução nossa).

A descrição clara e objetiva de cada campo, com suas orientações de preenchimento, deve garantir um registro uniforme de dados e uma recuperação consistente de informação (COUNCIL, 2009). É partindo desta afirmação que elaboramos o modelo proposto. O objetivo deste modelo é servir de protocolo para realização de inventário de coleções particulares, propondo uma sistematização da atividade de documentação e favorecendo seu uso como ferramenta de preservação. Aqui estabelecemos normas metodológicas para o preenchimento do modelo da planilha de inventário.

O sistema de registro de dados deve fornecer informações básicas sobre a coleção, e deve ser flexível o bastante para permitir a expansão de termos e conceitos de acordo com o crescimento do acervo e as possíveis transformações de suas necessidades. Sugerimos um conjunto mínimo de padrões de dados – categorias, controle de sintaxe e terminologia – que podem ser utilizados como um ponto de partida para inventários em acervos particulares. As diversas necessidades de informação, presentes e futuras, devem ser constantemente consideradas ao se criar um sistema de informação para qualquer acervo.

A planilha sugerida compõe-se de quarenta e oito campos, divididos em seis partes: acervo, identificação do objeto, documentação fotográfica, informações complementares, conservação do objeto e inventário (ficha técnica). O modelo foi criado de modo a facilitar a inclusão e consulta de registros de forma simples e objetiva.

---

<sup>73</sup> *A statement of data standards normally will include (a) a careful definition of each category of data to be recorded about each kind of object, and (b) a statement concerning the syntax and vocabulary controls that must be used when recording information within each data category.*

#### 4.4.1. Base de dados do inventário: definição dos campos de preenchimento

##### **Acervo:**

Indica o nome do colecionador proprietário da coleção. Campo importante para sinalizar a propriedade do acervo. Pode ser configurado também como título na base de dados, sendo repetido em todas as fichas, sem ser necessário então criar um campo específico para seu preenchimento.

##### **Coleção:**

Nome da coleção na qual o objeto está inserido dentro do acervo. A subdivisão do acervo geral em coleções facilita a administração e a organização do acervo, assim como a recuperação de dados dos diversos conjuntos de objetos. A organização aqui proposta é a divisão em tipologias específicas, denominadas pelo arranjo do colecionador. A existência deste campo é condicionada à diversidade do acervo e à presença ou não de divisão entre coleções; não é, portanto, um campo obrigatório. Para preenchimento deste campo é necessária a pesquisa das diversas divisões propostas pelo colecionador e classificação preestabelecida com uso de vocabulário controlado.

#### **IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

##### **Número de inventário:**

O número de inventário corresponde ao registro de identificação individual do objeto dentro do acervo, e deve ser único para cada objeto. Pode ser numérico ou alfanumérico (combina letras e números). Deve ser obrigatoriamente marcado ou anexado ao objeto, de acordo com critérios rigorosos da área de conservação. Os critérios metodológicos de marcação são diferenciados para cada tipologia de bem. A correta marcação dos objetos é fator primordial para evitar o risco de dissociação. (Cf. Metodologia para marcação de esculturas religiosas - APÊNDICE A, p. 127).

O número de inventário também conecta o objeto a toda sua documentação, como fotografias, diagnósticos e relatórios de conservação, etc., e deve ser registrado em todos esses documentos.

Propomos que o número de inventário para coleções particulares deve ser alfanumérico e composto de:

- iniciais do nome do colecionador com três letras maiúsculas;
- número de identificação individual da peça com quatro dígitos sequenciais.

A numeração das obras dentro do acervo de Marcia Moura Castro fica assim estruturada: MMC.0001 até MMC.XXXX.

- iniciais do nome da colecionadora - MMC - Marcia Moura Castro;
- número de identificação individual da peça com quatro dígitos sequenciais.

Quando o objeto for composto por mais de uma parte, recebe um único número de inventário e, cada uma das partes recebe uma letra minúscula sequencial ao final do respectivo código.

No caso de utilização de banco de dados informatizado, o número de inventário deverá corresponder ao número da ficha. Como exemplo, no *software Winisis*, que estamos utilizando, a ficha MFN:0001 deverá ter informações da obra MMC.0001.

#### **Número de Inventário Anterior:**

Código (s) anterior (es) da peça, caso o inventário tenha vindo a substituir outro (s) mais antigo. Quando não existe código anterior, não é necessário o preenchimento.

#### **Objeto:**

Termo comum pelo qual o objeto é identificado. Pode-se incluir mais de um termo que descreva o objeto facilitando a consulta, porém é importante utilizar o mesmo nome para todos os objetos similares da coleção. Para o preenchimento desse item, consultar a lista previamente determinada. Nos casos de fragmento ou detalhe, identificar após o termo entre parênteses. Pode-se incluir mais de um termo que descreva o objeto.

#### **Título:**

Título consagrado à peça, atribuído, ou dado como referência à sua iconografia, tema referido. No caso de esculturas religiosas, o título se refere ao nome da invocação.

Caso haja título consagrado, este deve ser transcrito literalmente e destacado por aspas. No caso de iconografia ou tema referido, o registro dispensa o uso de aspas, a não ser quando gravado em legenda na peça. Deve-se registrar o tipo do título entre parênteses, ex: (original), (atribuído), (iconográfico).

No caso da invocação não ser identificada, deve-se registrar Santo (a) não identificado. Quando houver dúvida da invocação atribuída, acrescentar o símbolo de interrogação entre parênteses (?). Na falta de atributos particulares, pode-se também denominar uma imagem religiosa por aproximação, como acontece na identificação de pertencimento a uma ordem religiosa através do hábito dessa ordem, ou a uma categoria que possua atributo comum e/ou indumentária específica. Ex: Santo que traja hábito franciscano: Santo franciscano; Santo trajando vestes episcopais: Santo Bispo; Santa que traz uma palma do martírio: Santa mártir. Deve-se usar dicionários de iconografia e simbologia como fontes bibliográficas.

### **Material | Técnica:**

Descreve os materiais dos quais o objeto é composto; a substância física, seja ela natural ou sintética, que serve de suporte à obra. Indica também as técnicas artísticas de fatura da peça. Sua identificação é fundamental tanto para reconstituição histórica da peça, quanto para sua conservação. Caso a peça seja composta por vários materiais e diferentes técnicas, será necessário o preenchimento de campos repetitivos em ordem do mais predominante. No caso de dúvida quanto à especificidade do material empregado na fatura do objeto, é preferível a adoção de um termo mais genérico, ex.: metal prateado. A especificação do material segue em parênteses, e em caso de nome científico, em itálico. Para a descrição das técnicas, os termos devem ser formulados no participio, ex.: dourada, policromada. Ver lista anexa para vocabulário sugerido de materiais e técnicas. (Cf. APÊNDICE A, p. 163).

### **Dimensões:**

Registra as dimensões do objeto. As medidas são essenciais para identificação, assim como para o planejamento de locais de armazenamento e de exposição, confecção de embalagens, etc.

"Para a medição, recomenda-se o uso de trena e paquímetros, réguas antropométricas e balanças, devendo evitar-se o uso de fitas métricas de madeira ou tecido" (CÂNDIDO, 2000, p. 55). Utiliza-se o sistema métrico decimal, nas unidades centímetros (cm) e gramas (g). Anotam-se sempre as referências máximas.

Se a base é parte integrante da obra, isto é, entalhada, fundida ou modelada juntamente com a escultura, inclua-a na medição da obra. Caso contrário, registre suas dimensões separadamente.

Os objetos tridimensionais devem ser medidos segundo sua posição habitual. Para os objetos com eixo vertical, registra-se as medidas: altura (medida perpendicular ao solo), largura

(medida paralela, à frente) e profundidade (medida diagonal de profundidade), nessa ordem. Para os objetos com plano horizontal: comprimento (a maior dimensão horizontal), largura (a menor dimensão horizontal) e altura (dimensão do eixo vertical).

Para facilitar o preenchimento do banco de dados em questão, fizemos uma separação dos campos de entrada de medidas entre as imagens verticais e horizontais.

### **Data | Época:**

Período ou data da confecção do objeto com o máximo de precisão possível, mas na maioria das vezes indica uma datação aproximada, baseada em critérios tais como informações históricas, características técnicas e/ou estilísticas. Ao registrar a data completa da confecção da peça, caso muito raro em imagens religiosas, segue-se o formato dd mmm. aaaa, nesse caso é necessário documentação que comprove. O preenchimento deve ser padronizado, aproximando a datação de acordo com normas preestabelecidas. Para período de transição entre séculos, usar barra para separação: século XVIII/XIX. Quando houver dúvida sobre a época, usar ponto de interrogação entre parênteses (?).

### **Autoria | Atribuição:**

Nome do autor do objeto, ou de seu fabricante – pessoa, organização ou grupo cultural. O nome do autor é registrado quando a obra estiver assinada ou quando for identificado com base em documentos. Na falta de informação documental sobre a autoria da peça, esta pode receber uma autoria atribuída, avaliada por profissional especializado e baseada em suas características técnico-estilísticas. Neste caso registra-se o nome do possível autor seguido da palavra “atribuição” entre parênteses. É importante registrar também a fonte de atribuição. No contexto pouco documentado da escultura religiosa brasileira, a autoria atribuída acaba por ser a mais recorrente.

No caso de não ser passível de identificação por documentação ou por atribuição – o que acontece na grande maioria das esculturas religiosas de pequeno porte – preencher com a expressão "não identificado". No caso de mais de um autor, atribuir a função após o nome entre parênteses, ex.: Aleijadinho (escultor), Manuel da Costa Ataíde (pintor).

### **Origem:**

Localidade onde o objeto foi produzido. Indica o país, o estado ou a cidade onde a peça foi realizada. Segue-se a ordem do abrangente para o local, mas não é necessário preencher os três níveis de informação. Caso não haja certeza da origem, acrescentar o símbolo de

interrogação entre parênteses: (?). Sendo a origem desconhecida, não é necessário o preenchimento.

### **Procedência:**

Informação que registra onde foi feita a aquisição do objeto – pessoa, instituição e/ou local imediatamente anterior à sua incorporação ao acervo atual, seguindo do local específico para o geral. Caso saiba-se o histórico, é possível preencher mais de uma procedência, a mais recente aparece em primeiro lugar. Não é necessário o preenchimento caso a procedência não seja identificada.

### **Modo de aquisição | Data:**

Indica a forma e a data nas quais o objeto passou a integrar o acervo. No caso de coleções particulares, os modos de aquisição se resumem a cinco opções: compra, troca, legado, recolhimento, ou doação. É obrigatório o uso do vocabulário controlado. Quando for conhecida a data completa de aquisição, preencher no formato dd mmm. aaaa. Pode-se também indicar somente o ano de aquisição; no caso de desconhecimento, preencher com o termo "sem registro". Os campos são separados no preenchimento, mas aparecem em conjunto na exibição do banco de dados.

### **Estado de conservação | Data:**

Indica o estado geral de conservação do objeto e a data do diagnóstico. O seu preenchimento implica obrigatoriamente a observação direta dos problemas da consistência física da obra, ou seja, uma análise global do estado de conservação no momento do inventário ou de sua revisão. Essa análise é fundamental para a manutenção da obra e para a boa prática da conservação preventiva, pois corresponde a um diagnóstico preliminar que auxilia na tomada de decisões e ao encaminhamento para a posterior avaliação das condições particulares da obra. A observação registrada sobre o estado de conservação da escultura no momento da inventariação também terá implicações importantes na identidade da peça. O preenchimento desse campo é controlado e deve-se obedecer aos seguintes critérios, de acordo com Maria Inez Cândido (2000, p. 53):

- Ótimo – a peça encontra-se em excelentes condições de conservação, estando totalmente íntegra, não necessitando de intervenção ou restauração, nem tendo passado por nenhum processo semelhante antes. Neste estado, o objeto apresenta suas características originais preservadas, podendo possuir uma tênue pátina do tempo, o que não impede sua perfeita leitura estética.

- Bom – a peça apresenta características físicas e estéticas originais em boas condições, mesmo que já tenha sido restaurada. Ela pode, também, estar necessitando de uma pequena intervenção [...]. É importante considerar que neste estado o objeto não deve conter descaracterizações e/ou processo degradativo [...].
- Regular – a peça possui sujeira aderida, pequena perda e/ou passa por processo inicial de deterioração [...]. Neste estado, mesmo que o objeto apresente problemas, sua leitura estética é legível, podendo necessitar, contudo, de uma higienização mais aprofundada e/ou de pequenas intervenções [...], [a fim de] interromper seu processo degradativo, consolidar sua estrutura física e valorizar suas características formais.
- Péssimo – a peça apresenta-se em processos graves de degradação [...]. Neste estado, o objeto necessita de intervenção mais criteriosa [...].

### **Marcas e inscrições:**

Informação sobre marcas, inscrições, legendas (título, iconografia) ou etiquetas encontradas na obra. Qualquer presença desse tipo de sinais deve ser registrada individualmente, pois fornecem informações importantes relativas à história da peça e ao seu movimento. É interessante que seja feita documentação fotográfica do detalhe. Deve-se ter em conta que muitas das marcas e inscrições só são visíveis sob determinados ângulos de incidência da luz. Caso não se encontre qualquer tipo de sinal, não é necessário o preenchimento.

O preenchimento desse campo é constituído dos seguintes itens:

- texto: transcrição literal conforme aparece no objeto, respeitando pontuação e grafia, deve vir registrada entre aspas, ou descrição: caso a inscrição seja um símbolo e não um texto, descrever sua forma;
- tipo: define qual é a forma de inscrição;
- técnica: método usado para inscrição;
- posição: local onde a inscrição se encontra no objeto.

### **Sinais particulares:**

Informação sobre sinais particulares, marcas distintivas e características próprias que podem auxiliar na identificação do objeto e distingui-lo de outros semelhantes – uma mancha, uma perda, defeitos, etc. Devem ser registradas suas respectivas localizações. Esse campo é considerado pela UNESCO e Interpol como registro fundamental no caso de roubo, pois identifica uma particularidade da obra em questão. Nesse campo é interessante registrar a informação numa linguagem não técnica, para que possa ser interpretado prontamente pelos agentes da autoridade em caso de roubo (ROBERTS, 2007, p. 47). (Cf. *Object ID* - ANEXO E).

**Descrição:**

Campo textual de descrição da obra. Resume suas características técnicas e físicas, incluindo referências aos temas ornamentais, motivos decorativos e características particulares do objeto. Deve ser escrito de forma objetiva, porém completa, partindo sempre do geral para o particular, evitando o uso de adjetivos e juízo de valores. O texto, em uma descrição formal, denomina e precisa aquilo que a fotografia apenas registra. É um campo bastante importante como apoio na recuperação de objetos roubados.

Apesar de constituir um campo de texto livre, deve-se estabelecer tipologias de descrições normalizadas segundo um esquema predeterminado e apoiado em uma metodologia sistemática. É aconselhável o uso de vocabulário controlado e um sistema de descrição coerente. O texto final deve ser construído em frases. Cada tipologia de objeto possui um esquema diferente de descrição (Cf. Roteiro para descrição de Esculturas Religiosas- APÊNDICE A, p. 157).

**DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA**

Imagens do objeto utilizadas para identificação e pesquisa. A documentação fotográfica é particularmente importante na recuperação de bens roubados ou desaparecidos, sem a qual pode ser impossível precisar a identificação do objeto e provar sua posse.

Para as imagens de vulto, deve-se fotografar pelo menos quatro vistas da obra; de frente, de costas e das laterais direita e esquerda, e fotografar também detalhes importantes de conservação e/ou marcas e inscrições. A vista frontal deve ser também fotografada ao lado do número de identificação, escala de tamanho e escala de cores. As instruções para a realização das fotografias encontram-se no manual anexo. (Cf. APÊNDICE A, p. 132).

A imagem frontal deverá aparecer na ficha, e as demais deverão ser anexadas e/ou listadas.

A documentação fotográfica deve ser numerada de acordo com o objeto. Para as fotos digitais, salva-se o arquivo fotográfico com o mesmo número de inventário da peça, seguido de barra e acrescentando um número sequencial de dois dígitos para cada fotografia existente. As imagens digitais devem ser armazenadas em *folder* com identificação do número de inventário. As imagens impressas ou negativos devem ser numeradas da mesma forma, e a listagem das mesmas devem constar na ficha.

Os campos da documentação fotográfica são:

- Imagens digitais: listagem das fotografias digitais do objeto, seguindo as regras de nomeação;

- Imagens de exibição: imagens do objeto que aparecem na ficha. No banco de dados desenvolvido foi definida a exibição de duas imagens: vista frontal e dorsal. No caso das imagens de exibição no *software* escolhido, o nome do arquivo não poderá exceder a quantidade de seis caracteres. Deve-se sempre incluir a extensão do arquivo no preenchimento;
- Imagens de exibição ampliadas: imagens de exibição que aparecem ampliadas ao clicar em seu *link*;
- Outras reproduções: diversas reproduções do objeto em formatos analógicos.

## **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

### **Valor:**

Campo destinado ao valor estimado da peça e data de avaliação. Pode-se registrar também o valor de aquisição da peça e indicar entre parênteses: (aquisição). No caso de acervos particulares, o preenchimento deste campo pode ser importante para controle do valor total do acervo, e principalmente para fins de seguro. Porém, seu preenchimento não é obrigatório. A informação do valor pode também constar de documento separado da ficha ligado ao objeto por seu número de inventário. O valor deve ser registrado em dólares e acrescido da data da avaliação, formato dd mmm. aaaa. É possível gravar um formato de exibição do banco de dados que omita esse campo no caso de consulta de terceiros.

### **Observações:**

Campo reservado para informações não contempladas nos demais campos. Podem-se listar aqui curiosidades sobre a obra, histórico, participação em publicação ou exposição, etc. Deve-se listar também a documentação referente ao objeto que não esteja registrada em outros campos, como recibos, etc.

## **CONSERVAÇÃO DO OBJETO**

Os campos sobre a conservação do objeto devem ser preenchidos somente por profissionais de conservação/restauração quando for feita a avaliação do objeto, caso necessária.

### **Diagnóstico | Responsável | Data:**

Descrição completa e precisa do estado de conservação do objeto. Incluir no preenchimento o nome do profissional responsável e a data do diagnóstico. Campos repetitivos devem ser

preenchidos a cada diagnóstico realizado. Deve-se listar toda documentação referente ao diagnóstico realizado no campo documentação de diagnóstico, e os mesmos devem ser numerados com o número de inventário do objeto, acrescidos de letra maiúscula sequencial.

### **Intervenções | Responsável | Data:**

Informações sobre os processos de conservação aos quais o objeto foi submetido, intervenções realizadas. Deve ser preenchido a cada vez que o objeto receber tratamento de conservação/restauração, campos repetitivos. Deve-se preencher o nome do profissional responsável e a data de intervenção. Anexar e/ou listar as a documentação fotográfica referente ao processo, assim como os relatórios provenientes. Lembrar que toda documentação referente à determinada obra deve conter seu número de inventário acrescido de letra maiúscula sequencial.

## **INVENTÁRIO**

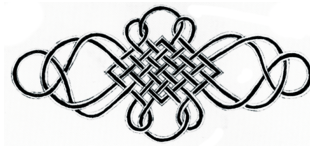
Os campos abaixo indicam os responsáveis pelo inventário e todas as suas revisões.

### **Realização inventário:**

Indica o (s) responsável (eis) pelo inventário e a data em que foi realizado.

### **Revisão inventário:**

Indica o (s) responsável (eis) pela revisão inventário e a data em que foi realizada. Deve ser preenchido a cada revisão e modificação realizadas.



## 5. Considerações

Jamais será um exagero enfatizar a importância e a utilidade de se estabelecer uma documentação completa e detalhada dos objetos que são considerados bens culturais. A existência deste tipo de documentação está diretamente relacionada ao sucesso na proteção do patrimônio cultural (ASKERUD; CLÉMENT, 1999).

Durante a pesquisa para o desenvolvimento e implantação de uma metodologia de inventário para a Coleção "Santos de Casa" de Marcia de Moura Castro, verificamos e reafirmamos a importância dos processos de documentação, principalmente do inventário, como ferramentas de conservação preventiva e como meio de conhecimento e valoração dos bens culturais.

Percebemos, além disso, a necessidade de se implementar protocolos sistematizados e procedimentos normatizados para assegurar a consistência e eficácia de um sistema de documentação, pois a falta de critério na nomenclatura empregada para designar os objetos e na estrutura de identificação e classificação não permite que os bancos de dados funcionem como eficientes instrumentos de armazenagem e recuperação de informações sobre o acervo. Precisamos tomar medidas para assegurar que a documentação não seja apenas uma operação técnica, mas o resultado de uma abordagem cultural complexa.

Outro fato importante a salientar é que sem o devido controle de preservação e sem um sistema ativo de gestão, a realização dos inventários torna-se ineficaz. A atualização periódica das informações acerca das peças inventariadas é necessária para um gerenciamento eficiente. Reiteramos o fato de que um inventário nunca está acabado, caracteriza-se como uma operação permanente, dinâmica e sistemática que deve ser atualizado periodicamente.

Constatamos que é possível implantar uma metodologia simplificada de inventário, criteriosa e sistematizada, porém de fácil execução. A implementação da metodologia na coleção "Santos de Casa" demonstrou que é viável desenvolver um inventário com ferramentas simples, executável por qualquer pessoa, desde que seguindo um manual e protocolos estabelecidos.

Conforme apontamos, o banco de dados do Acervo de Marcia de Moura Castro foi criado e formatado com sucesso permitindo a inclusão do registro das esculturas da Coleção "Santos de Casa", assim como a recuperação dessas informações de maneira rápida e eficaz.

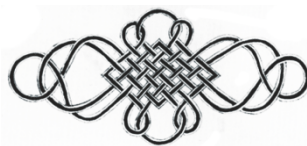
Chamou-nos atenção o fato de que os colecionadores são às vezes as principais fontes de informação para a pesquisa das origens de obras, como os Santos de Casa. Percebemos, portanto, a importância dos colecionadores para a preservação, resgate e valorização de nossa memória cultural. É necessário que todo esse conhecimento que por vezes fica guardado, assim como as coleções particulares, seja evidenciado e difundido através dos inventários.

Levantamos também com esta dissertação o valor das esculturas de pequeno porte – Santos de Casa – ditas populares, que sempre estiveram à margem das imagens de médio e grande porte, consideradas como a expressão maior da arte colonial mineira. A grande quantidade destas obras em Minas Gerais, e seu caráter íntimo de devoção pessoal, é fundamental para entender seu grande valor como importante documento estético, histórico e social de nossa cultura.

Acreditamos que a documentação criteriosa dessa coleção colabore para que a mesma não seja desmembrada, e que caso seja aventada a possibilidade de aquisição por alguma instituição pública, o processo de transferência do acervo seja facilitado sem riscos de dissociação. Se as peças estiverem devidamente registradas e preservadas, caso isso ocorra, chegarão a essas instituições mantendo seu valor de bem cultural, artístico e documental.

Através desta dissertação e do manual de inventário elaborado, gostaríamos de deixar uma contribuição para que cada vez mais colecionadores particulares iniciem a empreitada de documentar seus acervos, colaborando assim para a preservação de nossa história social e cultural.

Ao apresentar os benefícios da documentação para a prática profissional do conservador-restaurador, pretendemos também colaborar para uma maior qualidade nas práticas de preservação, enfatizando o compromisso ético de se implantar procedimentos de documentação em todas as etapas dos trabalhos de conservação.



## REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Leila Bianchi. *Origens da preservação do patrimônio cultural no Brasil*. Disponível em: <<http://www.lasallerj.org/historia/artigos/preservacao.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2011.
- ALDÉ, Lorenzo. Tradição familiar. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, n. 41, 1 fev. 2009. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=2221>>. Acesso em: 21 mar. 2011.
- ALVES, Célio Macedo. Um estudo iconográfico. In: COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 69-92.
- ALVES, José Benedito. *Os santos de cada dia*. 9. ed. São Paulo: Paulinas, 2004. 758 p.
- ALSOP, J. *The rare art traditions: a history of collecting and its linked phenomena*. In: PEARCE, Susan M. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. New York: Routledge, 2001. p. 157-159.
- AMEAL, João, pseud. *Santos portugueses*. Porto : Tavares Martins, 1957. 443 p.
- ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil: crônica publicadas na Revista Brasil em 1920*. São Paulo: Experimento; Giordano, 1993. 99 p.
- ANDRADE, Mário de. Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Artístico Nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 30, p. 271-287, 2002. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/>>. Acesso em: 17 out. 2010.
- ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre o patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. 184 p. (Publicações da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 38).
- ANNABI, Chédli. Standardization and computerization of the inventories of the african museums. *CIDOC Newsletter*, Paris, v. 7, ago. 1996. ISSN: 2077-7531. Disponível em: <[http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc\\_site\\_2006\\_12\\_31/arte08.html](http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc_site_2006_12_31/arte08.html)>. Acesso em: 17 nov. 2010
- ARAGÃO, Ivan Rêgo. Santa Ifigênia: história, singularidade e atributos de uma santa negra. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v. 7, n. 24, mar. 2003.
- ARANGO, Guillermo Trimmiño. *La importancia de los bienes culturales y el inventario del patrimonio cultural*. s.l., março de 1978, datilografado. (Coordenadoria de Registro e Documentação, Inventário de Bens Móveis Integrados) *apud* GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 86-89, 1987. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>>. Acesso em: 17 out. 2010.

ARAÚJO, Denise Puertas de. O pensamento de Camillo Boito. *Resenhas Online*, São Paulo, 04.043, ano 4, jul. 2005. ISSN 2175-6694. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/04.043/3154>>. Acesso em: 27 set. 2010.

ARENILLAS, Juan Antonio. *Bienes Muebles: hacia un nuevo concepto en la catalogación de Patrimonio Mueble*. Disponível em: <[http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/portal/com/bin/portal/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/documentacion\\_ph2/proyectocolab2/1223376578393\\_ph32-200.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/portal/com/bin/portal/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/documentacion_ph2/proyectocolab2/1223376578393_ph32-200.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2011.

ARQUIDIOCESE DE BRAGA. *Inventário online*. Disponível em: <<http://diocese-braga.inwebonline.net/>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ARQUIDIOCESE DE ÉVORA. *Inventário artístico da Arquidiocese de Évora*. Disponível em: <<http://www.inventarioevora.com.pt>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

ARTE sacra e iconografia cristã. Disponível em: <<http://www.franciscanos.org.br/artesacra/sacraeiconografia/index.php>>. Acesso em: 10 jan. 2007.

ARTE sacra em Minas Gerais no século XVIII: acervo Geraldo Parreiras. Belo Horizonte: [s.n.] 1972. Catálogo de exposição, 28 fev.- 15 mar. 1972, Palácio das Artes, Belo Horizonte.

ASKERUD, Pernille; CLÉMENT, Etienne. *La prevención del tráfico ilícito de bienes culturales: un manual de la UNESCO para la implementación de la convención de 1970*. México: Unesco; Brasília: IPHAN, 1999. 486 p.

AVARO, Anne Ambourouè; CARDELLI, Alessandra; GODONOU, Alain. *The accession register*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 1). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/1-Accession\\_register.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/1-Accession_register.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè; CARDELLI, Alessandra; GODONOU, Alain. *The registrar*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 9). Disponível em: <<http://www.epa-prema.net/english/resources/9-Registrar.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè; CARDELLI, Alessandra. *Cards and files*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 7). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/7-Cards\\_files.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/7-Cards_files.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè; GODONOU, Alain. *Documentation of collections: preliminary report. ICCROM-UNESCO partnership for the preventive conservation of endangered museum collections in developing countries*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0018/001862/186242e.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè; GODONOU, Alain. *Recommendations for the description of objects*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 3). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/3-Object\\_description.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/3-Object_description.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè; GUICHEN, Gaël de; GODONOU, Alain. *Documentation of museum collections. why? how?: practical guide*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. Disponível em: <[http://www.iccrom.org/eng/prog\\_en/01coll\\_en/archive-preven\\_en/2010\\_02preven\\_guide\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/eng/prog_en/01coll_en/archive-preven_en/2010_02preven_guide_en.pdf)>. Acesso em: 28 out. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè. *Brief guide to the manual marking of objects*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 2). Disponível em: <<http://www.epa-prema.net/english/resources/2-Marking.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè. *Taking measurements*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 4). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/4-Taking\\_measurements.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/4-Taking_measurements.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

AVARO, Anne Ambourouè. *The location system*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 5). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/5-Location\\_system.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/5-Location_system.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

ÁVILA, Affonso; GONTIJO, João Marcos Machado; MACHADO, Reinaldo Guedes. *Barroco mineiro: glossário de arquitetura e ornamentação*. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho / Fundação João Pinheiro, 1979. 234 p.

AZEVEDO, Paulo Ormindo de. Por um inventário do patrimônio cultural brasileiro. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 82-85, 1987. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/>>. Acesso em: 17 out. 2010.

BACA, Murtha; HARPRING, Patricia (ed.). *Categories for the Description of Works of Art (CDWA)*. Los Angeles : Getty Research Institute; College Art Association. Revised 9 June 2009. Disponível em: <[http://www.getty.edu/research/publications/electronic\\_publications/cdwa/index.html](http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/index.html)>. Acesso em: 11 mar. 2011

BACA, Murtha; HARPRING, Patricia (ed.). *Categories for the Description of Works of Art (CDWA): list of categories and definitions*. Los Angeles : Getty Research Institute; College Art Association. Revised 28 Sep. 2010. Disponível em: <[http://www.getty.edu/research/publications/electronic\\_publications/cdwa/definitions.pdf](http://www.getty.edu/research/publications/electronic_publications/cdwa/definitions.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2011

BARBOSA, Marcos (Dom). *Arte Sacra Brasileira*. Rio de Janeiro: Colorama, 1988. 216 p.

BARBOSA, Marcos (Dom). *Nossos Amigos os Santos*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1985. 166 p.

BATISTA, Marta Rossetti (org.). *Coleção Mário de Andrade: religião e magia, música e dança, cotidiano*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004, 446 p. (Uspiana: Brasil 500 anos).

BAUDRILLARD, Jean. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 1973 *apud* JULIÃO, Letícia. Colecionismo Mineiro. In: COLECIONISMO Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus; Associação dos Amigos do Museu Mineiro, 2002. p. 19-79 . Catálogo de exposição, Museu Mineiro.

BAZIN, Germain. *O Aleijadinho e a Escultura Barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1971. 347 p.

BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas*, vol. II, 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, p. 228 *apud* HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Homo Colligens: elogio da loucura mansa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 339-359, 1998. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/>>. Acesso em: 17 out. 2010.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985 *apud* JULIÃO, Letícia. Coleccionismo Mineiro. In: COLECCIONISMO Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus; Associação dos Amigos do Museu Mineiro, 2002. p. 19-79. Catálogo de exposição, Museu Mineiro.

BIREME - Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde. *Conceitos Básicos de Bases de Dados CDS/ISIS: iniciando o uso do CISIS*. Versão 3.X. São Paulo: BIREME; OPAS; OMS, 2005. Disponível em: <<http://bvsmodelo.bvsalud.org/download/cisis/CISIS-ConceitosBasicos-pt.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2011.

BISOGLI, Fabio. The 'Catalogue of Italian Art': a computer-produced iconographical analysis. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 199-204, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

BOGÉA, Kátia Santos; RIBEIRO, Emanuela Sousa; BRITO, Stella Regina Soares de. *Olhos da alma: escola maranhense de imaginária*. São Luís: Takano, 2002. 204 p.

BOITO, Camillo. *Os Restauradores: conferência feita na Exposição de Turim em 7 de junho de 1884*. Tradução de Paulo Mugayar Kühl; Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. 64 p. (Artes & Ofícios, 3).

BOITO, Camillo. *Restoration in Architecture: first dialogue*. Translated by Cesare Birignani. Project Muse, v. 6, n.1, Summer 2009. E-ISSN: 1934-6026, Print ISSN: 1549-9715. Disponível em: <[http://muse.jhu.edu/journals/future\\_anterior/v006/6.1.boito.html](http://muse.jhu.edu/journals/future_anterior/v006/6.1.boito.html)>. Acesso em: 02 out. 2010.

BRADLEY, Susan M. Os objetos têm vida finita? In: MENDES, Marylka *et al.* (orgs.). *Conservação: conceitos e práticas*. Tradução de Vera L. Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. cap 1. p.15-34.

BRANDI, Cesare. *Teoria da restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. 2.ed. Cotia: Ateliê Editorial, 2005. 261 p. (Artes & Ofícios, 5).

BRASIL. Constituição (1934). *Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao34.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 1937*. Rio de Janeiro, 1937. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil, 1988*. Brasília, 1988. Disponível em:

<[http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/CON1988.pdf](http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. *Decreto-lei n. 25*, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF, 1937. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do;jsessionid=F7CD265D60F7C4BB3106ACFD3FF9CD6F?id=284>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

BRASIL. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. *Diário Oficial da União*, Poder Executivo, Brasília, DF, 15 jan. 1937, p. 1210, c. 1. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L378.pdf>>. Acesso em 5 abr. 2011.

BRASIL. Ministério da Cultura. Monumenta. *Linha do Tempo da Defesa ao Patrimônio Histórico Brasileiro*. Disponível em: <[http://www.monumenta.gov.br/site/?page\\_id=165](http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=165)>. Acesso em: 7 abr. 2011.

BRÉSIL Baroque: entre ciel et terre. (Brasil Barroco: entre o céu e a terra) Paris: Union Latine, 1999. 2 v. Catálogo de exposição, Paris, Petit Palais, 4 nov. 1999 - 06 fev. 2000.

CALDEIRA, Cleide Cristina. Conservação preventiva: histórico. In: *Revista CPC*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 91-102, nov. 2005/abr. 2006.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. *Museu: aquisição/documentação*. Rio de Janeiro: Eça, 1986. 309 p.

CAMARGO-MORO, Fernanda. *Fundação Pierre Chaila o museu do artista colecionador: um exercício de guarda*. Trapiche: Salgema, 1991. 105 p.

CANADA. *NPS Museum Handbook: museum collections*. Quebec: National Park Service, 2006. 1254 p.

CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE. *Applying Registration Numbers to Paintings and Sculptures*. Ottawa, [2010]. (CCI Notes 1/5). Disponível em: <<http://www.cci-icc.gc.ca/crc/notes/html/1-5-eng.aspx>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Museus. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Belo Horizonte, 2000. p. 29-88.

CARVALHO, Claudia Rodrigues de. *Plano de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa: documentação para preservação*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, Centro de Memória e Informação, [2010]. 6p. Projeto. Disponível em:

<[http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB\\_Selecao\\_de\\_Bolsistas\\_2010\\_Documentacao\\_e\\_Preservacao.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/bolsistas/2010/FCRB_Selecao_de_Bolsistas_2010_Documentacao_e_Preservacao.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2010.

CASTRO, Cláudio de Moura. Apresentação. In: SANTO de casa: coleção Marcia de Moura Castro. Belo Horizonte, 2006. Catálogo de exposição, 12 - 30 jul. 2006, Galeria de Arte Copasa, Belo Horizonte.

CASTRO, Cláudio de Moura. Belo Horizonte, Brasil, 23 abr. 2007. Entrevista concedida a Ana Panisset.

CASTRO, Marcia de Moura. Belo Horizonte, Brasil, 16. mar. e 20 abr. 2007. Entrevistas concedidas a Ana Panisset.

CENTRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS DA ESCOLA DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CECOR. *Fichas de Diagnóstico*: cadastro de identificação da peça, equipe técnica e tecnologia, estado de conservação, intervenções anteriores, proposta de tratamento, exames técnicos e científicos, intervenções no CECOR, slides. Manuscrito.

CENTRO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS DA ESCOLA DE BELAS ARTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS - CECOR. Orientações para melhor conservação das obras de artes. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p. 4, jun. 1997.

CHASTEL, André. A invenção do inventário. Tradução de João Bonifácio Serra. *Revue de l'Art*, Paris, n. 87, p. 5-11, 1990. Título original: L'invention de l'Inventaire. Disponível em: <<http://www.cidadeimaginaria.org/pc/ChastelInventaire.pdf>>. Acesso em: 27 mar. 2011.

CHENHALL, Robert G.; HOMULOS, Peter S. Museum data standards. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 205-212, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CHIEZE, Valérie. The Africon Project for the standardization of inventories. *CIDOC Newsletter*. Paris, v. 7, ago. 1996. ISSN: 2077-7531. Disponível em: <[http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc\\_site\\_2006\\_12\\_31/arte06.html](http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc_site_2006_12_31/arte06.html)>. Acesso em: 17 nov. 2010

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2006. 288 p.

CÓDIGO de ética do conservador-restaurador. São Paulo, 16. nov. 2005. Disponível em: <[http://www.aber.org.br/pdfs/Codigo\\_de\\_etica\\_v2.pdf](http://www.aber.org.br/pdfs/Codigo_de_etica_v2.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2010.

COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005. 290 p.

COELHO, Beatriz; QUITES, Maria Regina Emery; BRANCO, Helena David de Oliveira Castello. São Francisco de Paula. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v. 9, n. 30, p. 1-6, mar. 2005.

COELHO, Beatriz. Imaginária devocional policromada no Brasil: materiais e técnicas. In: *Policromia: a escultura policromada religiosa dos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Instituto Português de Conservação e Restauo - IPCR, 2003. p. 247-252.

COELHO, Beatriz. Materiais, técnicas e conservação. In: \_\_\_\_\_. *Devoção e Arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 233-245.

COELHO, Beatriz. Metodologia de estudo sobre esculturas policromadas de Minas Gerais. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS - ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 170-175. 1 CD-ROM.

COLEÇÃO José dos Santos: a arte sacra do antiquário. Recife: Instituto Cultural Bandepe, 2005. 60 p. Catálogo de exposição, 20 out. - 27 nov. 2005.

COLLECTION SPACE. Homepage. Disponível em: <<http://www.collectionspace.org/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLLECTIONS TRUST. *Documentation Procedural Manual Template*. Disponível em: <<http://www.collectionslink.org.uk/index.cfm?ct=assets.assetDisplay/title/Procedural%20Manual%20Template/assetId/310/fileDownload/true>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

COLLECTIONS TRUST. Homepage. Disponível em: <<http://www.collectionstrust.org.uk/>>. Acesso em: 07 nov. 2010.

COLLECTIONS TRUST. *Labelling and marking museum objects booklet*. London, 2008. Disponível em: <<http://www.collectionslink.org.uk/index.cfm?ct=assets.assetDisplay/title/Labelling%20and%20Marking%20Museum%20Objects/assetId/335/fileDownload/true>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

COLLECTIONS TRUST. *Terminology Control*. Londres, 2010. (Collections Trust factsheet). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL\\_Numbering.doc](http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL_Numbering.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

COLLECTIVE ACCESS. Homepage. Disponível em: <<http://www.collectiveaccess.org/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Dirección de Patrimonio. *Glosario para inventarios: bienes culturales muebles*. Bogotá, 2005. Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/index.php?idcategoria=9425#>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Dirección de Patrimonio. *Instructivo para inventarios de bienes culturales muebles: grupos artístico y utilitario*. Bogotá, 2005. Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/index.php?idcategoria=9425#>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Dirección de Patrimonio. *Manual para inventarios: bienes culturales muebles*. Bogotá, 2005. Disponível em: <<http://www.mincultura.gov.co/?idcategoria=9422#>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. Museo Nacional de Colombia. Programa Red Nacional de Museos. *Guía para el inventario, catalogación y documentación de colecciones de museos: arqueología, arte, etnografía, historia*. Bogotá, 2004. Disponível em: <<http://www.museocolombianos.gov.co/inbox/files/docs/guiainventario.pdf?PHPSESSID=b848a65024200492c3de8a0271b10d43>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COLÔMBIA. Ministerio de Cultura. *Sistema Nacional de Información Cultural* (Sinic). Disponível em: <<http://www.sinic.gov.co/SINIC/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CONFERENCIA EPISCOPAL DE CHILE. *Comisión Nacional de Bienes Culturales de la Iglesia*. Disponível em: <<http://www.iglesia.cl/bienes culturales/>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

COSTA, Lúcio. *Plano de trabalho para a Divisão de Estudos e Tombamento da DPHAN*. Rio de Janeiro: 1947, datilografado *apud* GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 86-89, 1987. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>>. Acesso em: 17 out. 2010.

COSTA, Lygia Martins. A defesa do patrimônio cultural móvel. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p. 145-153, 1987. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>>. Acesso em: 17 out. 2010.

COUNCIL OF EUROPE. *Guidance on inventory and documentation of the cultural heritage*. Strasbourg: Council of Europe Publishing, 2009. 134 p.

COUPRIE, Leendert D. Iconclass, a device for the iconographical analysis of art objects. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 194-198, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

CUNHA, Maria José Assunção da. *Iconografia cristã*. Ouro Preto: UFOP/IAC, 1993. 128 p.

DE SMET, Egbert. *The ISIS-software family: an introduction for novice/prospective users*. Disponível em: <<http://library.wur.nl/isis/intro/>>. Acesso em: 10 fev. 2010.

DECARLI, Georgina; TSAGARAKI, Christina. *Un Inventario de Bienes Culturales ¿Por qué y para quién?* San José: ILAM, 2006. Disponível em: <<http://documentos.ilam.org/ILAMDOC/IBC-porqueYparaquien.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

DEFESA CIVIL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO - DEFENDER. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. *Carta de campanha em defesa do patrimônio cultural sacro de Minas Gerais*. Disponível em: <<http://defender.org.br/uploads/Carta1.doc>>. Acesso em: 21 nov. 2011.

DEPARTAMENTO DOS BENS CULTURAIS DA DIOCESE DE VISEU. *Ficha de inventário*. Disponível em: <[http://bensculturais.diocesedeviseu.pt/pdfs/inventario\\_ficha.pdf](http://bensculturais.diocesedeviseu.pt/pdfs/inventario_ficha.pdf)>. Acesso em 26 mar. 2011.

DEPARTAMENTO DOS BENS CULTURAIS DA DIOCESE DE VISEU. *Orientações para a elaboração do inventário*. Disponível em: <<http://bensculturais.diocesedeviseu.pt/inventario.html>>. Acesso em 26 mar. 2011.

DESMARAI, France. Object ID permission [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[anapanisset@me.com](mailto:anapanisset@me.com)> em 14 fev. 2011.

DINIZ, Wivian. *Banco de Dados de Bens Culturais Procurados - BCP*. Disponível em: <[http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/cursos/curso-patrimonio-cultural/bens\\_culturais\\_procurados.pdf](http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/cursos/curso-patrimonio-cultural/bens_culturais_procurados.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2011.

DIOCESE DE LAMEGO. *Inventário online*. Disponível em: <<http://diocese-lamego.inwebonline.net>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

DIOCESE DE VIANA DO CASTELO. *Inventário online*. Disponível em: <<http://diocese-vianadocastelo.inwebonline.net>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

DIOCESE DO PORTO. *Inventário online*. Disponível em: <<http://inweb.bcdp.org>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

DORGE, Valerie; HOWLETT, F. Carey (Ed.). *Painted wood: history and conservation*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 1998. 551 p. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/paintedwood.ht](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/paintedwood.ht)>. Acesso em: 7 out. 2008.

DRUMOND, Maria Cecília de Paula. Prevenção e conservação em museus. In: MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Museus. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Belo Horizonte, 2000. p. 102-129.

DUARTE, Alberto de Almeida Branco. Em torno das genealogias familiares. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a genealogia de Cristo na arte portuguesa*. 2000. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Lusíada, Lisboa, 2000. p. 83-101.

DUBLIN CORE. Homepage. Disponível em: <<http://dublincore.org/>>. Acesso em: 02 maio 2011.

DUROST, Walter N. *Children's collecting activity related to social factors*. New York: Bureau of Publications, Teachers College, Columbia University, 1932 *apud* PEARCE, Susan M. The urge to collect. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. New York: Routledge, 2001. p. 157-159.

ECO, Umberto. *Como Se Faz Uma Tese em Ciências Humanas*. Tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. 9. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2002. 238 p. (Universidade Hoje, 4).

ELIAS, Isis Baldini. Aspectos históricos da conservação e restauro de objetos de caráter cultural a partir do século XIX. *Informativo do Arquivo Histórico Municipal Washington Luís*, São Paulo, v. 3, n. 14, set./out. 2007. ISSN: 1981-0954. Disponível em: <<http://www.arquiamigos.org.br/info/info14/i-restauro.htm>>. Acesso em: 28 set. 2010.

EPPICH, Rand; LEVIN, Jeffrey. People and technology: a discussion about heritage documentation. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 20, n. 3, p.10-16, 2005. Entrevista. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20\\_3/](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20_3/)>. Acesso em: 4 ago. 2008.

EPPICH, Rand; PIQUÉ, Francesca. Harnessing digital technology for conservation documentation. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 14, n. 2, p. 21-24, 1999. Disponível em:

<[http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14\\_2/](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_2/)>. Acesso em: 4 ago. 2008.

ETZEL, Eduardo. *A imagem sacra brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1979. 157 p.

ETZEL, Eduardo. *Arte sacra popular brasileira: conceito – exemplo – evolução*. Melhoramentos; EDUSP, 1975. 174 p.

ETZEL, Eduardo. *Arte sacra: berço da arte brasileira*. São Paulo: Melhoramentos; Brasília, 1984. 256 p.

ETZEL, Eduardo. *Imagens religiosas de São Paulo*. São Paulo: Melhoramentos; EDUSP, 1971. 304 p.

EVANGELISTA, Adriana Sampaio. Santos e devoção: o culto às imagens. *Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n. 3, p. 11-21, 2006.

EXPOSIÇÃO de arte sacra: retrospectiva brasileira. Rio de Janeiro: [s.n.], 1955. 113 p. Catálogo de exposição, Congresso Eucarístico Internacional, 36, Rio de Janeiro, 1953.

FARMER, David Hugh. *The Oxford dictionary of saints*. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2004. 584 p.

FEDER, Lia Baião. *Curso de WinIsis 1.5*. Curso online, Data Coop, 22 mar. - 22 abr. 2011.

FEILDEN, Bernard. The principles of conservation. *The UNESCO Courier*, Paris, v.9, n.5, p. 27-8, mar. 1981. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000747/074736eo.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Muito antes do SPHAN: a política de patrimônio histórico no Brasil (1838-1937). In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL POLÍTICAS CULTURAIS: TEORIA E CONTEXTO, 5, 2010, Rio de Janeiro. [Comunicações apresentadas...]. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2010/09/18-JOS%C3%89-RICARDO-ORI%C3%81-FERNANDES.1.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2011.

FERNANDES, Neusa; SANTOS, Fausto Henrique dos (comp.). *Bibliografia museológica*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1994. 189 p.

FERNANDES, Orlandino Seitas. Evolução da imagem no Brasil. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v.2, n. 10, p. 1-4, mar. 1999.

FERNANDES, Orlandino Seitas. *Museu da Inconfidência: guia do visitante*. Ouro Preto, DPHAN, 1964.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 1838 p.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena. *Thesaurus para acervos museológicos*. Rio de Janeiro: Fundação Nacional Pró-Memória. Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987. 2 v. (Série técnica, 1).

FERREZ, Helena Dodd; PEIXOTO, Maria Elizabete Santos (comp.) *Manual de catalogação: pintura, escultura, desenho, gravura*. Rio de Janeiro: Museu Nacional de Belas Artes, 1995. 67 p.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *Cadernos de Ensaio: estudos de Museologia*, Rio de Janeiro: MINC; IPHAN, n. 2, p. 64-74, 1994.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ; IPHAN, 1997. 316 p.

FRANÇA, Júnia Lessa; VASCONCELLOS, Ana Cristina. *Manual para normalização de publicações técnico-científicas*. 8 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. (Aprender).

FRANÇA. Ministère de la Culture et de la Communication. *L'Inventaire général du patrimoine culturel*. Disponível em: <http://www.inventaire.culture.gouv.fr/>>. Acesso em: 25 jan. 2011.

FRANÇA. Ministère des Affaires Culturelles. *L'inventaire général des monuments et des richesses artistiques de la France*. Paris : Imprimerie nationale, [1964], 26 p. Disponível em: <[http://www.culture.gouv.fr/culture/dp/inventaire/presenta/telechar/Plaquette\\_dite\\_sable\\_1964.pdf](http://www.culture.gouv.fr/culture/dp/inventaire/presenta/telechar/Plaquette_dite_sable_1964.pdf)>. Acesso em: 31 mar. 2011.

FREE SOFTWARE FOUNDATION. Disponível em: <<http://www.gnu.org/philosophy/free-sw.html>>. Acesso em: 04 abr. 2011.

FREITAS, Jussara Vitória de. *Laboratório cinema e conservação: conservação preventiva e gerenciamento da informação*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

FRONER, Yacy-Ara. *Memória e preservação: a construção epistemológica da Ciência da Conservação*. Disponível em: <[http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo\\_info/mi\\_2007/FCR\\_B\\_MI\\_Memoria\\_e\\_Preservacao\\_A\\_construcao\\_epistemologica\\_da\\_Ciencia\\_da\\_Conservacao.pdf](http://www.casaruiarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/memo_info/mi_2007/FCR_B_MI_Memoria_e_Preservacao_A_construcao_epistemologica_da_Ciencia_da_Conservacao.pdf)>. Acesso em: 14 jan. 2008.

FRONER, Yacy-Ara. *Os domínios da memória: um estudo sobre a construção do pensamento preservacionista nos campi da Museologia, Arqueologia e Ciência da Conservação*. 2001. 513 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GAUTIER, T. Gary. Automated collection documentation system at the National Museum of Natural History, Smithsonian Institution, Washington, D. C. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 160-168, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

GETTY RESEARCH INSTITUTE. *Art & architecture thesaurus online*. Disponível em: <<http://www.getty.edu/research/tools/vocabularies/aat/>>. Acesso em: 24 mar 2011.

GONZAGA, Armando Luiz. *Madeira: uso e conservação*. Brasília: IPHAN; MONUMENTA, 2006. (Cadernos Técnicos 6). Disponível em:

<[www.monumenta.gov.br/upload/Caderno%20Madeiraweb\\_1173383037.pdf](http://www.monumenta.gov.br/upload/Caderno%20Madeiraweb_1173383037.pdf)>. Acesso em: 7 out. 2008.

GONZÁLEZ MOZO, Ana. Estudio y documentación de obras de arte. In: MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria; GONZÁLEZ MOZO, Ana. *La conservación y la restauración en el siglo XX*. 2. ed. Madrid: Tecnos; Alianza, 2004, 232 p. (Colección Neometrópolis).

GONZÁLEZ-VARAS, Ignacio. *Conservación de bienes culturales: teoría, historia, principios y normas*. 3. ed. Madrid: Cátedra, 2003, 628 p.

GREENE, E. A. *Saints and their symbols: a companion in the churches and picture galleries of Europe*. 29. ed. rev. London: J. Pitman, 1929. 190 p.

GUEDES, Maria Tarcila. Inventário nacional dos bens imóveis tombados: instrumento para uma proteção eficaz. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 22, p. 86-89, 1987. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio>>. Acesso em: 17 out. 2010.

GUICHEN, Gaël de. Re: demande des renseignements [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <[marilene\\_maia@hotmail.com](mailto:marilene_maia@hotmail.com)> em 7 mar. 2001 *apud* MAIA, Marilene Corrêa. *A importância dos inventários na preservação de coleções de museus*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

GUICHEN, Gaël de. *Inventory control*. Paris: UNESCO; ICCROM; EPA, 2010. (Aide mémoire for documentation in museums, 8). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/english/resources/8-Inventory\\_control.pdf](http://www.epa-prema.net/english/resources/8-Inventory_control.pdf)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

GUTIERREZ, Angela (coord.). *Museu do Oratório*: coleção Angela Gutierrez. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 1999, 200 p.

GUTIERREZ, Angela (coord.). *O livro de Sant'Ana*: coleção Angela Gutierrez. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2001. 191 p.

HARRISON, Margaret. *Accession records*. Londres: Collections Trust, 2010. (Collections Trust factsheet). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL\\_Acquisition.doc](http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL_Acquisition.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

HARRISON, Margaret. *Cataloguing objects*. Londres: Collections Trust, 2010. (Collections Trust factsheet). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL\\_Numbering.doc](http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL_Numbering.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

HARRISON, Margaret. *Developing a documentation procedural Manual*. Londres: Collections Trust, 2010. (Collections Trust factsheet). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL\\_Numbering.doc](http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL_Numbering.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

HARRISON, Margaret. *Numbering*. Londres: Collections Trust, 2010. (Collections Trust factsheet). Disponível em: <[http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL\\_Numbering.doc](http://www.epa-prema.net/francais/ressources/CL_Numbering.doc)>. Acesso em: 10 nov. 2010.

HERANÇA Barroca. São Paulo: Fundação Armando Alvares Penteado, 1997. Catálogo de

HERSTAL, Stanislaw. *Imagens religiosas do Brasil*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Expansão Comercial Ltda., 1956. 304 p.

HOBBY, David. *How To: DIY \$10 Macro Photo Studio*. Blog Strobist: learn how to light. 09 jul. 2006. Disponível em: <<http://strobist.blogspot.com/2006/07/how-to-diy-10-macro-photo-studio.html>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

HOMULOS, Peter S. The Canadian National Inventory Programme. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 153-159, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. Homo Colligens: elogio da loucura mansa. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 27, p. 339-359, 1998. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/revistadopatrimonio/>>. Acesso em: 17 out. 2010.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>.

ICONCLASS. Homepage. Disponível em: <<http://www.iconclass.nl/>>. Acesso em 26 mar. 2011.

ICONOGRAFIA de Nossa Senhora. Catálogo de exposição, s.d., Museu de Arte Sacra de São Paulo, São Paulo.

IMAGES of the saints. (L'art et les Saints). Montreal: Musée des Beaux-Arts, 1965. 84 p.

INFANTE V., Mauricio. *Inventario de bienes culturales de la Iglesia en Chile: manual y fichas de inventario*. 2. ed. Comisión Nacional de Bienes Culturales de la Iglesia, Conferencia Episcopal de Chile, 2008. Disponível em: <[http://www.iglesia.cl/breves\\_new/archivos/20081006\\_inventario\\_bculturales.pdf](http://www.iglesia.cl/breves_new/archivos/20081006_inventario_bculturales.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – IAPH. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. Homepage. Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/nav/index.jsp>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – IAPH. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. *Banco de dados*. Disponível em: <<http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/patrimoniomuebleandalucia/>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – IAPH. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. *Estándares para la documentación gráfica del patrimonio cultural*. Disponível em: <[http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/portal/com/bin/portal/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/criteriosymetodologias/index/1295603799629\\_estndares\\_imagen\\_digital\\_patrimonio\\_cultural.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/portal/com/bin/portal/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/criteriosymetodologias/index/1295603799629_estndares_imagen_digital_patrimonio_cultural.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2011.

INSTITUTO ANDALUZ DEL PATRIMONIO HISTÓRICO – IAPH. Junta de Andalucía. Consejería de Cultura. *Directrices para la documentación gráfica de bienes muebles*. Disponível em:

<[http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/porta1/com/bin/porta1/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/criteriosmetodologias/index/1265365268634\\_1144322452221\\_directrices\\_bb\\_mm.pdf](http://www.juntadeandalucia.es/cultura/iaph/html/porta1/com/bin/porta1/Tematicas/InformacionPH/documentacionpatrimoniohistorico/criteriosmetodologias/index/1265365268634_1144322452221_directrices_bb_mm.pdf)>. Acesso em: 28 mar. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cartas patrimoniais*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/porta1/monta1PaginaSecao.do?id=12372&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao>>. Acesso em: 19 set. 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Carta de Veneza: carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 22, p.

106-107, 1987.

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Departamento de Identificação e Documentação. *Ficha do Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados*: manual de preenchimento. Versão 30/06/00.

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG*. Brasília, 2009. Folheto.

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão - SICG*. Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/porta1/monta1PaginaSecao.do?id=14897&retorno=paginaIphan>>. Acesso em: 12 nov. 2010

INSTITUTO DO PATRIMÔNICO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. *Cadastro Especial dos Negociantes de Antiguidades, Obras de Arte, Livros Antigos ou Raros e Manuscritos*: dados para preenchimento da relação descritiva dos objetos disponíveis para comercialização, em estoque ou reserva. Disponível em:

<<http://planejamento.iphan.gov.br/cadastrodenegociantes/paginas/documentos/CAGL.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC. Banco de Dados do Inventário de Bens Culturais. *Inventário*: um instrumento de preservação. Disponível em:

<<http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/BancodeDadosdoInventariodeBensCulturais.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC. *Inventário da Arte Sacra Fluminense*. Disponível em: <<http://www.artesacrafluminense.rj.gov.br/>>. Acesso em: 13 fev. 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL - INEPAC. *O Rio de Janeiro nas visitas pastorais de Monsenhor Pizarro*: inventário da arte sacra fluminense. Rio de Janeiro, 2008. 608 p. 2 v.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. Secretaria de Estado de Cultura. *Iconografia - família de Cristo*. Caderno de Pesquisa 2. Belo Horizonte, 1994.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. Secretaria de Estado de Cultura. *Iconografia da Virgem Maria*. Caderno de Pesquisa 1. Belo Horizonte, 1982.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. Secretaria de Estado de Cultura. *Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais - IPAC/MG*: plano estadual de inventário de Minas Gerais. Disponível em: <[http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc\\_download/72-99-plano-estadual-de-inventario-ipac](http://www.iepha.mg.gov.br/component/docman/doc_download/72-99-plano-estadual-de-inventario-ipac)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. *Inventário de proteção do acervo cultural de Minas Gerais – IPAC/MG*. Disponível em: <<http://www.ipac.iepha.mg.gov.br/>>. Acesso em: 12 out. 2010.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. *Fichas do IPAC/MG*. Disponível em: <<http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/IPAC/fichas%20ipacmg%2009.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS - IEPHA. *Sobre o IPAC/MG*. Disponível em: <[http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/IPAC/sobre%20o%20ipac\\_mg.pdf](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/downloads/IPAC/sobre%20o%20ipac_mg.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2011.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *Imagens religiosas brasileiras*: exposição comemorativa do IV centenário da fundação da cidade de São Paulo. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1954. 41 p. Catálogo de exposição, ago. 1954.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES- ICOMOS. *International charters for conservation and restoration*. Disponível em: <<http://www.international.icomos.org/charters/charters.pdf>>. Acesso em 26 out. 2010.

INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM; INTERNATIONAL COMMITTEE ON MUSEUM SECURITY. *Museum security and protection: a handbook for heritage institutions*. Londres: Routledge, 1993. 319 p.

INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM. *Handbook of standards: documenting african collections*. Paris, 1996. Disponível em: <http://www.museum.or.jp/icom/afridoc/>. Acesso em: 26 nov. 2010.

INTERNACIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM. *ICOM code of ethics for museums*. Paris, 2006. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Codes/code2006\\_eng.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code2006_eng.pdf)>. Acesso em: 26 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *Developments in museum and cultural heritage information standards*. Los Angeles: Getty Information Institute, 1995. Disponível em: <[http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc\\_site\\_2006\\_12\\_31/stand1.html#top](http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc_site_2006_12_31/stand1.html#top)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *Museum information standards*. Paris, 2006. Disponível em: <[http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc\\_site\\_2006\\_12\\_31/stand0.html](http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc_site_2006_12_31/stand0.html)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. Homepage. Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/home%28en%29%28E1%29.xml>>. Acesso em: 12 out. 2010

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *International guidelines for museum object information: the CIDOC information categories*. Paris, 1995. Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/guidelines1995.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *Labelling and marking objects*. Paris, 1994. (CIDOC Fact Sheet, 2). Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/FactSheet2%28en%29%28E1%29.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *Registration step by step: when an object enters the museum*. Paris, 1993. (CIDOC Fact Sheet, 1). Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/FactSheet1%28en%29%28E1%29.xml>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INTERNATIONAL COMMITTEE FOR DOCUMENTATION OF THE INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - CIDOC. *Statement of principles of museum documentation*. Version 6.0. Paris, 2007. Disponível em: <<http://cidoc.mediahost.org/principles6.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM. *ICOM Code of Ethics for Museums*. Disponível em: <[http://icom.museum/fileadmin/user\\_upload/pdf/Codes/code2006\\_eng.pdf](http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Codes/code2006_eng.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS - ICOM. *Object ID: an international standard for describing art*. Disponível em: <<http://nic.icom.org/object-id/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES - ICOMOS. *Convention of San Salvador: Convention on the protection of the archeological, historical, and artistic heritage of the American nations*. June 16, 1976. Disponível em: <<http://www.iicc.org.cn/Info.aspx?ModelId=1&Id=401>>. Acesso em 26 out. 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES - ICOMOS. *Principles for the recording of monuments, buildings and sites for groups*. Text ratified by the 11th ICOMOS General Assembly. Sofia, out. 1996. Disponível em: <[http://www.international.icomos.org/charters/recording\\_e.htm](http://www.international.icomos.org/charters/recording_e.htm)>. Acesso em 26 out. 2010.

INVENTÁRIO. In: FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2 ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. p. 964.

INVENTÁRIO. In: HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=invent%Elrio&styp=k>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos*. 2. ed. 5. tir. Curitiba: Juruá, 2007, 96 p.

JOKILEHTO, Jukka. *A history of architectural conservation: the contribution of English, French, German and Italian thought towards an international approach to the conservation of cultural property*. 1986. Thesis (Doctor of Philosophy) – Institute of Advanced Architectural Studies, The University of York, York, 1986. Disponível em: <[http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM\\_05\\_HistoryofConservation00\\_en.pdf](http://www.iccrom.org/pdf/ICCROM_05_HistoryofConservation00_en.pdf)>. Acesso em: 28 set. 2010.

JULIÃO, Letícia. Colecionismo Mineiro. In: COLECIONISMO Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus; Associação dos Amigos do Museu Mineiro, 2002. p. 19-79 . Catálogo de exposição, Museu Mineiro.

JULIÃO, Letícia. *Enredos museais e intrigas da nacionalidade: museus e identidade nacional no Brasil*. 2008. 271 f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

JUSTICIA, Maria José Martínez. La simplificación del Árbol de Jesé y otros temas genealógicos marianos en la escultura granadina. *Revista Virtual de la Fundación Universitaria Española. Cuadernos de Arte e Iconografía*, Madrid, tomo II, n. 4, 1989. Disponível em: <<http://www.fuesp.com/revistas/pag/cai0402.html>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

JUSTINIANO, Fátima. São Miguel Arcanjo. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, set. 1997.

KLÜPPEL, Griselda Pinheiro; HERNANDEZ, María Hermínia Oliveira; GOMES, Ana Vitória M. de S. Identificação, documentação, armazenamento e gestão do acervo na reserva técnica do Museu de Arte Sacra da UFBA. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS - ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 261-267. 1 CD-ROM.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Da carta de restauro de Atenas à carta de Veneza. In: \_\_\_\_\_. *Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo: reflexões sobre sua preservação*. Cotia: Ateliê Editorial, 1998. p. 198-207.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e ética na conservação e na restauração de monumentos históricos. *Revista CPC*. São Paulo, v.1, n.1, nov. 2005 / abr. 2006. ISSN: 1980-4466.

Disponível em:

<[http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07\\_revista\\_interna.php?id\\_revista=2&tipo=5&id\\_contudo=6](http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=2&tipo=5&id_contudo=6)>. Acesso em: 28 set. 2010.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Os restauradores e o pensamento de Camillo Boito sobre a restauração. In: BOITO, Camillo. *Os restauradores: conferência feita na Exposição de Turim*

em 7 de junho de 1884. Tradução de Paulo Mugayar Kühl; Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2002. (Artes & Ofícios, 3). p. 9-28.

LEBLANC, François; EPPICH, Rand. Documenting our past for the future. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 20, n. 3, p.5-9, 2005. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20\\_3/](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/20_3/)>. Acesso em: 4 ago. 2008.

LEMOS, Carlos A. C. *A imaginária paulista*. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 1999. Catálogo de Exposição, 15 dez. 1999 - 13 fev. 2000, Pinacoteca do Estado, São Paulo.

LEMOS, Carlos A. C. *Escultura colonial brasileira*. Rio de Janeiro: Kosmos, 1979. 205 p.

LETELLIER, Robin; SCHMID, Werner; LEBLANC, François. *Recording documentation, and information management for the conservation of heritage places: guiding principles*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2007. 151 p. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf\\_publications/guiding\\_principles.pdf](http://www.getty.edu/conservation/publications/pdf_publications/guiding_principles.pdf)>. Acesso em: 7 nov. 2010.

LORÊDO, Wanda Martins. *Iconografia religiosa: dicionário prático de identificação*. Rio de Janeiro: Pluri Edições, 2002. 397 p.

LUSO, Eduarda; LOURENÇO, Paulo B.; ALMEIDA, Manuela. Breve histórico da conservação e do restauro. *Revista Engenharia Civil*, Guimarães, n. 20, Maio 2004. Disponível em: <<http://www.civil.uminho.pt/cec/revista/Num20/Pag%2031-44.pdf>>. Acesso em: 15 mai. 2008.

MACARRÓN MIGUEL, Ana Maria; GONZÁLEZ MOZO, Ana. *La conservación y la restauración en el siglo XX*. 2. ed. Madrid: Tecnos; Alianza, 2004, 232 p. (Colección Neometrópolis).

MAIA, Marilene Corrêa. *A importância dos inventários na preservação de coleções de museus*. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

MAIA, Pedro Moacir (Ed.). *Museu de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia*. São Paulo: Banco Safra, 1987, 295 p.

MARÉS, Carlos Frederico. A proteção jurídica dos bens culturais. *Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política*, São Paulo, n.2, p. 19-35, jan./mar. 1993 *apud* MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11164>>. Acesso em: 28 out. 2010.

MARINO, João. *Iconografia de Nossa Senhora e dos santos*. São Paulo: Banco Safra, 1996. 152 p.

MARQUES, Lúcia. *Metodologia para o cadastramento de escultura sacra - imaginária*. Salvador: Contemp, 1982. 35 p.

MARTINEZ JUSTICIA, Maria José; SANCHEZ-MESA MARTINEZ, Domingo; SANCHEZ MARTINEZ, Leonardo. *Historia y teoria de la conservación y restauración artística*. Tecnos: Madrid, 2000, 464 p.

MATERO, Frank. Ethics and policy in conservation. *The Getty Conservation Institute Newsletter*, Los Angeles, v. 15, n. 1, p. 5-8, 2000. Disponível em: <[http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14\\_2/](http://www.getty.edu/conservation/publications/newsletters/14_2/)>. Acesso em: 4 ago. 2008.

MATTOS, Maria Regina Pontin de. *Inventário como forma de conhecimento e de proteção ao patrimônio cultural*. Conferência proferida no I Seminário Internacional de Arte Sacra, Rio de Janeiro, 15 set. 2010.

MCKENNA, Gordon; PATSATZI, Efthymia (Ed.). *Spectrum: the UK museum documentation standard. version 3.2*. Cambridge: Collections Trust, 2009. Disponível em: <<http://www.collectionstrust.org.uk/spectrum>>. Acesso em: 28 out. 2010.

MEGALE, Nilza Botelho. *Invocações da Virgem Maria no Brasil: história, iconografia, folclore*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008, 480 p.

MEGALE, Nilza Botelho. *Santos do povo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002, 200 p.

MENDES, Marylka *et al.* (orgs.). *Conservação: conceitos e práticas*. Tradução de Vera L. Ribeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. 336 p.

MENDONÇA, Valéria de. A documentação de conservação e restauro: ética e responsabilidade profissional. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS - ABRACOR, 13., 2009, Porto Alegre. *Anais...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 339-340. 1 CD-ROM.

MICELI, Sérgio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Rio de Janeiro, SPHAN/MinC, 1987. n.22. p. 44-47.

MINAS GERAIS. Constituição (1989). *Constituição do Estado de Minas Gerais*. 13. ed. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 2011. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/downloads/ConstituicaoEstadual.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011.

MINAS GERAIS. Governo do Estado. Minas on-line. Secretaria de Estado de Cultura. Superintendência de Museus. *Dúvidas mais frequentes: o que é um inventário?* Disponível em: <<http://www.cultura.mg.gov.br/?task=interna&sec=3&con=368>>. Acesso em: 14 fev. 2011.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Cultura. Superintendência de Museus. *Caderno de diretrizes museológicas 1*. Belo Horizonte, 2000. 148 p.

MIRABILE, Antonio. *Proteção e rastreamento do patrimônio cultural*. Tradução Thais Helena de Almeida Slaibi. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2006. Disponível em: <[http://www.abracor.com.br/novosite/txt\\_tecnicos/mirabile\\_marcacao\\_vademecum\\_br.pdf](http://www.abracor.com.br/novosite/txt_tecnicos/mirabile_marcacao_vademecum_br.pdf)>. Acesso em: 10 abr. 2011.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. O inventário como instrumento constitucional de proteção ao patrimônio cultural brasileiro. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 13, n. 1754, 20 abr. 2008. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/11164>>. Acesso em: 28 out. 2010.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. *Tutela do patrimônio cultural brasileiro: doutrina, jurisprudência, legislação*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. 504 p.

MORGAN, Tom. *Saints: a visual almanac of the virtuous, pure, praiseworthy, and good*. São Francisco: Chronicle Books, 1994. 176 p.

MOUTINHO, Stella Rodrigo Octavio; PRADO, Rubia Braz Bueno do; LONDRES, Ruth Rodrigo Octavio. *Dicionário de artes decorativas e decoração de interiores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. 432 p.

MUSEU da Inconfidência. São Paulo: Banco Safra, 1995, 351 p.

MUSEU de Arte Sacra da Universidade Federal da Bahia. *Convento de Santa Tereza: museu de arte sacra da Universidade Federal da Bahia*. Rio de Janeiro: Agir, 1972. 120p.

MUSEU de Arte Sacra: Catálogo. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2001. 59 p.

MUSEU de arte sacra: imaginária séc. XVI e XVII. São Paulo: Empório de Produções e Comunicação, 2002. 72p.

MUSEU de arte sacra: imaginária séc. XVIII. São Paulo: Empório de Produções e Comunicação, 2002. 84 p.

MUSEU do Diamante: catálogo. S.l.: Ministério da Cultura, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, s.d. 59 p.

MUSEU Mineiro: coleção de arte sacra. Belo Horizonte: Superintendência de Museus do Estado de Minas Gerais, 1994, 92 p.

MUSEUM COMPUTER NETWORK - MCN. Disponível em: <<http://www.mcn.edu/>>. Acesso em: 02 maio 2011.

MUSEUM. Museums and computers. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization - UNESCO, v. XXX, n. 3/4, 1978. ISSN: 0027-3996. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011

MUSEUMS, Archives and Libraries Council. *Conservação de coleções*. Tradução de Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP/Fundação Vitae, 2005, 224 p. (Museologia. Roteiros Práticos, 9).

MUSEUMS, Archives and Libraries Council. *Parâmetros para conservação de acervos*. Tradução de Maurício O. Santos e Patrícia Souza. São Paulo: EDUSP/Fundação Vitae, 2004, 154 p. (Museologia. Roteiros Práticos, 5).

NEMER, José Alberto. *A mão devota: santinhos populares das Minas Gerais nos séculos 18 e 19*. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2008, 368 p.

NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. Inventário e patrimônio cultural no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 257-268, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v26n2/a13v26n2.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

NOVAL, Blanca. *Manual para la elaboración de una ficha de identificación de un bien cultural*. México: CONACULTA-INAH, [2010]. Disponível em:

<[http://documentos.ilam.org/ILAMDOC/patrimonio/manualficha\\_ident.pdf](http://documentos.ilam.org/ILAMDOC/patrimonio/manualficha_ident.pdf)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

OBJETOS da Fé: oratórios brasileiros: coleção Angela Gutierrez. 4. ed. s. ed.: s. l., 1994, 71 p.

OLCINA, Paulette. Perspectives. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 218-220, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de (org); SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos; SANTOS, Antonio Fernando Batista dos. *O Aleijadinho e sua oficina*: catálogo das esculturas devocionais. São Paulo: Capivara, 2002.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A Escola mineira de imaginária e suas particularidades. In: COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e Arte*: imaginária religiosa em Minas Gerais. São Paulo: Edusp, 2005, p. 15-26.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. A imagem religiosa no Brasil. In: *Arte Barroca*. Mostra do Redescobrimento: Brasil 500 anos. São Paulo: Associação Brasil 500 Anos Artes Visuais, 2000, 264 p. Catálogo de exposição, 23 abr. - 7 set. 2000, Parque do Ibirapuera, São Paulo.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *Diretrizes para o estudo da escultura religiosa no período colonial*. Manuscrito.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Escultura colonial brasileira: um estudo preliminar. *Barroco*, Belo Horizonte, n. 13, p. 7-32, 1984-1985.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. *O rococó religioso no Brasil e seus antecedentes europeus*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, 352 p.

OLIVEIRA, Myriam Andrade Ribeiro de. Sant'Ana na imaginária sacra brasileira. In: GUTIERREZ, Angela (org.). *O livro de Sant'Ana*: coleção Angela Gutierrez. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2001, p. 8-19.

OLIVEIRA, Rogério Pinto Dias de. O equilíbrio em Camillo Boito. *Resenhas Online*, São Paulo, 086.01, ano 08, fev. 2009. ISSN 2175-6694. Disponível em: Vitruvius <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/08.086/3049>>. Acesso em: 27 set. 2010.

PANISSET, Ana Martins. *Santo Antônio Santo de Casa*: identificação, análise e estudos para conservação de imaginária brasileira. São Paulo: FAAP, 2007. Trabalho de Graduação Interdisciplinar (Curso de Bacharelado em Educação Artística, Habilitação em Artes Plásticas) - Faculdade de Artes Plásticas, Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, 2007.

PANOFISKY, Erwin. Iconografia e iconologia: uma introdução ao estudo da arte na Renascença. In: \_\_\_\_\_. *Significado nas Artes Visuais*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1979, p. 47-87. (Debates Arte, 99).

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Coordenação do Sistema Estadual de Museus - COSEM. *Princípios básicos da museologia*. Curitiba, 2006. 100 p. Disponível em:

<[http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/p\\_museologia.pdf](http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/p_museologia.pdf)>. Acesso em 23 abr. 2011.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Cultura – SEEC. Coordenação do Sistema Estadual de Museus - COSEM. *Ficha de inventário da Coordenação do Sistema Estadual de Museus – Cosem do Estado do Paraná*. Disponível em:

<[http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/ficha\\_cat.pdf](http://www.cosem.cultura.pr.gov.br/arquivos/File/downloads/ficha_cat.pdf)>. Acesso em 23 abr. 2011.

PEARCE, Susan M. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington D.C.: Smithsonian Institution Press, 1993. 296 p.

PEARCE, Susan M. The urge to collect. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. New York: Routledge, 2001. p.157-159. i

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: ENCICLOPÉDIA Einaudi. *1. Memória-História*. Tradução Suzana Ferreira Borges. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997. v. 1. p. 51-86.

POMIAN, Krzysztof. The collection: between the visible and the invisible. In: PEARCE, Susan M. (Ed.). *Interpreting objects and collections*. New York: Routledge, 2001. p. 160-174.

PONTIFÍCIA COMISSÃO PARA OS BENS CULTURAIS DA IGREJA. *Carta circular Necessidade e urgência da inventariação e catalogação do patrimônio cultural da igreja*. Cidade do vaticano: 1999. 64 p.

PORTAL do patrimônio cultural. Homepage. Disponível em:

<<http://www.portaldopatrimoniocultural.com.br/site/home/index.php>>. Acesso em 26 mar. 2010.

PORTUGAL. Comissão Episcopal da Cultura, Bens Culturais da Igreja e Comunicações Sociais. Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja Bens Culturais da Igreja. Homepage. Disponível em: <<http://www.bensculturais.com/>>. Acesso em: 10 abr. 2011.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Instituto dos Museus e da Conservação Portugal. Homepage. Disponível em: <<http://www.ipmuseus.pt/pt-PT/Default.aspx>>. Acesso em 26 mar. 2011.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus. *Normas de Inventário: escultura*. 2. ed. rev. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2004. 176 p. (Artes plásticas e artes decorativas). Disponível em:

<[http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes\\_online/Normas\\_Inventario/Escultura%20%20Artes%20Pl%C3%A1sticas%20e%20Artes%20Decorativas.zip](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes_online/Normas_Inventario/Escultura%20%20Artes%20Pl%C3%A1sticas%20e%20Artes%20Decorativas.zip)>. Acesso em 26 mar. 2011.

PORTUGAL. Ministério da Cultura. Instituto Português de Museus. *Normas de Inventário: normas gerais de artes plásticas e artes decorativas*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2000. 97 p. Disponível em:

<[http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes\\_online/Normas\\_Inventario/Normas%20Gerais\\_Artes%20Pl%C3%A1sticas%20e%20Artes%20Decorativas.zip](http://www.ipmuseus.pt/Data/Documents/Recursos/Publica%C3%A7oes/Edicoes_online/Normas_Inventario/Normas%20Gerais_Artes%20Pl%C3%A1sticas%20e%20Artes%20Decorativas.zip)>. Acesso em 26 mar. 2011.

PRICE, Nicholas Stanley; TALLEY JR., M. Kirby; VACCARO, Alessandra Melucco (ed.). *Historical and Philosophical Issues in the Conservation of Cultural Heritage*. Los Angeles: The Getty Conservation Institute. 500 p. (Readings in Conservation).

QUITES, Maria Regina Emery. *Imagem de vestir: revisão de conceitos através do estudo comparativo entre as Ordens Terceiras Franciscanas do Brasil*. Campinas: UNICAMP, 2006. Tese (Doutorado em História da Arte) - Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas/IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2006.

QUITES, Maria Regina Emery. Imaginária processional: classificação e tipos de articulações. *Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n. 1, p., 2001.

RE-ORG. *Glossary*. Disponível em: <<http://www.re-org.info/en/a-to-d>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

RÉAU, Louis. Iconografia da arte cristã. In: *A pintura textos essenciais: descrição e interpretação*. v. 8. São Paulo: Editora 34, 2005, p. 66 - 82.

RÉAU, Louis. *Iconografía del arte cristiano*. Madrid: Serbal, 2000, 6. v. (Cultura Artística). Título original: *Iconographie de l'Art Chrétien*.

RHEIMS, Maurice. *La vie étrange des objets: histoire de la curiosité*. Paris: Librairie Plon, 1959 *apud* RIBEIRO.

RIBEIRO, Emanuela Souza; SILVA, Lucineide Leôncio da. *Políticas de preservação de bens móveis e integrados: o Inventário Nacional de Bens Móveis Integrados de Pernambuco*. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CONSERVADORES E RESTAURADORES DE BENS CULTURAIS - ABRACOR, 12., 2006, Fortaleza. *Anais...* Rio de Janeiro: ABRACOR, 2009. p. 115-119. 1 CD-ROM.

RIBEIRO, Maria Izabel Meirelles Reis Branco. *O museu doméstico: São Paulo 1890-1920*. São Paulo: USP, 1992. Dissertação (Mestrado em Artes) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992. 276 f.

ROBERTS, Andrew. Inventories and documentation. In: BOYLAN, Patrick J. (Ed.). *Running a museum: a practical handbook*. UNESCO; ICOM: Paris, 2007. p. 31-50. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001410/141067e.pdf>>. Acesso em: 7 nov. 2010.

ROCHA, Silvia Regina da Mota. *Construção e análise do Inventário do Patrimônio Religioso Paraibano: informação como representação social*. João Pessoa: UFPB, 2011. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011. Disponível em: <<http://dci2.ccsa.ufpb.br:8080/jspui/bitstream/123456789/666/1/DISSERTA%20%87%20%83O%20%28Formatada%29%20ap%20%b3s%20defesa.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2011.

RODRIGUES, Francisco de Assis. *Diccionario tecnico e historico de pintura, esculptura, architectura e gravura*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. Disponível em: <<http://purl.pt/977/3/>>. Acesso em: 11 maio 2007.

ROIG, Juan Ferrando. *Iconografía de los santos*. Barcelona: Omega, 1950. 302 p.

RUSKIN, John. *A lâmpada da memória*. Tradução de Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia: Ateliê Editorial, 2008, 88 p. (Artes & Ofícios, 7).

SÁ, Luiz Fernando Ferreira. *Arte Sacra*. Disponível em: <<http://lucca30.wordpress.com/>>. Acesso em 26 mar. 2010

SALES, Franklin de. Museus Históricos. *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 4 de março de 1942, p. 3 *apud* JULIÃO, Leticia. Coleccionismo Mineiro. In: COLECCIONISMO Mineiro. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura, Superintendência de Museus; Associação dos Amigos do Museu Mineiro, 2002. p. 19-79 . Catálogo de exposição, Museu Mineiro.

SANTA MARIA, Agostinho de, Frei. *Santuário Mariano, e historia das imagens milagrosas de Nossa Senhora*: tomo decimo, e ultimo. Rio de Janeiro: INEPAC, 2007. 336 p. (1. ed.: Lisboa, 1723).

SANTO de Casa: coleção Marcia de Moura Castro. Belo Horizonte, 2006. Catálogo de exposição, 12 - 30 jul. 2006, Galeria de Arte Copasa, Belo Horizonte.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Aspectos da imaginária luso-brasileira em Minas Gerais. *Imagem Brasileira*, Belo Horizonte, n. 1, p. 63-79, 2001.

SANTOS FILHO, Olinto Rodrigues dos. Características específicas e escultores identificados. In: COELHO, Beatriz (org.). *Devoção e Arte: imaginária religiosa em Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2005, p. 123-150.

SANTOS HOMENS. Belo Horizonte: Museu Mineiro, ago. 1987. Catálogo de exposição.

SANTOS, Padre Antonio Queiroz dos. *Descrição histórica da Imagem de Nossa Senhora Aparecida*. Disponível em: <<http://www.santuaronacional.com/santuario/index.php?S=18&C=16>>. Acesso em: 6 dez. 2008.

SCHENONE, Héctor H. *Iconografía del arte colonial: los santos*. Buenos Aires: Fundación Tarea, 1992, 2. v.

SERRA, João Bonifácio. *O Conselho da Europa e o inventário*. Disponível em: <<http://www.cidadeimaginaria.org/>> Acesso em: 27 mar. 2011.

SHER, Jakob A. The use of computer in museums: present situation and problems. *Museum*. Paris, v. XXX, n. 3/4, p. 132-138, 1978. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001272/127275eo.pdf#34327>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

SILVA NIGRA, Dom Clemente da. Escultura colonial no Brasil. In: *Museu de Arte Sacra – Mosteiro da Luz*. São Paulo: Artes, 1987. 160 p.

SMITHSONIAN AMERICAN ART MUSEUM. *Collection documentation*. Disponível em: <<http://americanart.si.edu/research/tools/art/care/index.cfm>>. Acesso em: 28 nov. 2010

SOUZA, Luiz Antônio Cruz. A importância da conservação preventiva. *Revista Biblioteca Mário de Andrade*, n. 52, p. 87-93. 1994.

SOUZA, Maria Beatriz de Mello e. Iconografia das imagens de Sant'Ana. In: GUTIERREZ, Angela (org.). *O livro de Sant'Ana*: coleção Angela Gutierrez. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez, 2001, p. 21-31.

SOUZA, Maria Beatriz de Mello. Iconografia: a Imaculada Conceição. *Boletim do CEIB*, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, mar. 1996. p. 1-2.

STORTI, Davide. *CDS/ISIS*: information storage and retrieval system. Paris: UNESCO, 2001. Disponível em:  
<[http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Isis\\_Tutorial2.ppt](http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Isis_Tutorial2.ppt)>.  
Acesso em: 17 abr. 2011.

TAVARES, Jorge Campos. *Dicionário de santos*: hagiológico, iconográfico de atributos, de artes e profissões, de padroados, de compositores, de música religiosa. 3. ed. Porto: Lello & Irmão, 2001, 302 p.

TEIXEIRA, Miriam Prado. *Glossário poliglota da talha e da imaginária do Brasil colonial*. 1995. 97 f. Monografia (Especialização em Cultura e Arte Barroca) - Curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Nível de (Especialização em Cultura e Arte Barroca, Instituto de Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro Preto, 1995.

THE GETTY CONSERVATION INSTITUTE. Homepage. Disponível em:  
<<http://www.getty.edu/conservation/>>. Acesso em: 13 jun. 2007.

THE GETTY RESEARCH INSTITUTE. Homepage. Disponível em:  
<<http://www.getty.edu/research/>>. Acesso em: 18 jun. 2010.

THORNES, Robin; BOLD, John (Ed.). *Documenting the cultural heritage*. Los Angeles: Getty Information Institute, 1998. Disponível em: <<http://nic.icom.org/object-id/heritage/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

THORNES, Robin; DORRELL, Peter, LIE, Henry. *Introduction to Object ID*: guidelines for making records that describe art, antiques, and antiquities. Los Angeles: Getty Information Institute, 1999. Disponível em: <[http://nic.icom.org/object-id/guide/guide\\_index.html](http://nic.icom.org/object-id/guide/guide_index.html)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

THORNES, Robin. *Protecting cultural objects in the global information society*: the making of Object ID. Los Angeles: Getty Information Institute, 1997. Disponível em:  
<<http://nic.icom.org/object-id/final/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

THORNES, Robin. Protecting cultural objects through documentation standards. *CIDOC Newsletter*. Paris, v. 7, ago. 1996. ISSN: 2077-7531. Disponível em:  
<[http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc\\_site\\_2006\\_12\\_31/arte10.html](http://cidoc.mediahost.org/archive/cidoc_site_2006_12_31/arte10.html)>. Acesso em: 17 nov. 2010.

THORNES, Robin. *Protecting cultural objects*: a preliminary survey. Los Angeles: Getty Art History Information Program, 1995. Disponível em: <<http://nic.icom.org/object-id/prelim/index.html>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (org.). *História geral da arte no Brasil*. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles; Fundação Djalma Guimarães, 1983, 2v. p. 90-319.

TRADIÇÃO e Ruptura: síntese de arte e cultura brasileiras. São Paulo: Banco do Comercio e Industria de São Paulo S.A., 1984. 308 p. Catálogo de exposição, nov. 1984 – jan. 1985, Fundação Bienal de São Paulo, São Paulo.

UNESCO; ICCROM; ICOMOS. *Documento de Nara sobre a autenticidade*. Tradução de António de Borja Araújo. 06 de novembro de 1994. Disponível em: <<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/documento-de-nara-sobre-a-autenticidade.pdf>>. Acesso em 26 out. 2010.

UNITED KINGDOM METROPOLITAN POLICE. *Object description form*. Disponível em: <[http://www.met.police.uk/crimeprevention/crimes/object\\_description\\_form.pdf](http://www.met.police.uk/crimeprevention/crimes/object_description_form.pdf)>. Acesso em: 12 mar. 2011.

UNITED KINGDOM METROPOLITAN POLICE. *Protect your art and antiques*. Disponível em: <<http://www.met.police.uk/crimeprevention/art.htm>>. Acesso em: 12 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. International Standards Section, Division of Cultural Heritage. *Legal and practical measures against illicit trafficking in cultural property*: UNESCO Handbook. Paris, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001461/146118e.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Homepage. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/>>. Acesso em: 19 Out. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Documentation of artefacts' collections*. Paris, 2007. (Cultural Heritage Protection Handbook 3). Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001514/151447e.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Meeting of experts on the modern methods of inventory of movable cultural property*: final report. Paris: UNESCO, 1976. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0002/000212/021212EB.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Why are museum documentation and inventories so important in dealing with emergency situations?* Paris, 2011. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=41599&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=41599&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em: 24 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*: Paris, 17 de outubro de 2003. Paris, 2006. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. International Centre for the Study of the Preservation and

Restoration of Cultural Heritage – ICCROM. *RE-ORG*. Disponível em: <<http://www.re-org.info/en>>. Acesso em: 24 mar. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Convenção relativa às medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades ilícitas dos bens culturais*: Paris, 12-14 de novembro de 1970. Brasília: Senado Federal, 1972. Disponível em:<<http://unesdoc.unesco.org/images/0016/001606/160638por.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Information Society Division. Sector of Communication and Information. *The CDS-ISIS formatting language made easy*. Disponível em: <[http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Basic\\_Formatting\\_language.pdf](http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Basic_Formatting_language.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Information Society Division. Sector of Communication and Information. *CDS/ISIS for Windows*: reference manual (version 1.5). 2. rev. Paris, 2008. Disponível em: <<http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/WINISIS15rev.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. Information Society Division. Sector of Communication and Information. *How to configure pick-lists in Winisis data entry*. Disponível em: <[http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Basic\\_Formatting\\_language.pdf](http://www.unesco.org/isis/files/winisis/windows/doc/english/Basic_Formatting_language.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2011.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *CDS/ISIS database software*: CDS/ISIS for Windows. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL\\_ID=5330&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/ci/en/ev.php-URL_ID=5330&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em 18 dez. 2010.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION - UNESCO. *Recommendation for the protection of movable cultural property*. Paris, 28 November 1978. Disponível em: <[http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL\\_ID=13137&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=13137&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)>. Acesso em:

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP. Comissão do Patrimônio Cultural. *Bibliografia sobre museus e museologia*. 2. ed. rev. amp. São Paulo, 1997. 183 p.

VARAZZE, Jacopo de. *Legenda áurea*: vidas de santos. Tradução de Hilário Franco Júnior. São Paulo: Companhia da Letras, 2006, 1040 p.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. *Restauração*. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. Cotia: Ateliê Editorial, 2000. 76 p. (Artes&Ofícios, 1).

VISUAL RESOURCES ASSOCIATION. *Cataloging cultural objects*: a guide to describing cultural works and their images (CCO). Disponível em: <<http://www.vraweb.org/ccoweb/cco/intro.html>>. Acesso em: 11 mar. 2011

VISUAL RESOURCES ASSOCIATION. *VRA Core*: a data standard for the description of images and works of art and culture. Disponível em: <<http://www.loc.gov/standards/vracore/>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

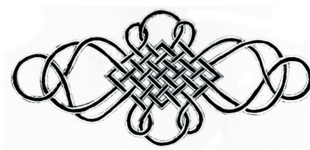
VOLPATO, Tico. *Como fotografar origami*. Blog Desdobrei. 22 jun. 2009. Disponível em: <<http://desdobrei.blogspot.com/2009/06/como-fotografar-origami.html>>. Acesso em: 02 jun. 2011.

WALCH, Victoria Irons *et al.* Report of the Working Group on Standards for Archival Description. *American Archivist*, Chicago, v. 52, n. 4, p. 440-461, Fall 1989. ISSN: 0360-9081. Disponível em: <<http://archivists.metapress.com/content/qn551513671v1517/fulltext.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2010.

WALLER, Robert; CATO, Paisley S. *Dissociation*. Disponível em: <http://www.cci-icc.gc.ca/crc/articles/mcpm/chap03-eng.aspx> Acesso em: 20 maio 2011.

WALLER, Robert. Comprehensive risk assessment: applying the Cultural Property Risk Analysis Model to the Canadian Museum of Nature. In: LINKOV, Igor; FERGUSON, Elizabeth; MAGAR, Victor S. *Real-time and deliberative decision making*. Heidelberg: Springer, 2008. p.179-190.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. *Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista*. Marília: UNESP, 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.



# APÊNDICES

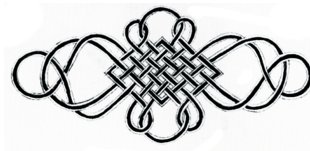
Manual de preenchimento do inventário:  
Acervo Marcia de Moura Castro - Esculturas religiosas

---

## Prefácio

Um manual de preenchimento e procedimentos é composto por uma série de instruções claras com o objetivo de padronizar o registro de informações sobre um acervo. Todo acervo inventariado deve ter um Manual de Preenchimento de Inventário para orientar o trabalho da documentação. Esse manual irá definir as práticas de documentação e procedimentos para que as informações sejam consistentes e contínuas. O manual deve ser revisado e atualizado regularmente, assim com o próprio inventário.

Os procedimentos de preenchimento e marcação de identificação de objetos, aqui propostos, foram desenvolvidos a partir de diversos documentos de instituições museológicas e de conservação de bens culturais<sup>1</sup>. Os critérios metodológicos são diferenciados para cada tipologia de bem. Aqui anunciamos os critérios metodológicos para esculturas religiosas.



---

<sup>1</sup> CANADIAN CONSERVATION INSTITUTE ([2010]); CIDOC/ICOM (1994); Collections Trust (2008); IPHAN (2000); UNESCO/ICCROM/EPA (2010); UNESCO/ICOM (2007).

## Sumário

1. Metodologia do inventário.....	124
2. Metodologia para marcação de esculturas religiosas.....	127
3. Metodologia para documentação fotográfica.....	132
4. Regras gerais de preenchimento e numeração.....	141
5. Iconografias presentes na coleção.....	143
6. Roteiro para descrição de esculturas religiosas.....	157
7. Lista autorizada de termos.....	163
8. Lista de campos da ficha de inventário.....	168
9. Banco de dados: especificações técnicas.....	170
10. Cuidados com a coleção.....	187
11. Glossário.....	188

## Metodologia para o inventário

Para a implantação do inventário, é necessário seguir uma metodologia sistematizada, com parâmetros e procedimentos criteriosos para o registro das informações sobre o acervo.

O primeiro passo para o processo de inventário é o conhecimento geral do acervo a ser inventariado. É necessário fazer um levantamento da quantidade de esculturas e a sua localização. Em seguida, deve-se fazer um levantamento documental e entrevistas com o colecionador, para obter informações que não estão registradas, procurando levantar o histórico e origem da aquisição das peças.

Sugerimos que as fotografias sejam realizadas concomitantes à identificação da peça, para evitar manipulação excessiva e colaborar para a correta numeração. Visando a facilitar o processo fotográfico, devemos agrupar os objetos por tamanho e tons.

Para cada objeto, deve ser preenchida uma ficha individualizada. O registro deve ser feito em numeração sequencial.

Antes de iniciar os procedimentos de registro, deve-se fazer uma leve higienização das peças, caso necessário. Para a limpeza, utilizar uma trincha macia e seca. Jamais utilizar pano úmido para essa finalidade.

Após o reconhecimento do acervo, agrupamento das esculturas e higienização das peças, deve-se prosseguir com as seguintes etapas:

- Iniciar preenchimento da ficha com atribuição de número de inventário e identificação do objeto;
- Fotografar a peça, conforme as instruções (p.132), em todas as posições recomendadas e com o número de inventário;
- Marcação da peça de acordo com as instruções (p.127). A marcação nesta fase é de extrema importância, pois assegura a correta identificação do objeto e evita que seja registrado repetidamente;
- Proceder com a medição (p. 126), pesagem e identificação de material, técnica, marcas e inscrições, e demais campos de preenchimento;
- Preencher a ficha da forma mais completa possível;

- Proceder com o acondicionamento, organização e registro de dados da documentação fotográfica e dos documentos textuais relacionados ao objeto;
- Revisar a ficha e complementar a descrição (caso não tenha feito anteriormente). A descrição do objeto pode ser feita através das fotografias, não havendo necessidade de procedê-la ao fazer o inventário;
- Cadastrar cada ficha no banco de dados e arquivá-la anexa aos demais documentos;
- Imprimir uma cópia do registro completo para guarda;
- Realizar o *back-up* do banco de dados conforme instruções;
- Desenvolver plano de revisão periódica e atualização do sistema de documentação utilizado.

Deve-se proceder com o registro de cada nova peça no momento em que for incorporada ao acervo.

O banco de dados deve ser conservado em um local seguro, deve ser feito um *back-up*, sendo que pelo menos uma cópia deve ser armazenada em outra localização. É interessante que se faça também uma cópia impressa do primeiro registro de inventário realizado.

"O ideal é que certos dados sobre os objetos sejam documentados concomitantemente à sua aquisição na coleção, evitando o risco de perdê-los. É o caso de informações relacionadas aos proprietários dos bens, origem, ao uso que os mesmos fizeram, entre outras" (CÂNDIDO, 2000, p.32).

O inventário deverá ser atualizado a cada saída do objeto, a cada tratamento de conservação-restauração e a cada modificação realizada no acervo. Deve-se também fazer uma revisão anual do inventário para identificar perdas, danos e necessidade de procedimentos de conservação-restauração.

## Manuseio

É muito importante que o manuseio dos objetos seja feito com extremo cuidado. O manuseio inadequado pode causar danos muitas vezes irreparáveis. As mãos devem estar limpas, preferencialmente com luvas, pois eventuais sujeiras e oleosidade da pele serão transferidas para o objeto, provocando oxidações e outras deteriorações. As esculturas devem ser

manuseadas pela base, com uma das mãos segurando firmemente o corpo da peça. Não devem jamais ser levantadas por suas partes mais delicadas.

## Medição

"Para a medição, recomenda-se o uso de trenas e paquímetros, réguas antropométricas e balanças, devendo evitar-se o uso de fitas métricas de madeira ou tecido" (CÂNDIDO, 2000, p. 55). Utiliza-se o sistema métrico decimal, nas unidades centímetros (cm) e gramas (g). Anotam-se sempre as referências máximas.

Se a base é parte integrante da obra, isto é, entalhada, fundida ou modelada juntamente com a escultura, inclua-a na medição da obra. Caso contrário, registre suas dimensões separadamente.

Os objetos tridimensionais devem ser medidos segundo sua posição habitual. Para os objetos com eixo vertical, registram-se as medidas: altura (medida perpendicular ao solo), largura (medida paralela, à frente) e profundidade (medida diagonal de profundidade), nessa ordem (FIG. 7). Para os objetos com plano horizontal: comprimento (a maior dimensão horizontal), largura (a menor dimensão horizontal) e altura (dimensão do eixo vertical).

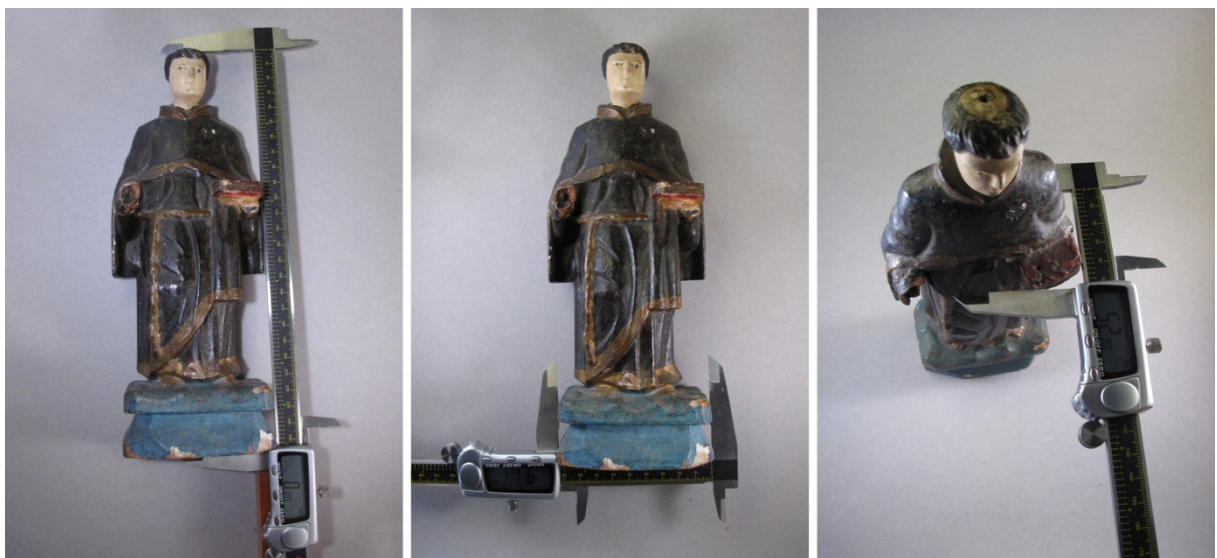


FIGURA 7- Medição de escultura com paquímetro: altura, largura e profundidade.

## Metodologia para marcação de esculturas religiosas

O número de inventário deve ser obrigatoriamente aplicado ou conectado à peça da maneira mais permanente possível – sem causar prejuízo ao objeto –, e de forma que seja rapidamente identificado. Os critérios metodológicos de marcação são diferenciados para cada tipologia de bem. Aqui anunciamos os critérios metodológicos para a marcação de esculturas religiosas.

A identificação e a marcação devem ser feitas assim que o objeto for incorporado ao acervo ou quando for estabelecido o inventário e sistema de documentação. A aplicação de números diretamente aos objetos tem sido a forma mais comum de assegurar a sua identidade única. A correta marcação dos objetos é fator primordial para evitar o risco de dissociação. O procedimento de conectar fisicamente o número de identificação ao objeto e aos demais documentos é considerado uma das ações primordiais de gerenciamento de riscos. Protocolos normatizados são importantes para o método de marcação e o material utilizado. As técnicas de aplicação de números já estão bem estabelecidas nos campos da conservação e museologia.

Para aumentar a segurança da conexão entre o objeto e sua documentação, recomenda-se incluir o número de inventário ao realizar fotografias do objeto (p. 137).

O método utilizado para marcação deve ser:

- Seguro: o método e os materiais devem ser inócuos para o objeto; não devem envolver riscos de danos permanentes, ao mesmo tempo em que garantam que o número não será facilmente retirado ou acidentalmente removido.
- Reversível: o método utilizado para a marcação deve ser de longa duração, porém sua reversibilidade a longo termo deve ser assegurada. A numeração deve ser possível de ser removida intencionalmente do objeto, com segurança e com o mínimo de vestígio possível;
- Discreto, porém visível: o método recomendado não deve comprometer a aparência do objeto nem ocultar algum detalhe importante. No entanto, o número deve estar visível o suficiente para reduzir a necessidade de manuseio do objeto.

## Posicionamento

É importante examinar os materiais e técnicas dos quais o objeto é feito, assim como sua estrutura e pontos fracos, a fim de encontrar o melhor posicionamento do número. As peças serão sempre marcadas em zonas acessíveis e estáveis, mas de modo a não interferir com a sua leitura formal e estética. Deve-se escolher um ponto da escultura menos visível, porém de fácil localização.

A fim de facilitar a identificação do número do inventário no objeto, a marcação deve ser posicionada, quando possível, no mesmo lugar em objetos da mesma tipologia. O método deve ser consistente para todo o acervo. Os números devem ser colocados em uma parte sólida que não será facilmente perdida ou desprendida, e onde não serão facilmente apagados com sucessivo manuseio.

Para a coleção de Santos de Casa – esculturas religiosas de pequeno porte –, acervo do qual está sendo feito este inventário, foi definido o seguinte posicionamento: numeração na base inferior das esculturas. Essa decisão foi tomada pelo fato de todas as esculturas do acervo serem leves e de fácil manipulação, e, em sua maioria, policromadas. Levamos em consideração questões de padronização, conservação e estéticas – as imagens estão todas sempre em exposição. Esse posicionamento não é aconselhável no caso de esculturas pesadas e de grande porte, pois provoca manuseio desnecessário do objeto e riscos de abrasão e perda do número.

### Recomendações:

- O número não deve ser escrito em superfície entalhada, policromada ou com qualquer outro tipo de ornamentação e/ou marcas;
- Objetos pesados e de grande dimensão devem ser numerados em locais onde a marca possa ser lida sem perigo e sem dificuldade;
- O número não deve ser localizado em áreas de atrito ou em partes que possam ser separadas do objeto;
- Quando um objeto é constituído por diversas partes destacáveis, o número de inventário deve ser aplicado a cada uma delas, seguindo a regra de numeração que adiciona uma letra minúscula sequencial após o número de inventário para cada uma das partes (Cf. p. 142).
- O número de inventário deverá também constar da embalagem da peça, sempre que esta exista.

## Materiais

Para higienização da área de aplicação da marcação:

- trincha macia

Para aplicação da base e camada de proteção<sup>2</sup>:

- resina acrílica sintética Paraloid® B72 20% em solvente – é a mais indicada, pois possui as melhores características de envelhecimento; é mais estável, tende a não ficar opaca; não sofre alteração de cor e continua solúvel ao longo do tempo;
- pincel para aplicação do verniz.

Para escrever o número de inventário:

- tinta nanquim preta para superfícies claras e tinta nanquim branca para superfícies escuras ( a tinta vermelha é considerada uma boa alternativa para ambos os casos);
- caneta para desenho em nanquim, penas e pincéis de ponta muito fina<sup>3</sup>, e/ou
- canetas descartáveis de tinta nanquim – *artist pen*.



FIGURA 8- Material utilizado para marcação. Tintas nanquim vermelha e branca, canetas descartáveis de tinta nanquim – *artist pen* e caneta para desenho em nanquim.

---

<sup>2</sup> Deve-se tomar muito cuidado com os tipos de materiais selecionados. Alguns vernizes, por exemplo, ao envelhecer se tornam opacos e amarelados, outros eliminam a tinta com sua aplicação e outros ainda são prejudiciais aos objetos.

<sup>3</sup> Para utilizar a caneta para desenho em nanquim é preciso tomar cuidado para não riscar a superfície e para não borrar a tinta. O pincel é mais suave, porém mais difícil de controlar.

É comum observarmos, por questões econômicas e de comodidade, a utilização de materiais não apropriados para uso arquivístico, como líquidos corretivos de texto (ex.: *LiquidPaper*®) para a escrita de números e uso de base incolor para unhas em lugar da resina acrílica. Esses produtos são originalmente destinados a fins muito diferentes, e não sabemos exatamente os danos que podem causar. São, portanto, totalmente inadequados.

## Metodologia

O objeto deve ser meticulosamente examinado sempre antes da marcação. Quando um número for escrito diretamente no objeto, deverá ser aplicado entre duas camadas de verniz. A primeira camada isola a tinta do objeto, prevenindo que se espalhe pelo material e o danifique, enquanto a camada superior protege o número. É fundamental que o número seja inscrito sem causar nenhum dano ao objeto. O tamanho dos números irá variar com o tamanho do objeto, mas devem ter a menor dimensão possível e deverão ser escritos de maneira clara e legível.

- Antes da aplicação da camada base de verniz, a posição escolhida deve ser higienizada de forma adequada para melhor aderência.
- Aplicar a resina acrílica em uma área ligeiramente maior que o tamanho do número a ser aplicado, em camadas sucessivas, de modo a torná-la impermeável, esperando a secagem entre cada aplicação.
- Depois de seca a base de resina, escrever o número de inventário utilizando material e cor indicados;
- Esperar a secagem do número e aplicar delicadamente uma última camada de resina.

Para superfícies porosas é importante colocar camadas suficientes para prevenir que a tinta penetre a superfície.

É necessário esperar que as camadas sequem entre cada aplicação. O mesmo para a tinta antes da camada final.

Para a aplicação das camadas de resina acrílica, devem-se tomar certas precauções em relação à segurança, como realizar o procedimento em área ventilada ou com o uso de máscaras, e com a utilização de luvas. Os materiais não devem apresentar riscos significativos à saúde se usados de acordo com as diretrizes recomendadas.

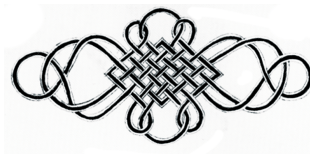
É importante que se faça um teste dos materiais e manuseio das ferramentas em um pedaço avulso de madeira antes da aplicação direta no objeto.

## Etiquetas

Em casos extremos, se um número não puder ser escrito diretamente no objeto devido a espaço insuficiente ou porque o material é muito absorvente ou frágil, deve-se utilizar uma etiqueta de papel com PH neutro e fio de algodão para anexá-la. O papel comum deteriora facilmente, podendo danificar o objeto. A etiqueta só deve ser utilizada em casos impossíveis de ser marcar diretamente na peça. Embora o uso de etiquetas seja um método menos invasivo para o objeto, a marcação direta do número é um processo mais confiável em termos de segurança.

Os métodos aqui descritos são os mais apropriados de acordo com diversas instituições museológicas e de gestão de bens culturais, porém é importante ressaltar que nenhum método pode ser considerado totalmente seguro. Quando houver dúvidas sobre o método correto, deve-se consultar um especialista conservador-restaurador.

Essa forma de marcação do objeto é para fins de identificação e para *link* do objeto à sua documentação, e não destinado como um dispositivo de segurança no caso de roubo.



## Metodologia para documentação fotográfica

A documentação fotográfica consiste das imagens do objeto que são utilizadas para identificação e pesquisa. As fotografias são particularmente importantes na recuperação de bens roubados ou desaparecidos, sem as quais pode ser impossível precisar a identificação do objeto e provar sua posse. São especialmente úteis também para registrar a condição de um objeto em um determinado momento, para que futuras comparações possam ser feitas como um diagnóstico do estado de conservação do bem. As fotografias diminuem a necessidade de manipulação do objeto, pois fotografias claras e precisas podem ser utilizadas para pesquisa e descrição das peças.

Para que uma imagem seja realmente consistente em termos de identificação, é necessário garantir sua clareza, iluminação e ponto de vista do fotógrafo.

Os objetos devem ser fotografados sempre que:

- forem incorporados ao acervo;
- ao se fazer processo de inventário;
- ao documentar intervenções;
- ao documentar o estado de conservação;
- ao se fazer um empréstimo e após a devolução.

Neste modelo de inventário, optamos por utilizar a câmera digital para registrar as esculturas. A fotografia digital de alta qualidade é, hoje em dia, um recurso bastante acessível. As imagens digitais são armazenadas no banco de dados para visualização imediata na ficha, e é possível também gerar cópias impressas. Por outro lado, a longevidade de imagens digitais para fins arquivísticos ainda não foi devidamente avaliada: as imagens digitais devem ser transferidas imediatamente para o disco rígido do computador e possuir um programa regular de *back-ups*, assim como o banco de dados.

Entendemos que as fotografias para fins de identificação não precisam ser tiradas por profissionais. Desde que seguidos os procedimentos sistemáticos, conseguimos um bom resultado de documentação fotográfica.

Os objetos tridimensionais devem ser fotografados de frente, de costas, e nas laterais direita e esquerda. A vista frontal deve ser também fotografada ao lado do número de identificação, de uma escala de tamanho e cartela de controle de cores. É importante fotografar também detalhes de conservação e os pormenores que individualizam a peça, como lacunas, assinaturas, marcas, inscrições, defeitos, etc.

## Materiais necessários

- Câmera: câmera digital, de preferência com a opção de controle manual.
- Iluminação: dois focos de luz móveis – duas luminárias com o mesmo tipo de lâmpada.
- Fundo: para fazer o fundo, pode-se utilizar um tecido fosco, papéis especiais encontrados em lojas especializadas em fotografia ou mesmo um papel *Canson®* ou *ColorPlus®*. Utilizamos aqui o papel *Canson Mi-Teintes®* número 122 (*Gris flanelle*).
- Tripé: o uso do tripé é fundamental, pois dá a firmeza necessária para que as fotografias não saiam tremidas.
- Estúdio: um local onde seja possível posicionar o fundo com os objetos e garantir a iluminação necessária. Pode ser improvisado de diversas formas (FIG. 9, 10 e 11) ou ser adquirido em lojas de fotografia (FIG. 12).
- Número de inventário: os números podem ser impressos e dobrados como pequenas placas, proporcionando uma padronização (FIG. 13). Devem ser elaborados de acordo com o tamanho do objeto.
- Escala: a escala, de tamanho adequado ao objeto fotografado, deve poder ficar em pé. Pode ser uma régua com apoio, caso necessário. Elaboramos uma escala de 30cm – impressa em computador, aferida, e colada em uma régua de madeira. (FIG. 13).
- Cartela de controle de cores (*ColorChecker<sup>4</sup>*): fornece controle para determinar a cor correta na impressão e para identificar as cores do objeto. É encontrada em lojas de fotografia. Seu uso não é obrigatório, mas é aconselhado por questões de consistência das cores na fotografia. (FIG. 13).

---

<sup>4</sup> A cartela *ColorChecker* é uma composição quadriculada de 24 quadros de cor cientificamente preparados em uma ampla gama de cores. Muitos desses quadros representam objetos naturais de interesse especial, como pele humana, folhagem e céu azul. Esses quadros possuem não apenas a mesma cor que o que representam, mas também refletem a luz da mesma forma em todas as partes do espectro visível. Por causa desse recurso exclusivo, os quadros terão as cores iguais de objetos naturais sob qualquer iluminação e com qualquer processo de reprodução de cor. A cartela oferece um padrão totalmente não-subjetivo de comparação para ajudar a determinar o balanço de cor real, e oferece o padrão necessário para comparar, medir e analisar as diferenças em reprodução de cor em vários processos.



FIGURAS9, 10 e 11- Estúdios improvisados com caixa de papelão.  
Fontes: HOBBY, 2006, n.p.; VOLPATO, [2011], n.p.



FIGURA 12- Estúdio adquirido em lojas de fotografia.



FIGURA 13- Fotografia de identificação.  
Escultura fotografada com cartela de cores, escala e número de identificação.

## Metodologia

Os seguintes procedimentos básicos para tirar fotografias devem resultar em um bom registro fotográfico, suficiente para a correta identificação do objeto, mesmo que não haja experiência prévia com fotografias. Os procedimentos são simples e fáceis de seguir.

**FUNDO:** Objetos tridimensionais necessitam de um fundo que contraste como objeto, mas não desvie a atenção dele. O fundo deve ser liso, fosco e neutro, de preferência em tom médio de cinza. O branco pode ser usado para objetos escuros e o preto para objetos coloridos ou mais claros. Como a padronização é importante, optamos pelo uso de cinza, pois é viável para todos os tons de escuridão.

**ILUMINAÇÃO:** A instalação de iluminação de base para a maioria dos objetos será uma fonte de luz principal e uma luz de preenchimento – luz secundária, utilizada para minimizar as sombras. É interessante que as fotografias sejam tiradas em um ambiente o mais escuro possível. Desligue todas as luzes do ambiente para evitar reflexos e mistura de temperatura de luzes. Pode ser necessário cobrir as janelas ou tirar as fotografias à noite ou em um dia nublado. As luminárias devem ser a única fonte de luz.

Deve-se ajustar a câmera de acordo com a fonte de luz que está sendo utilizada. A maioria das câmeras digitais oferece um *preset* para os diversos tipos de luz – *daylight*, tungstênio, fluorescente, etc. Não se deve utilizar o *flash* direto da câmera.

As luzes devem ser posicionadas de modo que destaquem claramente a forma, a textura e os contornos do objeto. Caso haja um detalhe importante, devem-se mover as luzes para dar contraste ao detalhe, recurso denominado “luz rasante”.

Caso seja possível, é aconselhável comprar ou construir um miniestúdio (Cf. p. 134, FIG. 9, 10, 11 e 12), pois o uso de um tecido ou papel como difusor colabora para que a luz não incida diretamente ao objeto, provocando muitos reflexos.

**ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO:** É importante incluir uma escala de tamanho para se dar uma ideia da dimensão do objeto. A escala deve ter, de preferência, a numeração e quadrados alternados em preto e branco. A unidade de medida utilizada deve estar presente. (FIG 13).

Uma cartela de controle de cores é também importante para assegurar a correta determinação das cores "verdadeiras", porém o uso da cartela não é obrigatório. (FIG 13).

**PROCEDIMENTOS:** Agrupe as esculturas por tamanho e tons, a fim de facilitar a iluminação: agrupar os objetos a serem fotografados salva tempo e energia, pois não será necessário ajustar as luzes e a distância da câmera para cada objeto. Diminui também a necessidade de acender e desligar as luzes a todo momento. É possível remover um objeto e substituí-lo por outro sem necessidade de alterar a iluminação ou a configuração da câmera.

**Prepare o fundo:** deve-se posicionar o papel ou pano de fundo de modo que cubra toda a superfície que irá aparecer atrás do objeto.

Posicione o objeto e, ao lado, os elementos de identificação – escala, cartela de cores e número de inventário (FIG. 13): os elementos de identificação não devem tocar ou sobrepor o objeto, nem bloquear a visão de qualquer parte (FIG. 14). Esses devem estar posicionados no mesmo nível, da metade do objeto para trás, com a garantia de que não gerem sombras sobre o objeto. Verifique que a escala esteja alinhada verticalmente ao objeto e que o número de inventário esteja claramente visível.



FIGURA 14 - Posicionamento do objeto e escala. Fonte: CANADA, 2006, p. K:10

**Posicione as fontes de iluminação:** cuidadosamente ajuste a distância, o ângulo e a altura das luzes. Ajuste as luzes para iluminar o objeto da melhor forma. Isso vai fazer a diferença entre um objeto iluminado corretamente e outro com muitas sombras e elementos obscurecidos.

**Componha a fotografia:** o objeto deve preencher o quadro da fotografia o máximo possível, sem que haja um grande espaço extra onde apareça o fundo (FIG. 14). Se o objeto tiver o eixo vertical – for mais alto do que largo –, use a câmera na posição vertical. Se o objeto tiver o

eixo horizontal – mais largo do que alto –, use a câmera na posição horizontal. O enquadramento deve ser perpendicular sobre o ponto médio e central do objeto (FIG. 15). Não se deve utilizar o zoom da câmera; deve-se fazer o enquadramento mudando a distância da câmera, e não da lente. Assegure-se que o objeto esteja em foco.

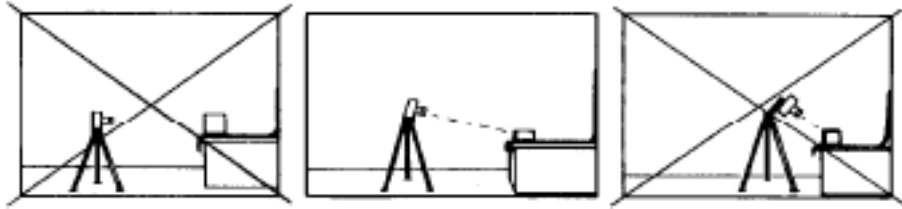


FIGURA 15- Posicionamento do tripé e câmera em relação ao objeto. Fonte: CANADA, 2006, p. K:10

Faça alguns testes e verifique as imagens antes de tirar as fotografias definitivas.

Após fotografar o objeto com os elementos de identificação, fotografe-o sem esses elementos nos diversos pontos de vista e em seus detalhes importantes.

Desligue as luzes sempre que não estiver fotografando. Bens culturais são sensíveis à luz e não devem ficar expostos a ela por muito tempo. A iluminação diminui a vida útil de um objeto<sup>5</sup>.

Se utilizar câmera fotográfica que não possui cabo disparador, deve-se utilizar o temporizador automático (*self-timer*), recurso que retarda o momento do disparo. Utilize este recurso para evitar que o ato de apertar o botão faça a câmera tremer.



FIGURA 16 – Ícone que caracteriza o *self-timer*.

Ao fazer a transferência das fotografias do cartão de memória da máquina para o computador, deve-se automaticamente numerá-las de acordo com o número de inventário do objeto.

<sup>5</sup> A exposição da obra a uma incidência excessiva de luz (natural e/ou artificial) altera as cores dos pigmentos, interfere na resistência dos materiais e causa oxidação dos vernizes, provocando seu amarelecimento e manchas escurecidas na superfície.

Preferencialmente, o formato de captação das imagens digitais deve ser em RAW<sup>6</sup>, porém este formato só está disponível em câmeras mais avançadas. Para cópia de preservação, salvar a imagem em TIFF, e para cópia de exibição, salvar em JPEG. É importante utilizar a resolução máxima que a câmera oferecer.

A documentação fotográfica deve ser numerada de acordo com o objeto. Para as fotos digitais, salva-se o arquivo fotográfico com o mesmo número de inventário da peça – sem a utilização dos pontos como separadores –, seguido de barra e acrescentando um número sequencial de dois dígitos para cada fotografia existente, ex: Escultura: MMC.0001, fotografia: MMC000101. As imagens digitais devem ser armazenadas e organizadas de tal maneira que possam ser facilmente recuperadas e associadas ao objeto em arquivo com identificação do número de inventário. As imagens impressas ou negativos devem ser numeradas da mesma forma, e a listagem das mesmas devem constar na ficha. A imagem frontal deverá aparecer obrigatoriamente na ficha, e as demais deverão ser anexadas e/ou listadas.

Os campos da documentação fotográfica presentes no banco de dados são:

- Imagens digitais: listagem das fotografias digitais do objeto, seguindo as regras de nomeação;
- Imagens de exibição: imagens do objeto que aparecem na ficha. No banco de dados desenvolvido foi definida a exibição de duas imagens: vista frontal e dorsal. No caso das imagens de exibição, no *software* escolhido, o nome do arquivo não poderá exceder a quantidade de seis caracteres, e contém somente números. Deve-se sempre incluir a extensão do arquivo no preenchimento. Essas imagens devem ser gravadas em baixa resolução;
- Imagens de exibição ampliadas: imagens de exibição que aparecem ampliadas ao clicar em seu *link*;
- Outras reproduções: diversas reproduções do objeto em formatos analógicos.

---

<sup>6</sup> RAW é um formato de arquivo digital que contém a totalidade dos dados da imagem tal como foi captada pelo sensor da câmera fotográfica.

ESPECIFICAÇÕES:

Cópia mestre (de preservação):

- Formato: TIFF
- Resolução: 300 ppp
- Bit/canal: 8 bit
- Cor: RGB

Cópia de uso (de exibição):

- Formato: JPEG
- Resolução: 72 ppp
- Bit/canal: 8 bit
- Cor: RGB



FIGURA 17- Fotografias em todos os ângulos da escultura.

## Regras gerais de preenchimento e numeração

Para manter uma uniformidade na descrição das obras, fundamental para pesquisa e recuperação de dados, seguimos algumas regras gerais no preenchimento dos campos e optamos pela normatização de vocabulário. Alguns campos possuem normas específicas que estarão assinaladas quando necessário.

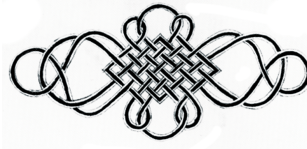
Para controle de vocabulário, elaboramos algumas listas de termos que facilitam e controlam o preenchimento do banco informatizado— denominadas de *Pick-lists* no *software* utilizado para este estudo de caso. A *Pick-list* é uma lista de palavras ou termos aprovados previamente para o registro de unidades específicas de dados.

As regras gerais para preenchimento são:

- todas as transcrições literais devem vir entre aspas;
- o registro de datas é no formato dia (com dois dígitos), mês (abreviado em três letras e finalizado por ponto final) e ano (com quatro dígitos): dd mmm. aaaa, ex.: 25 out. 2011. O único mês que não se abrevia é o mês de maio. Os séculos deverão ser registrados em numerais romanos e sem abreviação;
- as medidas devem ser registradas em centímetros (cm) e gramas (g), com dois dígitos separados por vírgula. Anotam-se sempre as referências máximas;
- os nomes próprios deverão seguir o formato Nome Sobrenome;
- quando não se tem certeza do conteúdo preenchido, deve-se acrescentar um ponto de interrogação entre parênteses após o termo: (?);
- informações adicionais ao termo registrado devem vir em parênteses após o mesmo, ex.: nome científico (*cedrella officinalis*), (atribuição), (pseudônimo), etc.

Numeração de objetos e documentos relacionados:

- o objeto composto por partes recebe uma letra minúscula sequencial ao final do respectivo código em cada uma das partes, ex.: MMC.001a;
- a fim de estabelecer um vínculo com o objeto toda sua documentação, fotográfica e textual, deve ser numerada de acordo com o número de inventário do mesmo;
- a numeração da documentação fotográfica deve ser acrescida de números sequenciais com dois dígitos, porém a separação por pontos deve ser suprimida - arquivos digitais não aceitam pontuação em certos sistemas de computador. No banco de dados, a extensão do arquivo deve ser sempre registrada para fins de visualização da imagem para se criar um link, ex.: MMC000101.jpg;
- nos demais documentos relacionados ao objeto, os números devem ser acrescidos de ponto final seguido por letras maiúsculas sequenciais, ex.: MMC.0001.A.



## Iconografias presentes na Coleção

Na coleção Santos de Casa foram encontrados mais de cinquenta santos e invocações. Nelas estão representados os santos de maior apelo popular e facilmente reconhecíveis – como Santana, Santo Antônio, Menino Jesus, São João Batista, Cristo Crucificado e diversas invocações de Nossa Senhora – principalmente Nossa Senhora da Conceição. Mas também são encontradas figuras menos conhecidas, como a de Santa Gertrudes, São João Nepomuceno, entre outros.

De acordo com Alves (2005) no que diz respeito à iconografia cristã, a produção de imagens religiosas circunscreve-se em três ciclos principais: cristológico – Jesus Cristo em diversas passagens de sua vida, mariológico – invocações de Nossa Senhora e hagiológico – diversos santos. Para a divisão das representações iconográficas aqui apresentadas foi utilizada essa separação proposta por Alves (*Id. Ibid.*), a fim de facilitar o reconhecimento dos diferentes ciclos da iconografia cristã.

Quando não havia certeza na invocação do santo, devido, entre outros motivos, à falta de atributos individuais, foram listadas suas características gerais de indumentária e atributos coletivos.

Neste trabalho não estão descritas a hagiografia do santos tratados, o que implicaria uma pesquisa e uma compilação de dados além do necessário ao inventário do acervo.

Vale ressaltar que a representação da iconografia nas pinturas difere em alguns casos da imagem escultórica – tanto no que concerne à variação dos seus atributos quanto à posição dos mesmos nas imagens, pois a pintura possibilita uma representação mais narrativa que a escultura. A análise iconográfica feita aqui priorizou as representações escultóricas, tipologia aqui estudada.

## **CICLO CRISTOLÓGICO**

Para a ordenação das invocações do ciclo cristológico, foram levadas em conta, por ordem cronológica, as passagens da vida de Cristo.

O nome Jesus emprega-se nas denominações relativas às representações associadas à Sua infância, até o episódio das Bodas de Canaã. Cristo utiliza-se nos temas relacionados com Sua vida pública, exceto no caso da representação do Sagrado Coração de Jesus.

### **Menino Jesus**

Existem inúmeras representações do Menino Jesus. Quando aparece sozinho está em pé, nu ou seminu. Traz o globo terrestre na mão esquerda e tem a mão direita levantada, geralmente com os dedos médio e indicador erguidos, no gesto bizantino de benção. Em algumas das imagens o globo está também, ou somente, sob seus pés.

### **Sagrada Parentela**

Nas representações mais comuns da Sagrada Família, o Menino Jesus aparece ladeado por seus pais: a Virgem Maria e São José. Numa iconografia rara no Brasil, a imagem da Sagrada Família presente na coleção traz também São Joaquim e Santana – pais da Virgem Maria e avós de Jesus. Essa iconografia recebe o nome de Sacra ou Santa Parentela, mas também pode ser denominada de Sagrada Família.

### **Ecce Homo**

Representação de Cristo ensanguentado, coroado de espinhos, vestindo *perizonium* e manto vermelho e curto, na maioria das vezes. Suas mãos são amarradas por cordas e às vezes seguram um feixe de cana, como se fosse um cetro, sendo denominado então Cristo da Cana Verde.

### **Cristo da Coluna**

Cristo flagelado, vestido com *perizonium*, tem as mãos atadas por cordas a uma coluna, ou caídas sobre o ventre. O corpo se apresenta com sangramento e hematomas. Geralmente traz

uma coroa de espinhos e pode também trazer capa vermelha. Muitas vezes há uma junção entre as representações de Ecce Homo e Cristo da coluna.

### **Cristo Crucificado**

Cristo tem os braços suspensos e presos a cruz por meio de cravos, os pés estão às vezes separados ou unidos um sobre o outro por cravos. Tem na cintura uma faixa branca denominada *perizonium*, amarrada por cordas ou nós. Existem basicamente duas iconografias do Cristo Crucificado: Senhor do Bonfim, a mais comum, que tem a cabeça inerte e pendida sobre o peito, com os olhos fechados, morto, e Cristo em agonia, representado de cabeça erguida, boca entreaberta e olhos levantados para o céu.

### **Cristo Ressuscitado**

Veste *perizonium* e manto vermelho esvoaçante. Triunfante, tem os braços semi-abertos como em posição de quem se eleva aos céus, a mão direita às vezes abençoa e também pode trazer uma das mãos posta ao peito. Pode ter estigmas no corpo e, na mão esquerda, um estandarte vermelho preso a bastão em formato de cruz.

## **CICLO MARIOLÓGICO**

Aqui as invocações de Nossa Senhora estão listadas na ordem dos ciclos de sua vida, assim como no ciclo cristológico.

### **Nossa Senhora da Expectação ou do Ó**

É a representação da Virgem grávida, trajando túnica e manto pregueados, mostrando o ventre desenvolvido. Traz a mão esquerda sobre o peito e a direita estendida. Pode também ter braços cruzados sobre a cintura, ou ainda estendendo o tecido sobre seu ventre e, por vezes, aparece com as mãos postas sobre o peito.

### **Nossa Senhora com Menino**

Abrange a maioria das invocações. Nossa Senhora pode aparecer sentada, tendo ao seu colo o Menino Jesus, ou em pé com o Menino geralmente em seu braço esquerdo. A devoção varia

conforme os atributos que a Virgem e o Menino trazem em suas mãos: Nossa Senhora do Rosário, do Terço, do Bom Parto, da Luz, da Purificação, da Glória, da Ajuda, do Bom Sucesso, da Penha, da Boa Viagem, dos Navegantes, do Amparo, da Cabeça, da Ponte etc. Como geralmente, nas imagens antigas, os atributos se perdem, a especificidade da invocação não pode ser definida, portanto denominamos somente como Nossa Senhora com Menino, evitando assim atribuições errôneas.

### **Nossa Senhora da Conceição ou Imaculada Conceição**

Com semblante jovem, tem as mãos postas em oração ou cruzadas sobre o peito. Na maioria das vezes aparece sem véu, com longos cabelos e pode apresentar uma coroa real. É representada em pé sobre nuvens ou globo terrestre. Existem inúmeras variações de sua representação, algumas com todos seus atributos e outras bastante simplificadas. Seus atributos são, sob os pés ou na peanha: uma lua crescente, anjos e querubins, globo terrestre, serpente e às vezes um dragão que circundam o globo ou são esmagados pelos seus pés. "No mundo luso-brasileiro da Contrarreforma, a Imaculada Conceição veio a ser reconhecida na arte essencialmente pelas mãos postas em oração e pelo crescente de lua nos seus pés. (...) Nem por isto pode-se dizer que faltou criatividade na arte no Brasil, onde a síntese proveniente da Espanha foi destacada em programas iconográficos originais" (SOUZA, 1996, p. 2).

### **Nossa Senhora Aparecida**

Imagem de Nossa Senhora da Conceição com a adição de coroa e manto largo e comprido. A partir de 8 de setembro de 1904, quando foi coroada, a imagem passou a usar oficialmente a coroa ofertada pela Princesa Isabel em 1884, bem como o manto azul-marinho. É a santa padroeira do Brasil.

### **Nossa Senhora das Dores**

Representada geralmente em pé, pode estar também assentada. É envolvida por um manto, geralmente roxo, que lhe cobre a cabeça e vai até os pés. Tem o coração trespassado por uma espada ou sete punhais - normalmente quatro do lado direito e três do lado esquerdo. Uma das mãos aperta o coração e a outra está estendida em sinal de desolação (MEGALE, 2001, p.

194). As mãos podem estar também na altura de seu ventre ou postas em oração. Nas representações mais populares vemos somente um grande coração que não está necessariamente trespassado. Em algumas publicações essa representação é denominada de Nossa Senhora da Soledade.

### **Nossa Senhora da Piedade**

Aparece assentada, algumas vezes em frente à cruz e seu olhar demonstra tristeza e angústia. Traz Cristo Morto em seu colo. Jesus Cristo pode ser representado também estendido a seus pés, somente com a cabeça sobre os joelhos da Virgem, que com a mão direita segura o corpo inerte do filho.

### **Nossa Senhora do Carmo**

A santa veste hábito carmelita marrom, com escapulário da mesma cor, onde aparece o escudo da ordem. A capa e o véu são brancos. Ela se apresenta sentada ou em pé, com o Menino Jesus nos braços. Geralmente ambos trazem o escapulário da ordem nas mãos.

### **Nossa Senhora das Mercês**

É representada trajando hábito da Ordem Mercedária: túnica branca, presa à cintura por um cinto preto e escapulário branco com o escudo da ordem. Possui sobre o ombro e presa ao pescoço uma capa também branca que lhe cai até o chão e sobre seus braços. Ela tem os braços abertos, erguendo a capa, em sinal de proteção. Traz um véu, ou a cabeça descoberta, com cabelos caindo-lhe sobre os ombros. Em algumas representações, principalmente na pintura, aparecem cativos abrigados sob o manto da Virgem. Algumas vezes, Nossa Senhora das Mercês é representada segurando um bentinho com o símbolo mercedário, assemelhando-se à Nossa Senhora do Carmo, distinguindo-se apenas pela indumentária.

## **CICLO HAGIOLÓGICO**

No caso do ciclo hagiológico os santos estão listados em ordem alfabética por nome, não sendo considerados os títulos na ordenação.

### **Santana Mestra**

Anciã de semblante sereno, veste túnica e manto, com a cabeça encoberta. Pode trazer modestino (tira de pano ao redor do colo) e soqueixal (tira de pano que passa pela testa e queixo). São raras as representações isoladas de Santana; ela aparece frequentemente acompanhada da Virgem Menina, trazendo um livro nas mãos. As representações de Santana com a Virgem Menina têm a denominação de Santana Mestra e Santana Guia. A primeira, mais comum em Minas Gerais, representa Santana assentada numa cadeira trazendo, às mãos ou sobre o colo, um livro no qual ensina a Nossa Senhora menina, que aparece em pé ao seu lado, geralmente o esquerdo. Já no nordeste é mais comum a representação da Santana de pé carregando a menina no colo com o livro. A Santana Guia apresenta as duas personagens de pé, mão dadas e o livro fechado na mão da menina.

### **Santo Antônio de Pádua ou de Lisboa**

Jovem, imberbe com tonsura monacal. É representado em pé, trajando hábito franciscano cingido na cintura por cordão de três nós, que simbolizam os votos franciscanos de obediência, pobreza e castidade. Na maioria da vezes calça sandálias franciscanas ou pode estar descalço. Traz em uma das mãos – geralmente esquerda – um livro onde se apóia o Menino Jesus. Na outra mão tem um ramo de lírio ou uma cruz.

### **Santa Bárbara**

Veste dalmática, túnica e manto das donzelas romanas. Como jovem princesa, algumas vezes pode ter diadema, coroa real ou de flores. Seu atributo pessoal e mais constante é a torre, geralmente de três janelas, simbolizando sua devoção à Santíssima Trindade (MUSEU, 1995). Esta se posiciona em sua mão esquerda ou a seu lado. Outros atributos são a palma do martírio, um cálice, às vezes com uma hóstia para cima (custódia) e também um canhão ou bala de canhão.

### **São Benedito**

É representado negro, frequentemente com feições de jovem, com tonsura e cabelos crespos. Traja hábito franciscano, cingido na cintura por cordão. Em algumas representações traz nas mãos um ramalhete de flores, um guardanapo, toalha ou pano de prato, quando é

denominado de São Benedito das Flores. Em outras traz o Menino Jesus deitado nos braços sobre um manto. Outro atributo citado é um coração inflamado, de onde jorram sete gotas de sangue, representando suas sete virtudes (TAVARES, 2001).

### **São Bento**

Veste o hábito da ordem beneditina, com escapulário, capucho e cogula pretos. Pode ser representado imberbe ou com barba. Possui diversos atributos dentre eles o báculo abacial, livro da regra e cruz peitoral. Pode também aparecer, excepcionalmente, com a cruz de duplo travessão, própria os fundadores. Seus atributos pessoais são taça ou cálice com ou sem serpente, corvo carregando pão no bico, dedo indicador em seus lábios, peneira quebrada e varas, as quais usava para corrigir um monge.

### **Santa Catarina de Alexandria**

Jovem, vestida de túnica, dalmática e manto – vestes características das donzelas e princesas romanas. É geralmente coroada. Seus atributos principais são a roda denteada e espada (elemento de sua decapitação). Como santa mártir traz também a palma do martírio. Outros atributos representados são o anel virginal, o livro, e, a seus pés, a cabeça do imperador Majêncio.

### **São Cosme e São Damião**

Irmãos gêmeos, são representados sempre juntos, vestidos de médicos/doutores, com capa e barretes de doutor. Essas vestes variam de acordo com o gosto da época. Seus atributos são potes e instrumentos de medicina e a palma do martírio.

### **Divino Espírito Santo**

Representação do Espírito Santo, terceira pessoa da Santíssima Trindade, em forma de pomba, apresentado sozinho. Forma muito popular no Brasil.

### **São Domingos de Gusmão**

É representado com tonsura monacal, geralmente imberbe ou com fina barba. Veste hábito da ordem denominada dominicana ou dos pregadores: túnica e escapulário brancos, capa

com esclavina, capuz e cinto pretos. Ostenta livro da Regra, fechado ou aberto, a cruz com duplo travessão como fundador da ordem, e ramo de lírios, atributo menos comum. Seus atributos pessoais são uma estrela vermelha, que brilha sobre sua fronte – nas pinturas, um cão preto e branco que tem na boca uma tocha, e um globo terrestre com cruz (orbe). Pode também ser representado trazendo nos braços uma miniatura de Igreja, bandeira ou escudo da ordem dominicana e também um rosário, sendo que este pode vir atado ao cinto.

### **São Francisco de Assis**

A iconografia de São Francisco mais encontrada no Brasil colonial é a chamada de pós-tridentina. Nela, o santo é retratado como um homem magro, com tonsura e barba. Traja hábito franciscano, marrom ou preto, com túnica longa, cingida por cordão com três ou cinco nós e uma esclavina com capuz; tem os pés geralmente descalços. Pode ser representado também como capuchinho. Nas representações mais comuns aparece em pé, trazendo em uma das mãos uma caveira e na outra um crucifixo ou cruz, iconografia denominada de São Francisco Penitente. Às vezes apresenta estigmas nas mãos, pés e ocasionalmente peito, sendo este visível por uma fenda em sua vestimenta. Aparece ainda mostrando as mãos chagadas ou cruzadas sobre o peito, sendo chamado de São Francisco das Chagas. Também aparece ajoelhado ou em pé, recebendo Cristo em seus braços, meio despregado da Cruz, e aí é denominado São Francisco do amor Divino. Tem ainda como atributos uma cruz de duplo travessão, um rosário, um livro da Regra, pássaros ou pombas e um cilício.

### **São Francisco de Paula**

Fundador da Ordem dos Mínimos (irmãos menores reformados). Apresenta-se como ancião de barbas longas grisalhas ou brancas. Veste hábito negro provido de escapulário curto, terminado em semicírculo, cingido por um cordão, geralmente com quatro nós. Sobre o escapulário está escrita, à altura do peito, a palavra *Charitas* ou *Humilitas*, às vezes dentro de um disco rodeado de chamas. A cabeça é coberta por um capuz e, à mão, leva um cajado, bastão curvado ou báculo pastoral. Na arte popular, é representado com um crucifixo.

### **Santa Gertrudes, a Grande**

Monja beneditina, veste cogula negra com mangas largas e compridas, touca branca e véu, também negro. Como a Ordem de Císter também a reconhece, pode aparecer com cogula branca. Em algumas representações na América, também pode trajar hábito agostiniano. Traz um coração inflamado, ardendo em chamas em suas mãos ou no peito, onde existe uma pequena imagem de Jesus, ou a imagem do Menino Jesus lhe nasce diretamente do peito. Por equívoco iconográfico com sua homônima Santa Gertrudes de Nivelles, abadessa do mesmo mosteiro, é também representada com báculo e uma cruz voltada para dentro. Pode ser também representada com um crucifixo e um livro. Às vezes, traz o Menino Jesus dormindo nos braços. Na pinturas, em sua cabeça dois anjos levam uma coroa, ou então, cabeças de querubins formam um círculo em torno de seu resplendor (auréola).

### **Santa Ifigênia**

Santa de carnção negra, traja hábito carmelita: marrom com escapulário da mesma cor, onde, às vezes, aparece o escudo da ordem; a capa e o véu são brancos. Traz em uma das mãos uma igreja, às vezes em chamas, e na outra a palma do martírio ou crucifixo. Pode ter a seus pés a coroa e o cetro, símbolos da realeza (ARAGÃO, 2003). Em outras representações aparece pisando a cabeça de um rei. Seu nome é às vezes grafado como Efigênia, erroneamente.

### **São João Batista**

Pode ser representado em duas fases de sua vida, como criança e como adulto. Em ambos os casos o santo aparece semicoberto com uma túnica curta de pele de animal e um cordeiro a seus pés ou em seu colo. Como adulto é um homem barbado, ascético e às vezes veste também um manto vermelho. Seus atributos são um livro, o cordeiro, um cajado terminado em cruz e de cujos braços pende um estandarte com a inscrição *Ecce Agnus Dei* (Eis o Cordeiro de Deus) e uma concha, símbolo do Batismo (CUNHA, 1993). Pode trazer o indicador da mão direita erguido.

### **São João Evangelista**

É representado vestindo túnica e manto, geralmente verdes e vermelhos respectivamente. É na maioria das vezes imberbe, pois era o mais jovem dos apóstolos, e possui traços afeminados. No grupo do calvário é representado ao pé da cruz, com o rosto apoiado na palma da mão em sinal de tristeza, ou enxugando as lágrimas. Seus atributos como Evangelista são a águia, o livro dos Evangelhos e a pena. Outros atributos mais constantes são: taça com veneno – com pequena serpente ou dragão –, caldeirão com óleo fervente e a palma do paraíso. Nas cenas da Santa Ceia, pode ainda figurar ao lado de Cristo.

### **São João Nepomuceno**

Retratado vestindo sotaina negra, sobrepeliz, esclavina forrada de arminho e barrete. Às vezes traz o dedo na frente dos lábios em sinal de silêncio. Contempla um crucifixo e tem uma ponte sobre os pés ou a seu lado.

### **São José**

Representado como homem barbado e de meia idade, veste manto e túnica talar, que também pode ser curta – quando veste botas, capa e sombreiro com abas – alusão à cena da fuga para o Egito, denominado então de São José de Botas. Pode aparecer carregando o menino em seus braços ou numa das mãos (geralmente a esquerda) e cajado florido ou ramo de lírios na outra. Outros atributos são as ferramentas de carpinteiro

### **Santa Luzia**

Veste túnica e manto, como as donzelas romanas. Tem como atributo pessoal uma bandeja ou taça com dois olhos e na outra mão a palma de mártir.

### **São Manuel**

É representado jovem, imberbe, seminu e apenas trazendo na cintura uma espécie de *perizonium*. Tem as mãos postas na altura do peito, mãos e pés estão amarrados por cordas. Tem como atributos cravos – geralmente quatro, atravessando-lhe os ouvidos e o peito.

### **São Mateus (Evangalista e Apóstolo)**

Existem três tipos iconográficos de São Mateus: publicano – cobrador de impostos no Império Romano –, apóstolo e evangelista. É frequentemente representado com barba e cabelos na altura dos ombros. Veste túnica e manto. Como evangelista, tem como atributos um anjo ou um homem alado, livro dos Evangelhos, uma pena e uma lança.

### **São Miguel**

Arcanjo, é representado como jovem alado, geralmente sobre nuvens. Veste armadura romana, capacete com ou sem plumagem, sandálias de cano alto e manto, às vezes vermelho. Seus atributos mais comuns são uma lança ou uma espada, a balança – simbolizando a justiça divina –, o escudo e, sob seus pés, o demônio – que pode vir sob uma forma humana, de uma serpente ou de um dragão (JUSTINIANO, 1997). Traz também o estandarte com a inscrição latina *Qui ut Deo* ou Aquele como Deus.

### **Santo Onofre**

Representado como homem selvagem, com feições de ancião, magérrimo, coberto pelos cabelos da cabeça aos pés e com longa barba - de duas pontas. Geralmente tem as mãos postas em oração. Às vezes tem aos pés uma coroa real e cetro, e uma caveira - símbolo da penitência. Seus atributos são um cálice com hóstia elevada, e um corvo com pão no bico.

### **São Rafael ou Anjo da Guarda**

O Arcanjo Rafael é também conhecido como Anjo da Guarda, Tutelar ou Custódio. Representado como jovem, alado, de cabelos longos e esvoaçantes, veste túnica e capa; pode ser também representado com peregrino. Às vezes, por possível confusão ao Arcanjo Miguel, veste trajes de soldado romano. É sempre acompanhado de uma criança – a qual simboliza o jovem Tobias – e tem também como atributos um peixe e um pote de remédios.

### **Santos Reis Magos**

Apresentam-se com vestes variadas - ou trajes persas, ou indumentária palaciana rica, ou então com trajes exóticos. Usam coroas por norma, mas também aparecem com turbantes ou mitras (TAVARES, 2001). São representados em cenas do presépio, ajoelhados ou de pé

diante da manjedoura. Trazem como atributo ou um pote ou uma urna, carregando incenso, ouro e mirra. Gaspar é representado como homem novo – oferecendo incenso em um chifre, Melchior muito velho – oferecendo ouro em um cofre e Baltasar em idade madura, de cor negra – oferecendo mirra em um cálice .

### **Santa Rita de Cássia**

Veste hábito agostiniano: negro, com mangas amplas e amarrado por correia da mesma cor. Seus atributos são um espinho cravado em sua fronte, uma coroa de espinhos ou uma chaga na testa, um crucifixo, uma palma com três coroas – em alusão à sua vida de donzela, esposa e monja ou uma palma simples, e uma rosa.

### **São Roque**

Apresenta-se vestido como um peregrino. Às vezes tem o hábito dos terceiros franciscanos por baixo. Pode também vir representado com o traje dos nobres e a capa. É representado com todos atributos próprios de um peregrino: chapéu, cajado - com ou sem cabaças na borda, sacola e cantil. Seu atributo pessoal e inseparável é um cão com um pão na boca, quando então exhibe ferida na altura da coxa. Às vezes, pode vir acompanhado de um anjo, que, segundo alguns especialistas, havia lhe curado a ferida em vez do cão.

### **São Sebastião**

É representado jovem, seminu, vestido com uma espécie de *perizonium* e às vezes com manto vermelho. Amarrado a um tronco de árvore desfolhado, tem o corpo trespassado por flechas ou às vezes simples setas. Em algumas representações traz capacete, couraça e espada de soldado ao chão. Também aparece vestido de caçador com os seus atributos arco e flechas.

### **Santa Verônica**

É representada vestindo túnica, manto e véu. Traz nas mãos um tecido no qual aparece o rosto de Cristo.

## **SANTOS NÃO IDENTIFICADOS**

Alguns santos foram identificados somente quanto à sua ordem ou grupo, devido à falta de atributos individuais, sendo listadas suas características gerais de indumentária e atributos coletivos.

### **Santo Beneditino**

Os santos beneditinos trajam o hábito da ordem: túnica talar negra com cinto de couro, com escapulário e capuz da mesma cor. Nas funções de coro, usam ampla cogula, de mangas bem largas e compridas. Geralmente não usam barba e a tonsura dos cabelos é maior que a de outros sacerdotes.

### **Santo Bispo**

Os santos bispos são representados com trajes episcopais: alva ou túnica, sobrepeliz, cíngulo, estola, capa pluvial, mitra e báculo e, algumas vezes, luvas. Cada santo bispo é distinguido por seus atributos pessoais. Devido à perda dos atributos, esses santos da coleção podem ser, entre outros: Santo Ambrósio, Santo Anselmo, São Brás, São Gotardo, São Gregório Naziazeno, São Luís de Tolosa ou São Nicolau.

### **Santo Dominicano**

Os Dominicanos ou Pregadores têm tonsura monacal e são geralmente imberbes. Trajam hábito com túnica e escapulário brancos, capa com esclavina, capuz e cinto pretos. Alguns santos dominicanos trazem um livro na mão esquerda, sendo individualizados por outros atributos específicos.

### **Santo Evangelista**

Quanto à vestimenta, trazem sempre túnica e manto. Como atributo em comum, trazem o Livro dos Evangelhos na mão.

### **Santo Papa**

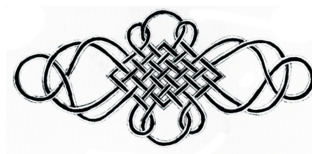
Os santos Papas são representados com paramentos pontificais: alva ou túnica, sobrepeliz, cíngulo, estola e/ou pálio, capa pluvial, tiara e tríplice cruz pontifical. O que distingue cada santo são os atributos pessoais específicos. Neste caso, o santo representado pode ser São Gregório Magno que tem como um de seus atributos um livro como Doutor da Igreja.

### **Santa Penitente** (Maria Egipcíaca | Maria Madalena | Margarida de Cortona (?))

Representadas como mulheres envelhecidas, sofridas e penitentes, com o corpo às vezes flagelado. Cobertas ou semicobertas por uma túnica ou por longos cabelos. Ajoelhadas ou em pé, podem ter aos pés, ou nas mãos, uma cruz, uma caveira ou elementos de disciplina – principalmente o cilício. Santa Maria Egipcíaca tem como atributo específico três pães. Santa Maria Madalena tem como atributo um pote de perfume ou unguentos. Santa Margarida de Cortona é também representada como penitente e tem como atributo pessoal um cachorro.

### **Santa Princesa**

As santas princesas têm indumentária própria. Vestem túnica, dalmática, manto e geralmente um corpete justo (MUSEU, 1995).



## Roteiro para descrição de esculturas religiosas

A descrição é feita em termos discursivos, em texto livre. Porém devemos seguir um roteiro pré-estabelecido e instituir tipologias de descrições normatizadas.

É importante anotar as características físicas distintivas de cada obra em inventariação de maneira clara e objetiva, sem uso de adjetivos ou juízos de valor subjetivos. Devem-se redigir períodos curtos, sucintos e diretos obedecendo aos roteiros de descrição.

As descrições devem iniciar sempre tomando as formas gerais e em seguida passar para os detalhes e particularidades.

Por regra, na descrição de inventário, a definição de direita e/ou esquerda tem como referência a própria figura esculpida e não o ponto de vista do observador. Sempre que se altere a regra, deve fazer-se menção que a perspectiva de análise parte do olhar do observador.

Na sequência descritiva sugere-se o seguinte esquema:

- Atitude geral;
- Posição do corpo, da cabeça, braços, pernas e pés;
- Indumentária - tipo de vestes, detalhes de gola, mangas, comprimento, panejamento, posição dos mantos e suas cores e decoração; calçados: tipos e cores;
- Atributos e símbolos: coroas, resplendores, argolas, peças em geral, cajados, cruzes, varas, etc.
- Base/peanha: formato e cores.

Além dessa sequência simples, aplicável na maioria das situações de inventário de esculturas de vulto, incluindo imaginária e estatuária, devem ainda se precisar informações quanto ao tipo de suportes das peças, se estes são ou não são removíveis, qual a sua tipologia e quais as técnicas escultóricas e de acabamento utilizadas na sua execução.

Indicamos aqui os termos mais utilizados nas descrições:

## ESCULTURA RELIGIOSA

Figura: masculina / feminina

Idade: jovem / meia-idade / ancião

Corpo: em pé / sentado / ajoelhado / deitado / decúbito

Posição: frontal / de frente / de perfil / a <sup>3</sup>/<sub>4</sub> de perfil

Gradações: levemente / meio / a direita / a esquerda / dorsal / ventral / lateral / a frente / atrás

Cabeça: inclinada / posição à direita / posição à esquerda / reta

Rosto (formato): oval / triangular

Características marcantes dos traços: olhos, nariz, boca, queixo

Cabelos: longos / em mechas / com estrias

Barba: bipartida / em rolo / imberbe

Bigode: vasto / fino / saindo das narinas

Pescoço: curto / longo

Braços: flexionados à frente / ao lado / para trás / estendidos

Mãos: de segurar / de abençoar / fechadas / entreabertas / abertas / postas / cruzadas / espalmadas / segurando atributo

Pernas: flexionadas / estendidas ou retas / afastadas / em marcha

Pés: paralelos / em ângulo / calçados / descalços

Indumentária: desnudo / veste túnica longa / curta, decorada com ... / sobre túnica (especificar cores) ... manto curto / longo ... véu ...

Base ou peanha: sextavada / quadrada

Acessórios / Atributos

## CRUCIFIXO

Cruz: traves retas ou não/em forma de tronco / raionada ou não

Peanha: em forma de calvário / com gruta ou não / outros

Cristo: seguir roteiro de imagens, acrescentando outros itens como: posição frontal/ cabeça inclinada ou voltada para ... / olhos abertos / fechados ou semifechados / braços em “t” ou “y” / pés paralelos ou sobrepostos

## INDUMENTÁRIA RELIGIOSA

### **Santos mártires romanos**

Túnica longa

Sobretúnica ou dalmática

Corpete

Faixa na cintura

Manto de nobreza

Sapato ou sandália

Fita no cabelo

Firmal (presilha)

### **Diáconos**

Alva presa por cingulo

Dalmática litúrgica

Manípulo

### **Sacerdotes**

Sotaina preta com colarinho, abotoada na frente

Alva com renda usada para cerimônias ou roquete para procissões e bênçãos

Cingulo

Casula

Estola com três cruzes usada só para missa

Manípulo

Chapéu clerical, de aba larga e preto ou o barrete, também preto.

### **Arcebispos e papas**

Pálio, espécie de estola reta e que apresenta nove cruzes.

### **Bispos e Arcebispos**

Sotaina vermelha / bordô

Pelegrineta vermelha / bordô

Capa episcopal vermelha / bordô

Faixa larga de chamalote com franja vermelha / bordô

Meia da mesma cor

Sapato preto com fivela dourada

Luvras vermelha / bordô

Anel, báculo e cruz de duas traves

Chapéu, mitra, solidéu ou chapéu episcopal de aba larga com bordas caindo nos lados, também vermelha / bordô

### **Papas**

Sotaina

Alva ou roquete

Capa pontifical

Tiara de três coroas

Solidéu

Sapato vermelho com cruz dourada

Meia branca

Pálio, cruz de três traves e anel de pescador

## **ORDENS RELIGIOSAS**

O que denominamos de hábito é o conjunto de vestimenta da Ordem.

### **Franciscanos**

Túnica marrom ou preta com capuz

Murça

Cordão nodal

Sandálias de tiras

Santas: Coifa / Véu

### **Benedictinos**

Túnica talar de mangas compridas, preta

Escapulário com capuz, (cogula), preta

Pelerine, ou com uma túnica farta, de mangas compridas

Sapatos pretos

Santas: Coifa / Véu

### **Jesuítas**

Sotaina preta com colarinho

Faixa ou cinto de couro

Capa longa preta na frente, caindo para trás, sobre os ombros e fecho em gancho na frente, também preto.

### **Dominicanos**

Túnica branca

Cinto preto de couro e rosário de contas pretas na cintura

Escapulário branco

Pelerine preta

Santas: Coifa / Véu Preto

### **Carmelitas**

Túnica Marrom

Escapulário longo com brasão

Cinto de couro

Capa longa, branca (cor crua)

Santas: Coifa / Véu

Carmelitas descalças: sandália / Carmelitas calçadas: sapato

### **Mínimos**

Túnica preta com capuz e manga

Escapulário curto arredondado na ponta e com brasão *Charitas*

Cordão nodal amarrando escapulário

Descalços

### **Mercedários**

Túnica branca

Escapulário longo com brasão (três faixas vermelhas, crus de malta e coroa

Cinto preto de couro com uma ponta caindo

Capa longa branca

### **Agostinianos**

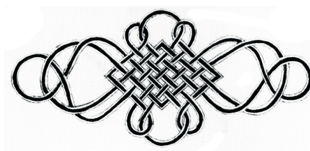
Túnica preta longa

Cinto de couro com fivela

Capa preta

Sapato preto

Santas: Coifa / Véu



## Lista autorizada de termos

As listas de termos não são fechadas e devem ser dinâmicas, adicionando-se termos controlados de acordo com a necessidade do acervo. Listamos aqui os termos que poderão ser mais utilizados devido às características da escultura sacra brasileira. Os termos aqui expostos são específicos para acervos particulares de esculturas religiosas.

### **Objeto:**

Escultura Religiosa

Crucifixo

---

### **Título/Denominação:**

(atribuído)

(incorreto)

(iconográfico)

(popular)

(do artista)

(publicado)

(inscrito)

---

### **Material:**

alabastro

dente

ardósia

estanho

argila(apenas quando crua)

ferro

barro cozido

gesso

basalto

granito

bronze

madeira

calcário

marfim

caulim

mármore

cera

metal

chifre

olhos de vidro

chumbo

osso

cobre

*papier maché*

pedra	tela encolada
pedra-sabão	zinco
prata	

---

**Técnica:**

Pode-se acrescentar-se a referência "parcialmente" antes das técnicas

Imagens de vulto:

talha inteira  
articulada  
imagem de vestir  
imagem de roca

Relevo:

alto relevo  
médio relevo  
baixo relevo  
relevo sobre fundo plano  
relevo sobre fundo côncavo  
relevo sobre reserva  
relevo gravado

adamascada	cromado	esculpido
adamascado	dourada	esgrafitada
aplicações de cera	dourada a folha de ouro	esgrafitado
aplicações de corda	dourada a água	esmaltada
aplicações de ouro	dourada a mordente	esmaltado
aplicações de renda	dourado	estampada
bronzada	embutida	estampado
bronzado	embutido	estofada
brunida	encarnada	estofado
brunido	encarnado	forjada
canelada	entalhada	forjado
canelado	entalhado	fundida
cozida	envernizada	fundido
cozido	envernizado	gravada
cromada	esculpida	gravado

incisa	pastiglio (relevo)	prateada com folha de
inciso	patinada	prata
incrustado	patinado	prateado
incrustada	perfurada	puncionada
insculpida	perfurado	puncionado
insculpido	pintada	relevada
jaspeado	pintado	relevado
marmoreado	pintura a pincel	repintada
marmorizada	pirogravado	repintado
marmorizado	policromada	repuxada
martelada	policromado	repuxado
martelado	polida	riscada
modelada	polido	riscado
modelado	prateada	vestígios de policromia
moldada	prateada a água	vidrada
moldado	prateada a mordente	vidrado

---

### **Modo de aquisição**

aquisição	legado
compra	recolhimento
troca	presente

---

### **Marcas | inscrições | legendas:**

Para o registro genérico dos tipos de marcas e inscrições:

assinatura	legenda
data	marca de autor / escultor / modelador
esgrafito	marca de coleção
etiqueta	marca de dourador
impressão digital / impressões digitais	marca de entalhador
inscrição	marca de fundidor / de fundição

marca de colecionador	número de inventário antigo
marca de ferramenta	título
marca de propriedade	estudo de composição
marca de venda	estudo para ensambagem
monograma	rótulo

Para a classificação das inscrições quanto ao seu conteúdo:

comemorativa	inscrição técnica
datação	itinerária
dedicatória	jurídica
documental / histórica	monograma
epitáfio	numérica
esgrafito	parcialmente ilegível
funerária	relativa ao autor
honorífica	relativa ao destinatário
iconográfica	relativa ao doador
identificativa da personagem representada	relativa ao encomendante
ilegível	relativa ao local de execução
incompleta	relativa ao proprietário
iniciais de valor heráldico	título
inscrição relativa a restauro	votiva

Para a classificação da inscrição quanto à técnica:

a caneta	esculpida
a lápis	estampada
a tinta	colada
aplicada	forjada
relevada	fundida
esgrafitada	gravada
insculpida	impressa
desenhada	incisa
embutida	manuscrita

marcada com pontos

repuxada (suportes metálicos)

pintada

sulcada

pirogravada

---

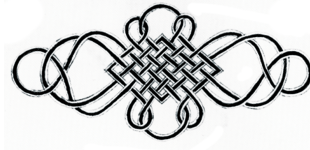
**Estado de conservação:**

ótimo

bom

regular

péssimo



## Lista de campos da ficha de inventário

001. Acervo

002. Coleção

### IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

010. Número de inventário

020. Número de Inventário Anterior

030. Objeto

040. Título

050. Material | Técnica

Dimensões (imagens verticais)

061. Altura

062. Largura

063. Profundidade

064. Peso

Dimensões (imagens horizontais)

065. Comprimento

066. Largura

067. Altura

068. Peso

070. Data | Época

080. Autoria | Atribuição

090. Origem

100. Procedência

110. Modo de aquisição

111. Data de aquisição

120. Estado de conservação

121. Data de conservação

130. Marcas e inscrições

131. Tipo Marcas | Inscrições

132. Técnica Marcas | Inscrições

133. Posição Marcas | Inscrições

134. Sinais particulares

140. Descrição

## DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

150. Imagens digitais

151. Imagens exibição

152. Imagens ampliadas

153. Outras reproduções

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

160. Valor

161. Data de avaliação

170. Observações

## CONSERVAÇÃO DO OBJETO

180. Diagnóstico

181. Responsável diagnóstico

182. Data diagnóstico

183. Documentação diagnóstico

190. Intervenções

191. Responsável intervenções

192. Data intervenções

193. Documentação intervenções

## INVENTÁRIO

200. Realização

201. Data de realização

210. Revisão do inventário

211. Data de Revisão

## Base de dados: especificações técnicas

Abaixo seguem as especificações técnicas referentes aos campos de preenchimento do modelo de inventário implementado para o estudo de caso (FIG.18) – orientações sobre o registro e indexação. Antes de apontarmos cada campo constituinte do modelo de inventário proposto, explicamos o significado de cada especificação: título do campo, tag, tipo de campo, conteúdo, ajuda e exemplos. As especificações foram desenvolvidas visando à utilização do software *Winisis*, porém são adaptáveis para quaisquer softwares de gestão de bases de dados.

O modelo de descrição do registro/ficha de cada objeto segue a forma:

<b>Título do campo:</b> Termo que descreve o campo.	
<i>Especificações</i>	
<b>Tag:</b>	Número de identificação dado ao campo na criação do banco de dados segundo o modelo do software <i>Winisis</i> . Não seguimos a numeração sequencial, pois dificultaria a inclusão de campos extras, caso necessário, entre os campos já definidos.
<b>Tipo de campo:</b>	Definição dos padrões do campo. <ul style="list-style-type: none"> <li>• Alfanumérico (combinação de letras e números) - são definidos assim em sua maioria, mesmo quando utilizamos somente letras ou números, pois, caso contrário, o software não permite o uso de nenhum símbolo ou sinal de pontuação;</li> <li>• Obrigatório – quando seu preenchimento é fundamental, não pode ficar vazio;</li> <li>• Repetitivo – quando aceita diversas entradas de dados;</li> <li>• Indexável – quando está presente no resultado de pesquisas no banco.</li> </ul>
<b>Conteúdo:</b>	Terminologia e sintaxe que devem ser utilizados no preenchimento dos campos. No caso de vocabulário controlado, é possível a presença de <i>pick-lists</i> (listas de escolha) (FIG. 19).
<b>Ajuda:</b>	Regras e informações sobre o preenchimento. A ajuda aparece no banco de dados quando iniciamos a inclusão dos dados em determinado campo.
<b>Exemplo:</b>	Exemplos de preenchimento dos respectivos campos.

## Campos do modelo de inventário: especificações

<b>Acervo</b>	
Tag:	1
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, não repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Texto. <i>Pick-list</i> . Campo repetido em todas as entradas da base de dados.
Ajuda:	Indicar o nome do colecionador por extenso, completo e exato.
Exemplo:	Marcia de Moura Castro

<b>Coleção</b>	
Tag:	2
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, não repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> .
Ajuda:	Registrar por extenso o nome da coleção na qual o objeto está inserido.
Exemplos:	Santos de Casa Ex-votos

## IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

<b>Número de inventário</b>	
Tag:	10
Tipo de campo:	Alfanumérico, indexável, não repetitivo, obrigatório.
Conteúdo:	Controlado. Iniciais do colecionador e número sequencial. Referências alfanuméricas separadas por ponto.
Ajuda:	Registrar o objeto através do código MMC.XXXX (numeração sequencial por ordem de registro). Objeto composto por mais de uma parte recebe uma letra minúscula sequencial ao final do respectivo código em cada uma das partes.
Exemplos:	MMC.0001 MMC.0245a

<b>Número de Inventário Anterior</b>	
Tag:	20
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Transcrição exata da informação.
Ajuda:	Registrar o código anterior, encontrado em ficha ou marcado na peça.
Exemplo:	AIV641

<b>Objeto</b>	
Tag:	30
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> . Termo no singular com letra maiúscula.
Ajuda:	Registrar o substantivo que identifica o objeto dentro do acervo, letra inicial maiúscula.
Exemplos:	Escultura religiosa Ex-voto

<b>Título</b>	
Tag:	40
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Texto livre.
Ajuda:	Registrar o nome da invocação. Quando não identificada registrar: Não identificada. No caso de dúvida acrescentar (?) após o título.
Exemplo:	Santo Antônio de Pádua

<b>Material   Técnica</b>	
Tag:	50
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário sugerido, termos em letra minúscula. <i>Pick-list</i> . Especificação do material segue em parênteses, e em caso de nome científico, em itálico. Para as técnicas, utilizar termos em particípio.
Ajuda:	Informar os principais materiais e técnicas empregados na fabricação da peça, em letra minúscula. Abrir campo para cada entrada.
Exemplo:	madeira ( <i>cedrelaofficinalis</i> ), dourada, policromada.

<b>Dimensões</b>	
<i>Especificações (para todos campos de dimensão)</i>	
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada. Numeral com duas casas decimais separadas por vírgula e especificação da unidade de medida.
<b>Altura (imagem vertical)</b>	
Tag:	61
Ajuda:	Caso a imagem seja vertical, registrar a medida máxima de altura em centímetros (cm).
Exemplo:	28,3cm

<b>Largura (imagem vertical)</b>	
Tag:	62
Ajuda:	Caso a imagem seja vertical, registrar a medida máxima de largura em centímetros (cm).
Exemplo:	10cm
<b>Profundidade (imagem vertical)</b>	
Tag:	63
Ajuda:	Caso a imagem seja vertical, registrar a medida máxima de profundidade em centímetros (cm).
Exemplo:	7,3cm
<b>Peso (imagem vertical)</b>	
Tag:	64
Ajuda:	Caso a imagem seja vertical, registrar o peso em gramas (g).
Exemplo:	36,7g
<b>Comprimento (imagem horizontal)</b>	
Tag:	65
Ajuda:	Caso a imagem seja horizontal, registrar a medida máxima de comprimento em centímetros (cm).
Exemplo:	27cm
<b>Largura (imagem horizontal)</b>	
Tag:	66
Ajuda:	Caso a imagem seja horizontal, registrar a medida máxima de largura em centímetros (cm).
Exemplo:	8cm
<b>Altura (imagem horizontal)</b>	
Tag:	67
Ajuda:	Caso a imagem seja horizontal, registrar a medida máxima de altura em centímetros (cm).
Exemplo:	10cm

<b>Peso (imagem horizontal)</b>	
Tag:	68
Ajuda:	Caso a imagem seja horizontal, registrar o peso em gramas (g).
Exemplo:	25g

<b>Data   Época</b>	
Tag:	70
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, não repetitivo, indexável
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano
Ajuda:	Registrar época (século em romanos) ou data (ddmmm. aaaa) da confecção do objeto. Registrar se existe documentação que comprove.
Exemplo:	século XVII

<b>Autoria   Atribuição</b>	
Tag:	80
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada. Nomes próprios: nome sobrenome.
Ajuda:	Indicar o nome ou atribuição do autor da obra. Marcar (atribuição) após nome. Registrar se existe documentação que comprove. Desconhecido: não identificado.
Exemplo:	Mestre Barão de Cocais (atribuição)

<b>Origem</b>	
Tag:	90
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, não repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Texto por extenso, sem abreviaturas. Vírgula entre cada localização.
Ajuda:	Indicar o país, o estado, ou a cidade onde a peça foi realizada, separados por vírgula e escritos por extenso.
Exemplo:	Marcia de Moura Castro

<b>Procedência</b>	
Tag:	100
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Texto livre
Ajuda:	Indicar por extenso o local de aquisição - indivíduo, instituição e/ou área geográfica.
Exemplo:	Antiquário Irineu Sá-Motta, Belo Horizonte, Minas Gerais

<b>Modo de aquisição   Data</b>	
<b>Modo de aquisição</b>	
Tag:	110
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, não repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> .
Ajuda:	Registrar compra, troca, legado, recolhimento ou doação. Modo de aquisição desconhecido: sem registro.
Exemplo:	compra
<b>Data de aquisição</b>	
Tag:	111
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, não repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano
Ajuda:	Registrar data da aquisição no formato ddmmm. aaaa. Data de aquisição desconhecida: sem registro.
Exemplo:	25 nov. 2002

<b>Estado de conservação   Data</b>	
<b>Estado de conservação</b>	
Tag:	120
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> .
Ajuda:	Registrar ótimo, bom, regular, ou péssimo em letra minúscula, de acordo com parâmetros do manual de preenchimento.
Exemplo:	Regular
<b>Data de conservação</b>	
Tag:	121
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar data do diagnóstico no formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	13 dez. 2010

<b>Marcas e inscrições</b>	
Tag:	130
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Livre
Ajuda:	Transcrever literalmente ou descrever quaisquer marcas, inscrições, desenhos, legendas, etc. encontrados na obra. Transcrição deve vir entre aspas.
Exemplo:	"SAO FRANCISCO DE PAULA"
<b>Tipo Marcas   Inscrições</b>	
Tag:	131
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> . Termo em particípio, letra minúscula.
Ajuda:	Registrar tipo/forma da inscrição, termo em particípio, letra minúscula.
Exemplo:	legenda

<b>Técnica Marcas   Inscrições</b>	
Tag:	132
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável
Conteúdo:	Vocabulário controlado. <i>Pick-list</i> . Termos em particípio, letras minúsculas
Ajuda:	Registrar método usado para inscrição, termo em particípio, letra minúscula.
Exemplo:	pintado
<b>Posição Marcas   Inscrições</b>	
Tag:	133
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Livre. Letras minúsculas.
Ajuda:	Registrar o local onde a inscrição se encontra no objeto em letra minúscula.
Exemplo:	centro inferior da base

<b>Sinais particulares</b>	
Tag:	134
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Texto livre
Ajuda:	Descrever quaisquer sinais particulares e marcas distintivas encontrados na obra com sua respectiva localização.
Exemplo:	Mão esquerda quebrada

<b>Descrição</b>	
Tag:	140
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, não repetitivo, indexável
Conteúdo:	Texto livre, segue roteiro. A descrição é dada na forma de frases. Utilizar ponto final entre sentenças.
Ajuda:	Ver roteiro para descrição de esculturas religiosas.
Exemplo:	Escultura de vulto representa figura jovem, masculina, em pé, posiciona-se a 3/4 de perfil, de forma rígida e estática. A cabeça pende para o lado esquerdo. Seus olhos são voltados para cima. Tem queixo pontiagudo e nariz aquilino. O cabelo apresenta-se com tonsura. Traz um cajado em sua mão esquerda e um livro na mão direita...

## DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

<b>Imagens digitais</b>	
Tag:	150
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Controlado. Barra entre o número de inventário e o número sequencial da imagem fotográfica. Vírgula entre numeração, nome do fotógrafo e data.
Ajuda:	Incluir imagem frontal e dorsal do objeto e anexar e/ou listar demais imagens.
Exemplo:	MMC000101.jpg MMC024503.jpg
<b>Imagens de exibição</b>	
Tag:	151
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Nome do arquivo fotográfico digital a ser exibido.
Ajuda:	Registrar o título das imagens (frontal e dorsal) a serem exibidas. Incluir extensão do arquivo. Imagens de exibição possuem somente números no título.
Exemplo:	000101.jpg 000102.jpg

<b>Imagens de exibição ampliadas</b>	
Tag:	152
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Nome do arquivo fotográfico digital a ser exibido.
Ajuda:	Registrar o título das imagens a serem exibidas ampliadas. Incluir extensão do arquivo. Correspondem às imagens de exibição e possuem letras e números no título.
Exemplo:	MMC000101.jpg MMC000102.jpg
<b>Outras reproduções</b>	
Tag:	153
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Número/nome do documento fotográfico em outros formatos. Formato entre parênteses.
Ajuda:	Incluir título de outras imagens do objeto e informações sobre seu formato entre parênteses.
Exemplo:	MMC000125 (ampliação 10x15) MMC001207 (cromo 6x6)

## INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

<b>Valor</b>	
Tag:	160
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada.
Ajuda:	Registrar o valor de compra da peça ou valor estimado para fins de seguro. A sigla monetária deve preceder o valor.
Exemplo:	US\$ 150, 25 US\$ 20 (aquisição)

<b>Data de avaliação</b>	
Tag:	161
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar a data que foi feita a avaliação de valor ou a compra em formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	25 out. 2009

<b>Observações</b>	
Tag:	170
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Texto livre.
Ajuda:	Incluir informações que não constam nos campos anteriores e sejam importantes para o histórico do objeto.
Exemplo:	Participou de exposição na Casa Fiat de 25 de novembro de 2007 à 31 de janeiro de 2008. Fazia parte da coleção de Ana Amélia Carneiro de Mendonça e foi dada a ela como presente de casamento.

## CONSERVAÇÃO DO OBJETO

<b>Diagnóstico   Responsável   Data</b>	
<b>Diagnóstico</b>	
Tag:	180
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Texto livre. Ponto final entre sentenças.
Ajuda:	Registrar a descrição do diagnóstico de estado de conservação da peça.
Exemplo:	Perda de suporte na parte inferior esquerda da base. Escurecimento, rugosidade e manchas na camada pictórica.

<b>Responsável diagnóstico</b>	
Tag:	181
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: Nome Sobrenome.
Ajuda:	Registrar o nome do responsável pelo diagnóstico (Nome Sobrenome).
Exemplo:	Ana Martins Panisset
<b>Data diagnóstico</b>	
Tag:	182
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar a data que foi feito o diagnóstico em formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	25 abr. 2011
<b>Documentação diagnóstico</b>	
Tag:	183
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Livre.
Ajuda:	Listar toda documentação referente ao diagnóstico realizado.
Exemplo:	Ficha de diagnóstico do CECOR -Centro de Conservação e Restauração da UFMG: MMC.0001.01A Fotografias de detalhes do desprendimento de policromia: MMC000110.jpg

<b>Intervenções   Responsável   Data</b>	
<b>Intervenções</b>	
Tag:	190
Tipo de campo:	Alfanumérico, obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Texto livre. Ponto final entre sentenças.
Ajuda:	Descrever os processos de conservação da peça e intervenções realizadas.
Exemplo:	Fixação de policromia - Paraloid B72

<b>Responsável intervenções</b>	
Tag:	191
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: Nome Sobrenome.
Ajuda:	Registrar o nome do responsável pelas intervenções (Nome Sobrenome).
Exemplo:	Maria Regina Emery Quites
<b>Data intervenções</b>	
Tag:	192
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar data da intervenção em formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	25 maio 2011
<b>Documentação intervenções</b>	
Tag:	193
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Livre.
Ajuda:	Listar toda documentação referente ao tratamento realizado.
Exemplo:	Relatório de restauração: MMC.0001.01B Fotografias de detalhes do tratamento: MMC000115.jpg

## INVENTÁRIO

<b>Realização inventário</b>	
Tag:	200
Tipo de campo:	Alfanumérico, indexável, não repetitivo, obrigatório.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: Nome Sobrenome
Ajuda:	Preencher nome do responsável pelo inventário (Nome, Sobrenome).
Exemplo:	Helen Marcia Potter Pessoa

<b>Data realização inventário</b>	
Tag:	201
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, não repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar data de realização do inventário em formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	24 maio 2003

<b>Revisão inventário</b>	
Tag:	210
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: Nome Sobrenome.
Ajuda:	Preencher nome do responsável pela revisão inventário (Nome Sobrenome).
Exemplo:	Ana Martins Panisset
<b>Data revisão inventário</b>	
Tag:	211
Tipo de campo:	Alfanumérico, não obrigatório, repetitivo, não indexável.
Conteúdo:	Sintaxe controlada: dia, mês e ano.
Ajuda:	Registrar data de realização da revisão do inventário em formato ddmmm. aaaa.
Exemplo:	18 jun. 2007

Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro - Entrada de dados

MFN ???

Planilha: MMC Adicionar campo: <->

Acervo		
Coleção		
Número inventário		
Número inventário anterior	1	
Objeto	1	
Título	1	
Material   Técnica	1	
Altura (img.vertical)		
Largura (img.vertical)		
Profundidade (img.vertical)		
Peso (img.vertical)		
Comprimento (img.horizontal)		
Largura (img.horizontal)		
Altura (img.horizontal)		
Peso (img.horizontal)		
Data   Época		
Autoria   Atribuição	1	
Origem		
Procedência		
Modo de aquisição		
Data de aquisição		
Estado de conservação	1	
Data de conservação	1	
Marcas e inscrições	1	
Tipo marcas   inscrições	1	
Técnica	1	
Posição marcas   inscrições	1	
Sinais particulares	1	
Descrição	1	

NEW RECORD 0 bytes Registrar o nome do colecionador por extenso.

FIGURA 18 - Formulário de entrada de dados do inventário – *software Winisis*.

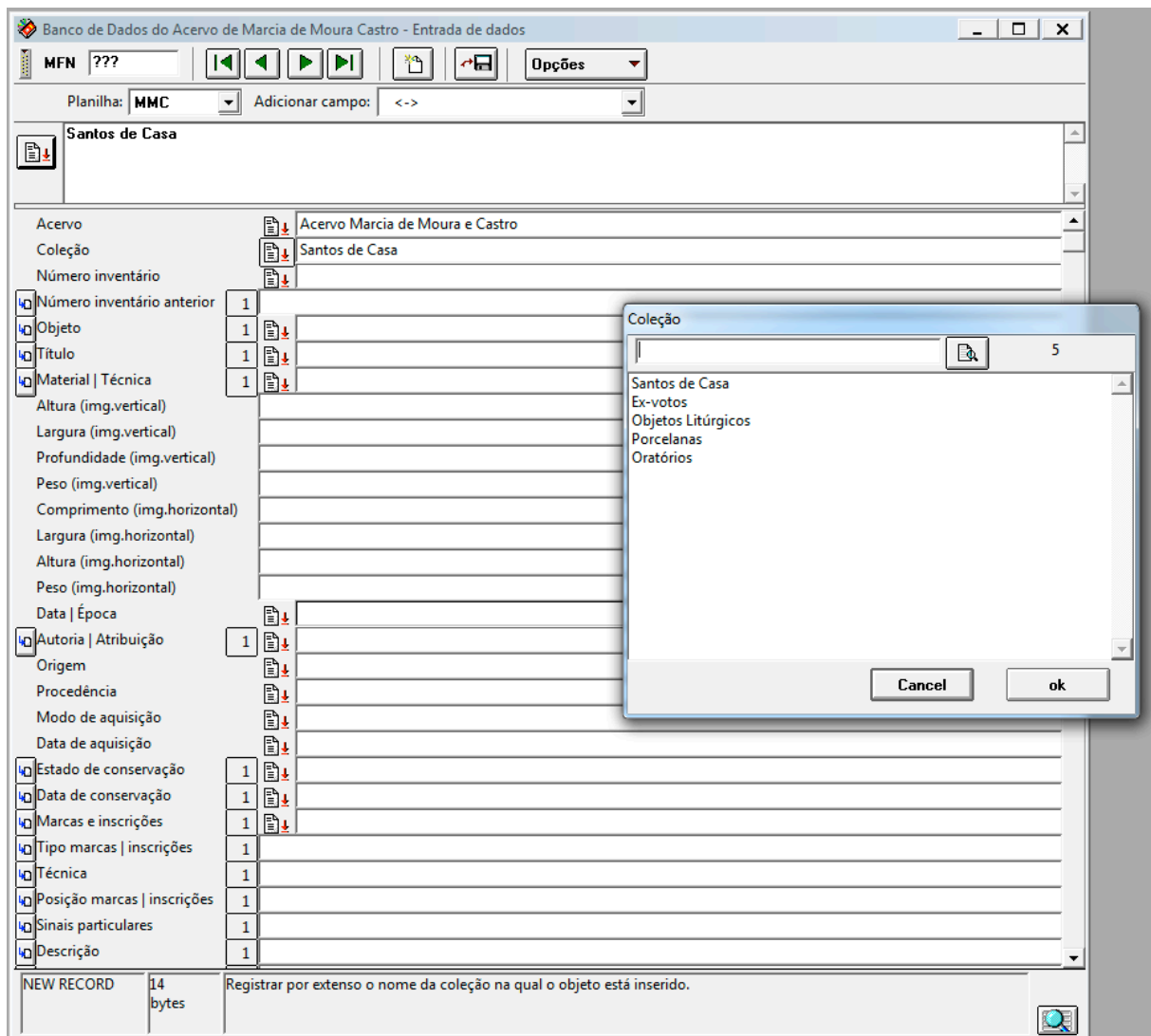


FIGURA 19 -Lista de escolha - *Pick-list*, auxiliando preenchimento e controle de vocabulário.

## Cuidados com o acervo

Orientações básicas para melhor conservação das obras de arte sugeridas pelo Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis da Escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (CECOR, 1997, p. 4):

- Mantenha a obra longe de toda fonte de calor, como o sol, lâmpadas, velas, lareiras, etc.
- Evite a iluminação direta ou demasiadamente intensa do sol ou artificial, pois ambas podem provocar descolorações dos pigmentos e envelhecimento acelerado de materiais orgânicos, como vernizes e colas, que se tornam amarelos e quebradiços.
- Evite umidade direta ou indireta, que provoca dilatação dos suportes com aumento considerável de peso e enfraquecimento da camada de pintura, podendo causar, também, o aparecimento de insetos e outros agentes biológicos.
- Evite o contato de obras tratadas com peças atacadas por insetos ou fungos, particularmente se elas não puderem ter manutenção periódica.
- Evite mudanças bruscas de umidade e temperatura. Tenha cuidado especial por ocasião de mudanças de uma cidade para outra.
- Nunca use fita adesiva em obras de papel e evite o contato direto dessas obras com papelão, madeira e eucatex, para evitar o aparecimento de manchas irreversíveis.
- Embale cuidadosamente as obras que deverão ser transportadas (utilize papel de seda, espuma de poliuretano ou plástico bolha), evitando, assim, que elas sofram com vibrações, golpes, etc.
- Evite acúmulo de pó na superfície das obras de arte. Utilize, para limpeza, uma trincha macia, chamada juba, encontrada em copiadoras. Jamais utilize pano úmido para esta finalidade.
- Evite “restaurações” do tipo doméstico, que podem causar sérios danos às peças. As intervenções em obras de arte devem ser feitas por técnicos especializados.
- Evite o manuseio das peças e, quando necessário, faça-o cuidadosamente e com as mãos limpas.

## Glossário

**Alva:** túnica talar (que desce até os calcanhares), de linho branco que recobre todo o corpo. Simboliza a pureza de coração. Era a túnica usada pelos antigos nobres gregos e romanos. Representa também a túnica branca com que Cristo foi vestido, por ordem de Herodes. É comum a todos os ministros na Liturgia.

**Ascético:** aquele que se volta para a vida espiritual, mística; místico, contemplativo.

**Atributo:** símbolo ou peça peculiar de um santo que ajuda no seu reconhecimento e de sua categoria.

**Báculo:** grande cajado de metal precioso, que relembra o cajado dos pastores. Possui uma extremidade curva, e por vezes traz algum símbolo. É usado pelos bispos como insígnia de sua missão, como sinal de seu ministério como pastor.

**Barrete:** chapéu quadrangular pequeno e rígido usado pelos clérigos. Tem vários formatos, mas o mais comum é de forma quadrada com três palas na parte superior e com uma borla (espécie de pompom) ao meio.

**Bentinho:** objeto de devoção composto por dois saquinhos quadrados de pano, contendo orações escritas, ou uma relíquia, ou outros elementos, que os devotos trazem, à altura do peito e nas costas, pendente do pescoço

**Canonização:** ato solene de, após cumpridos regras e rituais prescritos pela Igreja, (o papa) declarar o indivíduo falecido inscrito no catálogo dos santos, concedendo-lhe culto irrestrito.

**Capuchinho:** diz-se de ou religioso pertencente a uma das ordens franciscanas reformadas.

**Capucho:** capuz.

**Casula:** veste litúrgica frequentemente confeccionada em seda ou damasco, com bordas arredondadas e guarnecida de galões. É a última veste do sacerdote, usada sobre a alva e a estola durante a celebração da missa. Seu nome significa pequena casa. Possui geralmente uma grande cruz nas costas e sua cor segue a cor litúrgica do dia.

**Chagado:** que tem muitas chagas ou feridas; ulcerado. em estado de aflição, de angústia; flagelado, martirizado.

**Charitas:**caridade.

**Cilício:** cinto ou cordão eriçado de cerdas ou correntes de ferro, cheio de pontas, com que os penitentes cingem o corpo diretamente sobre a pele.

**Cíngulo:** cordão para ajustar a alva à cintura, derivado do cinto romano. Simboliza as cordas e os açoites com que Jesus Cristo foi atado e flagelado. Lembra o conselho de cingir os rins como presteza para o trabalho.

**Cogula:** espécie de túnica larga, sem mangas, usada por certos religiosos monacais como, por exemplo, os beneditinos.

**Couraça:** armadura feita de metal ou couro, usada por soldados sobre o peito e as costas para protegê-los de golpes inimigos.

**Cravo:** tipo de prego de ferro confeccionado manualmente por isso bastante irregular, diferindo-se de um prego industrializado. É muito encontrado na escultura colonial brasileira.

**Custódia:** receptáculo, geralmente de ouro ou de prata, no qual se deposita a hóstia para expô-la à adoração dos fiéis; ostensório.

**Dalmática:** é a veste própria do diácono, podendo ser usada também pelo bispo ou abade, debaixo da casula. É colocada sobre a alva (túnica) e a estola na celebração da missa. Aberta dos lados, tem as mangas largas e curtas. Oriunda da Dalmácia, no séc. II era o traje das classes nobres, sendo adotada para o uso litúrgico no séc. IV.

**Decúbito:** estado do corpo humano em repouso, sobre um plano horizontal

**Diadema:** adorno de metal ou estofado, ricamente decorado, que os reis e as rainhas portavam sobre a cabeça. Jóia ou ornato em forma de meia coroa com que as mulheres cingem o toucado e/ou adornam a fronte.

**Drapeado:** diz-se do tecido ou vestimenta em que foram feitas dobras, pregas ou ondulações para obter-se um efeito ornamental.

**Dulia:** termo teológico que significa a honra devotada aos santos. Existem assim dois tipos de devoção. Um, de veneração, voltado aos santos, que se chama *dulia* e outro, de adoração ou latria que se refere a Deus.

**Episcopal:** relativo ou pertencente a bispo; bispal.

**Escapulário:** faixa de tecido que frades e freiras de algumas ordens religiosas usam pendentes sobre o peito. Sinal de devoção representado por dois pedaços de pano bento, ligados por duas fitas, sobre os quais está escrito o nome da Virgem.

**Esclavina:** capa curta, geralmente fechada na frente com botões, usada pelos romeiros sobre a túnica. Variedade de murça (vestimenta usada pelos cônegos por cima da sobrepeliz).

**Esgrafito (esgrafiado):** aplicação de uma ou duas camadas de têmpera sobre a folha de ouro que depois de seca era retirada, com ferramenta de ponta fina, em áreas pré-determinadas para formar um desenho que deixava a mostra a folha de ouro subjacente.

**Estigma:** marca ou cicatriz deixada por ferida. Cada uma das cinco marcas que alguns santos aplicavam no corpo, representativas das chagas de Cristo.

**Estola:** é uma faixa de tecido que os bispos e sacerdotes levam em torno do pescoço, pendendo diante do peito e os diáconos usam a tiracolo sobre o ombro esquerdo, prendendo ao lado direito. Suas cores variam de acordo com a época do ano litúrgico, seguindo a cor da casula e do manípulo. Simboliza a imortalidade da alma e é sinal do serviço e poder sacerdotal.

**Fatura:** ato ou efeito de fazer; feitura; obra feita por alguém; modo característico de cada autor compor sua obra de arte.

**Hagiografia:** biografia ou estudo sobre biografia de santos.

**Hagiológico:** lista, catálogo de santos.

**Humilitas:** humildade.

**Iconografia:** estudo descritivo da representação visual de símbolos e imagens tal como se apresentam nos quadros, gravuras, estampas, medalhas, efígies, retratos, estátuas e monumentos de qualquer espécie, sem levar em conta o valor estético que possam ter.

**Imaginária:** conjunto de figuras, de imagens; obra de santeiro; estatuária; estudo tipológico das imagens religiosas de santos e cenas bíblicas.

**Imberbe:** quem ou o que não tem barba.

**Indexação:** procedimento de identificar e descrever o conteúdo de um documento com termos que representam os assuntos correspondentes a esse documento com o objetivo de recuperá-lo posteriormente.

**Indumentária:** conjunto de vestimentas usadas em determinada época ou por determinado povo, classe social, profissão etc.

**Interface:** meio pelo qual o usuário interage com um programa ou sistema operacional

**Laico:** que ou aquele que não pertence ao clero nem a uma ordem religiosa; leigo.

**Link:** elemento de hipermídia formado por um trecho de texto em destaque ou por um elemento gráfico que, ao ser acionado (ger. mediante um clique de mouse), provoca a exibição de novo hiperdocumento

**Manípulo:** é uma pequena faixa de tecido, semelhante a uma estola, que os sacerdotes católicos costumavam usar atada ao braço esquerdo, próximo ao punho, durante celebrações litúrgicas. Tem a mesma cor da casula.

**Mitra:** chapéu alto e largo, que se afina no alto, formado por duas metades iguais paralelas e separadas por um espaço, com duas fitas que caem sobre as espáduas, que o Papa, os bispos, arcebispos e cardeais usam nas solenidades mais importantes. É símbolo do poder espiritual.

**Modestino:** tira de pano ao redor do colo.

**Normalizar:** tornar normal; fazer voltar à normalidade; regularizar. 2. Submeter a norma ou normas; padronizar. 3. Int. Retornar à ordem. 4. Voltar ao estado normal (Cf. normatização).

**Normatizar:** estabelecer normas para. Submeter a normas (Cf. normalizar).

**Pálio:** ornamento litúrgico que consiste numa faixa de lã branca adornada com cruces negras, usada em torno do pescoço pelos arcebispos, em cerimônias pontificais

**Panejamento:** vestes ou panos representados em esculturas.

**Paquímetro:** instrumento empr. para medir precisamente pequenas distâncias, espessuras etc.

**Paramento:** cada uma das vestes litúrgicas sacerdotais; ornamento.

**Parentela:** o conjunto dos parentes; parentada, parentalha. série de gerações; linhagem, família, casta.

**Pastiglio (relevo):** ornatos em relevo, com gesso e outros materiais diversos, na superfície das roupas, ou nas suas bordas.

**Peanha:** pequeno pedestal de diferentes formas que serve de base a uma escultura.

**Perizonium:** panejamento que envolve o corpo de uma imagem na altura da cintura.

**Pintura a pincel:** pintura executada sobre a base de preparação ou douramento.

**Pluvial:** capa que chega até os pés, aberta na frente, com fecho (broche) junto ao pescoço. É usada sobre a alva ou a sobrepeliz nas Bênçãos do Santíssimo Sacramento, nas procissões e outras funções litúrgicas solenes. É também denominada de capa de asperges.

**Policromado:** obra escultórica revestida por camada pictórica em várias cores.

**Publicano:** cobrador de impostos no Império Romano.

**Punção:** marcação das partes douradas feita com o auxílio de um instrumento metálico em forma de bastão (espécie de carimbo), contendo na extremidade desenhos em alto relevo, formando texturas. É aplicado sobre o douramento já brunido.

**Querubim:** em artes plásticas é a representação de um anjo com cara de criança, somente com cabeça e par de asas.

**Registro:** conjunto estruturado de dados que permite acomodar determinado assunto.

**Resplendor:** peça de metal circular com que os escultores circundam muitas vezes a cabeça de Cristo, da Virgem e dos santos. Significa o reflexo da glória celeste. É um atributo dado a todos os santos. Na pinturas é representado como a auréola ou nimbo.

**Roquete:** sobrepeliz estreita, de mangas, com rendas e pregas miúdas, us. por bispos e dignitários religiosos

**Rosário:** fileira de 165 pequenas contas dispostas de maneira sucessiva, representando cada uma delas uma oração. Oração em honra de Nossa Senhora em que se intercalam ave-marias com a meditação dos mistérios, iniciados pela oração do padre-nosso e encerrados pelo glória [Divide-se em três partes, das quais cada uma é composta de cinco dezenas de ave-marias e de cinco padre-nossos.]

**Sobrepeliz:** espécie de alva de tamanho reduzido que chega o máximo na altura do joelho. Sempre de cor branca e normalmente de linho, possui mangas largas e folgadas, algumas têm também rendas ou bordados a guarnecer. É uma veste litúrgica que faz parte das vestes

corais. É usada por todos os clérigos e seminaristas por cima da batina sobretudo quando assistem ao coro para o ofício divino, mas também para as outras celebrações litúrgicas.

**Software:** conjunto de componentes lógicos de um computador ou sistema de processamento de dados; programa, rotina ou conjunto de instruções que controlam o funcionamento de um computador; suporte lógico

**Soqueixal:** tira de pano que passa pela testa e queixo.

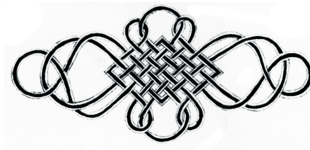
**Sotaina:** espécie de hábito que os eclesiásticos vestiam por baixo da capa. Batina de sacerdote católico.

**Subcampo:** elemento que contém a menor porção de informação de um campo, cujo sentido pode não ser claro se não for analisado em conjunto com os outros elementos relacionados.

**Tiara:** 1. A tiara papal (também conhecida como tríplice tiara, tríplice coroa ou *triregnum*) é uma espécie de chapéu, quase sempre ricamente decorado de pedrarias, composto de três coroas, rematado por um globo encimado por uma cruz. É usada pelo Papa nas grandes cerimônias, como símbolo de sua autoridade e poder específicos e únicos. 2. Diadema ou ornamento semelhante usado pelas mulheres na parte frontal do penteado.

**Tonsura:** corte redondo dos cabelos no topo da cabeça dos eclesiásticos.

**Veladura:** acabamento translúcido com baixo poder de cobertura, aplicado sobre a pintura, douramento ou sobre folha de prata, deixando entrever a camada subjacente, modificando ligeiramente seu colorido.



## Fichas de inventário

Aqui apresentamos as fichas das vinte esculturas inventariadas. Infelizmente em nenhuma delas conseguimos levantar todos os dados de cada categoria do inventário, posto que alguns processos como diagnóstico e intervenções ainda não foram realizados no acervo.


Com a finalidade de dar um exemplo de uma ficha completa – com todas informações e campos preenchidos – optamos por preencher este exemplo (p.194) com informações tiradas de outras imagens e diferentes exemplares. Portanto nem todas as informações que constam desta ficha são concernentes à imagem nela registrada, são apenas para efeito de exemplificação.

ACERVO MÁRCIA DE MOURA CASTRO	
	
Imagens ampliadas: <a href="#">\MMC001801.jpg</a> / <a href="#">\MMC001802.jpg</a>	
IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO	
<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0018
<b>Número de inventário anterior:</b>	AVIII08
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santo Antônio (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	marfim / policromado / dourado (vestígios)
<b>Dimensões:</b>	altura: 16,6cm / largura: 4,2cm / profundidade: 2,5cm / peso: 25g
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Indo-Portuguesa
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior
<b>Sinais particulares:</b>	- Perda do ante-braço e mão direitos, entalhados em outro bloco e unidos por encaixe em orifício no braço.
<b>Descrição:</b>	<p>Figura masculina, em pé, encontra-se em posição frontal com ligeira torção do tronco para direita. Apresenta-se pendente para frente devido ao formato curvo do suporte. Porte esguio, linha dos ombros na diagonal descendente, emenda com a parte superior dos braços e forma um triângulo com a gola do capuz. Os braços curtos se posicionam flexionados à altura da cintura. Mão esquerda espalmada em talha reta segura o livro que possui orifício para encaixe do Menino Jesus (que se perdeu). A mão direita, também perdida, deveria carregar um atributo - o lírio, a cruz ou o terço. O rosto arredondado possui as feições bem marcadas, com queixo imberbe e levemente pontiagudo. Os olhos, esculpidos e pintados, são esbugalhados e a sobrancelha é representada por um fino traço preto. A boca estreita traz os lábios cerrados esboçando leve sorriso. As linhas das maçãs do rosto e sulcos profundos marcam das laterais do nariz (triangular) até os cantos da boca. As orelhas são ligeiramente escondidas pelos cabelos, a direita é menor e mais escondida que a esquerda. Possui tonsura larga e volumoso cabelo preto, talhado em estrias. A perna esquerda está estendida e a direita, semi-flexionada com o pé em recuo, é indicada pelo panejamento. Traja hábito franciscano, arrematado em bordas douradas, que parcialmente suspenso à esquerda da imagem, com a ponta presa ao braço, deixa a mostra parte da túnica. As vestes são longas e possuem caimento com pregas verticais no verso. O capuz dourado e as mangas do hábito, caídas ao lado do corpo, terminam em pontas. A túnica cinge o corpo e cobre parte dos pés descalços. O cordão de 3 nós, dourado e amarrado na cintura, tem duas pontas: uma ponta longa, com os nós, que acompanha em caimento diagonal o panejamento, na lateral direita do hábito, e uma ponta bem curta com caimento central. A base da imagem na parte frontal possui duas alturas, uma é fina, ovalada, marcada por sulco profundo e se estende em base quadrangular com entalhe fitomorfo - típico da iconografia indo-portuguesa. Talhada em marfim de pouca espessura, compõe-se de quatro blocos: imagem e base, mão esquerda com livro, mão direita (perdida, deixando orifício para encaixe) e menino Jesus (também perdido). Possui orifício para resplendor e para encaixe do Menino Jesus no livro.</p>
DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
<b>Imagens digitais:</b>	<a href="#">\MMC001801.jpg</a> / <a href="#">\MMC001802.jpg</a> / <a href="#">\MMC001803.jpg</a> / <a href="#">\MMC001804.jpg</a> / <a href="#">\MMC001805.jpg</a>
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES	
<b>Valor   Data:</b>	- R\$545,00 / 15 maio 2011
<b>Observações:</b>	- Presença de espécie de massa adesiva nas rachaduras do verso, especialmente na base.
CONSERVAÇÃO DO OBJETO	
<b>Diagnóstico:</b>	- Perda do ante-braço e mão direitos, com pequena perda na manga da veste; Rachaduras principalmente no braço direito, no verso e na base; Fissura no lado esquerdo do rosto; Perda do Menino Jesus que era encaixado em orifício no livro; Perda quase completa de policromia; Perdas no douramento; Carnação muito escurecida; Acúmulo de sujidades nas reentrâncias. Tatiana Duarte Penna / 15 maio 2011
<b>Intervenções:</b>	- Higienização e fixação de policromia. Tatiana Duarte Penna / 15 maio 2011
INVENTÁRIO	
<b>Realização:</b>	Ana Martins Panisset / 15 maio 2011
<b>Revisão:</b>	- Maria Regina Emery Quites / 25 maio 2011

Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 1      Formato: MMC

MMC: 0001      ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000101.jpg](#) / [MMC000102.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0001
<b>Número de inventário anterior:</b>	AXV639
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora da Conceição (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	barro / dourado / policromado
<b>Dimensões:</b>	altura: 26,2cm / largura: 10,4cm / profundidade: 9,4cm / peso: 25g
<b>Data   Época:</b>	século XVII (?)
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Portugal
<b>Procedência:</b>	Antiquário Lisboa, Portugal
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 2    Formato: MMC

MMC: 0002    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000201.jpg](#) / [MMC000202.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0002
<b>Número de inventário anterior:</b>	AIV035
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 26,8cm / largura: 10,0cm / profundidade: 6,5cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 3    Formato: MMC

MMC: 0003    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000301.jpg](#) / [MMC000302.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0003
<b>Número de inventário anterior:</b>	BI668
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- São Bento (?) (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira
<b>Dimensões:</b>	altura: 25,7cm / largura: 9,2cm / profundidade: 6,3cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra /
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 4    Formato: MMC

MMC: 0004    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000401.jpg](#) / [MMC000401.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0004
<b>Número de inventário anterior:</b>	AIV041
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora da Conceição (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 28,2cm / largura: 9,8cm / profundidade: 8,9cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base



MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 5    Formato: MMC

MMC: 0005    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC000501.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0005
<b>Número de inventário anterior:</b>	BI762
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santo Antônio (?) (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 28,6cm / largura: 10cm / profundidade: 8,2cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / pintado / base inferior
<b>Sinais particulares:</b>	- Cabeças e mãos são soltas, de encaixe


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 6    Formato: MMC

MMC: 0006    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000601.jpg](#) / [MMC000602.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Coleção:** Santos de Casa  
**Número de inventário:** MMC.0006  
**Número de inventário anterior:** AV063  
**Objeto:** Escultura Religiosa  
**Título:** - Nossa Senhora da Conceição (iconográfico)  
**Material | Técnica:** madeira / dourada / policromada / olhos de vidro  
**Dimensões:** altura: 26,1cm / largura: 11,1cm / profundidade: 6,4cm / peso:  
**Data | Época:** século XVIII  
**Autoria | Atribuição:** - não identificada  
**Origem:** Minas Gerais  
**Procedência:** sem registro  
**Modo de aquisição | Data:** compra / sem registro  
**Estado de conservação:** péssimo / 15 maio 2011


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 7    Formato: MMC

MMC: 0007    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000701.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0007
<b>Número de inventário anterior:</b>	AI584
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santa nao identificada
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / imagem de roca / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 34,5cm / largura: 11,6cm / profundidade: 8,2cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII (?)
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	sem registro
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 8    Formato: MMC

MMC: 0008    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000801.jpg](#) / [MMC000802.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0008
<b>Número de inventário anterior:</b>	AI009
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- São Roque
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / dourada / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 31,5cm / largura: 10,5cm / profundidade: 7,6cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	Antiquário Irineu Sá-Motta, Belo Horizonte, Minas Gerais
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / 2002
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 9    Formato: MMC

MMC: 0009    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC000901.jpg](#) / [MMC000902.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Coleção:** Santos de Casa  
**Número de inventário:** MMC.0009  
**Número de inventário anterior:** AI583  
**Objeto:** Escultura Religiosa  
**Título:** - São José de Botas (iconográfico)  
**Material | Técnica:** madeira / imagem articulada / policromada  
**Dimensões:** altura: 37,5cm / largura: 11,8cm / profundidade: 8,3cm / peso:  
**Data | Época:** século XIX  
**Autoria | Atribuição:** - não identificada  
**Origem:** Minas Gerais  
**Procedência:** Antiquário Irineu Sá-Motta, Belo Horizonte, Minas Gerais  
**Modo de aquisição | Data:** compra / sem registro  
**Estado de conservação:** bom / 15 maio 2011  
**Marcas e inscrições:** - número de inventário anterior / etiqueta / base


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 10    Formato: MMC

MMC: 0010    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC001001.jpg](#) / [MMC001002.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0010
<b>Número de inventário anterior:</b>	AI011 / 1/239
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santa Gertrudes (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / policromada / dourada
<b>Dimensões:</b>	altura: 25,9cm / largura: 13,7cm / profundidade: 7,6cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 11    Formato: MMC

MMC: 0011    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [\MMC001101.jpg](#) / [\MMC001102.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Coleção:** Santos de Casa  
**Número de inventário:** MMC.0011  
**Número de inventário anterior:** AVIII112  
**Objeto:** Escultura Religiosa  
**Título:** - Bom Pastor (iconográfico)  
**Material | Técnica:** marfim  
**Dimensões:** altura: 21,9cm / largura: 6,6cm / profundidade: 5,1cm / peso:  
**Data | Época:** século XVIII  
**Autoria | Atribuição:** - não identificada  
**Origem:** Indo-Portuguesa, Goa (?)  
**Procedência:** sem registro  
**Modo de aquisição | Data:** compra /  
**Estado de conservação:** ótimo / 15 maio 2011  
**Marcas e inscrições:** - número de inventário anterior / etiqueta / base  
**Sinais particulares:** - orifícios que atravessam a imagem


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 12    Formato: MMC

MMC: 0012    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [\MMC001201.jpg](#) / [\MMC001202.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0012
<b>Número de inventário anterior:</b>	AX225
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira / policromada (vestígios)
<b>Dimensões:</b>	altura: 15,7cm / largura: 8,0cm / profundidade: 4,3cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Minas Gerais
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base



MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 13    Formato: MMC

MMC: 0013    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC001301.jpg](#) / [MMC001302.jpg](#)

### IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0013
<b>Número de inventário anterior:</b>	AXIII623
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora do Carmo (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	pedra / dourada
<b>Dimensões:</b>	altura: 16,5cm / largura: 5,7cm / profundidade: 4,4cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Portugal
<b>Procedência:</b>	Lisboa, Portugal
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior

MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 14    Formato: MMC

MMC: 0014    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC001401.jpg](#) / [MMC001402.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC0014
<b>Número de inventário anterior:</b>	AX328
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santana Guia (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	pedra / policromada / dourada
<b>Dimensões:</b>	altura: 11,2cm / largura: 7,0cm / profundidade: 3,4cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Itália
<b>Procedência:</b>	Itália
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior
<b>Sinais particulares:</b>	- perda de braço esquerdo


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 15      Formato: MMC

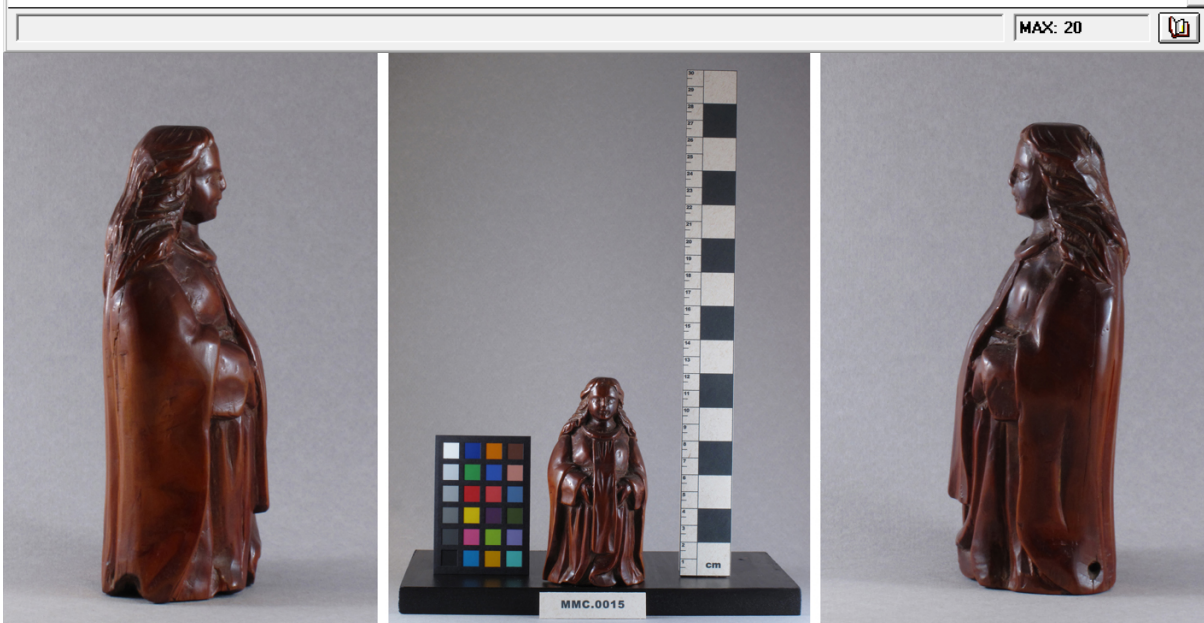
MMC: 0015      ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC001501.jpg](#) / [MMC001502.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**



<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0015
<b>Número de inventário anterior:</b>	AVII090
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora do Ó (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira
<b>Dimensões:</b>	altura: 11,9cm / largura: 6,1cm / profundidade: 3,8cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Península Ibérica (?)
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	ótimo / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 16    Formato: MMC

MMC: 0016    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC001601.jpg](#) / [MMC001602.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0016
<b>Número de inventário anterior:</b>	AX244
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora Aparecida (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	madeira
<b>Dimensões:</b>	altura: 8,9cm / largura: 5,5cm / profundidade: 4,1cm / peso:
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- Mestre da Terra (atribuição - José Alberto Nemer)
<b>Origem:</b>	sem registro
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior



MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 17    Formato: MMC

MMC: 0017    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC001701.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0017
<b>Número de inventário anterior:</b>	AX286
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- São Sebastião (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	cerâmica / moldada / policromada
<b>Dimensões:</b>	altura: 13,3cm / largura: 5,0cm / profundidade: 3,5cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XIX
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	São Paulo
<b>Procedência:</b>	São Paulo
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	ótimo / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base



MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 18      Formato: MMC

MMC: 0018      ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC001801.jpg](#) / [MMC001802.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0018
<b>Número de inventário anterior:</b>	AVII108
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Santo Antônio (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	marfim / policromado / dourado (vestígios)
<b>Dimensões:</b>	altura: 16,6cm / largura: 4,2cm / profundidade: 2,5cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Indo-Portuguesa
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	regular / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base inferior


MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 19    Formato: MMC

MMC: 0019    ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO



Imagens ampliadas: [MMC001901.jpg](#) / [MMC001902.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

**Coleção:** Santos de Casa  
**Número de inventário:** MMC.0019  
**Número de inventário anterior:** AVII744  
**Objeto:** Escultura Religiosa  
**Título:** - Nossa Senhora da Boa Morte (iconográfico)  
**Material | Técnica:** pedra / madeira / policromada  
**Dimensões:** comprimento: 11,3cm / largura: 4,2cm / altura: 3,1cm / peso:  
**Autoria | Atribuição:** - não identificada  
**Origem:** Minas Gerais  
**Procedência:** Sandra e Marcio  
**Modo de aquisição | Data:** presente / 2005  
**Estado de conservação:** regular / 15 maio 2011  
**Marcas e inscrições:** - número de inventário anterior / etiqueta / base inferior

**DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA**



MAX: 20



Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro

MFN 20      Formato: MMC

MMC: 0020      ACERVO MARCIA DE MOURA CASTRO

Imagens ampliadas: [MMC002001.jpg](#) / [MMC002002.jpg](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0020
<b>Número de inventário anterior:</b>	XI576 / 226
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Nossa Senhora da Apresentação (iconográfico)
<b>Material   Técnica:</b>	gesso / policromado
<b>Dimensões:</b>	altura: 18,4cm / largura: 6,8cm / profundidade: 5,2cm / peso:
<b>Data   Época:</b>	século XIX
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	sem registro
<b>Procedência:</b>	sem registro
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra / sem registro
<b>Estado de conservação:</b>	bom / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base

MAX: 20




CDS/ISIS for Windows [Versão Completa - DATA COOP Ibf : BR] - [Banco de Dados do Acervo de Marcia de Moura Castro]

Arquivo Exibir Consultar Editar Configurar Utilitários Janela Ajuda

Formato: MMC

MMC: 0011 ACERVO MARCIA




Imagens ampliadas: [MMC](#)

**IDENTIFICAÇÃO DO**

<b>Coleção:</b>	Santos de Casa
<b>Número de inventário:</b>	MMC.0011
<b>Número de inventário anterior:</b>	AVIII12
<b>Objeto:</b>	Escultura Religiosa
<b>Título:</b>	- Bom Pastor (iconogr
<b>Material   Técnica:</b>	marfim
<b>Dimensões:</b>	altura: 21,9cm / largu
<b>Data   Época:</b>	século XVIII
<b>Autoria   Atribuição:</b>	- não identificada
<b>Origem:</b>	Indo-Portuguesa, Goa
<b>Procedência:</b>	sem registo
<b>Modo de aquisição   Data:</b>	compra /
<b>Estado de conservação:</b>	ótimo / 15 maio 2011
<b>Marcas e inscrições:</b>	- número de inventário anterior / etiqueta / base
<b>Sinais particulares:</b>	- orifícios que atravessam a imagem

MMC001101.JPG - Windows Photo Viewer

File Print E-mail Burn Open



Windows Photo Viewer controls: zoom, rotate, previous, next, refresh, close

Imagem de exibição ampliada por recurso do banco de dados no software *Winisis*.

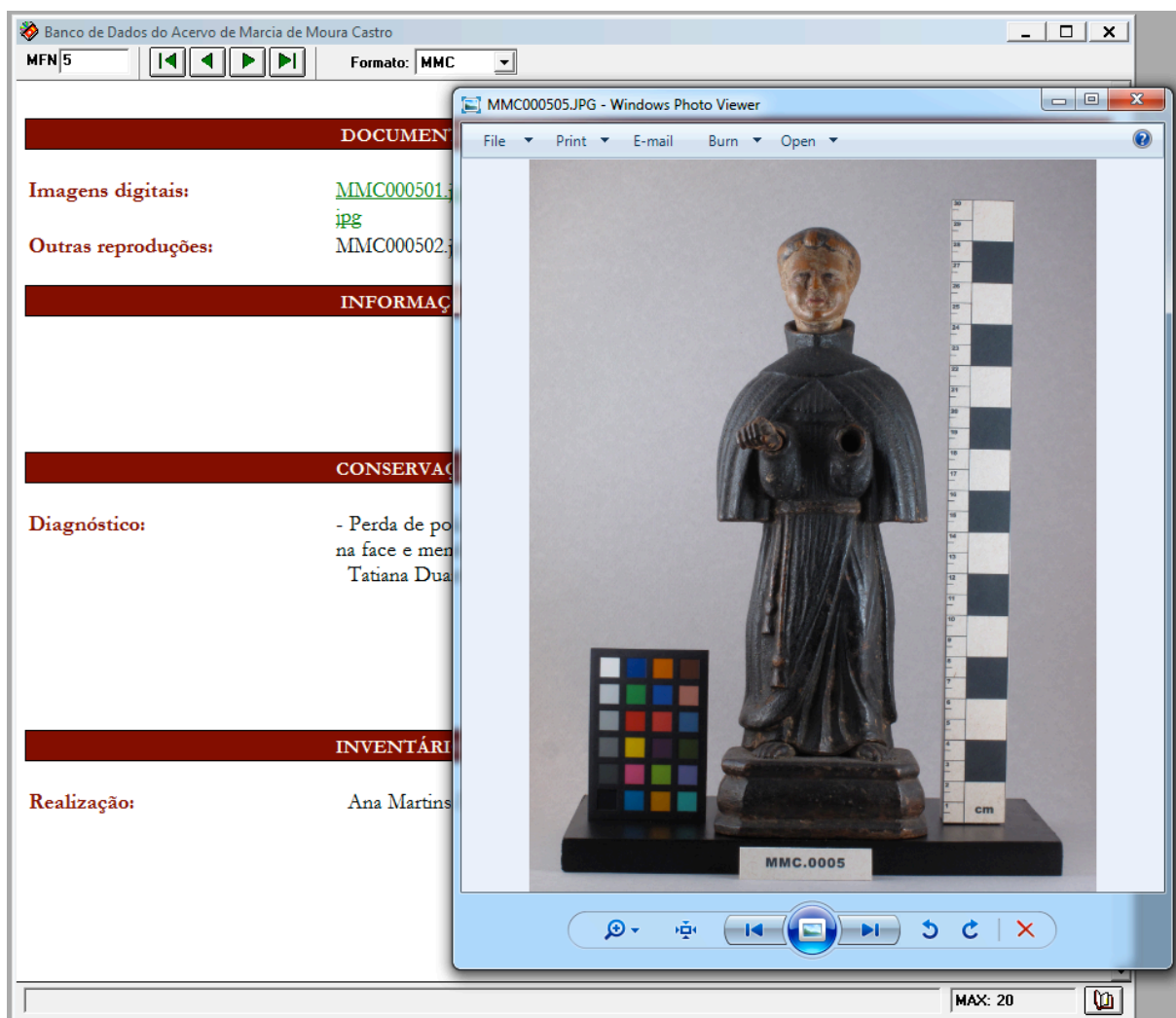


Imagem de identificação ampliada por recurso do banco de dados no software *Winisis*.

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO - COLEÇÃO MARCIA DE MOURA E CASTRO		
Código de inventário: MMC.	Código anterior:	
Título / Invocação:		
Altura:	Largura:	Profundidade:
Material:	Técnica:	
Características técnicas:		
Marcas e inscrições:		
Estado de conservação: ( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim ( ) péssimo		
Diagnóstico:		
Intervenções anteriores:		
Obs.:		
Fotografias:		

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO - COLEÇÃO MARCIA DE MOURA E CASTRO		
Código de inventário: MMC.	Código anterior:	
Título / Invocação:		
Altura:	Largura:	Profundidade:
Material:	Técnica:	
Características técnicas:		
Marcas e inscrições:		
Estado de conservação: ( ) ótimo ( ) bom ( ) regular ( ) ruim ( ) péssimo		
Diagnóstico:		
Intervenções anteriores:		
Obs.:		
Fotografias:		

## Tabelas comparativas

As tabelas seguintes trazem uma comparação de diferentes fichas de inventário provenientes de instituições museológicas e diversos órgãos patrimoniais do Brasil. Estas fichas serviram também de base para a metodologia de inventário desenvolvida.

Tabela 1- Comparação entre fichas de inventário de diversos órgãos patrimoniais

<b>Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados - IPHAN 2000</b>	<b>Ficha M305 - Bens Móveis e Integrados - SICG IPHAN 2009</b>
LOCALIZAÇÃO	1. IDENTIFICAÇÃO
UF/Município	1.3 Identificação do bem
Cidade/Localidade	1.4 Código Identificador Iphan
Endereço	2. CLASSE (listagem)
Acervo	2.1 Subclasse
Local no prédio	3. DATA / ÉPOCA
Proprietário	4. AUTORIA
Responsável imediato / endereço	5. ORIGEM
IDENTIFICAÇÃO	6. PROCEDÊNCIA
Objeto	7. MODO AQUISIÇÃO /DATA
Título	8. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS
Subclasse	8.1 Materias
Classe	8.2. Técnica
Época	8.3 Dimensões
Autoria	9. FOTOS / DESENHOS
Material / Técnica	10. MARCAS / INSCRIÇÕES
Número	11. DESCRIÇÃO DETALHADA
Número de inventário anterior / ano	12. ANÁLISE HISTÓRICO-ESTILÍSTICA
Origem	13. OUTRAS INFORMAÇÕES / OBSERVAÇÕES
Procedência	14. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS
Modo de aquisição / data	17. PREENCIMENTO
Marcas / inscrições / legendas	17.1 Entidade
Dimensões (cm)	17.2 Data
Descrição	17.3 Responsável
Documentação fotográfica / localização	
Foto	
Contato e negativo	
Operador / data	
ANÁLISE HISTÓRICO / ARTÍSTICA	
Especificação do estado de conservação	
Restaurações	
Restauradores	
Características técnicas	
Características estilísticas	
Características iconográficas / ornamentais	
Dados históricos	
Referências bibliográficas/ arquivísticas	
Observações	
Responsável pelo preenchimento técnico	
Responsável pela revisão técnica	
Execução do inventário	

Tabela 1- Comparação entre fichas de inventário de diversos órgãos patrimoniais

<b>Ficha M305 - Bens Móveis e Integrados - SICG IPHAN 2010</b>	<b>Inventário do Patrimônio Cultural da Arquidiocese de Belo Horizonte - Bens Móveis e integrados</b>
1. IDENTIFICAÇÃO	Código de inventário
1.3 Identificação do bem	1. Denominação/Edificação
1.4 Código Identificador Iphan	2. Paróquia
2.INFORMAÇÕES HISTÓRICAS	3. Reg. Episc./Forania
2.1 Datação	4. Município
2.2 Autor / fabricante	5. Endereço
2.3 Origem	6. Data
3. CARACTERÍSTICAS FÍSICAS / TÉCNICAS	7. Localização
3.1 Materiais (listagem)	8. Espécie
3.2 Técnicas	9. Mat./Técnica
3.3 Dimensões	10. Autoria
3.3.1 Precisa	11. Responsável
3.3.2 Aproximada	12. Descrição
3.4 Composto por partes	13. Condição de segurança - Boa / Razoável / Ruim
3.4.1 Não	14. Proteção legal - Federal / Estadual / Municipal / Nenhuma
3.4.2 Sim	Tombamento
3.4.2.1 Número de partes	15. Dimensões -
3.4.2.2 Descrição das partes	Altura / Profundidade / Largura / Diâmetro / Comprimento / Peso
3.5 Objetos relacionados	16. Estado de conservação - Excelente / Bom / Regular / Ruim / Péssimo
3.5.1 Não	17. Análise do estado de conservação
3.5.2 Sim	18. Histórico
3.5.2.1 Código IPHAN dos objetos relacionados	19. Intervenções
4. DESCRIÇÃO DO BEM	20. Características técnicas
4.1 Descrição formal	21. Características estilísticas
4.2 Marcas e inscrições	22. Características iconográficas
5. ESTATUTO JURÍDICO	23. Referências
6. DOCUMENTOS RELACIONADOS	24. Informações complementares
7. DADOS COMPLEMENTARES	25. Documentação fotográfica
7.1 Características estilísticas	Fotógrafos / Filmes n°s / Fotogramas n°s / Data
7.2 Características iconográficas	26. Levantamento / Data
7.3 Referências bibliográficas e arquivísticas	27. Elaboração / Data
7.4 Demais códigos atribuídos ao objeto	28. Revisão / Data
8. IMAGEM	
9. PREENCHIMENTO	
9.1 Entidade	
9.2 Data (dd/mm/aaaa)	
9.3 Responsável	

Tabela 1- Comparação entre fichas de inventário de diversos órgãos patrimoniais

<b>INEPAC - Inventário de Arte Sacra Fluminense</b>	<b>IPAC/MG - Bens Móveis e Integrados</b>
Código da ficha	1. Município
Título	2. Distrito
Identificação:	3. Acervo
Objeto	4. Propriedade / direito de propriedade
Material/Técnica	5. Endereço
Época	6. Responsável
Origem	7. Designação
Autoria	8. Localização Específica
Altura	9. Espécie
Largura	10. Época
Comprimento	11. Autoria
Diâmetro	12. Origem
Profundidade	13. Procedência
Localização:	14. Material / Técnica
Acervo	15. Marcas / Inscrições / Legendas
Município	16. Documentação Fotográfica
	17. Descrição
	18. Condições de Segurança
	19. Proteção Legal
	20. Dimensões
	21. Estado de Conservação - Excelente / Bom / Regular / Péssimo
	22. Análise do Estado de Conservação
	23. fatores de degradação
	24. Medidas de conservação
	25. Intervenções - Responsável / Data
	26. Características Técnicas
	27. Características Estilísticas
	28. Características Iconográficas
	29. Dados Históricos
	30. Referências Bibliográficas
	31. Informações Complementares
	32. Ficha Técnica
	Levantamento / Data
	Elaboração / Data
	Revisão / Data

Tabela 2 - Comparação entre fichas de inventário de diversos museus

<b>Caderno de diretrizes museológicas</b>	<b>Superintendência de Museus - Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais</b>
<b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b>	1. Acervo
1. Coleção	2. Proprietário
2. Categoria de acervo	3. N° de registro
3. Código de inventário	4. Classe
4. Número de inventário anterior	5. Sub-classe
5. Termo	6. Localização
6. Classificação	7. Objeto
7. Título	8. Título
8. Data	9. Origem - País, estado, Cidade
9. Data atribuída	11. Época - Século, Ano
10. Autoria	12. Material
11. Material / técnica	13. Técnica
12. Origem	14. Dimensões - Alt., Comp., Larg, Diâm., Espes., Peso
13. Procedência	15. Marcas / inscrições
14. Modo de aquisição	16. Descrição
15. Data de aquisição	<b>FOTO</b>
16. Marcas e inscrições	17. Negativo n°
17. Estado de conservação - Ótimo / Bom / Regular / Péssimo	18. Conservação - Boa / Regular / Ruim / Péssima
18. Dimensões	19. Procedência
19. Descrição do objeto	20. Aquisição - Doação / Compra / Coleta / Transferência
<b>ANÁLISE DO OBJETO</b>	21. Data
20. Dados históricos	22. Acervos de terceiros - Empréstimo, período / Casatrame
21. Características iconográficas	23. Disponibilidade - Doação / Empréstimo, Condições
22. Características estilísticas	24. Proprietário
23. Características técnicas	25. Endereço
<b>CONSERVAÇÃO DO OBJETO</b>	26. Restaurações
24. Diagnóstico	27. Função
25. Intervenções anteriores	28. Histórico
26. Recomendações	29. Exposições
<b>NOTAS</b>	30. Bibliografia
27. Histórico de exposições / prêmios	31. Observações
28. Histórico de publicações	32. N°s anteriores
29. Referências arquivísticas / bibliográficas	33. N° patrimonial
30. Valor de seguro	34. Resp. Registro / data
31. Observações	35. Compilador / data
32. Localização	
<b>REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA</b>	
33. Controle	
34. Fotógrafo / data	
<b>DADOS DE PREENCHIMENTO</b>	
35. Preenchimento / data	
36. Revisão / data	
37. Digitação / data	
<b>ANEXO</b>	
Imagem digitalizada	

Tabela 2 - Comparação entre fichas de inventário de diversos museus

<b>Inventário do acervo de objetos - Museu Mineiro</b>	<b>Museu Histórico Nacional</b>
1. Coleção	Objeto
2. Número de tombo	Registro
3. Número de inventário anterior	Classe
4. Nome	Valor
5. Classificação	Autor
6. Título	Título
7. Data	País
8. Data da atribuição	Data
9. Autoria	Materiais
10. Material / técnica	Processo
11. Origem	Fonte
12. Procedência	Aquisição
13. Modo de aquisição - compra / produto de oficina / transferência / doação / recolhimento / permuta	Localização
14. Data de aquisição	Altura
15. Marcas e inscrições	Larg/diâm.
16. Estado de conservação - Ótimo / Bom / Regular / Péssimo	Comprimento
17. Dimensões	Peso
18. Descrição do objeto	Calibre
<b>ANÁLISE DO OBJETO</b>	Indexação
19. Dados históricos	Obs.
20. Características iconográficas	Expo/Bibli
21. Características estilísticas	Conservação
22. Características técnicas	Laudo
<b>CONSERVAÇÃO DO OBJETO</b>	Data
23. Diagnóstico	Técnico
24. Intervenções anteriores	
25. Recomendações	
<b>NOTAS</b>	
26. Histórico de exposições	
27. Histórico de publicações	
28. Referências bibliográficas / arquivísticas	
29. Avaliação para seguro	
30. Observações	
31. Localização: SE / RT / Outros	

Tabela 2 - Comparação entre fichas de inventário de diversos museus

<b>Registro de bens móveis - Museum Am ICOM - BR - Igreja / Prefeitura / Museu / Particulares</b>	<b>Museu Nacional de Belas Artes Ficha Catalográfica de Obra de Arte</b>
Nome do monumento	Nome da instituição
Endereço	1. N° de Registro:
1. Peça n°	2. Coleção
2. Outros números	3. Autor 1:
3. Controle interno	4. Atribuído: Sim   Não
4. Tipo de objeto	
5. Matéria-prima	
6. Função específica	
7. Cultura, estilo ou grupo linguístico	
8. Número do registro, seção, vol., liv., fls. data: ano, mês, dia registrado por nome assinatura	
9. Medidas (cm/kg) largura comprimento altura diâmetro espessura	
10. Representação e/ou decoração	
11. Incrições / Marcas / Títulos	
12. Época	
13. Autor	
14. Técnica de manufatura	
15. Técnica decorativa	
16. Procedência - sítio, região, país	
17. Aquisição - como foi adquirido, quem adquiriu, de quem	
18. Estado de conservação	
19. Outras características observadas	
20. Desenhos	
21. Fotografias	
22. Descrição detalhada da peça.	

ANEXOS

## A. Cartas patrimoniais

As chamadas cartas patrimoniais são documentos internacionais no formato de cartas, recomendações, convenções, normas ou regulamentos, criados por diversos órgãos internacionais de defesa do patrimônio histórico e cultural. As cartas são documentos importantes para o entendimento da evolução do pensamento preservacionista através dos tempos.

Aqui estão transcritos, em ordem cronológica, os trechos dos documentos pesquisados que citam a documentação e o inventário como medidas de salvaguarda de bens culturais.

Os documentos dos quais não encontramos versão oficial traduzida para o português transcrevemos na língua encontrada, no caso o inglês.

## Sumário

Carta de Atenas – 1931.....	228
Carta de Veneza - 1964.....	228
Recomendação Paris - 1964.....	229
Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas - 1968.....	229
European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage - 1969.....	230
Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais - 1970.....	230
Compromisso Brasília - 1970.....	231
Compromisso Salvador -1971.....	231
Carta do Restauro - 1972.....	231
Recomendação Paris - 1972.....	232
Resolução de São Domingos - 1974.....	233
Declaração de Amsterdã - 1975.....	233
Convenção de San Salvador - 1976.....	234
Recomendação de Nairóbi - 1976.....	234
Recomendação para a Proteção de Bens Culturais Móveis -1978.....	235
Carta de Burra - 1980.....	236
The Declaration of Dresden - 1982.....	236
Charter for the Preservation of Quebec's Heritage - 1982.....	237
Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment -1983.....	237
Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe - 1985.....	237
Carta de Washington - 1986.....	238
Carta Petrópolis 1987.....	238

Recomendação Paris - 1989.....	238
Carta de Lausanne - 1990.....	239
The Archaeological Heritage (revised) - 1992.....	240
Charter of Courmayeur - 1992.....	240
Conferência de Nara - 1994.....	243
Recomendação Europa - 1995.....	243
Declaração de Sofia - 1996.....	244
Declaração de São Paulo II - 1996.....	244
Princípios para a documentação de monumentos, grupos de edifícios e sítios - 1996.....	244
Carta de Fortaleza - 1997.....	245
Cartagena de Índias - 1999.....	245
Recomendação Paris - 2003.....	246

## Carta de Atenas - 1931

Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus, outubro de 1931

c) Utilidade de uma documentação internacional

A conferência emite o voto de que:

1º - Cada Estado, ou as instituições criadas ou reconhecidamente competentes para esse trabalho, publique um inventário dos monumentos históricos nacionais, acompanhado de fotografia e de informações;

2º - Cada Estado constitua arquivos onde serão reunidos todos os documentos relativos a seus monumentos históricos;

3º - Cada Estado deposite no Escritório Nacional de Museus suas publicações;

4º - O escritório consagre em suas publicações artigos relativos aos procedimentos e aos métodos gerais de conservação dos monumentos históricos;

5º - O escritório estude a melhor utilização das informações assim centralizadas.

---

## Carta de Veneza - 1964

II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos  
Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), maio de 1964

Documentações e Publicações

Artigo 16º - Os trabalhos de conservação, de restauração e de escavação serão sempre acompanhadas pela elaboração de uma documentação precisa sob a forma de relatórios analíticos e críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de desobstrução, consolidação, recomposição e integração, bem como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos serão ali consignados. Essa documentação será depositada nos arquivos de um órgão público e posta à disposição dos pesquisadores; recomenda-se sua publicação.

## Recomendação Paris - 1964

13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, 19 de novembro de 1964.

Recomendação sobre medidas destinadas a proibir e impedir a exportação, a importação e a transferência de propriedades ilícitas de bens culturais.

### III - Medidas Recomendadas

Para garantir a aplicação mais eficaz dos princípios gerais enunciados acima, cada Estado Membro deveria, na medida do possível, estabelecer e aplicar procedimentos para a identificação dos bens culturais definidos nos parágrafos 1 e 2 que existam em seu território e estabelecer um inventário nacional desses bens. A inclusão de um objeto cultural nesse inventário não deveria alterar de maneira alguma sua propriedade legal. Particularmente, um objeto cultural de propriedade privada deveria permanecer como tal mesmo após sua inclusão no inventário nacional. Este inventário não teria caráter restritivo.

---

## Recomendação Paris de Obras Públicas ou Privadas - 1968

15ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, UNESCO, novembro de 1968.

### II - Princípios Gerais

Deveriam ser mantidos inventários atualizados de bens culturais importantes, protegidos por lei ou não. No caso de não existirem esses inventários, seria preciso criá-los, cabendo a prioridade a um levantamento minuciosos e completo dos bens culturais situados em locais que obras públicas ou privadas os ameacem.

Deveriam ser publicados ou, de algum outro modo, postos à disposição dos futuros pesquisadores os resultados dos estudos de interesse científico e histórico empreendidos em relação aos trabalhos de salvamento de bens culturais, especialmente quando os bens culturais imóveis, em grande parte ou na totalidade, tenham sido abandonados ou destruídos.

---

## European Convention on the Protection of the Archaeological Heritage - 1969

6 May 1969

### Article 4

1. Each Contracting Party undertakes, for the purpose of the study and distribution of information on archaeological finds, to take all practicable measures necessary to ensure the most rapid and complete dissemination of information in scientific publications on excavations and discoveries.
  2. Moreover, each Contracting Party shall also consider ways and means of:
    - a. establishing a national inventory of publicly-owned and, where possible, privately-owned archaeological objects;
    - b. preparing a scientific catalogue of publicly-owned and, where possible, privately-owned archaeological objects.
- 

## Convenção Relativa às Medidas a Serem Adotadas para Proibir e Impedir a Importação, Exportação e Transferência de Propriedades Ilícitas dos Bens Culturais - 1970

UNESCO em Paris, de 12 a 14 de novembro de 1970

### ARTIGO 5º

A fim de assegurar a proteção de seus bens culturais contra a importação, a exportação e a transferência de propriedade ilícitas, os Estados-Partes na presente Convenção se comprometem, nas condições adequadas a cada país, a estabelecer em seu território, se ainda não existirem, um ou mais serviços de proteção ao patrimônio cultural, dotados de pessoal qualificado e em número suficiente para desempenhar as seguintes funções:

- b) estabelecer e manter em dia, com base em um inventário nacional de bens sob proteção, uma lista de bens culturais públicos e privados importantes, cuja exportação constituiria empobrecimento do patrimônio cultural nacional; (UNESCO, 1972, p. 5).
-

## **Compromisso Brasília - 1970**

I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, abril de 1970

Caberá as universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, bem assim os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto a melhor elucidação do passado e a avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna;

---

## **Compromisso Salvador -1971**

II Encontro de Governadores para a Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico e Natural do Brasil, outubro de 1971

Recomenda-se a instituição de normas para inscrição compulsória dos bens móveis de valor cultural [...]

Recomenda-se a adoção de convênios entre o IPHAN e as universidades, com o objetivo de proceder ao inventário sistemático dos bens móveis de valor cultural, inclusive dos arquivos notariais.

---

## **Carta do Restauero - 1972**

Carta do Restauero, do Ministério da Instrução Pública do Governo da Itália, de 06 de abril de 1972

Artigo 8º - [...] qualquer intervenção deve ser previamente estudada e justificada por escrito e deverá ser organizado um diário de seu desenvolvimento, a que se anexará a documentação fotográfica de antes, durante e depois da intervenção. Serão documentadas, ainda, todas as eventuais investigações e análises realizadas com o auxílio da física, da química, da microbiologia e de outras ciências. De toda essa documentação haverá cópia no arquivo da superintendência competente e outra cópia será enviada ao Instituto Central de Restauração.

Anexo B

Instruções para os critérios das restaurações arquitetônicas

A realização do projeto para a restauração de uma obra arquitetônica deverá ser precedida de um exaustivo estudo sobre o monumento, elaborado de diversos pontos de vista (...), relativos à obra original, assim como os eventuais acréscimos ou modificações. Parte integrante desse estudo serão pesquisas bibliográficas, iconográficas e arquivísticas, etc., para obter todos os dados históricos possíveis. O projeto se baseará em uma completa observação gráfica e fotográfica, interpretada também sob o aspecto metrológico, dos traçados reguladores e dos sistemas proporcionais e compreenderá um cuidadoso estudo específico para a verificação das condições de estabilidade.

## Anexo C

Instrução para a execução de restaurações pictóricas e escultóricas

### Operações preliminares

A primeira operação a realizar, antes da intervenção em qualquer obra de arte pictórica ou escultórica, é um reconhecimento cuidadoso de seu estado de conservação. Em tal reconhecimento se inclui a comprovação dos diferentes estratos materiais de que venha a estar composta a obra e se são originais ou acréscimos e, ainda, a determinação aproximada das diferentes épocas em que se produziram as estratificações, modificações e acréscimos. Para isso, redigir-se-á um inventário que constituirá parte integrante do programa e o começo do diário da restauração. Em continuação, deverão ser feitas as indispensáveis fotografias da obra para documentar seu estado precedente à intervenção restauradora...

---

## Recomendação Paris - 1972

Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural  
Conferência Geral da UNESCO, Paris, 16 de novembro de 1972

### ARTIGO 11

1. Cada um dos Estados-partes da presente Convenção submete ao Comitê do Patrimônio Mundial, na medida do possível, uma lista dos bens do patrimônio cultural e natural situados em seu território e suscetíveis de serem inscritos na lista prevista no parágrafo 2 do presente artigo. Essa lista, não exaustiva, deve documentar o local onde os bens em questão se situam e seu interesse.
2. Com base nas listas apresentadas pelos Estados, de acordo com o disposto no parágrafo anterior, o Comitê estabelece, atualiza e divulga, sob o nome “Lista do Patrimônio Mundial”,

os bens do patrimônio cultural e do patrimônio natural, definidos nos artigos 1 e 2 da presente Convenção, que considere de valor universal excepcional com a aplicação dos critérios por ele estabelecidos, e divulga a lista atualizada pelo menos a cada dois anos.

---

### **Resolução de São Domingos - 1974**

I Seminário Interamericano sobre Experiências na Conservação e Restauração do Patrimônio Monumental dos períodos Colonial e Republicano (Republica Dominicana)  
O.E.A - Organização dos Estados Americanos e Governo Dominicano, dezembro de 1974

d - Propostas operativas:

Em apoio ao estabelecido nas Normas de Quito, o Centro Interamericano de Inventário do Patrimônio Histórico e Artístico, recentemente criado em Bogotá, deve resgatar, de acordo com os governos de Espanha e Portugal, a documentação de interesse monumental existente em seus arquivos; cabe-lhe, ainda, realizar, como atividade prioritária, um inventário dos monumentos que, em território americano, tenham um significado transcendental para o patrimônio da humanidade.

---

### **Declaração de Amsterdã - 1975**

Conselho da Europa, Congresso do Patrimônio Arquitetônico Europeu, outubro de 1975

A fim de tornar possível essa integração, é conveniente organizar o inventário das construções, dos conjuntos arquitetônicos e dos sítios, o que compreende a delimitação das zonas periféricas de proteção. Seria desejável que esses inventários fossem largamente difundidos, notadamente entre autoridades regionais e locais, assim como entre os responsáveis pela ordenação do espaço e pelo plano urbano como um todo, a fim de chamar sua atenção para as construções e zonas dignas de serem protegidas. Tal inventário fornecerá uma base realista para a conservação, no que diz respeito ao elemento qualitativo fundamental para a administração dos espaços.

Uma política de conservação implica também a integração do patrimônio na vida social.

---

## Convenção de San Salvador - 1976

Convention on the protection of the archeological, historical, and artistic heritage of the American nations, June 16, 1976

### Article 8

Each state is responsible for identifying, registering, protecting preserving, and safeguarding its cultural heritage; in fulfillment of these functions each state undertakes to encourage:

[...]

c. Establishment and maintenance of an inventory and record of cultural property, to make it possible to identify and locate it [...].

---

## Recomendação de Nairóbi - 1976

19ª Sessão UNESCO - Recomendação relativa a salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, novembro de 1976

### Medidas Técnicas, Econômicas e Sociais

Dever-ser-ia estabelecer, nos níveis nacional, regional ou local, uma relação dos conjuntos históricos ou tradicionais e sua ambiência a serem salvaguardados. Essa relação deveria indicar prioridades para facilitar uma alocação racional dos limitados recursos disponíveis para fins de salvaguarda. As medidas de proteção, de qualquer tipo, que tiverem caráter urgente, deveriam ser tomadas sem esperar que se estabeleçam planos e documentos de salvaguarda.

Deveria ser feita uma análise de todo o conjunto, inclusive de sua evolução espacial, que contivesse os dados arqueológicos, históricos, arquitetônicos, técnicos e econômicos. Deveria ser produzido um documento analítico destinado a determinar os imóveis ou os grupos de imóveis a serem rigorosamente protegidos, conservados sob certas condições, ou, em circunstâncias absolutamente excepcionais e escrupulosamente documentadas, destruídos, o que permitiria as autoridades suspender qualquer obra incompatível com esta recomendação. Além disso, deveria ser realizado, com a mesma finalidade, um inventário dos espaços abertos, públicos e privados, assim como de sua vegetação.

---

## Recommendation for the protection of movable cultural property – 1978

Conferência Geral da UNESCO - 20ª sessão  
Paris, 28 de novembro de 1978

### II. General principles

6. Cultural property is liable to deterioration as a result of poor conditions of storage, exhibition, transport and environment (unfavorable lighting, temperature or humidity, atmospheric pollution), which in the long run may have more serious effects than accidental damage or occasional vandalism. Suitable environmental conditions should consequently be maintained in order to ensure the material security of cultural property. The responsible specialists should include in the inventories data on the physical state of the objects and recommendations concerning the requisite environmental conditions.

#### Measures for the prevention of risks

##### Museums and other similar institutions

12. Member States should take all necessary steps to ensure adequate protection for cultural property in museums and similar institutions. In particular, they should:

- (a) encourage the systematic inventorying and cataloguing of cultural property, with the fullest possible details and in accordance with methods specially developed for the purpose (standardized fiches, photographs - and also, if possible, color photographs - and, as appropriate, microfilms). Such an inventory is useful when it is desired to determine damage or deterioration to cultural property. With such documentation the necessary information can be given, with all due precautions, to the national and international authorities responsible for combating thefts, illicit trading and the circulation of fakes;
- (b) encourage, as appropriate, the standardized identification of movable cultural property using unobtrusive means offered by contemporary technology;

##### Private collections

14. Member States should also, in conformity with their legislation and constitutional system, facilitate the protection of collections belonging to private bodies or individuals by:

- (a) inviting the owners to make inventories of their collections, to communicate the inventories to the official services responsible for the protection of the cultural heritage and, if the

situation requires, to grant access to the competent official curators and technicians in order to study and advise on safeguarding measures;

(b) if appropriate, providing for incentives to the owners, such as assistance for the conservation of items listed in the inventories or appropriate fiscal measures;

---

## **Carta de Burra - 1980**

Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, Austrália, 1980

Artigo 23º - Qualquer intervenção prevista em um bem deve ser precedida de um estudo dos dados disponíveis, sejam eles materiais, documentais ou outros. Qualquer transformação do aspecto de um bem deve ser precedida da elaboração, por profissionais, de documentos que perpetuem esse aspecto com exatidão.

Artigo 25º - Qualquer ação de conservação a ser considerada deve ser objeto de uma proposta escrita acompanhada de uma exposição de motivos que justifique as decisões tomadas, com provas documentais de apoio (fotos, desenhos, amostras, etc.).

Artigo 27º - Os trabalhos contratados devem ter acompanhamento apropriado, exercido por profissionais, e deve ser mantido um diário no qual serão consignadas as novidades surgidas, bem como as decisões tomadas, conforme disposto no artigo 25 acima.

Artigo 28º - Os documentos consignados nos artigos 23, 25, 26 e 27 acima serão guardados nos arquivos de um órgão público e mantidos à disposição do público.

---

## **The Declaration of Dresden - 1982**

At the invitation of the ICOMOS National Committee of the German Democratic Republic, participants from 11 countries held a symposium in Dresden from November 15th to 19th, 1982 on the subject of the "Reconstruction of Monuments Destroyed by War"

5. Reconstruction gave fresh impetus to basic studies and to intensive research by means of archaeology, for new modes of documenting results in monument protection. Completion of the documentation of individual monuments and of the stock of monuments is also recognized as an urgent task for the protection of monuments from the consequences of armed conflicts and catastrophes.

## Charter for the Preservation of Quebec's Heritage – 1982

Deschambault Declaration

Adopted by the Conseil des monuments et des sites du Québec, ICOMOS Canada French-Speaking Committee, April 1982

Article III

KNOWLEDGE OF THE NATIONAL HERITAGE IS AN ESSENTIAL PREREQUISITE FOR ITS PRESERVATION

Article III-A

All the appropriate means for acquiring this knowledge must be provided. In particular, we must have up-to-date inventories and the specialized expertise that is required before any action can be taken.

---

## Appleton Charter for the Protection and Enhancement of the Built Environment -1983

Published by ICOMOS Canada under the auspices of the English-Speaking Committee, Ottawa, Canada, August 1983

Documentation:

The better a resource is understood and interpreted, the better it will be protected and enhanced.

In order to properly understand and interpret a site, there must be a comprehensive investigation of all those qualities which invest a structure with significance.

This activity must precede activity at the site. Work on site must itself be documented and recorded.

---

## Convention for the Protection of the Architectural Heritage of Europe - 1985

3 October 1985

IDENTIFICATION OF PROPERTIES TO BE PROTECTED

Article 2

For the purpose of precise identification of the monuments, groups of buildings and sites to be protected, each Party undertakes to maintain inventories and in the event of threats to the properties concerned, to prepare appropriate documentation at the earliest opportunity.

---

### **Carta de Washington - 1986**

Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, 1986

#### 2. Métodos e instrumentos

[...] Antes de qualquer intervenção, as condições existentes na área deverão ser rigorosamente documentadas.

---

### **Carta Petrópolis 1987**

1º Seminário Brasileiro para Preservação e Revitalização de Centros Históricos, 1987

No processo de preservação do SHU - Sítio Histórico Urbano, o inventário como parte dos procedimentos de análise e compreensão da realidade constitui-se na ferramenta básica para o conhecimento do acervo cultura e natural. A realização do inventário com a participação da comunidade proporciona não apenas a obtenção do conhecimento do valor por ela atribuído ao patrimônio, mas também, o fortalecimento dos seus vínculos em relação ao patrimônio.

A proteção legal do SHU far-se-á através de diferentes tipos de instrumentos, tais como: tombamento, inventário, normas urbanísticas, isenções e incentivos, declaração de interesse cultural e desapropriação.

---

### **Recomendação Paris - 1989**

Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular  
Conferência Geral da UNESCO - 25ª Reunião, 15 de novembro de 1989

#### B. Identificação da cultura tradicional e popular

A cultura tradicional e popular, enquanto Expressão cultural, deve ser salvaguardada pelo e para o grupo (familiar, profissional, nacional, regional, religioso, étnico etc.), cuja identidade exprime.

Para isso, os Estados-membros deveriam incrementar pesquisas adequadas em nível nacional, regional e internacional com a finalidade de:

elaborar um inventário nacional de instituições interessadas na cultura tradicional e popular, com vistas a incluí-las nos registros regionais e mundiais de instituições desta índole; criar sistemas de identificação e registro (cópia, indexação, transcrição) ou melhorar os já existentes por meio de manuais, guias para recompilação, catálogos-modelo etc., em vista da necessidade de coordenar os sistemas de classificação utilizados pelas diversas instituições;

estimular a criação de uma tipologia normatizada da cultura tradicional e popular mediante a elaboração de: ii) um esquema geral de classificação da cultura tradicional e popular, para orientação em âmbito mundial; iii) um registro geral da cultura tradicional e popular; iiiii) classificações regionais da cultura tradicional e popular, especialmente mediante projetos piloto de caráter regional.

---

## Carta de Lausanne - 1990

Carta para Gestão e Proteção de Patrimônio Arqueológico, 1990

### Inventários

Art. 4º A proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico.

Ao mesmo tempo, os inventários constituem fontes primárias de dados para a pesquisa e o estudo científicos. Resulta disso também que os inventários devem integrar a informação em diferentes níveis de precisão e de fiabilidade, uma vez que o conhecimento, mesmo superficial, pode fornecer um ponto de partida de proteção.

---

## The Archaeological Heritage (revised) - 1992

Convention européenne pour la protection du patrimoine archéologique (révisée)  
Valletta - La Valette, 16.1.1992

Entry into force:

The member States of the Council of Europe and the other States party to the European Cultural Convention signatory hereto,

Identification of the heritage and measures for protection

Article 2

Each Party undertakes to institute, by means appropriate to the State in question, a legal system for the protection of the archaeological heritage, making provision for:

the maintenance of an inventory of its archaeological heritage and the designation of protected monuments and areas;

the creation of archaeological reserves, even where there are no visible remains on the ground or under water, for the preservation of material evidence to be studied by later generations;

---

## Charter of Courmayeur - 1992

The International Workshop on the Protection of Artistic and Cultural Patrimony held at Courmayeur, Aosta Valley, Italy, 25 - 27 June 1992, adopted the following recommendations:

(iii) Detailed and extensive information concerning the cultural patrimony of every nation is of the foremost importance. Consequently, Governments should consider establishing inventories of their cultural patrimony, containing, when possible, a description of each item adequate for its identification and a photographic reproduction of it. In addition, Governments should examine the possibility of establishing public registers of works of art, identified by categories, as goods linked to possessing. Further, national inventories should remain open to new items, as these come to light.

### II. Improvement of information exchanges and establishment of data-banks

Recognizing that recording and dissemination of information about the legal status of cultural items and about crimes against the cultural patrimony are important means of combating international illicit traffic in movable cultural property,

Noting with satisfaction the existence of data bases already established, inter alia, by the Italian Republic, Arma dei Carabinieri, since 1980, and by Canada, since 1983, as well as those established by ICPO/INTERPOL and the Art Loss Register,

Acknowledging the action of UNESCO and the International Council of Museums (ICOM) in assisting countries in the preparation of inventories and appropriate legislation, in providing training for specialized personnel and in co-ordinating the concerns of museums with respect to crimes against cultural property,

Recognizing also the cultural importance of assisting developing countries to protect their cultural patrimonies from the criminal depredations to which they are increasingly subjected,

Acknowledging with appreciation the willingness of the Governments of Canada and Italy to provide assistance to international efforts to achieve an optimal diffusion of information concerning stolen and illegally exported movable cultural property as well as national laws related to its protection,

Aware of the fruitful co-operation established between the United Nations and UNESCO in relation to the prevention of crimes against the cultural patrimony,

Recalling the 1970 UNESCO Convention on the Means of Prohibiting and Preventing the Illicit Import, Export and Transfer of Ownership of Cultural Property, in particular article 5 thereof concerning the need to give appropriate publicity by States parties to the Convention to the disappearance of any item of cultural property,

Noting the 1989 ICOM General Conference resolution on the importance of national Inventories,

Strongly underlining the importance of the resolution on the use of automated information exchange to combat crimes against movable cultural property adopted by the Eighth United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders,

19. With respect to the creation of national inventories and the establishment of data bases, participants agreed as to their potential value and usefulness. Such registers were indispensable to an effective prevention of crimes against artistic and cultural property. They, however, disagreed concerning their inclusiveness. While some thought that private collections should be included, other felt that this would represent a potential threat to the private sphere.

21. Inventories, in the opinion of some participants, should not be considered as closed. They should remain open so as to allow the inclusion of objects not known at the time they were

drawn. Any objects found in archeological digs should be presumed to belong to the cultural patrimony of the country where the dig were located regardless of the legal ownership of the surface. This position, however, was difficult to accept for some countries, in so far as it appeared to violate very strongly held conceptions of private property.

22. Inventories and data bases were very useful, but also costly propositions. As such, they could often be beyond the financial means of many developing countries which, as a matter of fact, usually have more vital tasks to perform with their limited resources. In this situation, the investment needed for the creation of inventories and data bases was perceived as possessing a low priority in comparison with other demands. Accordingly, several delegations felt that projects of this kind could not be implemented in the absence of substantive technical assistance. This assistance should include, inter alia, such items as evaluations of the objective situation expert advice on how to perform the tasks at hand in drawing the inventory and establishing the data base, training of the required personnel, and provision of equipment, as needed.

23. Participants were convinced of the role to be played by modern technology, particularly communications and electronic information processing, in the establishment and functioning of accurate and rapidly accessible inventories and data bases. But it was obvious to all that it would be unrealistic, and perhaps counterproductive, to expect that every country established in the short, or even medium, run, an electronic data base. At the beginning at least, it would probably suffice if the inventory took a much more traditional and modest form, such as index cards and other simple systems.

24. As an illustration of the point under discussion, the Arma dei Carabinieri of Italy gave an excellent demonstration of their extremely advanced electronic data base. Such data base could serve as a model to be followed by interested countries. In fact, the Italian Government felt that the system could be the nucleus for an international network, together with the Canadian Heritage Information Network (CHIN).

---

## Conferência de Nara - 1994

Documento de Nara sobre a autenticidade, 06 de novembro de 1994  
UNESCO, ICCROM e ICOMOS

9. A conservação do patrimônio cultural em suas diversas formas e períodos históricos é fundamentada nos valores atribuídos a esse patrimônio. Nossa capacidade de aceitar estes valores depende, em parte, do grau de confiabilidade conferido ao trabalho de levantamento de fontes e informações a respeito destes bens. O conhecimento e a compreensão dos levantamentos de dados a respeito da originalidade dos bens, assim como de suas transformações ao longo do tempo, tanto em termos de patrimônio cultural quanto de seu significado, constituem requisitos básicos para que se tenha acesso a todos os aspectos da autenticidade.

13. Dependendo da natureza do patrimônio cultural, seu contexto cultural e sua evolução através do tempo, os julgamentos quanto a autenticidade devem estar relacionados à valorização de uma grande variedade de pesquisas e fontes de informação. Estas pesquisas e levantamentos devem incluir aspectos de forma e desenho, materiais e substância, uso e função, tradição e técnicas, localização e espaço, espírito e sentimento, e outros fatores internos e externos. O emprego destas fontes de pesquisa permite delinear as dimensões específicas do bem cultural que está sendo examinado, como as artísticas, históricas, sociais e científicas.

---

## Recomendação Europa - 1995

11 de setembro de 1995

Sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas, adotada pelo Comitê de Ministros em 11 de setembro de 1995, por ocasião do 543º encontro de vice-ministros.

Conselho da Europa - Comitê de Ministros

O Processo de Identificação e a Avaliação das Áreas de Paisagem Natural

Artigo 4

1. Uma abordagem multidisciplinar deveria ser adotada, tanto no estágio de identificação das paisagens e de seus componentes quanto no da sua avaliação, o que requer a montagem de documentação capaz de objetivar as medidas a serem tomadas.

2. O emprego de métodos coordenados de identificação entre as diferentes regiões de cada país é desejável para o intercâmbio de informações e para facilitar a implementação de consistentes políticas nacionais de paisagem. Coordenação e provisão de aconselhamento e assistência são incumbências de uma autoridade nacional adequada.

---

### **Declaração de Sofia - 1996**

XI Assembleia Geral do ICOMOS, 9 de outubro de 1996

As atividades turísticas, por outro lado, não podem pretender utilizar o patrimônio assegurando apenas o respeito ao seu significado e a sua mensagem. Para que esta fruição seja viável e válida, serão necessários sempre estudos analíticos e inventários completos, com o objetivo de explicitar os diversos significados do patrimônio no mundo contemporâneo e justificar as novas modalidades de uso a que se propõem.

---

### **Declaração de São Paulo II - 1996**

Recomendações brasileiras à XI Assembleia Geral do ICOMOS, 1996

5) A incorporação nos currículos de todos os níveis de ensino, de cursos de identificação e de reconhecimento e registro do Patrimônio Cultural, fundamento da preservação da identidade nacional, seja pela História escrita do país, seja pela memória das populações de diversas origens, sobretudo, as mais carentes [...]

---

### **Princípios para a documentação de monumentos, grupos de edifícios e sítios - 1996**

Texto ratificado pela 11ª Assembleia Geral do ICOMOS, Sofia, Bulgária

As the cultural heritage is a unique expression of human achievement; and as this cultural heritage is continuously at risk; as recording is one of the principal ways available to give meaning, understanding, definition and recognition of the values of the cultural heritage; and

as the responsibility for conserving and maintaining the cultural rests not only with the owners but also with conservation specialists and the professionals, managers, politicians and administrators working at all levels of government, and with the public; and as article 16 of the Charter of Venice requires, it is essential that responsible organizations and individuals record the nature of the cultural heritage.

---

### Carta de Fortaleza - 1997

Seminário Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção, 10 a 14 de novembro de 1997

O plenário, considerando:

- 2 - Que, em nível nacional, cabe ao IPHAN identificar, documentar, proteger, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro;
- 3- Que o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, conforme determina a Constituição Federal;

Propõe e recomenda

- 2- Que o IPHAN, através de seu Departamento de Identificação e Documentação, promova, juntamente com outras unidades vinculadas ao Ministério da Cultura, a realização do inventário desses bens culturais em âmbito nacional, em parceria com instituições estaduais e municipais de cultura, órgãos de pesquisa, meios de comunicação e outros;
- 

### Cartagena de Índias - 1999

Decisão 460 sobre proteção, recuperação de bens culturais do patrimônio arqueológico, histórico, etnológico, paleontológico e artístico da Comunidade Andina, 25 de maio de 1999

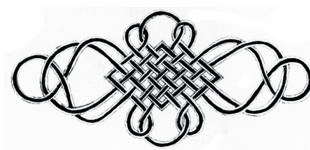
Artigo 5. Os países-membros se obrigam a estabelecer em seu território os serviços adequados de proteção do patrimônio cultural, dotados de pessoal competente para garantir eficazmente as seguintes funções:

- b) organizar e manter atualizada uma listagem dos principais bens culturais públicos e privados, cuja exportação constituiria um empobrecimento considerável do patrimônio cultural dos países.
-

## Recomendação Paris - 2003

Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial  
Conferência geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a  
Cultura doravante denominada "UNESCO", em sua 32 sessão  
17 de outubro de 2003

3. Entende-se por "salvaguarda" as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em diversos aspectos.



## B. Resoluções ICOM

First Biennial Conference of ICOM.....	249
Paris, France, 28 June-3 July 1948 [2nd General Assembly, 3 July 1948]	
4th General Conference and 5th General Assembly of ICOM.....	249
Geneva, Switzerland, 9 July 1956	
7th General Assembly of ICOM.....	252
Amsterdam, The Netherlands, 11 July 1962	
9th General Assembly of ICOM.....	253
9 August 1968, Munich, Germany	
10th General Assembly of ICOM.....	254
Grenoble, France, 10th September 1971	
12th General Assembly of ICOM.....	255
Moscow, USSR, 28 May 1977	
14th General Assembly of ICOM.....	256
London, UK, 1 & 2 August 1983	
15th General Assembly of ICOM.....	257
Buenos Aires, Argentina, 4 November 1986	
16th General Assembly of ICOM.....	257
The Hague, The Netherlands, 5 September 1989	

## First Biennial Conference of ICOM

Paris, France, 28 June-3 July 1948 [2nd General Assembly, 3 July 1948]

### Resolution No. 1 ICOM

Considering that it is necessary to improve and develop, at the international level, the professional facilities available to museographers,

Resolves to set up an International Documentation Centre having as its essential tasks:

1. To assemble all information on: museums and public collections (of which a complete list should be drawn up, classified by country and by subject); centres for museological studies; museum catalogues; auction sale catalogues; museum methods (a special bibliography concerning museography should be published annually);
2. To draw up rules regarding the publication of museum catalogues, their standardization, and the use of duplicate photographic reference cards;
3. To organize the international exchange of publications, photographs and information.

The International Centre of Museum Documentation should in each country maintain contact with a national centre or any other body specially organized for that purpose. On the international level, it should maintain close contact with the Documentation Service and Museums Section of UNESCO, as well as with the International Federation of Documentation and the International Association of Standardization.

It should be the essential duty of this International Centre to coordinate the work of existing museums and organizations. Under no circumstances should it offer any replacement for their work or methods.

---

## 4th General Conference and 5th General Assembly of ICOM

Geneva, Switzerland, 9 July 1956

### Motion No. 13: Documentation on the Treatment Given to Paintings

1. Whereas even in large museums considerable work is done on paintings, even on great masterpieces, without there being sufficient documentation established of the state of the painting before, during and after treatment,

2. Whereas this procedure makes impossible, as emphasized by the ICOM Commission for the Care of Paintings, any serious appreciation by specialists of today and future historians of the work done on paintings,
3. Whereas it is preferable, except in emergencies, to postpone restoration, if means to ensure insufficient documentation are lacking,

#### ICOM Recommends

1. That a minimum documentation consisting of photographs in black-and-white and, if possible, in colour be made for every painting before, during and after treatment,
2. That within the museum's means in technical equipment and qualified personnel, and according to the requirements of each case, there be added a photographic record of examinations made by raking light, by filtered ultra-violet rays (fluorescence), by infra-red rays, by X-rays and possibly by microscope.

#### Motion No. 20: UNESCO-ICOM Museum Documentation Centre

1. Whereas the activities of the UNESCO-ICOM Museum Documentation Centre are of capital importance for the development and the improvement of museum techniques and a better understanding among museums of different countries,
2. Whereas the Centre has as its aim the difficult task of completing and publicizing its documentation and, to this end:
  - a. To accomplish its regular programme, consisting in collecting, as far as possible, all categories of documents of interest to ICOM; in analyzing and classifying these documents; in maintaining, for the use of UNESCO and its journal *Museum* as well as for the ICOM Secretariat, a service of interior information, and, for the use of visitors and correspondents of the Centre, a service of exterior information; in developing and bringing up to date the International Directory of Museums; in following up the editing of most of the columns in *ICOM News*, etc.,
  - b. To continue the publication of the museum Bibliography in its present form, but strictly limited to museum problems,
  - c. To work out a museum terminology in several languages, consisting in defining the categories of museums, keeping in mind the different meaning of terms according to countries and languages, and in preparing a technical vocabulary of museum terms in several languages,

- d. To propose to the editorial Board of Museum the publication, in that journal, of a substantial study accompanied by photographs and graphs, bearing on the normalization of documentary material to recommend to different types of museums,
  - e. To prepare and publish a work consisting in a comparison of the different types of museum catalogues and, if possible, on the basis of this confrontation, to suggest means of improving the presentation of such catalogues,
  - f. To prepare a second edition of the museum classification drawn up for the Centre by Mlle Yvonne Oddon and published in 1948 in ICOM News,
  - g. To endow the Centre, with a view to communicating afar, documentation concerning concrete museum problems, with technical files prepared in advance, composed of bibliographical and iconographical documents reproduced from the originals kept in the Centre,
3. Whereas ICOM, from 1st January 1955 on, was able to increase from \$2,500 to \$3,500 the budget of the Centre, which permitted the full-time employment of one member of the staff, the other two continuing to work part-time,
  4. Whereas even under these conditions, the staff, in spite of their high competence and exceptional devotion, find it impossible to execute the whole of their programme,
  5. Whereas there is added to these difficulties the ever increasing shortage of office space provided for the Centre in UNESCO House,
  6. Whereas the large scope of this programme and its problems are emphasized by the ICOM Committee for Documentation,

#### ICOM Resolves

1. To ask the Centre to continue, as far as possible, the execution of its ordinary tasks,
  2. To publish in ICOM News in 1957 the new edition of the museum classification,
- Recommends to the National and International Committees of ICOM to see to it that the Centre receives the documentary material corresponding to its activities, according to the requests printed in ICOM News,
- Recommends that UNESCO:
1. Assign to the Centre an office whose dimensions and arrangement permit both the conservation of all documents of permanent importance and the normal growth of the Centre's collections,
  2. Aid the Centre, which faces ever more serious difficulties, to obtain the means which are indispensable for carrying out its minimum programme,

3. To this end and from 1957 on, increase the subsidy given to ICOM, so that the budget of the Centre can be raised from \$3,500 to \$5,000.

---

## 7th General Assembly of ICOM

Amsterdam, The Netherlands, 11 July 1962

Motion 34: International repertory of museums

ICOM

Considering

- a. that the establishment and bringing up to date of an international repertory of museums is one of the most important tasks of the UNESCO-ICOM Documentation Centre;
- b. that the Centre has already undertaken such a repertory in the form of card-indexes, but that this project has met with numerous difficulties;
- c. the necessity of establishing an order of priority for the preparatory work for the definitive repertory, in order to take into account the most urgent tasks,

Requests the UNESCO-ICOM Documentation Centre to carry out the following tasks in the order of priority given, without losing sight of the final objective which remains an international repertory of all museums:

1. Establishment of repertories for countries which possess no national repertory;
2. Establishment of an analytical card-index grouping the most important existing museums belonging to the following disciplines: science and technology, natural sciences, ethnology, archaeology and history, art;
3. Establishment of a systematic card index of specialized museums having relations with the

ICOM

Committee for Specialized Museums and the other International Commissions of ICOM dealing with museums of a single category,

Invites the Chairman of the Committee to present a progress report to the Executive Committee at its 20th session in 1963.

Motion 35: Provision for documentation in museum budgets

ICOM

Considering

- a. that a documentation collection constitutes an indispensable working instrument for all museums, both for the museum's own subject and for general museography,
- b. that to be useful and easily accessible, such a collection must be kept permanently supplied and strictly catalogued,

Recommends:

- a. that museums should establish documentation collections or improve systems of classifying existing ones if necessary,
  - b. that the authorities concerned should include in the budget of each museum a sum destined for staff, equipment and supplies for the museum's documentation collection.
- 

## 9th General Assembly of ICOM

9 August 1968, Munich, Germany

### Resolution No. 3: Scientific Documentation

Considering that museum collections are composed not only of objects but also of documentation of all kinds enabling the objects to be seen in their context, to the benefit of both research work and the general public,

Knowing that in many countries collections set up during field missions (natural history, archaeology, ethnology) are too frequently deposited in museums in isolation from their scientific and documentary context, either because the missions were organized by non-museum institutions or because they were organized by a foreign country,

Recommends:

1. That written, graphic or audio-visual scientific documentation be considered as an integral part of museum collections;
2. That individual, national or foreign research missions and workers be required to deposit, in a central or regional museum of the country where the research was carried out, duplicates of all relevant documentation, author's and publication rights being reserved;
3. That museums be equipped to receive, classify, conserve and hold available to research workers copies of the documents thus obtained,

Decides that a study should be undertaken to lay down the methods for applying this resolution, in liaison with the International Committees involved.

#### Resolution No. 4: Directories, Inventories

Having received a joint request from several of its International Committees,

Recalling the recommendations adopted by various previous General Assemblies and the activity of the UNESCO-ICOM Museum Documentation Centre since its creation,

Recommends that ICOM National Committees, in liaison with museums associations and scientific organizations covering various disciplines, should start to prepare for publication museological terminologies, national directories of museums in these disciplines, and scientific inventories of collections, based on standardized rules in accordance with the needs of research, as a first step towards the preparation of international directories and inventories, to be undertaken by the ICOM Committees at a later date.

---

### 10th General Assembly of ICOM

Grenoble, France, 10th September 1971

#### Resolution No. 3: Documentation of Collections and Field Missions

Desirous of seeing its members and the entire museum profession give positive sequel to the recommendations and resolutions concerning the preservation of the cultural heritage of mankind, as well as to the scientific, moral and ethical rules which must govern the action of museums,

Considering all the recommendations and conventions adopted by Unesco, as well as the various dispositions of the text of recommendations adopted by ICOM in 1970,

Recommends:

1. That all persons responsible for museums, and particularly ICOM members, sign as soon as possible the text of the moral engagement proposed to them by the 1970 ICOM recommendation;
2. That all large museums holding important collections of foreign origin in their reserves, help, by all the means in their power (gifts, loans, deposits, exchanges, research scholarships, training of personnel, etc.), the countries of origin of these collections, so as to allow them to establish and develop modern museums which are truly representative of their specific cultures;
3. That these same museums deposit in the museums of the countries of origin of their collections, the most comprehensive documentation possible on the objects in their collections;

4. That scientific institutions and researchers deposit in museums the products of their research, i.e. the objects and the documents and publications related to these objects, after such reasonable delay (determined by law or contract) as is necessary for study and the scientific use of the resultant research by its authors; it being understood that the museums of the countries where the research was undertaken have the right to receive all or part of the objects collected, together with duplicates or reproductions of the principal documents issuing from such research.

---

## 12th General Assembly of ICOM

Moscow, USSR, 28 May 1977

### Resolution No. 9: Museum Documentation

Stressing the fact that museum activities in all fields (acquisition, conservation, presentation, etc.) are conditioned by the quality and systematic nature of the documentation available,

Noting that museums and international organizations have developed or are studying ways of setting up documentary systems and that this effort has not yet been matched by an awareness to make such systems compatible in order to make possible the establishment of international networks of museum data,

Also noting that non-governmental, intergovernmental and governmental organizations such as ICOM, ICOMOS, the International Centre for Conservation (Rome) and UNESCO have common documentary requirements, in spite of the different nature of their respective memberships,

Urges all international authorities concerned with regular action to achieve compatibility between documentation programmes existing in museums at the national and at the local level,

Insists on the need for coordinating the operation of the UNESCO-ICOM, UNESCO-ICOMOS and the International Centre for Conservation (Rome) documentary centres and services, in full agreement with UNESCO and in view of its Member States needs,

Notes, however, that because of the complexity of services demanded by the international, governmental and non-governmental community, no final decision should be made by the partners involved, namely UNESCO, ICOM and ICOMOS, before a thorough study of the situation and the different options has been made, and that for this reason, the previous

calendar for merger of the UNESCO-ICOM and UNESCO-ICOMOS Documentation Centres should be revised.

---

## 14th General Assembly of ICOM

London, UK, 1 & 2 August 1983

### Resolution No. 5: Return of Cultural Property to its Countries of Origin

Acknowledging the positive results achieved during the past triennial period, through professional and institutional cooperation between museums, in promoting the return of cultural property to its countries of origin,

Noting with satisfaction that the initial distrust shown in certain countries with regard to the intentions and extent of the return of cultural property is disappearing and that, in the majority of cases, returns effected during the past three years were not motivated by political circumstances but responded rather to considerations of a moral, cultural and scientific nature,

Recognizing that the cultural heritage is an essential element of identity for a given community,

Noting that, in order to fulfil the moral rights of people to recover significant elements of their heritage dispersed as a consequence of colonial or foreign occupation, it is necessary to pursue the professional efforts at the international level,

Decides that ICOM shall continue to:

- a. Support actively, in an advisory capacity, the UNESCO Inter-governmental Committee for the Return of Cultural Property to Its Countries of Origin or Its Restitution in Case of Illicit Appropriation;
- b. Undertake studies to evaluate the needs of countries having lost a significant part of their respective heritages;
- c. Assist in the preparation of inventories of cultural property at the national and regional levels, and
- d. Provide scientific data and information to all interested parties,

Urges ICOM members, both at the individual and institutional levels, to initiate dialogues with an open-minded attitude, on the basis of professional and scientific principles, concerning requests for the return of cultural property to the countries of origin,

Calls attention to the fact that many countries wishing to recover a significant part of their lost heritage need the assistance of the international community (through UNESCO, development agencies, bi-lateral or multi-lateral cooperation schemes, etc.) in order to improve or to build adequate human and technical resources and museum infrastructures.

---

## 15th General Assembly of ICOM

Buenos Aires, Argentina, 4 November 1986

### Resolution No. 7: Documentation of Museum Collections

Recognizing that in many cases the history of nations and peoples is best represented by objects in museums,

Considering that proper documentation of museum objects is an essential element in safeguarding them,

The 15th General Assembly of ICOM, meeting in Buenos Aires, Argentina, on 4 November 1986,

Urges all museums to improve the quality of the documentation of their collections in order to help prevent losses by theft and the illegal export of stolen museum objects.

---

## 16th General Assembly of ICOM

The Hague, The Netherlands, 5 September 1989

### Resolution No. 4: Documentation and Information

Recognizing that there is need for dissemination of information on museum objects and their context to increase understanding of cultural heritage,

Considering that the proper documentation of museum objects is essential for their safeguarding,

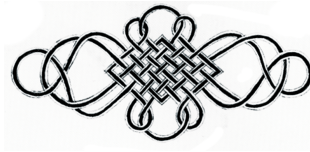
Realizing the value of information about legislation in different countries to protect and preserve the cultural heritage,

The 16th General Assembly of ICOM, meeting in The Hague, The Netherlands, on 5 September 1989,

Recommends that:

1. Museums in all countries be encouraged to develop and implement effective methods of bringing together and disseminating all manner of museum information;

2. ICOM encourage and promote the development of an international accord to facilitate the exchange of museum information among professionals, institutions and countries;
3. There should be closer collaboration between museum curators, conservator-restorers and educators in the production of publications on collections, exhibitions and objects so as to provide precise information about them;
4. Museums should make proper inventories and encourage the fullest documentation of objects reflecting both material and non-material culture;
5. ICOM promote the documentation and publication of information about legislation in different countries to protect and preserve the cultural and natural heritage.



## Inventário anterior

Os números de inventário anteriores possuem o seguinte sistema:

Uma letra maiúscula que determina o cômodo da casa onde se encontra o objeto.

A - Sala

B - Escritório

C - Corredor

D - Quarto de Marcia de Moura Castro

E - Quarto da Eliana (filha da colecionadora)

Um algarismo romano para determinar o móvel em cada cômodo, por exemplo:

I - Mesa onde está o oratório do Alejadinho

IV - Armário policromado

VII - Papeleira D. José (onde ficam os marfins)

X - Mesa-armário, forrada de feltro azul (onde fica a maior parte dos santinhos e miniaturas)

Ao final um número sequencial começando por 001 que conta o número total de peças, independente de sua localização.

Optamos por modificar o sistema de numeração do inventário anterior pois consideramos que tal forma de numeração não é consistente. O fato de numerar as esculturas de acordo com a sua localização se torna fator de confusão pois a colecionadora gosta muito de transitar com suas imagens pela casa, trocando-as constantemente de localização. Esta numeração não diz respeito ao pertencimento da coleção e por esses motivos elaboramos uma nova numeração baseada em modelos institucionalizados.

TABELA 3 - Campos de catalogação recomendados e a correlação com diversas diretrizes.

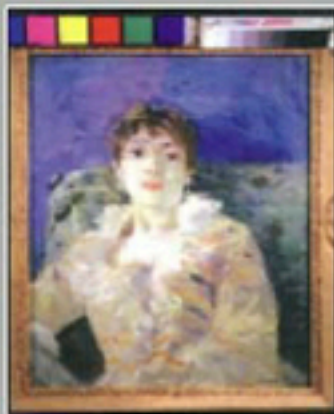
Fonte: ROBERTS, 2007, p. 37, tradução nossa.

Os campos de inventário e catálogo da Tabela 1 baseiam-se em ideias desenvolvidas por cinco projetos existentes, que tem sido aplicados por vários museus ao redor do mundo. A abordagem geral baseia-se no Manual de procedimentos da AFRICOM, desenvolvido pelo ICOM e pelo Comité Coordenador da AFRICOM, para utilização nos museus da África. Inclui mais de 50 campos, organizados em quatro grupos principais (gestão do objeto, descrição do objeto, histórico do objeto e documentação do objeto). O Manual foi publicado na versão inglesa, francesa e árabe (Conselho Internacional de Museus, 1996 e 1997) e foi utilizado como base para materiais de treinamento.

CAMPO	CORE	AFRICOM	CIDOC	MDA	Object ID	Dublin Core
<b>Gestão do objeto</b>						
Nome do museu	x	x	x	x		x
Número do objeto	x	x	x	x		x
Número de aquisição	x					
Método de aquisição	x	x	x	x		x
Data de aquisição	x	x	x	x		
Fonte da aquisição	x	x	x	x		
Localização normal	x	x	x	x		
Localização atual	x		x	x		
Data da localização atual	x		x	x		
Motivo da localização atual						
Responsável pela remoção						
Método de conservação				x		
Data de conservação				x		
Conservador				x		
Nº de referência da conservação				x		
Método de descarte			x			
Data de descarte			x			
Recipiente de descarte			x			

CAMPO	CORE	AFRICOM	CIDOC	MDA	Object ID	Dublin Core
<b>Descrição do objeto</b>						
Descrição física		X	X	X		X
Características próprias		X			X	
Nº de referência da fotografia		X	X	X	X	
Nome do objeto / nome comum	X	X	X	X	X	X
Nome local		X				
Título		X	X	X	X	X
Nome classificado		X	X	X		X
Categoria por forma ou função		X			X	
Categoria técnica		X				
Material	X	X	X		X	
Técnica		X	X	X	X	
Dimensões	X	X	X	X		
Forma da amostra		X				
Parte do corpo		X				
Sexo		X				
Idade ou fase		X		X	X	
Conteúdo / assunto		X	X			
Tipo de marca / inscrição			X			
Método de inscrição			X			
Posição da inscrição			X			
Transcrição da inscrição			X			
Tradução da inscrição			X			
Descrição da inscrição		X	X		X	
Diagnóstico do estado de conservação		X	X			
Data do estado de conservação						
<b>História</b>						
Comentários históricos		X				
Produtor / fabricante		X	X	X	X	X
Local da produção		X	X	X		X
Período da produção		X	X	X	X	

CAMPO	CORE	AFRICOM	CIDOC	MDA	Object ID	Dublin Core
<b>História</b>						
Usuário		x	x	x		
Local da utilização		x	x	x		x
Período / data da utilização		x	x	x		
Local da coleta ou da escavação		x		x		
Referência / nome do local		x				
Coordenadas do local		x				
Coordenadas do objeto		x				
Tipo de local		x				
Idade / período das características		x				
Coletor / escavador		x	x	x		
Data de coleta / escavação		x	x	x		
Método de coleta / escavação		x	x			
Número de coleta / escavação		x		x		
<b>Documentação</b>						
Referência de publicação		x	x	x		x



## LISTA DE CONTROLE DA NORMA OBJECT ID

### TIRE FOTOGRAFIAS

Fotografias são de vital importância para identificar e recuperar objetos de arte roubados. Além de fotografar o objeto por inteiro, registre detalhes de inscrições, marcas, e qualquer dano ou reparo. Se possível, inclua na imagem principal uma régua ou um outro objeto comum de tamanho reconhecível.

### RESPONDA ESTAS QUESTÕES

#### **Tipo do Objeto**

Qual é o tipo do objeto (por exemplo, pintura, escultura, relógio, máscara)?

#### **Materiais e Técnicas**

De que materiais o objeto é feito (por exemplo, latão, madeira, óleo sobre tela)?

Como ele foi feito (por exemplo, esculpido, moldado, gravado)?

#### **Medidas**

Qual é o tamanho e/ou o peso do objeto? Especifique a unidade de medida utilizada (centímetros, milímetros, etc.) e as dimensões às quais as medidas se referem (por exemplo, altura, largura, profundidade).

#### **Inscrições e Marcas**

Existem marcas de identificação, números ou inscrições no objeto (por exemplo, assinatura, dedicatória, título, etiquetas, marcas de fabricação ou de propriedade)?

#### **Características particulares**

O objeto tem alguma característica física especial que ajude a identificá-lo (por exemplo, danos, reparos, defeitos de fabricação)?

#### **Título**

O objeto tem um título pelo qual ele é conhecido e através do qual possa ser identificado (por exemplo, O Grito)?

#### **Assunto ou tema**

O que está pintado ou representado (por exemplo, paisagem, batalha, mulher com uma criança no colo)?

#### **Data ou período**

Quando o objeto foi feito (por exemplo, 1893, início do século XVII, Idade do Bronze)?

#### **Autor ou fabricante**

Você sabe quem fez o objeto? Essa informação pode ser o nome de uma pessoa (por exemplo, Thomas Tompion); de uma companhia (por exemplo, Tiffany); ou de um grupo cultural (por exemplo, Hopi).

### ESCREVA UMA BREVE DESCRIÇÃO

Isso também pode incluir qualquer informação adicional que ajude a identificar o objeto (por exemplo, sua cor, sua forma, ou local de origem).

### PROTEJA AS INFORMAÇÕES

Tendo sido registradas estas informações sobre o objeto, conserve-as em local seguro.



Projeto gráfico: Ana Panisset  
Fotografias capa: Helen Márcia Potter Pessoa  
Fotografias da coleção: Ana Panisset  
Revisão de texto: Virgínia Gomes Junqueira  
Encadernação: Usina do Livro

